



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Maria Luzia Alves Brito

AS MULHERES DA SEMANA
Construção de Personagens Femininas na Crônica Machadiana

Maria Luzia Alves Brito

AS MULHERES DA SEMANA
Construção de Personagens Femininas na Crônica Machadiana

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia sob a orientação da Profa. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos, para obtenção do título de Mestre em História.

BANCA DE AVALIAÇÃO:

Profa. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos (orientadora)

Profa. Dra. Daniela Magalhães da Silveira

Profa. Dra. Lericé de Castro Garzoni

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B862m Brito, Maria Luzia Alves, 1992-
2017 As mulheres da Semana : construção de personagens femininas na
crônica machadiana / Maria Luzia Alves Brito. - 2017.
186 f. : il.

Orientadora: Ana Flávia Cernic Ramos.
Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Literatura e história - Brasil - Teses. 3.
Mulheres na literatura - Teses. 4. Assis, Machado de, 1839-1908 -
Crítica e interpretação - Teses. I. Ramos, Ana Flávia Cernic. II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
História. III. Título.

CDU: 930



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A Comissão Avaliadora do presente trabalho, em sessão pública realizada no dia 31 de julho de 2017, considerou a candidata Maria Luzia Alves Brito aprovada. Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado defendida como pré-requisito para a obtenção da titulação de Mestre.

Profa. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos

Profa. Dra. Daniela Magalhães da Silveira

Profa. Dra. Lericé de Castro Garzoni

Discente – Maria Luzia Alves Brito

*À Luzia, que me ensinou que todas as mulheres
escrevem a própria história, mesmo que
neguem a elas o papel ou a tinta.*

*Se a leitura do jornal diário é a reza do
homem moderno, quão estranho é o homem
que reza lendo esses assuntos confusos. Toda
cultura e toda a natureza são diariamente
revirados ali.*

*Jamais fomos modernos
Latour*

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos tumultuosos dois anos e meio nos quais estive oficialmente ligada ao PPGHIS, muitos foram os que se dispuseram a me auxiliar neste trabalho. Agradecer a todos é, para mim, uma alegre tarefa, pois me sinto afortunada por ter contado com tantas instâncias de apoio. A primeira delas remonta dos primórdios da graduação e, me ofereceu a dádiva de conseguir tentar crescer em conjunto não somente como pesquisadora, mas principalmente como pessoa. Dessa forma, agradeço ao Lucas Flávio pela inacreditável paciência nos meus momentos de desespero, pelas indicações de leitura, pelo amor e pelo carinho presentes há tantos anos. Amar você tornou tudo mais fácil. Espero que saiba que este trabalho tem um pouco de você.

Agradeço à minha família pela total incompreensão em relação à minha crescente falta de tempo. As constantes reclamações foram responsáveis por garantir minha sanidade nesse período. Todas as interrupções forçadas através das dramáticas lamentações da minha avó, Luzia, culminaram nos momentos por meio dos quais eu consegui renovar as minhas forças para hoje estar encerrando essa etapa. Além disso, saber que nas tardes de domingo a minha falta era sentida foi meu porto seguro. O apoio e a atenção dispendidos pela minha mãe, Sueli, foram acalentadores. Para ela, cuidados já superados quando se tem uma filha adulta voltaram a parecer necessários. Diariamente ela insistia na necessidade de parar a cada poucas horas para realizar uma refeição. Em muitos momentos insistiu também na importância de dormir em um horário razoável, descansar os olhos das luzes do computador, sair do quarto... Espero que saiba a emoção que essa dedicação desperta em mim. Além disso, meus esforços em tentar produzir história de uma perspectiva feminina são todos inspirados nessa família feita de mulheres fortes e resistentes das quais me orgulho muito.

A vida corrida da pós-graduação fez com que os curtos e espaçados encontros com amigos tivessem um sabor muito especial. À Arielle Farnezi, antiga companheira desde os primeiros passos na área, agradeço pelo ombro amigo, pelo compartilhamento de referências e pelos momentos de diversão. À Mariane Riceto e a Ana Luísa Gonçalves agradeço pela paciência em tentar encontrar espaço nessas agendas que há anos não batem mais. Nossos encontros me fizeram lembrar, constantemente, a importância do companheirismo entre mulheres. Ao Paulo Araújo, agradeço a compreensão e a amizade que sempre marcaram minha vida.

Em ordem cronológica agradeço às minhas orientadoras de mestrado, reconhecendo agora a sorte de ter contado com o apoio de mulheres tão fortes e tão diferentes. Agradeço à professora Maria Andréa Angelotti pelo apoio burocrático nos primeiros meses, quando eu ainda não contava com orientação formal, bem como pela atenta e cuidadosa leitura do meu texto no Seminário de Pesquisa. Tais indicações foram fundamentais nesse início conturbado. À professora Maria Elizabeth Carneiro, agradeço o carinho e paciência nas discussões em sala de aula e nas pequenas reuniões. O contato com perspectivas teóricas diferentes me fez repensar o projeto, mas também me ensinou muito enquanto pesquisadora. Serei sempre grata.

A professora Ana Paula Spini foi, por um curto período, minha orientadora para fins oficiais. Além disso, ela sempre teve esse dom natural de ser uma orientadora para todos os momentos acadêmicos ou não. Por isso, ser recebida na nova linha de pesquisa por alguém que sempre me acolheu desde a graduação me acalmou e me fez acreditar que era possível reestruturar todo um trabalho já no segundo ano. A ela eu agradeço pelos ensinamentos com os quais contei desde o início da minha formação, mas principalmente pela amizade, pelos conselhos e pela disposição em me ouvir. Seus abraços calorosos sempre me tranquilizaram. Além disso, essa presença na banca de qualificação me deu novas ideias que, se não consegui executar aqui, espero levar para os meus novos desafios.

A Ana Flávia Cernic Ramos é também dessas pessoas que marcam a minha trajetória há tempos. Professora em tantas disciplinas, avaliadora na monografia e agora também orientadora. Assumir a orientação desse trabalho já em um estágio tão avançado do tempo não deve ter sido fácil. Mesmo assim, ela sempre esteve presente, com sacolas de livros, correções tão rápidas quanto detalhadas e uma paciência sem limites nas tentativas de chegar até aqui. Ao aceitar me orientar, ela me deu novas oportunidades de repensar uma temática que é tão cara para mim há tanto tempo. Ter, ao meu lado, uma historiadora que eu admiro e confio foi essencial. Ao ler este trabalho vejo infinitas marcas dessa orientação que, apesar do pouco tempo, contribuiu tanto para esse trabalho e para qualquer outro que eu venha a fazer. Digo isso, pois aprendi não somente sobre o meu tema ou sobre história, mas também sobre escrita, sobre organização textual e metodologias de pesquisa.

Por fim, sou imensamente grata também às examinadoras deste trabalho. A Lericé Garzoni foi, há alguns anos, a primeira pessoa para quem eu apresentei um trabalho fora do conforto da universidade de origem. A calma e delicadeza com a qual

ela me repassou referências que me auxiliaram na época e ainda hoje estão presentes nos meus trabalhos foram essenciais para que, posteriormente, eu me sentisse mais segura nos momentos de apresentação. Depois disso tive a oportunidade de conhecer seus trabalhos, que em muito colaboraram nas tentativas de compreender o início da República no Brasil. Ao receber o aceite para essa banca me senti honrada pela presença e de antemão agradeço também a leitura que, conhecendo a pesquisadora, sei que será de grande contribuição.

A Daniela Silveira, por sua vez, foi a pessoa mais difícil de encaixar nesse texto. Ela poderia estar entre os professores mais importantes. Anos atrás, foi a responsável por me apresentar esse tema pelo qual hoje tenho tanta afeição. Nesse mesmo período me ensinou grande parte do pouco que eu sei sobre escrever e sobre história. Sou imensamente grata por saber que ela figura também entre os amigos mais íntimos que estiveram ao meu lado oferecendo suporte emocional, ouvindo meus anseios e transformando os momentos difíceis em situações divertidas. Desde o começo da escrita suas indicações e seus empréstimos – de ombro amigo, de livros, de referências – foram valiosos. No momento da qualificação sua leitura ofereceu muitas das principais alterações que tentei inserir no meu texto. Agora, na defesa, já sei previamente que ganharei mais muitos conselhos valiosos. Dessa forma, somando meus muitos motivos para agradecê-la encerro essa etapa, pois acredito que essa seja uma forma de esclarecer como, apesar dos obstáculos cotidianos da vida acadêmica, muitas vezes encontramos nela as pessoas que teremos orgulho de chamar de amigas.

RESUMO

A última e mais longa série de crônicas publicada por Machado de Assis, “A Semana” (1892 – 1897), discutiu os percalços da consolidação do sistema republicano no Brasil. Experiente e nacionalmente reconhecido, Machado dedicou cinco anos da sua carreira a compor os textos que cumpririam o papel de editorial da popular *Gazeta de Notícias* num período em que o encantamento pela modernidade enfrentava a caótica situação política e social do país. Em uma mesma série, o cronista optou por discutir o papel social da mulher brasileira e o futuro político da República. Esses textos depõem, entre outros temas, sobre os diferentes projetos de mulher republicana que intelectuais tentavam impor às mulheres reais de raças e classes sociais distintas. O objetivo desse trabalho é compreender como Machado, entre tantos outros intelectuais, utilizou seu espaço de discussão para debater os diferentes modelos de mulher brasileira.

Palavras-chave: imprensa, literatura, mulheres.

ABSTRACT

The last and longest chronicle series published by Machado de Assis, "A Semana" (1892-1897), discussed the mishaps of consolidation of republican system in Brazil. Experienced and recognized nationally, Machado dedicated five years of his career to writing texts that filled the editorial role of the popular *Gazeta de Notícias* in the period when the enchantment of modernity faced the chaotic political and social situation of the country. In a same series, the chronicler opted to discuss the social role of Brazilian women and the political future of the Republic. These texts testify, among other subjects, about the different projects of republican woman that the intellectuals tried to impose to the real women of distinct social classes and races. The object of this work is to understand how Machado, among many other intellectuals, uses his discussion space to discuss the different models of Brazilian woman.

Keywords: press, literature, women.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CAPÍTULO I:	19
A LITERATURA COMO ESTRATÉGIA DE POPULARIZAÇÃO	
1.1. “A Semana” <i>dentro</i> do jornal	19
1.2. O apelo popular da <i>Gazeta de Notícias</i>	33
1.3. Onde há mulheres nessa imprensa tão popular?	38
2. CAPÍTULO II:	51
CRIANDO UNIDADE A DESPEITO DOS DESARRANJOS DA REPÚBLICA	
2.1. O papel do editorial	51
2.2. Do autor aos narradores	54
2.3. O programa da série.....	68
2.4. A máscara da ficção como resposta à censura	78
2.5. As exceções	90
3. CAPÍTULO III:	97
MULHER REPUBLICANA: UM CONCEITO EM DISPUTA	
3.1. Novas Configurações para o Casamento	101
3.2. A regulamentação do sustento feminino	122
3.3. Desejo e Violência	142
3.4. Papel Político	153
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
FONTES	170
Periódicos	170
Legislação	170
Obras Literárias	171
BIBLIOGRAFIA	173

INTRODUÇÃO

Em abril de 1892, Machado de Assis iniciava o que viria a ser sua mais longa série de crônicas. Os textos intitulados “A Semana” ocuparam as colunas iniciais dos números de domingo da *Gazeta de Notícias* durante aproximadamente 5 anos. Essas crônicas foram utilizadas para debater as notícias que ameaçavam a consolidação da jovem República brasileira. Nesse contexto, apesar do foco no mundo público, o autor se debruçou, muitas vezes, sobre questões que poderiam parecer pertencentes à esfera privada. Cumpre reconhecer que a divisão entre público e privado é histórica. Ela observou diferentes conotações em espaços e tempos distintos. Essa acepção histórica interessada em ver as alterações da dicotomia duas esferas estava presente já nas discussões de Hanna Arendt. Para a autora, a modernidade estaria marcada pela ascensão de uma esfera social que estaria, aos poucos, englobando não somente as antigas esferas pública e privada, mas até mesmo a recente esfera da intimidade¹. Mas a obra de Hanna Arendt evidenciou também que a distinção entre esfera pública e privada é marcada não só de rupturas. Relacionar a família àquilo que é privado e a política àquilo que é público é uma distinção que remonta do surgimento da cidade-estado antiga, mas ainda apresentava resquícios na modernidade².

Entre os autores que, posteriormente, observaram o caráter histórico das alterações na divisão das esferas pública e privada, foi comum chegar a conclusões parecidas. Richard Sennet, na década de 1970, considerou que havia um esvaziamento da esfera pública decorrente de uma nova ordem urbana que também é secular e capitalista. O autor, que remonta, como Arendt, aos antigos, acreditava que o caminho percorrido na modernidade ia rumo a uma atuação cada vez mais intimista na esfera pública. Entretanto, a mais profunda análise do autor se inicia no século XVIII, onde ele ainda conseguiu ver resquícios de uma atuação pública mais interessada no interesse social do que no individual. Preocupado com o seu tempo, Sennet apontou ainda para uma verdadeira destruição do domínio público Pós-Segunda Guerra. No século XIX, temporalidade que nos importa aqui, o autor via os homens já abrindo mão de uma cultura pública em prol do papel de espectador, que apenas assiste e não se relaciona de fato. Esse homem oitocentista estaria recluso às *tirantias da intimidade*³.

¹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1981, p. 55.

² Idem. p. 37.

³ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tirantias da intimidade*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

Habermas também se ocupou das alterações da esfera pública. Alterações essas que, para o autor, tinham caráter estrutural. Preocupado com o ordenamento político, o autor desenvolveu uma análise que priorizou a compreensão das liberdades civis, da organização estatal e dos direitos individuais. Assim como Arendt, o autor não pôde deixar de notar, entretanto, de notar as permanências em alguns aspectos das esferas pública e privada. O papel masculino de multiplicador e transmissor de herança na esfera privada, a prevenção de mudanças na estrutura social e a noção de uma esfera íntima como espaço da família são algumas das permanências da divisão entre esfera pública e privada na modernidade. Enquanto isso, no âmbito do privado, que não era mesmo o foco do autor, a maior ruptura vista é a desprivatização da família através das intervenções estatais que garantem, por exemplo, direitos civis às mulheres ou às crianças⁴. Essa acepção é importante porque compreende a noção de que, não somente os limites da autonomia pública e privada vivem em processo, como também reconhece lutas políticas em prol de alterações na legislação⁵. Estas lutas foram, muitas vezes, protagonizadas por minorias sociais às quais a esfera política era negada.

Apesar das diferentes perspectivas, os trabalhos de Sennett e Habermas têm em comum uma acepção que não utilizaremos aqui. Ambos desenvolvem análises que indicam que as alterações da divisão das esferas são responsáveis por problemas sociais e políticos da modernidade em diante. Ao levar em conta, entretanto, o caráter opressor de uma divisão dura entre as duas esferas para as mulheres, consideramos que o surgimento da esfera social ou a mudança na estrutura da esfera pública (a depender do referencial teórico) são marcados pelas conquistas femininas de direitos e pelas lutas das mulheres por igualdade. Todavia, ao reconhecer a importância desses trabalhos para a compreensão do século XIX, destaca-se aqui, a importância de historicizar as esferas como conceitos vistos de formas diferentes em momentos diferentes, especialmente ao analisar o fim do século XIX no Brasil. Nesse momento a esfera pública está se transformando em todo o país e, principalmente, no Rio de Janeiro. A recente proclamação da República impõe novas tensões. A urbanidade carioca é repensada a cada dia nos primeiros anos pós-proclamação. Mesmo assim, não há consenso. As promessas de um futuro tecnológico, científico, pautado em princípios higienistas se chocam com as novas doenças para as quais não se encontra cura, as dificuldades

⁴ HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1984.

⁵ HABERMAS, J. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 86.

econômicas e as tensões políticas. Ao mesmo tempo em que novas sociabilidades tomam conta das ruas cariocas, legisladores e homens da ciência tentam convencer a população da importância de manter as mulheres à distância dos perigos do mundo público. Nesse momento a esfera pública brasileira está se alterando, mas também está vivendo os dilemas de grupos que insistem na permanência de velhos paradigmas sociais. Aqui, o objetivo é tentar compreender como as disputas acerca das novas configurações da esfera pública foram encaradas no Brasil, observando, principalmente, de que forma mulheres se relacionaram tanto com as novas configurações sociais, como com as manifestações de grupos que se esforçavam para impedir os avanços da luta feminina por direitos.

É necessário considerar, para tal, que os objetivos implícitos na divisão clássica entre espaços públicos e privados nada têm de inocentes. A separação entre esferas públicas e privadas é essencialmente política e baseada na tradicional perspectiva de que o masculino e o feminino são duas naturezas essencialmente distintas, quiçá opostas. No século XIX, essa noção ganhara ainda o apoio do renomado estatuto científico tornando-se, assim, sinônimo de verdade. Mesmo que os limites entre espaço público e privado estivessem se alterando, a insistência na noção antiga visava justificar a necessidade de que homens e mulheres deveriam desempenhar diferentes funções sociais. Nessa distinção presente desde a Antiguidade está o cerne da desigualdade de gênero. Autoras como Carole Pateman consideraram que seria mais preciso dizer que existiu uma hierarquia socialmente construída do que uma simples divisão⁶. As mulheres estariam sujeitas à dominação masculina porque o mundo privado era inferior ao público. O homem, considerado apto ao espaço público, capaz de prover, de enfrentar os perigos, de compreender o mundo teria, segundo essa aceção, direito natural de sujeitar as mulheres às suas vontades, pois teria habilidades para dirigir as vidas femininas melhor do que as próprias mulheres, seres frágeis e irracionais que, para a própria proteção, deveriam ficar reclusos aos seguros espaços privados. O que acontece é que, mesmo com alterações substanciais na divisão das esferas, há vestígios sociais e interesses políticos que tentam impor continuidades.

A dicotomia público-privado culminou em uma divisão sexual⁷ do trabalho que atribuiu à mulher – ou, mais precisamente, ao ideal de mulher – do século XIX uma

⁶ PATEMAN, Carole. *O contrato Sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

⁷ KERGOAT, Danièle. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

série de novas responsabilidades. Conforme apontou Colin, mulheres eram “(...) elevadas à categoria de rainhas, de deusas – responsáveis pela nação, dignas de respeito e gratidão de toda sociedade; por outro lado as que se recusam a cumprir seus deveres, de mães e esposas exemplares, são ameaçadas das piores punições”⁸. Entretanto, é preciso considerar, como Prost destacou, que divisão entre espaços públicos e privados se apresentava de distintas formas a depender da classe social sobre a qual se falava. A nitidez das fronteiras entre vida privada e pública dependia, mesmo na Belle Époque, de condições sociais que permitissem abrigar dos estranhos toda qualidade de coisas consideradas privadas⁹. Nesse sentido, entre as classes populares, a definição de um papel feminino diretamente ligado ao lar existia, mas não era tão rígida no sentido de tentar impor proibições de acesso à esfera pública. Isso se dava, em grande parte, pela necessidade que as famílias das classes populares tinham de que as mulheres trabalhassem.

Portanto, a insistência em restringir – quiçá, impedir – os acessos femininos aos espaços públicos, é também uma opressão de classe, não somente de gênero. No Brasil, os anos que sucederam a proclamação da República foram de intenso controle acerca dos comportamentos feminino, especialmente em relação às classes populares. O controle dos corpos através de uma jovem medicina da mulher que diagnosticava qualquer comportamento que fosse incômodo aos homens foi muito violento. Mulheres foram trancafiadas em manicômios, consideradas loucas em virtude do desalinho com a moral vigente, ao mesmo tempo experimentos eram feitos na tentativa de compreender o funcionamento desses corpos sobre os quais pouco ou nada era conhecido¹⁰. Ao mesmo tempo, a polícia, amparada pelos legisladores, definia quais eram os espaços nos quais a população pobre tinha ou não o direito de circular e residir, desmontando cortiços, expulsando prostitutas e deportando imigrantes. Essas mulheres resistiam cotidianamente. Diante das poucas oportunidades de trabalho formal, viviam como autônomas, encontrando mais opções que a população masculina pobre, uma vez que os serviços considerados femininos – lavar, coser e engomar roupas, cozinhar, limpar residências, produzir artesanato e até mesmo se prostituir – eram facilmente vendidos. Aos poucos, a despeito das intenções das elites, tornavam-se esteio financeiro familiar,

⁸ COLLING, Ana Maria. “A construção histórica do feminino e do masculino”. In: STREY, M.N., CABEDA, S.T., PREHN, D.R. (orgs.) *Gênero e Cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

⁹ PROST, Antoine. “Fronteiras e espaços do privado”. In: PROST, Antoine, VINCENT, Gérard (orgs.). *História da vida privada 5: Da primeira guerra aos nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹⁰ Idem.

ocupando a masculina posição de provedoras. Assim, não somente exerciam atividades diversas nos espaços públicos, como também ocupavam as posições tradicionalmente masculinas na esfera privada.

Dessa crescente autonomia feminina, decorreu um novo processo de culpabilização das mulheres. Se até a década de 1870 a responsabilidade pelos abortos, prostituição ou qualquer outro “desvio moral” feminino era atribuída ao fracasso dos pais e maridos, na década de 1890 o quadro já havia mudado e a culpa recaía sobre as próprias mulheres. Dessa forma, ao já tradicional controle masculino, somava-se a condenação social das ações femininas. Enquanto médicos e legisladores discutiam formas de controlar as mulheres, jornais publicavam informações que visavam convencer os homens da necessidade de proteger suas filhas e esposas, e isso muitas vezes significava não deixar nenhuma delas “se entregar às atividades intelectuais ou ao exercício de funções no domínio público”¹¹. Na imprensa, as falhas desses intentos eram evidentes: ao mesmo tempo em que se discorria sobre os perigos da prostituição, havia anúncios de prostitutas. Enquanto periódicos médicos defendiam a necessidade de controlar a quantidade de passeios e encontros das jovens mocinhas, intelectuais (homens e mulheres) discorriam sobre a importância da educação escolar das meninas brasileiras.

Entre as classes mais altas, também surgiam novos problemas para/sobre as mulheres. A instituição do matrimônio, amplamente marcada pela ideologia católica no Brasil, tinha íntima ligação com o Império e precisou ser repensada nos primórdios da República. Dessa forma, as relações conjugais não podiam mais ser pautadas em uma ideologia religiosa e precisavam, do ponto de vista da modernidade, de justificativas científicas. A reprodução de forma saudável, evitando a ameaça da degeneração, tornava-se outra nova responsabilidade feminina na segunda metade do século. Se os casamentos já eram realizados com vistas a atender interesses substancialmente econômicos, como manutenção da segurança financeira, efetivação de parcerias familiares ou ascensão social, agora eles também deveriam atender mais essa demanda. Nessas relações, mulheres de classe média e alta deveriam encontrar maneiras de conquistar pretendentes que fossem respeitáveis e pudessem lhes oferecer conforto.

Diante de todas essas novas configurações sociais, a imprensa diária necessitava discutir o papel social da brasileira. Não somente grande parte das leitoras eram

¹¹ ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, p.83.

mulheres, como uma parcela fundamental do futuro da nação dependia também da atuação delas. As mulheres de diferentes classes sociais continuavam enfrentando o padrão socialmente imposto e, os homens que dominavam a imprensa tinham que escolher de que forma contariam essas notícias para suas leitoras e para seus leitores. Em meio à construção de sentidos para a jovem República Brasileira, inventar um ideal de mulher que fosse moderno, mas corroborasse com as necessidades masculinas, era um projeto político complexo e, em lenta construção. A imprensa, como um todo, não poderia deixar de se posicionar sobre o papel social de quase metade da população brasileira¹², especialmente porque, do ponto de vista higienista, o futuro da nação dependia do bom comportamento das atuais e futuras mães¹³. Além disso, era impossível que esses homens construíssem seus projetos sem atentar para os interesses do *público* dos jornais, que sempre foi, ao menos em parte, feminino.

A *Gazeta de Notícias*, jornal popular e barato, tomou posição frente a todas essas questões, publicando colunas sobre educação das jovens, trabalho feminino, esterilização das mulheres, aborto, discussões sobre o casamento civil, casos de violência envolvendo casais e papel das mulheres na política. Apesar da configuração essencialmente masculina e de classe média da equipe de intelectuais envolvidos com a publicação do periódico¹⁴, houve ali uma polifonia de opiniões sobre cada uma dessas questões. Entre essas vozes, há a de autoras que se destacavam entre a jovem intelectualidade feminina brasileira, mas há também aquelas que, através de suas ações no mundo público, faziam ecoar suas histórias nos jornais, mesmo que não fossem parte do grupo de escritores. Além disso, entre os homens, também havia temas ainda em disputa, e dessa forma, era impossível não ver também a forma como as opiniões e interesses destoavam.

Machado de Assis, autor reconhecido da série, era uma voz que merecia alguma atenção quando falava sobre mulheres. O literato havia dedicado longos anos da sua

¹² CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.17. Os homens representavam 56% da população do país, mas entre os estrangeiros, os homens eram quase o dobro das mulheres. Isso ocorria em razão da imigração, que aumentava a porcentagem masculina, gerando, de acordo com a perspectiva do matrimônio monogâmico, uma grande quantidade de homens solteiros. Isso era considerado moralmente perigoso, especialmente para as moças jovens de classe baixa e para as viúvas, que ao frequentar os espaços públicos não teriam condições de se defender.

¹³ PINHEIRO, R.K.B. de S. *Mãe-esposa e professora: educadoras no final do século XIX*. Tese de Doutorado em História da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte [s.n.], Natal, 2009.

¹⁴ PEREIRA, Leonardo Affonso. *O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2004.

carreira a escrever para senhoras no *Jornal das Famílias* e na revista *A Estação*¹⁵. Tinha longa experiência como romancista e, nessas obras, havia dado especial foco à construção de personagens femininas. Sua experiência, não só nesse tipo de periódico, fazia dele um nome indicado para ocupar a função de editorial da *Gazeta de Notícias*, da qual já era colaborador desde 1883. Figura de excelentes relações com o jornal, Machado faria da sua série uma crítica camuflada ao opressor sistema ditatorial que se instalara sob o título de República no país¹⁶. Ao fim do governo de Floriano Peixoto, o narrador iria manter suas reservas em relação ao sistema republicano, sempre avaliando as dificuldades enfrentadas não somente como frutos de erros dos políticos, mas também como defeitos da própria população, que não se esforçava para desempenhar a função de cidadã. Seus temas mais queridos seriam aqueles que poderiam, de alguma forma, depor sobre as dificuldades sociais e políticas que o país atravessava. Entre eles, destacaram-se a abstenção eleitoral, as discussões nas câmaras, os projetos de leis, as revoltas separatistas, as novidades científicas¹⁷. A esses podemos adicionar também o papel político e social das mulheres.

A lenta e conturbada construção da série exigiu uma leitura atenta das crônicas diretamente na *Gazeta de Notícias*, principal interlocutora do cronista e veículo de publicação original desses textos. Nesse sentido, o primeiro capítulo foi dedicado às peculiaridades da fonte, objetivando a compreensão da forma como a literatura e, em especial a crônica, dependiam da imprensa nesse momento¹⁸. Com uma apresentação da série “A Semana” e dos debates teóricos que a mesma já suscitou, tornou-se clara a necessidade de compreender a constituição da *Gazeta de Notícias* a fim de tentar assimilar as especificidades do periódico e também o modo como, dentro da estrutura desse jornal, a literatura era utilizada. Ao fim é impossível não notar como a *Gazeta* pretendia ser – e de fato foi – popular, mesmo em um momento no qual apenas uma pequena parcela da população era alfabetizada¹⁹. Todavia, compreendendo que a

¹⁵ SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2010.

¹⁶ Ver: CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁷ VALE, Jackson de Souza. *Cidadania política e finanças em Machado de Assis: A série A semana (1892-1897)*. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, [s.n.], Juiz de Fora, MG: 2011.

¹⁸ CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em Causas Miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

¹⁹ RESENDE, Márcia Aparecida. "História inacabada do analfabetismo no Brasil." *Revista Brasileira de História da Educação*, v.12, nº 1, 2012.

popularização do jornal estava longe de significar qualquer diferenciação do olhar do periódico para com as mulheres, tornou-se necessário encerrar o capítulo avaliando a existência de espaços dedicados prioritariamente ao público feminino dentro da estrutura da *Gazeta de Notícias*.

Após essa inicial familiarização com o periódico, foi então possível adentrar à série não somente como um conjunto de textos que pretendia apresentar certa unidade, mas também como uma parte integrante do jornal que tinha uma proposta específica: recontar os acontecimentos dos sete dias anteriores. O segundo capítulo, portanto, dedicou-se a avaliar as formas como, em meio à desordem social, política e econômica proveniente da recente proclamação e do fim da escravidão, Machado utilizou recursos literários diversos para criar unidade entre os textos da série. Ciente da estrutura do jornal, era preciso compreender o que significava ocupar a primeira coluna da primeira página de um dos maiores periódicos do país. Para tal foi essencial compreender a função do editorial não somente na *Gazeta*, mas na imprensa do século XIX²⁰. A partir daí, no intento de compreender a construção de um possível narrador ficcional dentro da série, utilizado como liga para unir os textos, foi feita breve análise das experiências anteriores de Machado com a construção de narradores putativos em outras séries. Devido à ampla experiência do cronista, as crônicas da década de 1880, imediatamente anteriores a “A Semana” foram as únicas avaliadas. Ainda discutindo a polêmica questão da existência do narrador, tornou-se necessário entender a existência de um programa geral nos textos da série. Essa possível estrutura tanto poderia gerar a unidade necessária para chamar a soma desses escritos de série, quanto ofereceria alguns indícios sobre a ficcionalidade do narrador. Todavia, cumpria reconhecer que a série teve alguns poucos momentos em que fugiu da construção de um narrador e também da estrutura inicialmente proposta para organização dos textos. Longe de inviabilizar a unidade da série, entretanto, essas exceções à regra serviram para compreender os limites da construção ficcional do narrador²¹.

No terceiro capítulo, partindo da familiaridade com esse narrador ficcional, foi preciso relacioná-lo aos demais empreendimentos literários nos quais Machado se dedicou a falar sobre mulheres. Assim, concomitantemente a uma análise das crônicas

²⁰ BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980; SOUSA, Jorge Pedro. *Elementos de jornalismo impresso*. Porto: Letras Contemporâneas, 2005.

²¹ SOUZA, Ana Paula Cardozo de. *Machado de Assis e a República de "A Semana": literatura, imprensa e práticas populares (1892-7)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2015.

da série em suas relações com a imprensa e as discussões políticas, há uma tentativa de compreender como projetos anteriores se somavam à série formando coerência na obra machadiana. A seleção de temas feita pelo narrador foi outro aspecto analisado nesse capítulo. Politicamente, textos dedicados às discussões do mundo público acabaram versando em grande parte das vezes sobre mulheres. Um a cada quatro textos teve como assunto central a história de uma mulher. Esse número, em muito superior às séries de crônicas anteriores, evidenciava que ali Machado estava trazendo discussões que para ele foram importantes nos contos e romances para o campo da crônica. Todavia, o número também evidencia que cada vez mais, em comparação, por exemplo, com as crônicas dos anos 1860, as mulheres brasileiras tomavam o espaço público para si e, ao fazerem com que os grandes jornais discutissem suas pautas, tornavam-se também escritoras da própria história.

CAPÍTULO I

A literatura como estratégia de popularização

1.1. “A Semana” dentro do jornal.

Em abril de 1892 Machado de Assis, aos 52 anos, iniciava a publicação da série de crônicas “A Semana” na *Gazeta de Notícias*. Os textos ocupariam a primeira coluna da primeira página do periódico durante 247 domingos e versariam principalmente sobre notícias que envolviam a consolidação da República que se instaurara em 1889. Com a dupla função de crônica e editorial, a série seria responsável tanto por oferecer uma introdução carregada de opinião a respeito das principais temáticas noticiadas no periódico, como por proporcionar uma releitura didática e divertida das informações ofertadas pela *Gazeta* nos sete dias anteriores. Essa seria a mais longa série de crônicas escrita por Machado de Assis e também a última. Pelo próprio caráter efêmero desse gênero literário²², o autor nunca organizou um volume com a integralidade desses textos. No geral, a maior parte das crônicas publicadas por Machado só foi organizada em formato de livro por esforços de outros autores. Na série “A Semana”, o narrador construído por Machado dava algumas dicas do motivo que pode ter levado o autor a não reunir esses textos em livros. Segundo ele, no banquete da literatura, a crônica representaria apenas “a mesa dos meninos”²³.

Todavia, após a morte do literato, em 1908, houve tentativas de formular edições completas da série. Mário de Alencar publicou, dois anos depois da morte de Machado, uma coletânea com mais de 100 crônicas da série²⁴. Em 1937 surgia a primeira edição completa d’“A Semana”, que já em 1957 seria reeditada por Aurélio Buarque de Holanda²⁵, a fim de corrigir os erros da edição anterior. Depois disso, muitas novas

²² CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão”. In: _____. *A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

²³ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 18 nov., 1894, p.1.

²⁴ O volume da série organizado por Mário de Alencar 1910 contava com 180 crônicas selecionadas, sendo 109 delas originalmente publicadas nessa série. Ver MACHADO DE ASSIS. *A Semana*. Org. Mário de Alencar. Livraria Garnier, Rio de Janeiro, 1910.

²⁵ A edição 1957 organizada por Aurélio Buarque considera que duas crônicas publicadas em 1900 fazem parte da série, dessa forma, os três volumes se apresentam da seguinte forma: MACHADO DE ASSIS. *Obras completas de Machado de Assis*. A semana, 1º volume (1892-1893). Edição de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. São Paulo: Editora Mérito, 1959; MACHADO DE ASSIS. *Obras completas de Machado de Assis*. A semana, 2º volume (1894-1895). Edição de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. São Paulo: Editora Mérito, 1959; MACHADO DE ASSIS. *Obras completas de Machado de Assis*. A semana, 3º volume (1896-1900). Edição de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. São Paulo: Editora Mérito, 1959.

versões com alguns textos selecionados, ou com tentativas de reunir a obra completa foram publicadas. Além disso, mesmo o próprio autor, que não tinha o hábito de republicar as crônicas fora dos periódicos, viu qualidade literária suficiente para garantir o acesso fácil aos leitores que no futuro pudessem se interessar por esses escritos. Assim ele mesmo selecionou seis textos da série “A Semana” para publicação no livro *Páginas Recolhidas* (1899), apenas dois anos após o fim da série na *Gazeta de Notícias*²⁶. Dessa forma, o acesso à série é possível através de diversos formatos. Mesmo levando em conta a qualidade dos trabalhos até hoje realizados no sentido de reunir a série em edições completas e fiéis à publicação original, considero que aqui será fundamental acessar a série em seu primeiro veículo de publicação, o jornal. Fora o fato básico de que assim é possível evitar as correções e alterações que Machado e outros autores podem ter feito nesses textos, há ainda, como motivo principal, o fato de que nesse trabalho a série é vista como parte de um periódico e que, portanto, dialoga com ele. Essa escolha metodológica é oriunda principalmente da leitura de trabalhos de outros estudiosos que foram realizados observando a literatura oitocentista *dentro* ou *fora* dos periódicos originais de publicação, alcançando resultados substancialmente diferentes.

John Gledson é um dos exemplos desses textos. O autor releu “A Semana” em dois suportes: através da edição organizada por Aurélio Buarque de Holanda e no microfilme da *Gazeta de Notícias*. A finalidade principal do trabalho do autor era produzir a sua edição completa e anotada da série²⁷. Iniciativa pioneira, vale ressaltar. Entretanto, mesmo que um dos suportes de leitura utilizados tenha sido o próprio periódico, seu trabalho não tinha por propósito compreender as relações entre jornal e crônica. A edição da série organizada por Gledson, portanto, oferece aos possíveis leitores muitos dados históricos importantes para compreensão dos textos d’“A Semana”, mas não é capaz de garantir a compreensão dos diálogos impressos no periódico. Ao ler somente a versão de Gledson, o pesquisador interessado nessa série corre o risco de acreditar nas interpretações que o inglês fez d’“A Semana”, sem poder

²⁶ As seis crônicas publicadas em 1899 apareceram na seguinte ordem “Vae Soli!”, “Salteadores de Tessália”, “O Sermão do diabo”, “A Cena do Cemitério”, “Canção de Piratas” e “Garnier”. Entretanto os textos apenas ganharam esses títulos com a publicação de *Páginas Recolhidas*. Originalmente, elas foram publicadas apenas com o nome da série “A Semana” na primeira página da *Gazeta de Notícias*, respectivamente em 17 de julho de 1892, 26 de novembro e 4 de setembro de 1893, 3 de junho e 22 de julho de 1894 e 8 de outubro de 1893.

²⁷ Além de ser uma das mais completas edições da série, a coletânea organizada por Gledson conta com notas que em muito podem auxiliar o leitor, uma vez que as crônicas referenciavam muitos assuntos cotidianos do período. Ver MACHADO DE ASSIS. “A Semana”. Org. John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.

verificar por si mesmo as opções feitas pelo autor ao organizar a coletânea. Dotado de grande conhecimento histórico sobre a política brasileira no início da República, todavia, Gledson atribuiu todas as opiniões expressas na série ao próprio Machado, partindo da certeza da inexistência de um narrador ficcional desde o início dos textos.

Da não existência de um narrador ficcional, o autor acabou atribuindo a Machado de Assis características tais como uma “obsessão pela guerra do Sul”²⁸. O autor teria essa obsessão, mas por outro lado fingiria “indiferença ao assunto, abordando-o apenas quando é absolutamente inevitável, ou tratando-o com certa petulância insípida”²⁹. Além disso, no que diz respeito ao Encilhamento³⁰, Machado teria, para Gledson, escolhido se calar: “(...) é bem possível que uma das razões do seu silêncio como cronista nos primeiros dois anos da República sejam o ceticismo e a antipatia em relação ao *boom*”³¹. Todavia, ao realizar a leitura de “A Semana” como parte da *Gazeta de Notícias*, a ideia de uma possível obsessão do narrador é suprimida pela própria demanda que o periódico apresentava para uma releitura das notícias a respeito das guerras separatistas no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso do Sul, assunto extremamente trabalhado na *Gazeta* no período de publicação da série e, em especial, nas semanas nas quais Machado colocou o tema na voz do narrador³². Se Machado de Assis era obsessivo, a *Gazeta de Notícias* também o era. Esse tema se fazia caro para os intelectuais no período, porque sintetizava os perigos da não adequação da República ao federalismo³³.

²⁸ GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.215. Essa “obsessão pela guerra do Sul” dizia respeito aos comentários que o narrador da série teceu tanto sobre a revolta separatista no Mato Grosso, quanto sobre as notícias de uma possível separação do Rio Grande do Sul. Autores como Ana Paula Cardozo de Souza apontaram que, de fato, esse era um dos temas queridos por Machado de Assis (como por muitos outros intelectuais do período), pois tais acontecimentos colocavam em dúvida a consolidação do federalismo no início da República. Souza cita ainda que Machado trabalhou com o tema em outras obras, como Esaú e Jacó. Ver: SOUZA, Ana Paula Cardozo de. *Machado de Assis e a República de "A Semana": literatura, imprensa e práticas populares (1892-7)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2015, p. 61. A respeito da tensão causada pelas revoltas separatistas no início da República, ver: LOVE, Joseph L. “A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *A experiência brasileira. A grande transação*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

²⁹ GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis*. Op. cit., p. 216.

³⁰ TANNURI, Luiz Antonio. *O encilhamento*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

³¹ GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis*. Op. cit., p. 217.

³² No ano de 1892 houve diversas publicações a respeito da situação no Mato Grosso. Aqui cito apenas alguns exemplos: GAZETA DE NOTÍCIAS. “Matto Grosso”. *Gazeta de Notícias*. 7 mai., 1892, p.1; “Nos Bastidores”. *Gazeta de Notícias*. 10 mai., 1892, p.2 ; “Congresso Nacional”. *Gazeta de Notícias*. 13 mai., 1892, p.1; Agência Havas. “Telegramas”. *Gazeta de Notícias*. 15 mai., 1892, p.2; “Banco Rio e Mato Grosso”. *Gazeta de Notícias*. 16 mai., 1892., p. 2.

³³ NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge Luís (Orgs.). *Brasil*

Em “A Semana”, a caracterização do narrador seria justamente essa petulância insípida que Gledson reconhece em Machado na série e não somente na temática da guerra do Sul, como em todas outras. Na série, o próprio narrador dizia que só evitava o assunto, porque: “Não perco uma unha do pé nem da mão, se perdermos Mato Grosso. E não é melhor que me fique antes a unha que Mato Grosso? Em que é que Mato Grosso é meu?”³⁴. E a mesma lógica argumentativa de ignorar os assuntos com os quais não poderia ganhar vantagens era apresentada nas crônicas a respeito da situação econômica: “Finanças, por exemplo, aqui está um assunto de ocasião, se é certo, como acabo de ler, que o ministro da fazenda pediu demissão. Eu nada tenho com a fazenda, a não ser a impressão que deixa esta bela palavra”³⁵. Como a questão financeira não saía da *Gazeta de Notícias*, Machado de Assis optava por utilizar a “A Semana” para dialogar com os demais intelectuais, ao mesmo tempo em que refinava o caráter literário da série³⁶. Seu narrador se questionaria sobre a necessidade de aprender economia. Todavia, dentro da caracterização do personagem, o motivo que o levaria a se interessar pelo assunto seria muito mais pessoal do que político, já que esse narrador dizia pouco se importar com o país:

E por que não sei eu finanças? Por que, ao lado dos dotes nativos com que aprouve ao céu distinguir-me entre os homens, não possuo a ciência financeira? Por que ignoro eu a teoria do imposto, a lei do câmbio, e mal distingo dez mil-réis de dez tostões? Nos bondes é que me sinto vexado³⁷.

Para evitar a vergonha, o narrador encontraria então um método totalmente imoral para um cronista responsável pelo editorial de um jornal de grande circulação e, ainda contribuindo para a caracterização desse personagem, contaria ao público sua metodologia constrangedora:

Pois, senhores, antes de pegar na pena para contar-lhes a semana, vendo que esta foi, entre todas, financeira, tive ideia de ir aprender primeiro finanças. O meu cálculo era fino; suspendia por algum tempo esta obrigação hebdomadária, e descansava. Mas a pessoa a quem consultei sobre o método de aprender finanças, disse-me que havia

Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003, p. 21.

³⁴ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 8 mai., 1892, p.1. Durante todo o trabalho, optarei pela ortografia atualizada, por considerar que além de facilitar a leitura, não afeta a compreensão do texto.

³⁵ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 28 ago., 1892, p.1.

³⁶ As dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil tornaram-se temática recorrente na obra machadiana ainda na década de 1880, e em especial nas crônicas. Nas séries “A +B” e “Gazeta de Holanda”, também publicadas na *Gazeta de Notícias*, o assunto já aparecia. Ver: FRANCO, Gustavo H.B. *A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

³⁷ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 14 ago., 1892, p.1.

dois, além do único. O mais fácil ensinava-me em duas horas ou menos, muito a tempo de escrever estas linhas; consistia em decorar um pequeno vocabulário de algibeira, e não entender a teoria do câmbio. O segundo método pedia mais algum tempo; era escrever um opúsculo sobre o *déficit* ou sobre os salvados, publicá-lo, e confiá-lo aos amigos, que fariam o resto. Como a maior parte dos homens não sabe finanças, disse-me ele, ainda que os sabedores me atacassem, o público ficava em dúvida, se a razão estava comigo ou com eles, porque de ambas as partes ouvia falar em conversão de dívida e impostos. Quando o católico ouve missa, uma vez que o padre diga o que está no missal, não quer saber se ele sabe latim, ou se quem o sabe, é o padre do altar fronteiro. Tudo é missa, tudo são finanças.³⁸

Mesmo considerando que o trabalho de Gledson em editar as crônicas em formato de livro foi muito útil para pesquisadores posteriores, por contar com a sua ampla compreensão da história brasileira e seu vasto conhecimento sobre a obra machadiana no geral, não é possível negar as vantagens de que essas crônicas sejam lidas por pesquisadores em contato com seu primeiro veículo de publicação. Gledson fez diversas notas que comprovam que ele leu o periódico, mas não era interesse do autor pensar as relações entre “A Semana” e as outras colunas da *Gazeta*. Essa relação oferece muitas possibilidades de compreensão sem as quais dificilmente é possível ver a série como documento histórico. Apesar das dificuldades apresentadas pela leitura da série na *Gazeta* (o periódico teve mais de 1.700 edições durante o período de publicação da série), somente através da leitura conjunta torna-se possível compreender como a escolha das temáticas era, na verdade, oriunda de demandas do próprio periódico. Nessa lógica, a compreensão da série se faz pelos temas que Machado escolheu trabalhar, mas também pelos que ele preferiu evitar e só é possível perceber essas escolhas, lendo a série *dentro* do periódico. Além disso, a caracterização do narrador só faz sentido se considerarmos que ele dialoga com todo o restante do jornal, muitas vezes argumentando contra o que os intelectuais envolvidos no periódico defendiam cotidianamente. Por último, todas as tensões sociais enfrentadas pelo periódico durante o período de publicação da série tiveram impactos na escrita de Machado.

³⁸ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 25 jun., 1892, p.1. Cumpre observar que o argumento do narrador que diz não saber de finanças, mas poder opinar, caso tenha “vocabulário de algibeira” para convencer os leitores que são igualmente leigos não era novidade na obra de Machado. Os textos de *Papéis Avulsos* (1882), por exemplo, tinham como ponto comum “as discussões sobre a forma narrativa e inserção do discurso cientificista”. SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2010, p. 117. Em “A Semana”, o narrador teria essa característica em comum com os contos analisados pela pesquisadora. Sempre tentando utilizar-se do estatuto científico, o narrador iria debochar dos que acreditavam nos complexos discursos científicos ou econômicos.

Jackson Vale, em seu trabalho *Cidadania política e finanças em Machado de Assis: A série A semana (1892-1897)*, por exemplo, optou por ler a série inteira em versões republicadas. Entre elas a de Gledson e a de Aurélio Buarque de Holanda. Mesmo utilizando como fonte a versão organizada por Gledson, Vale acabou concluindo que existia um narrador ficcional na série. Muito próximo ao que é possível observar no contato com o periódico, Vale considerou que “O narrador, por sua egolatria, pedantismo e suposta preeminência só se posiciona sobre questões de interesse público mais amplo se, no fim das contas, ele obtiver algum benefício pessoal”³⁹. Entretanto, esse historiador acabou utilizando a caracterização que Gledson notou no Conselheiro Aires como justificativa para seu argumento da existência de um narrador ficcional em “A Semana”. Para ele, as dificuldades que outros autores tiveram em compreender a ficcionalidade desse narrador se deveria ao fato de que ele seria, assim como Aires, uma espécie de alter ego de Machado e daí viriam as semelhanças entre narrador e autor nos textos da série⁴⁰. Em contato com o periódico, Machado parece ter utilizado aquele espaço privilegiado do periódico, em alguns poucos momentos, para falar através de sua própria voz, como veremos mais a frente. Mesmo com toda a elaboração narrativa de “A Semana” é impossível simplesmente admitir que o narrador se assemelha a Machado (faz aniversário na mesma data, foi amigo íntimo do livreiro Garnier pela mesma quantidade de tempo, etc). Parece muito mais que esse narrador, em alguns casos muito específicos, deixa Machado usar o seu espaço para falar aos leitores.

Todavia, não foi possível para Vale fazer seu trabalho sem recorrer à *Gazeta de Notícias*, especialmente no exame dos textos que versavam sobre a censura aplicada ao periódico durante a publicação da série⁴¹. Como a edição de Gledson abarca apenas os dois primeiros anos da série, Vale teve que buscar na *Gazeta de Notícias* os motivos de interrupção da série e, mesmo que as notas de Gledson sejam muito completas nesse momento, não recorrer ao periódico comprometeria a análise de “A Semana” como um

³⁹ VALE, Jackson de Souza. *Cidadania política e finanças em Machado de Assis: A série A semana (1892-1897)*. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, [s.n.], Juiz de Fora, MG: 2011, p. 44.

⁴⁰ Idem, p.42.

⁴¹ O periódico foi censurado pelo governo federal devido a um editorial publicado por Ferreira de Araújo que vinha com o já tradicional título “Cousas Políticas”. O texto apresentava severo tom de reprovação às atitudes do governo federal, tanto em relação à cassação dos títulos anteriormente oferecidos a Ruy Barbosa pelo exército, como também no que diz respeito à ideia de permanência de Floriano Peixoto no governo da República. ARAÚJO, Ferreira. “Cousas Políticas”. 27 de novembro de 1893. O jornal só voltaria a ser publicado em janeiro do ano seguinte.

todo, pois era preciso compreender as mudanças que o narrador apresentava na volta da série e Gledson não analisou as crônicas posteriores. Mesmo que Vale procure na *Gazeta* algumas das informações que necessita para compreender a série lida na edição organizada por John Gledson, o autor acaba por perder alguns outros detalhes que a leitura integral do periódico oferece. Para Vale, por exemplo, estaria claro que “O Encilhamento e seus impactos formam o principal assunto abordado nas crônicas”⁴². Em contato com a *Gazeta* fica impossível negar que o papel da crônica é o de editorial dos números de domingo. Não há nela assunto principal, ela tem a função de apresentar uma “releitura” dos assuntos que o periódico trabalhara anteriormente. Dessa forma, temas como as discussões nas câmaras, o papel da ciência ou cidadania são igualmente recorrentes.

No que diz respeito à leitura na edição de Aurélio Buarque de Holanda, Vale chegou a uma conclusão que parece estranha para quem leu os textos na *Gazeta de Notícias*. Para ele “Machado de Assis encerrou a série A semana em 28 de fevereiro de 1897. No entanto, ele ainda escreveu mais duas crônicas para ela em 1900”⁴³. A constatação, um tanto confusa, decorre do fato de Aurélio Buarque ter inserido essas duas crônicas no seu terceiro volume⁴⁴. Entretanto, ao realizar a leitura na *Gazeta de Notícias*, essa afirmação perde o sentido. Em seu suporte original, pode-se dizer, grosso modo, que a série é ininterrupta por 247 semanas. As poucas exceções são justificadas detalhadamente no periódico com duas crônicas de Ferreira de Araújo que informam que o cronista teve um contratempo, mas logo voltará e com a já citada censura que impediu não somente a série, mas todo o periódico de circular. E em 28 de fevereiro, ao publicar a última crônica da série, Machado colocava seu narrador para se despedir:

Leitor, Deus gastou seis dias em fazer este mundo, e repousou no sétimo. Ora, Deus podia muito bem não repousar, mas quis deixar um exemplo aos homens. Daí o nosso velho descanso de um dia, que os cristãos chamaram do Senhor. Eu não sou Deus, leitor; não criei este mundo, tanto que lhe acho algumas imperfeições, como a de nascerem as uvas verdes, para engano das raposas. Eu as faria nascer maduras e talvez já engarrafadas. Mas criticar obra feita não custa; Deus não podia prever que os homens não se limitassem a falsificar eleições e fizessem o mesmo ao vinho.

Vamos ao que importa. Se Deus descansou um dia, depois de seis dias de trabalho, força é que eu descanse algum tempo depois de uma obra

⁴² VALE, Jackson de Souza. *Cidadania política e finanças em Machado de Assis*. Op. cit, p.73.

⁴³ Ibidem, p.85.

⁴⁴ MACHADO DE ASSIS. *Obras completas de Machado de Assis*. A semana, 3º volume (1896-1900). Edição de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. São Paulo: Editora Mérito, 1959.

de anos. Há cerca de cinco anos que vos digo aqui ao domingo o que me passa pela cabeça, a propósito da semana finda, e até sem nenhum propósito. Parece tempo de repousar o meu tanto. Que o repouso seja breve ou longo, é o que não sei dizer; vou estirar estes membros cansados e cochilar a minha sesta.⁴⁵

Fora a assiduidade exemplar da série e o fato de o narrador ter se despedido e avisado que encerrava ali seu trabalho, e iria descansar do ofício de cronista por um tempo não previsto, há ainda outros problemas ao considerar duas crônicas de 1900 como parte da série. Esses dois textos até podem ter ocupado o mesmo espaço que ocupava “A Semana” (o editorial de domingo), contudo não apresentavam nenhuma referência interna que faça supor ser uma continuação da série e nem mesmo tinham o mesmo nome no periódico: apareceram na *Gazeta de Notícias* como “Chronica”, título que já estava presente, eventualmente, no próprio período de publicação da série e que foi publicado em vários espaços do periódico, não somente no editorial.

Outro pesquisador que utilizou a edição organizada por Gledson foi Dilson Pereira da Cruz. Como escolheu ater-se apenas à versão organizada por Gledson, o autor utilizou o recorte temporal da edição organizada pelo crítico e teve que olhar a série apenas até a primeira interrupção, causada pela censura aplicada ao periódico. Para Cruz, essa série de crônicas seria diferente de outras, porque “assuntos importantes cedem a vez a fatos irrelevantes ou mesmo à ficção pura e simples”⁴⁶. Essa “ficção pura e simples” era, na verdade, a própria forma da crônica de tratar dos ditos “assuntos importantes”. Machado utilizou personagens ficcionais (o narrador, mas também o criado José Rodrigues, que ganhou pouca atenção no trabalho de Cruz, já que apenas parte da série foi analisada) e narrativas ficcionais dentro da série para tratar de assuntos essencialmente políticos, como as eleições, a Revolta da Armada, o federalismo, a Guerra de Canudos, entre outros. Cruz considerou fazer um exercício de comparação para validar seu argumento:

(...) pode-se tentar um cotejamento com os textos da coluna *Comentários da Semana*, publicados por Machado no *Diário do Rio de Janeiro*, na década de 1860. Em princípio, as duas colunas teriam o mesmo objetivo, mas, quando são comparadas, percebe-se que na *Gazeta de Notícias* as ocorrências da semana são sistematicamente colocadas de lado até que acabam por ceder vez ao próprio ato de narrar, enquanto nos textos do *Diário* não só a menção aos fatos é

⁴⁵ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 28 fev., 1897, p.1.

⁴⁶ CRUZ, Dilson Ferreira. *Estratégias e Máscaras de um fingidor: a crônica de Machado de Assis*. São Paulo: Nankin Editorial, 2002, p.19.

mais direta e duradoura, mas também a opinião do cronista se faz sentir de forma mais explícita (...)⁴⁷

Talvez pela pouca familiaridade de Cruz com a *Gazeta de Notícias*, a intertextualidade entre o periódico e a série não fique clara para o autor. Mas ao realizar a leitura da série no periódico fica difícil acreditar que as ocorrências da semana estivessem sendo deixadas de lado. Mesmo que Machado estivesse investindo recursos literários na construção da série, em nenhum momento “as ocorrências da semana são deixadas de lado”. O ato de narrar, ao contrário disso, é elaborado com a finalidade de enriquecer o teor literário das crônicas que, nem por isso, deixaram de dialogar com o periódico. Considerando os refinados artifícios literários utilizados por Machado na série, é possível perceber porque Cruz acreditou que o ato de narrar tomou o lugar das notícias: ao ler a série fora do periódico, mesmo com o auxílio das notas de Gledson, Cruz não conseguiu perceber que os recursos literários na verdade mascaravam as próprias notícias e que a opinião do cronista, mesmo camuflada, estava presente nas crônicas de “A Semana”. O momento de crise política enfrentado nos primeiros anos da República por alguém que era também funcionário público exigia de Machado de Assis uma posição ponderada. Suas críticas teriam que ser obrigatoriamente veladas, mas para os leitores da *Gazeta de Notícias*, que viam as crônicas dentro do periódico, não seria possível ignorar que as ocorrências da semana eram na verdade os temas centrais do editorial de domingo. O valor literário da série, que parece ser a principal causa defendida por Cruz em seu trabalho, é, de fato, inegável. Mas isso não significa que Machado tenha “colocado de lado” as discussões políticas de seu tempo. Esse argumento parece servir para defender a qualidade literária da série, mas também deslegitima seu papel social, de tentar interferir no cotidiano, como é recorrente na literatura como um todo e, não somente nas crônicas.

Ainda tentando defender a elaboração narrativa da série, Cruz acabou considerando, partindo de sua metodologia de análise do discurso, que a série apresentava (isso apenas nos dois primeiros anos!) uma multiplicidade de vozes que tornava impossível conhecer o narrador. Como Vale observou, ao analisar o trabalho de Cruz, existe mais de uma voz na série, mas isso não quer dizer que seja impossível, ao observar o conjunto de todos os textos, encontrar o narrador putativo⁴⁸.

⁴⁷ Idem, p.20.

⁴⁸ VALE, Jackson de Souza. *Cidadania política e finanças em Machado de Assis*. Op. cit. p.72.

Outro uso comum da série por pesquisadores foi aproveitá-la apenas como fonte secundária, quando o foco central da pesquisa recaía sobre romances ou contos de Machado de Assis. Nesses casos, como a fonte principal era outra, o esforço de ler uma série tão longa por inteiro em um jornal diário não foi empreendido. As crônicas acabaram aparecendo como apoio para a leitura dos romances/contos e, tendo sido lidas fora do periódico, acabaram perdendo seus significados e sendo interpretadas de formas literais. Richard Miskolci foi um dos pesquisadores que fez esse tipo de movimento. Ao analisar *Dom Casmurro*, o autor utilizou a série para reforçar seu argumento sobre o caráter inovador das visões de gênero de Machado:

Em termos foucaultianos, é possível dizer que a velha ordem social não rompia com a anterior, antes se reinscrevia na nova em uma dinâmica histórica que permite acompanhar o sempre enigmático fenômeno social que as meras expectativas de ruptura ou continuidade não conseguem enxergar. Nesse momento de reinscrição do passado no presente, Machado se sintonizava com posições políticas avançadas. Ele defendeu o direito da mulher ao voto e até mesmo à candidatura política em um artigo de jornal de 1895, portanto, afinando-se com as questões que também marcavam a sociedade europeia e norte-americana do período.⁴⁹

Segundo referência do próprio autor, o artigo citado diria as seguintes palavras: “Se a mulher pode ser eleitora, por que não poderemos eleva-la à presidência? O nascimento dá uma Catarina da Rússia ou uma Isabel de Inglaterra, por que não há de o sufrágio da nação escolher uma dama robusta capaz de governo?”⁵⁰. Acontece que essa crônica, de 20 de janeiro de 1895, era totalmente irônica. Nela, o narrador discutia sim as possíveis implicações do voto feminino, mas dizer que ele “se afinava com posições políticas avançadas” não se justifica na leitura da crônica em contato com o periódico. Enquanto outros periódicos discutiam o direito feminino ao voto⁵¹, a *Gazeta de Notícias* estava justamente discutindo a ausência do eleitorado (que era essencialmente masculino) nas urnas. O narrador da série, em diálogo com o jornal, fazia suposições sobre os resultados da inserção feminina nos processos eleitorais, de forma irônica, demonstrando observar a possibilidade com perplexidade:

⁴⁹ MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX* (Coleção Queer). São Paulo: Annablume, 2013, p. 90.

⁵⁰ MACHADO DE ASSIS, Apud: PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

⁵¹ BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1981. Destaca entre esses especialmente *O Echo das Damas* (1879 – 1880/ 1885 – 1888) e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1890 – 1896).

Onde há melhor regime que entre as abelhas? O mais que pode suceder, em um povo de namorados como o nosso, é dispersarem-se os votos, pela prova de afeição que muitos eleitores quererão dar às amigas da sua alma; mas com poucos votos se governa muito bem.⁵²

Machado se utilizava dessa suposição muito mais para falar sobre os homens do que sobre as mulheres. O assunto foi tratado para falar mais das obrigações dos cidadãos republicanos do que da luta das mulheres direitos civis. Através de seu narrador, ele criticava os eleitores que não compareciam às urnas, dizendo que se fosse para votar em uma eventual namorada, talvez os homens brasileiros se dispusessem a sair de casa e votar e ainda finaliza ressaltando a situação enfrentada pelo país de forma irônica: “com poucos votos se governa bem”.

Enquanto isso, estudiosos que realizaram a leitura da série diretamente no periódico onde foi originalmente publicada, a *Gazeta de Notícias*, tiveram respostas diferentes para a questão do narrador e, a partir dessas respostas, chegaram a interpretações outras a respeito dos sentidos da série. Ana Paula Cardozo de Souza, por exemplo, ao realizar a leitura da série dentro do periódico, com o auxílio de outros jornais da década de 1890, percebeu as discordâncias entre narrador da série e demais colunas do periódico, considerando-as vestígios dos mecanismos que Machado utilizou para construir o humor através do narrador ficcional. A leitura da série completa também possibilitou que a autora encontrasse, através das diferentes posições tomadas pelo narrador ao longo desses cinco anos, indícios das intenções de Machado a respeito da República. Através da intertextualidade existente entre série e periódico – e até mesmo entre “A Semana” e outros órgãos da imprensa ou obras literárias –, a pesquisadora conseguiu notar que:

A repetição de características, cacoetes, temas e abordagens fazem a unidade e também a singularidade de “A Semana”. A comparação com outras crônicas, publicadas no mesmo periódico, corrobora esta hipótese, ao passo que denota o empenho aplicado na composição desses escritos machadianos.⁵³

Ao entrar em contato com essa série, é preciso compreender que ela foi produzida em um determinado momento da imprensa nacional no qual as formas e os objetivos de publicar literatura eram outros. Os intelectuais estavam interessados em defender qual deveria ser o projeto de República a prosperar, já que a proclamação era ainda muito recente. As dificuldades econômicas e políticas enfrentadas pela jovem República Brasileira faziam dos jornais um dos poucos espaços profícuos para debater o

⁵² “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 20 jan., 1895. p.1.

⁵³ SOUZA, Ana Paula Cardozo de. *Machado de Assis e a República de "A Semana"*. Op. cit., p.21.

futuro da nação e a literatura funcionou também como outro espaço para levar essas discussões aos leitores. Se temas como escravidão e monarquia já eram anteriormente discutidos nessas colunas, nesses primeiros anos da República o valor político de discussão da literatura do jornal não se perdeu. As relações entre a literatura e a imprensa no século XIX foram muito específicas e se caracterizaram por um elo de interdependência. Os literatos brasileiros do Oitocentos foram, na maior parte das vezes, intelectuais cotidianamente envolvidos com a imprensa. O jornal fazia da literatura um assunto popular, ao levar os textos literários a um número cada vez maior de pessoas para o contexto da Primeira República, e fazia de muitos dos literatos do período, os homens mais reconhecidos do Segundo Reinado e da Primeira República⁵⁴. Estudiosos observaram esse fenômeno em outros gêneros literários que eram frequentemente estudados no formato de livro, como romances e contos e, a partir desse entendimento, passaram a estudar tais obras dentro de seus suportes originais de publicação. Suas conclusões apontaram para o caráter político desses textos. Assim foi possível observar literatos tentando compreender as questões que, naquele momento, eram urgências. A indeterminação histórica colocava diante desses homens a necessidade de defender seus ideais com afinco, porque seria impossível prever os rumos que cada uma das discussões políticas travadas na imprensa tomaria no dia seguinte⁵⁵. As páginas dos jornais e revistas foram espaços consagrados de sociabilidade e de disputas políticas e sociais no XIX⁵⁶. As discussões presentes nesses textos são, portanto, vestígios das contradições e dos impasses do momento de publicação. Estão presentes ali os argumentos pertencentes aos projetos vencedores, mas também os que justificavam os projetos vencidos. Ao conseguir observar esses intelectuais discutindo o cotidiano e buscando soluções para os problemas políticos e sociais do país, foi possível tentar dessacralizar as obras e, observá-las apenas como fontes⁵⁷. Dessa forma, é possível devolver esses textos às discussões do momento de produção e, compreender os sentidos das obras em seus momentos de publicação.

⁵⁴ PEREIRA, Leonardo Affonso. *O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2004.

⁵⁵ Sobre indeterminação histórica e imprensa oitocentista, ver: CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em Cousas Miúdas: capítulos de história social na crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

⁵⁶ NEVES, Margarida de Souza, "Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas". In: CÂNDIDO, Antônio (org.). *A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Campinas/ Rio de Janeiro: Ed. Da Unicamp/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, pp. 75-92.

⁵⁷ CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo (orgs.). *A História Contada: Capítulos de História Social da Literatura*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1998.

Nesse sentido, a crônica ficaria responsável por transformar discussões políticas em texto acessível e divertido para o grande público. Com esse objetivo, ela ganhou o gosto popular. Neves apontou que, além da função de entretenimento, a crônica apresentava um “sentido pedagógico”⁵⁸ ao tratar dos mesmos assuntos trabalhados em outras colunas de forma mais lúdica e didática. O gênero surgiu na França na primeira metade do século XIX com aspectos literários e jornalísticos. Nesse primeiro momento, o “Folhetim”, espaço de rodapé do jornal, seria dedicado a variedades e dali nasceria a primeira versão da crônica, como também os folhetins-romances que posteriormente fariam sucesso no Brasil. Entretanto, mesmo com suas primeiras bases nesse modelo de folhetim, a crônica seria um texto literário um tanto diferente do seu predecessor⁵⁹. Lúcia Granja, por exemplo, aponta que a crônica oitocentista é oriunda do folhetim, anterior a ela e que, no rodapé das páginas dos jornais franceses, dedicava-se ao entretenimento como forma de conquistar um público que pouco poderia esperar dos periódicos censurados pelo governo napoleônico⁶⁰.

Se por um lado, os literatos envolvidos na publicação de crônicas estavam, entre outras coisas, diariamente tentando interferir no comportamento do seu público leitor – condenando atitudes específicas, incentivando outras posturas –, por outro lado, a crônica também dependia de uma resposta dos leitores. Os interesses do público pautavam a escolha dos temas, devido à finalidade de manter a crônica como uma leitura agradável, especialmente num momento de crise da imprensa⁶¹. Além disso, o próprio estilo da crônica deveria ser um dos aspectos possivelmente reorganizados ao longo das séries, com a finalidade de conquistar e/ou manter os compradores dos periódicos. A resposta do público, tanto em compra dos jornais, quanto em cartas com elogios ou críticas aos intelectuais poderia ser um dos aspectos levado em consideração para realizar essas alterações. Dificilmente poderemos olhar para a crônica como uma

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁶⁰ GRANJA, Lúcia. *Machado de Assis – Primeiras Crônicas: O surgimento do Grande Ironista*. Tese de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 1992. Necessário considerar que o folhetim de que a autora fala não era ainda o específico folhetim de romances seriados, mas sim qualquer texto que ocupasse aquele espaço e tivesse cunho recreativo e, aos poucos, esse folhetim francês se dividiu em diversos tipos de textos jornalísticos, entre eles, a crônica.

⁶¹ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

produção que depende somente da vontade do autor⁶². Mais do que qualquer outro gênero, ela se constrói em contato com a plateia e, depende, portanto, da avidez dos aplausos ou vaias.

Igualmente alegre e crítica, a crônica oitocentista brasileira caracterizava-se como um meio termo entre o literário e o jornalístico⁶³. O gênero conquistou o Brasil, como muitos outros adventos da imprensa francesa, em pouquíssimo tempo e faria parte integrante da maioria dos periódicos nacionais quase que concomitantemente ao que aconteceria na França. A crônica seria um palco para as disputas políticas do mundo público em cada um dos embates enfrentados no Brasil Império e República⁶⁴. Esse gênero híbrido necessita ser lido *na imprensa* porque se alimentava das notícias, dos telegramas, dos anúncios.

Autores que utilizaram essa metodologia em outras séries de crônicas observaram que a construção dos sentidos se dá justamente no contato com os periódicos. A breve série “A + B” foi analisada dessa forma por Chalhoub, que relacionou o título e a assinatura desses textos (João das Regras) aos problemas financeiros dos últimos anos do Império e, em especial, às discussões sobre a lei orçamentária de 1887. Observando como esses temas estavam sendo tratados na *Gazeta*, Chalhoub pôde notar que João das Regras apresentava os diálogos entre os personagens A e B representando as muitas dúvidas que os leitores provavelmente tinham em relação a toda a discussão financeira⁶⁵. Pereira, ao analisar as mudanças no carnaval ao longo do século XIX, deparou-se com um narrador dubio, o relojoeiro Policarpo que, ao mesmo tempo em que imitava as opiniões dos intelectuais envolvidos com a *Gazeta* e outros periódicos, também expunha as contradições e a arbitrariedade contida nas novas propostas para o carnaval brasileiro⁶⁶. Ramos, ao examinar a elaboração ficcional na série coletiva “Balas de Estalo”, observou que Machado criara um narrador que se

⁶² CÂNDIDO, Antônio. “A Vida ao rés-do-chão”. In: _____. *A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Campinas/ Rio de Janeiro: Ed. Da Unicamp/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

⁶³ CHALHOUB, Sidney. “A crônica machadiana: problemas de interpretação, temas de pesquisa”. *Remate de Males*, 2010.

⁶⁴ MEYER, Marelise. “Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a chronica”. In: CÂNDIDO, Antônio (org.). *A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Campinas/ Rio de Janeiro: Ed. Da Unicamp/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

⁶⁵ CHALHOUB, Sidney. “A arte de alinhar histórias. A série ‘A + B’ de Machado de Assis”. In: CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em Cousas Miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

⁶⁶ PEREIRA, Leonardo. *O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Op. cit.

construía com base em um programa coletivo de série, dialogando com outros autores na confecção de seu personagem. Além disso, através de uma análise conjunta da série *dentro* do periódico, notou que as complicações enfrentadas na luta pela emancipação escrava na década de 1880 tiveram efeitos na construção da personalidade de Lélío, o narrador de Machado nas “Balas de Estalo”⁶⁷.

Neste caso, ler “A Semana” na *Gazeta de Notícias* foi fundamental para que as questões aqui presentes se construíssem. Somente conhecendo os debates políticos e sociais presentes na *Gazeta* é que alguns aspectos da série tornam-se mais acessíveis. As referências frequentes a diversas notícias que Machado construiu através de seu narrador podem ser superficialmente compreendidas se lidas fora do periódico, mas os sentidos que Machado reconstrói para os textos anteriormente publicados na imprensa brasileira só podem ser assimilados através de uma leitura conjunta. As próprias escolhas dos temas das crônicas não eram inocentes e a leitura dessa série no suporte original de publicação se fez necessária para procurar as intenções desse literato tão irônico na seleção de seus temas e até mesmo na exclusão dos assuntos que costumava evitar. Dessa forma, torna-se necessária uma aproximação em relação ao periódico.

1.2. O apelo popular da *Gazeta de Notícias*

A *Gazeta de Notícias* iniciara suas publicações em 1875 apresentando-se como “um corpo coletivo, e a soma dos sentimentos, da alegria e do juízo”⁶⁸ de todos os redatores envolvidos e afirmando-se como um periódico essencialmente jovem, mas capaz de lidar com as responsabilidades que lhe coubessem. Afirmava já em sua primeira edição que publicaria “todos os telegramas políticos e comerciais, tanto do país como do estrangeiro”⁶⁹ e dizia que trataria apenas de “questões de interesse geral, aceitando neste terreno o concurso de todas as inteligências”⁷⁰, já que não era uma folha com vínculo partidário. O periódico prometia ao mesmo tempo ofertar o folhetim-romance e o folhetim de atualidades, no qual garantiria: “artes, literatura, teatros,

⁶⁷ RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas Balas de Estalo de Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

⁶⁸ FERREIRA DE ARAÚJO. “Folhetim da *Gazeta de Notícias*”. *Gazeta de Notícias: Prospecto*. 2 ago., 1875, p.2.

⁶⁹ AGÊNCIA HAVAS-REUTER. “Telegramas”. *Gazeta de Notícias: Prospecto*. 2 ago., 1875, p.1. O anúncio da agência Havas-Reuter é interessante para perceber o quanto a proposta era moderna. Os telegramas eram objeto de verdadeiro fascínio, por simbolizarem o que de mais tecnológico havia na comunicação internacional. Anos depois, em “A Semana”, o narrador ainda iria utilizar os pequenos textos para criar humor, evidenciando como essas notícias, em muitos casos, não eram tão confiáveis quanto pareciam. Sobre a admiração da modernidade pelo telégrafo, ver BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006, p. 137.

⁷⁰ *Gazeta de Notícias: Prospecto*. 2 ago., 1875, p.1.

modas, acontecimentos notáveis, de tudo a *Gazeta de Notícias* se propõe trazer ao corrente de seus leitores”⁷¹. Num tom bem humorado, as colunas destinadas à apresentação do periódico negavam-se a cumprir sua própria função⁷². Na inauguração da coluna “Folhetim” publicada na primeira página, Bob dizia:

Havia de ter sua graça se *Gazeta de Notícias* vinha a lume com um artigo chorumento a explicar às populações como e porque forma vem concorrer para a salvação do estado e a marcha da civilização. Pois a gente sabe lá hoje o que há de fazer amanhã? Sabe se há de defender Beltrano ou atacá-lo, se tem de prestar um serviço ao pequeno comércio ou advogar a causa dos acendedores de gás? Sabe-se lá se terá de ocupar-se de teatros ou se de preferência dará notícia de um bom livro, duma *toilette* nova, duma originalidade qualquer ou de qualquer banalidade?⁷³

Além disso, propunha ainda uma variedade de informações sobre produtos e serviços. Desses anúncios, Machado retiraria, 16 anos depois, grande parte da matéria-prima das crônicas de “A Semana”:

A *Gazeta de Notícias* fornecerá aos seus assinantes as informações /comerciais que mais possam interessar-lhes, procurando assim merecer sua benevolência e proteção.⁷⁴

Assim se apresentava a *Gazeta* ao público, com a ousada tiragem inicial de 12 mil exemplares diários, já contando com o primeiro folhetim-romance⁷⁵, diversos anúncios e telegramas. O periódico anunciava ainda uma grande novidade, que logo seria imitada por outros grandes jornais do período e marcaria a história da imprensa nacional: a venda avulsa. A proposta de ser um jornal de amplo acesso fez da *Gazeta* uma folha barata – custava apenas dois vinténs –, de fácil leitura, carregada de colunas literárias, vendida em todas as esquinas centrais do Rio de Janeiro, pontos de bonde, quiosques e cafés. A venda nas ruas elevou a tiragem a patamares que os jornais que tinham apenas vendas para assinantes jamais alcançaram⁷⁶.

⁷¹ Idem.

⁷² É importante observar como essa atitude de cumprir as funções tradicionais dos periódicos brasileiros dizendo não fazê-lo se apresentava já como uma característica da *Gazeta de Notícias* no prospecto e estaria ainda presente no periódico na época de publicação da série, inclusive na voz do narrador d’“A Semana” que, ao exercer o papel de editorial, frequentemente se negava a analisar determinado assunto, mesmo sabendo que era o tema central da semana, mas ao fim da crônica, o assunto havia sido comentado.

⁷³ BOB. “Folhetim”. *Gazeta de Notícias: Prospecto*. 2 ago., 1875, p.1.

⁷⁴ *Gazeta de Notícias: Prospecto*. 2 ago., 1875, p.1.

⁷⁵ O periódico apresentaria, já no Prospecto, o seu primeiro folhetim: “O cabeça de ferro” de Gustavo Aymard.

⁷⁶ BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio - Imprensa, poder e público (1880-1920)*. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2000.

O periódico fez questão de se mostrar completamente aberto a todas as opiniões políticas, democrático em todos os assuntos e capaz de agradar a qualquer um que se dispusesse a assinar, ou mesmo comprar os números avulsos. Em primeiro lugar é preciso considerar aqui que a promessa de um jornal “democrático”, aberto a todas as discussões incluía também, no prospecto, as mulheres, mesmo que essa inclusão, ao longo das publicações, se tornasse parcial. Houve mulheres (personagens, assinantes, escritoras, anunciantes, etc) em muitas partes da *Gazeta*, mesmo que a maioria dos literatos envolvidos no projeto fosse do sexo masculino.

Num primeiro momento, era essa a sensação que a *Gazeta* tentava passar aos possíveis futuros leitores: a de juventude e popularidade. Elísio Mendes, Manoel Carneiro e Ferreira de Araújo fundavam o periódico justamente no momento em que a imprensa brasileira estava passando por um processo de modernização. Foi na década de 1870 que o jornalismo de opinião, extremamente ligado às esferas políticas, começou a dar espaço também a outros assuntos, em especial à literatura, que seria tão querida desse periódico. Interessada em atingir novos públicos entre as camadas médias da sociedade brasileira, a *Gazeta* surgia enquanto “a imprensa criava suas respostas a uma nova urbanidade”⁷⁷, pretendendo-se mais moderna, mais democrática. A *Gazeta de Notícias* teria papel fundamental nesse processo, ao discutir a modernização do Rio e do Brasil, em linguagem acessível e divertida e a preço baixo.

Nesse sentido, nos 16 anos que separam o prospecto do primeiro número contendo uma crônica da série “A Semana”, a *Gazeta de Notícias* apresentou estrondoso crescimento, duplicando sua publicação ainda na década de 1880 e alcançando os 40 mil exemplares diários antes do início da série. O crescimento se deu num momento de franca ascensão da imprensa, da literatura e até da educação formal no país. A imprensa chamada empresarial, nesse momento, ganhava força⁷⁸. Esses jornais já contavam com números inacreditáveis de leitores em relação ao tamanho da população letrada no país⁷⁹. Além disso, surgiram muitos periódicos e o número de vendas aumentava progressivamente.

⁷⁷ RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas Balas de Estalo de Machado de Assis*. Op. Cit., p. 43.

⁷⁸ ANDRADE, Débora El-Jaick. “A imprensa como tribuna dos intelectuais no século XIX: O Guanabara em defesa da arte e dos artistas nacionais”. In: ENGEL, Magali Gouveia, SOUZA, Flávia Fernandes de, GUERELLUS, Natália de Santanna. *Os intelectuais e a Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2015.

⁷⁹ A *Gazeta de Notícias* tinha uma tiragem de 40 mil exemplares entre 1892 e 1897, sendo que no Rio de Janeiro havia aproximadamente 500 mil habitantes e apenas entre 1 e 7% da população era alfabetizada (Dado retirado de: NEVES, Margarida de Souza, “Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso

O crescimento da imprensa nacional, que havia dado seus primeiros passos tão pouco tempo antes, pode ser considerado estrondoso, levando em conta que entre 1860 e 1870 o número de livrarias havia sido duplicado e, mesmo assim, na década de 1880 continuava o clima de progresso no campo editorial. Durante o Segundo Reinado, a frequência a bibliotecas e a compra de livros aumentavam a cada ano. Surgiam também, nesse período, os primeiros profissionais especializados em mercado editorial no Brasil e, pela primeira vez, havia estabelecimentos específicos para discutir literatura, vender jornais, livros e, obviamente, desfrutar o prazer da leitura. A literatura e a imprensa tornavam-se, nesse momento, espaços de sociabilidade figurativa e literalmente. A esfera pública literária brasileira assumia um papel cada vez mais significativo nas discussões políticas⁸⁰. O papel dos jornais nesse processo foi tanto de divulgador da literatura como de crítico literário⁸¹.

A *Gazeta de Notícias*, com sua inicial promessa de fornecer literatura, foi uma das principais responsáveis por esse processo. Com publicações escritas pelos mais renomados intelectuais brasileiros – nomes como Capistrano de Abreu, Olavo Bilac, Euclides da Cunha e Eça de Queirós–, repleta de assuntos muito diversificados, a *Gazeta de Notícias* conseguiria logo ser um periódico com público variado, como prometera em sua primeira aparição. Como afirmou Vale, em seus primeiros anos de publicação:

(...) a folha propiciou a escritores quase desconhecidos espaço para que eles apresentassem ao público leitor seus trabalhos e ideias, contiguamente a autores de renome nacional e internacional, como Eça de Queirós, Émile Zola, Machado de Assis, Coelho Neto, entre outros. Propiciava, ainda, uma fonte de renda para os seus colaboradores.⁸²

Na década de 1890, o periódico já estava consolidado e a presença de intelectuais selecionados e nacionalmente reconhecidos tornara-se também um de seus principais chamarizes de vendas. Os intelectuais envolvidos com a *Gazeta* receberiam

nas crônicas cariocas". In: CÂNDIDO, Antônio (org.). *A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Campinas/ Rio de Janeiro: Ed. Da Unicamp/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, pp. 75-92). Mesmo considerando que a noção de pessoa alfabetizada no século XIX subentendia aptidão para escrita e a escrita só era ensinada após a leitura, há ainda de se pensar que as práticas de leitura eram outras e, muitas vezes, um jornal (ou parte dele) era lido por mais de um assinante.

⁸⁰ O conceito de “esfera pública literária” definida como portadora de “suas próprias instituições e plataformas de discussão” e marcada por um conjunto de experiências da privacidade ligado ao público (leitura e escrita, por exemplo) foi desenvolvido por Habermas e define ainda que essa esfera faz parte da “esfera pública política”. HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1984, p. 68.

⁸¹ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados*. Op. cit.

⁸² VALE, Jackson de Souza. *Cidadania política e finanças em Machado de Assis*. Op. cit., p.20.

não somente reconhecimento nacional e oportunidade de difusão de suas ideias e opiniões em larga escala, como também os maiores salários da imprensa nacional. Machado de Assis receberia 150 mil réis mensais para escrever a série “A Semana”⁸³. Nas próprias colunas de teor não ficcional, aos poucos, a *Gazeta* passou a ser reconhecida também como um periódico de caráter literário. Ao longo das publicações, esse atributo só se intensificou. Não somente o jornal falava sobre literatura, publicava textos literários como também usava tom literário para discorrer sobre as notícias cotidianas. Com o intuito de formar opinião sobre os principais temas da sociedade brasileira¹⁵, a *Gazeta de Notícias* utilizou a literatura como arma, mesmo que nem sempre tenha conseguido convencer seus leitores.

Por outro lado, na década de 1890 a crise econômica e política do início da República alcançou a imprensa e freou os avanços que há décadas marcavam a história dos periódicos brasileiros⁸⁴. Foi nesse contexto de inicial choque diante da repercussão da crise política na imprensa que a série “A Semana” passou a ser escrita por Machado de Assis e publicada pela *Gazeta de Notícias*, quando, os periódicos nacionais passaram a lidar com uma situação de adversidade. Mesmo que a folha tivesse vivido um longo período de ascensão desde sua criação, com aumento sequencial da tiragem, pouquíssimas interrupções de publicação, os primeiros anos da República foram críticos para toda a imprensa e para a *Gazeta de Notícias* não foi diferente. A perseguição política aos opositores do governo de Floriano atingiria o periódico em cheio durante a Revolta da Armada, quando os jornais brasileiros ficaram proibidos de noticiar os bombardeios no litoral carioca.

O Diário Oficial de 14 de outubro de 1893 nos informa sobre os atos do poder executivo. O decreto N.º 1563 de 13 de outubro declara em estado de sítio a Capital Federal e os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O decreto N.º 1565 do mesmo dia, regula a liberdade de imprensa durante o estado de sítio. Esta ficava proibida de publicar notícias a respeito da revolta que não tivessem sido comunicadas pelo governo. Proibia também

⁸³ PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: Estudo Crítico-biográfico*. 6ª ed, Editora Itatiaia\USP,. P.212. Apud: VALE, Jackson de Souza. *Cidadania política e finanças em Machado de Assis*. Op. cit.

⁸⁴ Ver FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados*. Op. cit. Na década de 1890, segundo a autora a crise econômica do início da República foi responsável pela falência de um grande número de periódicos, além do encerramento de atividades de algumas livrarias. Enquanto isso, a crise política orientou uma forte censura por parte dos primeiros governos republicanos, que promoveram destruição de gráficas, empastelamento de jornais, além de exílio e prisões de intelectuais envolvidos.

qualquer ato contrário à independência, integridade e dignidade da Pátria, à constituição da República e seu governo⁸⁵

O posicionamento da *Gazeta de Notícias* frente à perseguição política que o governo federal impunha aos críticos na imprensa destoou da leveza comum no periódico. Ferreira de Araújo não se calaria diante dos atos do governo, o jornalista publicou diversos textos que apresentavam avaliações severas a respeito das práticas autoritárias do governo de Floriano Peixoto no ano de 1893⁸⁶. A resposta, todavia, veio muito rapidamente, evidenciando que a tirania que Ferreira de Araújo denunciava através do periódico era fato concreto. O jornal teve sua publicação suspensa por duas semanas naquele ano. Esse seria um dos marcos da série, quando Machado, então funcionário público, já recentemente acusado de ser monarquista, teria que criar diversas alternativas narrativas para manter “A Semana” em funcionamento sem despertar novamente a ira do governo. Dessa forma, seria quase impossível compreender as mudanças nesses textos sem a leitura do periódico, já que é de uma coluna de Ferreira de Araújo que decorre a maior alteração sofrida pela série nos cinco anos de publicação.

Diferente do que se poderia esperar, o retorno não foi marcado por um período de placidez política no jornal. Ao contrário disso, a *Gazeta de Notícias* continuou tecendo críticas muito duras ao governo federal. O que mudou, todavia, foi a forma de construir essas críticas, que apareciam em formatos mais sutis, muitas vezes sem citar nomes, através de textos literários ou disfarçadas em anedotas. A implicação disso na série foi visível e, a partir desse momento, Machado selecionou mais assuntos da esfera privada para tecer suas crônicas. Talvez nesse momento houvesse até mesmo uma maior demanda para discutir os fatos políticos no espaço da crônica de Machado, mas a cautela era a palavra de ordem. Os assuntos da esfera privada funcionaram não como uma fuga a atuação política por meio do jornalismo, mas como uma forma de atuar politicamente com prudência.

1.3. Onde há mulheres nessa imprensa tão popular?

⁸⁵ VALE, Jackson de Souza. *Cidadania política e finanças em Machado de Assis*. Op. cit.

⁸⁶ Importante observar como Ferreira de Araújo ocupou a figura marcante de redator-chefe, apontada por Habermas como responsável por assumir a maioria das funções dos jornais, como coleta de material, escrita e administração financeira do empreendimento. O autor considera que, antes do século XX, havia ainda vestígios de um impulso pedagógico e político na produção dos jornais que reduzia o teor empregatício das relações de trabalho nesse meio. A figura do redator-chefe, que posteriormente dividiria todas essas funções empresariais a proprietários de editoras ainda existia na *Gazeta de Notícias* na virada do século. HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1984. P. 214-215.

Olhar para as mulheres nos processos históricos quase sempre tem exigido reavaliações cuidadosas de fontes anteriormente já utilizadas⁸⁷. As fontes históricas mais tradicionais – os ditos documentos oficiais, a imprensa, até mesmo a literatura – foram, em sua maioria, produzidas por sujeitos do sexo masculino. Historiadoras têm se debruçado sobre documentos que fogem a essa regra como forma de tentar produzir história através dos vestígios femininos. Assim, se produziria não somente uma história ideologicamente feminista, mas também baseada nos olhares femininos sobre o passado. Por outro lado, há também um esforço em observar as fontes provenientes de autores masculinos como documentos produzidos em situações de disputa que evidenciam as relações de gênero⁸⁸. Além disso, é preciso considerar que, pela própria somatória de diversas outras categorias – raça, classe social, nacionalidade, profissão, etc – as vozes masculinas podem conter vestígios dos interesses de muitas mulheres.

Ao observar a *Gazeta de Notícias* como um periódico majoritariamente masculino em sua composição, o objetivo é apenas dizer que a maioria das perspectivas, olhares, opiniões e intenções presentes e disfarçadas nas letras daquelas páginas foram publicadas por sujeitos do sexo masculino. As visões ali impressas a respeito de mulheres estão organizadas através de olhares de homens que apresentavam diversos interesses acerca dos comportamentos femininos. Em contrapartida, isso não quer dizer que nessas fontes não residam vestígios de atuações femininas. Autores falaram sobre e para mulheres porque tinham intenções a respeito dos corpos e dos comportamentos delas. Além disso, as demandas das mulheres na esfera privada conquistavam espaço nas discussões públicas e políticas porque essas mulheres eram parte fundamental do público leitor. Enquanto que notícias sobre mulheres atuando nos espaços públicos evidenciam também que, a despeito de interesses pautados na manutenção de costumes, as mulheres, muitas vezes, ignoravam as tentativas masculinas de impor limites às suas ações. As relações de gênero, evidentemente, se dão também entre os homens e, as percepções sobre o que é ser mulher e como as mulheres devem agir socialmente têm

⁸⁷ GONÇALVES, Andrea Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Mesmo que existam tipos de fontes que se tornaram clássicas nos estudos feministas (como os diários ou as cartas escritas por mulheres), é impossível negar a importância de rever fontes anteriormente analisadas sem a noção de gênero. Mesmo nos trabalhos que procuraram avaliar apenas fontes novas, as autoras têm que lidar com fontes secundárias que anteriormente já haviam sido trabalhadas sobre outras perspectivas.

⁸⁸ Aqui é preciso observar o caráter relacional do conceito de gênero, tão bem apresentado por Joan Scott, no clássico "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Se o gênero é socialmente construído a partir das relações entre os sexos, as peculiaridades dessas relações possivelmente estão presentes também nos produtos das relações de gênero, entre elas, a imprensa (mesmo que tratemos de uma imprensa constituída em sua maioria por homens). SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul. – dez. 1995.

sido moldadas em conjunto com as noções acerca da masculinidade. A detenção dos mecanismos produtores de conhecimento⁸⁹ fez dos homens os maiores responsáveis pela escrita e difusão dessas discussões, mas não pôde inibir a presença feminina em pautas que eram, substancialmente, sobre mulheres.

A *Gazeta* é, nesse sentido, uma fonte que possibilita encontrar vestígios de ações femininas. Seu enfoque no mundo público, por outro lado, poderia ser visto como um aspecto que excluía mulheres, ao menos dos seus assuntos principais. Os temas que formavam a base da maioria das colunas eram sempre ligados à política, aos eventos culturais ou aos crimes que se tornaram públicos. Os intelectuais tratavam quase sempre dos assuntos que chegavam à esfera pública, assuntos estes, que eram tidos como socialmente masculinos, mas que nunca estiveram inacessíveis de fato para mulheres. Todavia, a grande incidência de colunas envolvendo mulheres indica como a ascensão de uma esfera social estava diluindo os limites entre o público e o privado. Mulheres foram protagonistas de colunas a respeito de trabalho, diversão, sexualidade e ciência.

Mulheres eram parte importante do público leitor da imprensa brasileira oitocentista. A legislação que autorizava a criação de escolas para meninas era ainda relativamente recente, de 1827. Ainda em 1890 quando alguma brasileira concluía um curso de graduação, esse fato era comemorado pela incipiente imprensa feminista, por ser um caso raro, já que o pouco investimento que existia em educação feminina caminhava muito mais no sentido de formar trabalhadoras entre as classes populares, do que no sentido de oferecer profissionalização para mulheres de classe média e alta, que ainda viviam forte pressão social para permanecer reclusas ao âmbito privado⁹⁰.

Entretanto, nem o controle no âmbito privado, nem os poucos investimentos em educação feminina frearam as discussões políticas protagonizadas por mulheres. Algumas intelectuais brasileiras se destacaram ao atuar em periódicos que tinham uma

⁸⁹ Mecanismos produtores de conhecimento como a imprensa, as artes, as ciências, a educação formal, etc., têm sido dominados por homens ao longo da história, na maior parte das vezes. O controle sobre esses mecanismos resulta também na noção de que o conhecimento seja atributo exclusivamente masculino e, que, portanto, as mulheres agem em uma esfera dominada por outra coisa que não conhecimento. É daí que se originam oposições como a de uma natureza feminina contra uma sociedade masculina. Em termos de uma sociedade baseada na noção de progresso, o domínio dos meios de produção de conhecimento por um só sexo estabelece diretamente que mulheres são seres atrasados, inferiores, menos aptos ao progresso. Ilana Lowey nos auxilia a compreender melhor essa questão da produção de conhecimentos através da sua análise sobre as relações entre Ciências e Gênero. Ver: LÖWY, Ilana. “Universalidade da ciência e conhecimentos ‘situados’”. *Cadernos Pagu*, n. 15, p. 15-38, 2015. Para uma análise mais completa, há a obra na qual a autora analisa a febre amarela no Brasil: LÖWY, I. *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

⁹⁰ DUARTE, Constância Lima. “Feminismo e literatura no Brasil”. *Estudos avançados*, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

maioria de intelectuais masculinos, mas eram destinados ao público feminino. Outras criaram verdadeira rede de apoio em âmbito nacional, sendo que muitas publicavam artigos em periódicos de localidades distantes devido à correspondência que essas intelectuais mantinham⁹¹. A imprensa do século XIX era majoritariamente masculina em sua produção e assim continuaria até meados do século seguinte⁹², mas isso não impediu que os escritos femininos fossem amplamente difundidos e se tornassem fundamentais para as discussões sobre direitos políticos no Brasil.

As exceções a essa intelectualidade composta por homens podem ser divididas entre algumas autoras mais tradicionais, que publicavam textos com teor muito próximo ao de homens que escreviam para periódicos femininos e autoras mais progressistas, entre essas Juana Paula Manso destacou-se com a fundação do *Jornal das Senhoras*, considerado o primeiro periódico feminino no Brasil. A principal preocupação desse periódico era discutir a necessidade da educação das brasileiras⁹³. Entretanto, antes dela, a professora gaúcha Maria Josefa Barreto publicara o periódico *Belona*, de menor repercussão. A autora ainda publicou em periódicos destinados a mulheres (muitos deles escritos por homens), mas também escreveu obras literárias fora da imprensa. Ana Luísa de Azevedo Castro e Júlia Costa destacaram-se como as primeiras romancista e poetisa, respectivamente. Os periódicos de mulheres no XIX tiveram por foco principal três frentes de atuação: em primeiro lugar, o direito à educação; num segundo momento o direito ao voto e, ao mesmo tempo, o direito ao trabalho⁹⁴.

Um dos mais proeminentes exemplos de mulheres que conquistou reconhecimento por seu trabalho enquanto intelectual ainda no fim do século XIX foi Júlia Lopes de Almeida. Considerando o fato de Júlia vir de uma família burguesa que se instalou no Brasil e logo iniciou investimentos na área de educação feminina, essa se tornaria uma pauta muito querida da intelectual⁹⁵. Por outro lado, o fato de Júlia ter se tornado uma profissional tão reconhecida em muito se deve aos seus posicionamentos extremamente delicados, que propunham uma educação muito mais ligada a uma etiqueta burguesa para senhoras de classe alta e formação profissional para as classes baixas. Entretanto, é preciso reconhecer que através desse posicionamento sutil, Júlia

⁹¹ DUARTE, Constância Lima. “Feminismo e literatura no Brasil”. *Estudos avançados*. Op. cit.

⁹² BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel*. Op. cit.

⁹³ JINZENGI, Mônica Yumi. *Cultura Imprensa e Educação das Mulheres no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

⁹⁴ MUZART, Zahidé Lupinacci. “Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 11, n.1, 2003, p.225.

⁹⁵ DE LUCA, Leonora. “O ‘feminismo possível’ de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)”. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 12, p. 275-299, 2015.

conseguiu levar suas questões a um grande número de leitores e leitoras, sendo colaboradora de grandes periódicos, como a própria *Gazeta de Notícias*. Dessa forma, Júlia se preocupou muito com o perfil de leitura das brasileiras:

Quem está acostumado a uma leitura sadia, às obras dos mestres, não suporta a linguagem perversa dos romances maus. Mas, desgraçadamente, nós não sabemos ler! É raro encontrarem-se nas nossas salas duas senhoras que falem de literatura, mostrando interesse pelos bons autores, principalmente pelos do seu país! Do jornal lêem o folhetim, isto é, o romance de enredo, onde as deleitam as cenas imprevistas, as astúcias de lacaios e de agentes falsos, os véus negros de adúlteras em entrevistas amorosas, e os lampejos de espadas no campo de honra⁹⁶.

No século XIX há ainda vestígios da condenação – típica do século XVIII – à leitura por divertimento. Como os jornais conseguem disseminar literatura para uma quantidade cada vez maior de pessoas, essa crítica acaba recaindo sobre os folhetins⁹⁷. É importante notar que o trecho foi retirado da revista *A Estação*, periódico dedicado especialmente ao público feminino e que contou com muitos textos literários de autores nacionais. Assim, Júlia fazia uma defesa do periódico onde publicava, reforçando a noção de que ali eram publicados textos incapazes de macular a moral das leitoras. Entretanto, além das publicações desses autores tratarem exatamente das mesmas temáticas que Júlia dizia não serem adequadas para leitoras⁹⁸, não se pode garantir de que forma cada romance seria lido pelas mulheres oitocentistas. Elas criavam táticas de leituras que impunham novos sentidos aos textos literários e jornalísticos e Júlia sabia disso. As mulheres não somente liam romances proibidos como também engendravam novos sentidos às leituras socialmente aceitáveis e, sabendo disso, os autores investiam, muitas vezes, em textos onde cabia a dupla interpretação. Além dos romances, considerava-se igualmente não recomendável para as senhoras brasileiras do século XIX as leituras políticas e as obscenas. "Às leitoras do século XIX, conforme se pode observar, recomendava-se a prática de leituras amenas e delicadas, cujas temáticas girassem em torno de amores românticos e bem-sucedidos"⁹⁹. Mas a prática da leitura pode ser amplamente subversiva, tornando qualquer história, nessa perspectiva,

⁹⁶ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A Estação*. 30 jun., 1890.

⁹⁷ ALVIM, Luíza. *Os jornais, o romance e o folhetim*. Rio de Janeiro: Alcar, 2008.

⁹⁸ SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2010. Nesse trabalho a autora analisou contos que Machado publicou nesse periódico e pôde demonstrar o quanto temáticas ditas perigosas eram queridas pelo autor, que trabalhou o adultério e a conquista antes do casamento de diversas formas.

⁹⁹ MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. "A leitura de romances no século XIX". *Cad. CEDES*, Campinas, v. 19, n. 45, p. 71-85, 1998.

totalmente perigosa. Enquanto periódicos preocupados especialmente com a educação feminina investiam nos autores nacionais para escrever os folhetins, que Júlia diz serem renegados por mulheres, muitos jornais de grande circulação, como a *Gazeta*, vez ou outra optavam por importar romances que já haviam feito sucesso no exterior – especialmente França e Inglaterra.

Mesmo sendo a *Gazeta de Notícias* um periódico para o público amplo, que objetiva conquistar leitores diversos, alguns vestígios do periódico sugerem o interesse da folha em conquistar leitoras. A publicação desses romances é um deles¹⁰⁰. Apesar de ser evidente que a leitura de folhetim não era exclusividade feminina, mulheres foram vistas frequentemente pelos editores como ávidas leitoras de romances populares e sentimentais¹⁰¹. A ideia de que os folhetins poderiam tanto educar, quanto corromper as senhoras estava presente até mesmo nos anúncios que os periódicos faziam para angariar leitores quando um novo folhetim iria começar a ser publicado:



Figura 1 – Anúncio da publicação do folhetim “Sanatorium” anunciada na primeira página da *Gazeta de Notícias* no número de 18 de setembro de 1894.¹⁰²

¹⁰⁰ Peter Burke destaca que o romance atraiu não somente leitoras, mas também escritoras. Dessa forma, ele evidenciava uma relação da imprensa com o público feminino, mas também foi responsável pela carreira de muitas mulheres na esfera pública. Ver: BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006, p.118.

¹⁰¹ ALVIM, Luíza. *Os jornais, o romance e o folhetim..* Op. cit.

¹⁰² Transcrição do texto: “Sanatorium von Jayme de Athayde – Logo que termine a publicação dos contos do segundo concurso literário, a *Gazeta de Notícias* começará a publicar um romance de atualidade com o título acima. A ação passasse em uma cidade de Minas, onde se reúnem foragidos políticos, gente fugida a febre amarela, doentes, uma companhia dramática e o diabo a quatro. Toda essa gente faz política, intriga, tagarela, joga a roleta, ama e dá escândalo. Os tipos são todos conhecidos. Dir-se-á que foram fotografados. Está claro que nos referimos aos tipos masculinos. As senhoras que figuram no romance são pura fantasia do autor. Chamamos muito especialmente a atenção dos nossos leitores para o Sanatorium.”

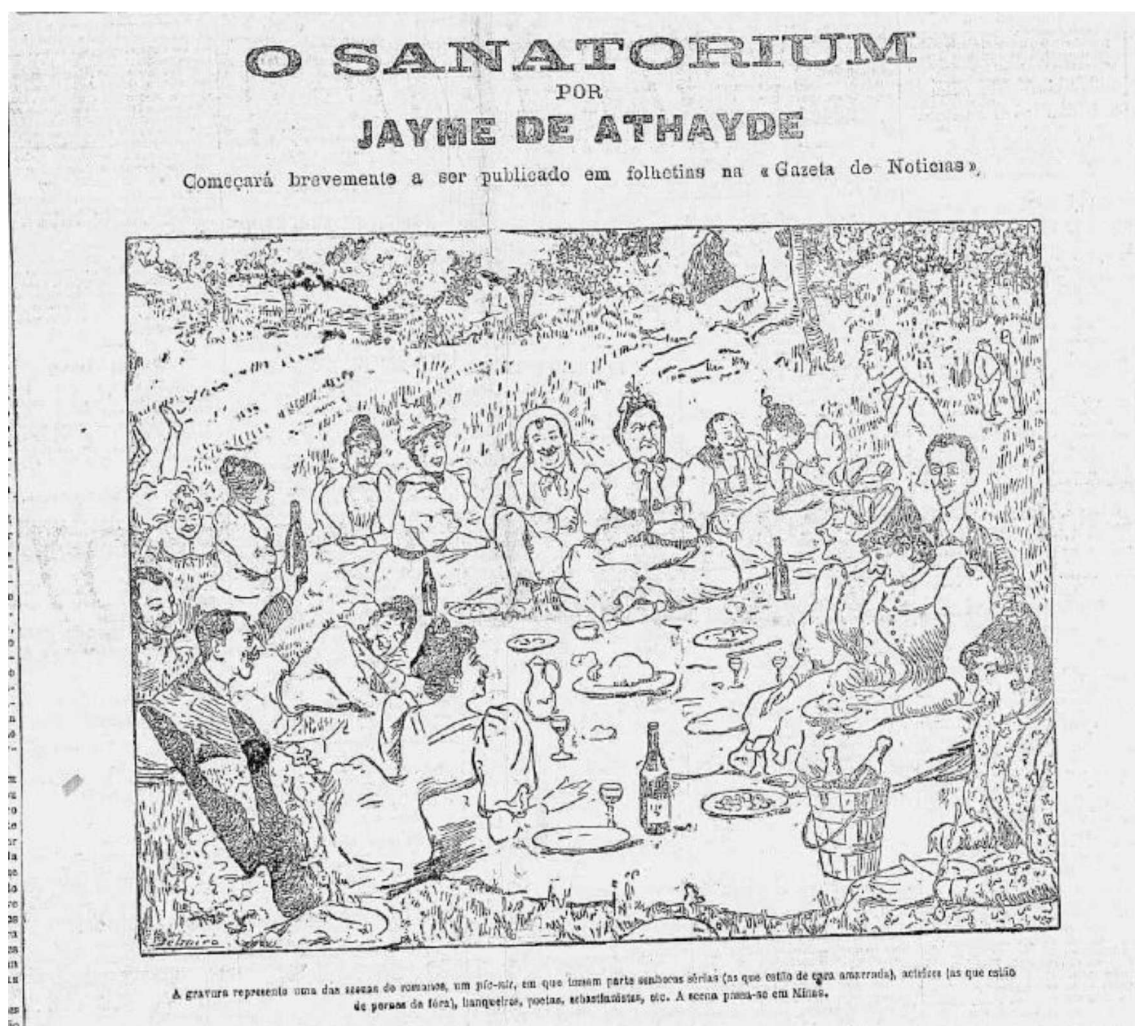


Figura 2 – Anúncio do folhetim “Sanatorium” publicado na primeira página da *Gazeta de Notícias* na edição de 21 de outubro de 1892.¹⁰³

Os anúncios do romance “Sanatorium” apareceram mais de 10 vezes na *Gazeta* antes que o folhetim começasse a ser publicado. Na Figura 1, onde o anúncio aparecia em lugar de destaque, na parte superior da primeira página, com títulos em tipografia chamativa, o texto é um tanto representativo. Primeiramente o anunciante informava que todos os personagens do romance eram muito bem construídos, podendo ser até comparados a fotografias. Todavia, ele ressaltava que isso servia para os homens, e que as mulheres eram fantasia do autor. Essa era uma forma de estabelecer que as aventuras das futuras personagens do romance, seriam na verdade pura ficção, já se desculpando antecipadamente pelo teor das publicações. Na Figura 2, que ocupou quase a página toda em um domingo, há uma distinção ainda mais interessante, entre senhoras sérias

¹⁰³ Transcrição do texto superior: “O Sanatorium por Jayme de Athayde começará brevemente a ser publicado na ‘Gazeta de Notícias’”. Texto inferior: “A gravura representa uma das cenas do romance, um piquenique, em que tomam parte senhoras sérias (as que estão de cara amarrada), atrizes (as que estão de perna de fora), banqueiros, poetas, [ilegível], etc. A cena passa-se em Minas.”

“de cara amarrada” e atrizes “de pernas de fora”, evidenciando já que os comportamentos de algumas das personagens retirariam delas os atributos de senhoras sérias e propondo uma dicotomia entre dois tipos distintos de mulheres, muito parecida com a distinção entre mulher privada e mulher pública¹⁰⁴.

Os anúncios sobre a publicação de novos folhetins eram comuns, mas o caso do “Sanatorium” é especial. O romance seria escrito por dois colaboradores da *Gazeta de Notícias*, Olavo Bilac e Carlos Magalhães de Azeredo, ambos sob o pseudônimo de Jayme de Athayde. O enredo, que se passava em uma cidade ficcional de Minas Gerais, tanto falava da febre amarela, como já ressaltavam os anúncios, como da Revolta da Armada. Tendo sido iniciado ainda no governo de Floriano Peixoto, foi uma forma de construir críticas ao governo federal de forma mais sutil e mascarada do que nas colunas não ficcionais. Esse tipo de publicação ressaltava ainda que, mesmo os espaços considerados como dedicados ao público feminino, funcionavam também como ferramentas políticas. Nesse momento de tantas alterações na esfera pública, já era sabido que havia participação feminina na política (e principalmente nas discussões políticas), mesmo que na forma da lei isso fosse evitado.

Além disso, as mulheres não eram apenas leitoras de folhetins, elas se relacionaram com o periódico de diversas outras formas: nas demais colunas literárias, nos anúncios destinados a – ou produzidos por – elas e, vez ou outra, até mesmo nos assuntos das colunas de primeira página. As vítimas de crimes, as viúvas que necessitavam de apoio financeiro, as pacientes dos médicos famosos foram transformadas em personagens das narrativas quase literárias das colunas policiais e serviram, na maioria dos casos, como exemplos pedagógicos para o comportamento feminino e, conseqüentemente, para o masculino¹⁰⁵.

Todavia, é preciso compreender que a frequência feminina a diversos espaços dentro do jornal não significava que elas estivessem sendo bem aceitas em todos eles. Considerando que a *Gazeta de Notícias* apresentava uma estrutura razoavelmente

¹⁰⁴ É preciso considerar aqui, a acepção de Habermas de que chamamos de público aquilo que é acessível a qualquer um. Dessa forma, ao classificar mulheres frequentadoras dos espaços públicos como “mulheres públicas”, se criava a justificativa para o acesso aos corpos dessas mulheres, tanto por homens interessados em relações sexuais, quanto por médicos e pelo próprio Estado. HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1984, p. 17.

¹⁰⁵ Considerando a premissa de Joan Scott de que o gênero se constrói socialmente a partir das muitas combinações de relações entre homens e mulheres, é evidente que os mesmos mecanismos utilizados para tentar educar mulheres, servem concomitantemente para educar homens, uma vez que a manutenção do sistema binário de gênero depende de papéis sociais específicos destinados a cada um dos sexos e esses papéis se complementam.

regular¹⁰⁶, os espaços que mais recebiam publicações de mulheres eram os anúncios e a seção "a pedidos", ambos nas páginas finais e, em muitos casos, esses anúncios dedicavam-se a assuntos tidos também como "domésticos". Mesmo contendo evidências da importância das mulheres para as discussões públicas nas páginas iniciais, os jornais apresentassem opções mais próximas do mundo privado nas páginas finais, onde estariam temas que poderiam interessar às mulheres. Periódicos inteiros sobre os assuntos que eram considerados aceitáveis para senhoras ou seções específicas destinadas às mesmas foram comuns na imprensa brasileira. Na *Gazeta* os espaços de propaganda eram ocupados também por mulheres desde o início das publicações, como é possível ver ainda no ano de 1875, entre os anúncios de escravos e casas de aluguel:

CÔMODO. Uma senhora de tratamento, viúva, com um filho de 9 anos de idade e uma criada, precisa de um cômodo, nas ruas: Direita, Gonçalves Dias, S. José, Ajuda, Sete de Setembro, Uruguayana, Carmo, rua e praça da Constituição, tendo sala e três quartos decentes e comida que seja boa, não precisando mobília, nem importando pagar mais; quem tiver deixe carta na rua do Carioca n. 95, armarinho a Raymundo Leite.¹⁰⁷

No trecho destacado entre os primeiros números da *Gazeta de Notícias*, é possível ver um aspecto que se apresentaria de forma diferente nos primeiros anos da República. Aqui, mesmo que o anúncio dissesse respeito às necessidades de uma senhora, pedia-se para tratar com um homem. Além do aumento considerável no número de anúncios envolvendo mulheres, na década de 1890 essa figura de um homem mediador na relação entre a anunciante e o periódico tornar-se-ia bastante incomum. Tal mudança evidenciava uma menor preocupação com a honra das senhoras que se relacionavam diretamente com o mundo público ou, pelo menos, demonstra uma menor capacidade de controle sobre as atividades das mulheres nessa esfera.

Ver mulheres e assuntos tidos como femininos ocupando espaços secundários, gerando uma associação entre espaço privado e feminilidade não é novidade. A divisão

¹⁰⁶ A *Gazeta de Notícias* apresentava uma média de 6 a 8 páginas. No período estudado apenas algumas edições tiveram menos de seis páginas. Mas nenhuma teve mais que oito. Basicamente as duas primeiras páginas eram dedicadas às novidades nas instituições políticas brasileiras e estrangeiras. Nessas duas páginas mais importantes os rodapés contavam com pelo menos um folhetim e entre as oito colunas que ocupavam cada página era comum que houvesse ao menos um texto literário. Algumas colunas costumavam se repetir como a "Casos Policiais e Accidentes", a coluna "Cousas do dia", entre outras. Os telegramas eram parte essencial do periódico, que contou com correspondentes em diversas cidades e até em outros países. Nesses espaços constavam pequenas notícias vindas pelo através da novidade tecnológica que era o telégrafo. No geral, as páginas seguintes tornavam-se cada vez mais recheadas de anúncios e "Publicações a Pedido" que eram enviados por leitores e leitoras. Dessa forma, era possível observar uma transição entre as páginas do jornal, de assuntos mais importantes para o mundo público, nas primeiras páginas, para assuntos típicos da esfera privada, nas páginas finais.

¹⁰⁷ *Gazeta de Notícias*. 29 ago., 1875. p.1.

entre esfera pública e esfera privada, avaliada por Hanna Arendt, fez da modernidade um momento de dualidade entre um mundo político, onde seria possível existir alguma igualdade entre os pares, onde as relações seriam dominadas pela razão e produziriam frutos positivos; e um mundo privado onde estaria tudo o que deve ser escondido, que é vergonhoso. Nesse último, todo indivíduo renegado à esfera privada seria *privado* do convívio, de ser ouvido, considerado. Na modernidade, a esfera privada é a esfera da família e, único espaço aceitável para as mulheres, que conseqüentemente eram privadas de serem consideradas enquanto indivíduos e, portanto, deveriam permanecer distantes dos espaços de sociabilidade e razão¹⁰⁸.

A insistência de mulheres em frequentar espaços públicos – por escolha ou por força de necessidade – fez com que elas aparecessem nos jornais, produtos da esfera política. Essas personagens eram indivíduos que estavam fora do seu lugar tradicional. Mulheres que foram vítimas de um destino fatal que as obrigou a estar ali naqueles jornais ou damas perigosas que insistiam em colocar a perder a moral republicana. É preciso ressaltar que a reclusão das mulheres ao espaço público, por mais bem pensada e controlada que fosse, nunca conseguiu submeter mulheres em tempo integral. É por isso que os assuntos das páginas finais, típicos da esfera de atuação feminina, vez por outra – e no nosso caso, muitas vezes¹⁰⁹ – figuraram entre as colunas de destaque. A questão é compreender quais comportamentos femininos convenceram homens a escrever a respeito delas e, principalmente, de que forma essa escrita pretendia alcançar leitores e leitoras, em outras palavras: quais eram as intenções dos intelectuais envolvidos no projeto *Gazeta de Notícias* – especialmente Machado de Assis – ao falar tudo o que falaram sobre mulheres para homens e para mulheres.

As mulheres que podemos conhecer através das notícias, dos folhetins, contos e crônicas são invenções masculinas. Mesmo que consideremos apenas as colunas não ficcionais, residiam ali personagens elaboradas através de uma leitura masculina do mundo. Essas mulheres foram lidas, avaliadas, construídas em sua extensão narrativa por homens que, diante de uma sociedade patriarcal¹¹⁰ em um momento de transições

¹⁰⁸ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1981.

¹⁰⁹ Ao final da série, 25% das crônicas teriam citado ao menos uma personagem do sexo feminino. Para uma série dedicada aos assuntos do mundo público, que ocupava o espaço do editorial de um jornal de grande circulação para público variado, é um número bastante significativo, uma vez que os demais assuntos do mundo privado ficaram reclusos às páginas finais.

¹¹⁰ Ciente dos problemas metodológicos do uso da noção de patriarcado por historiadoras, utilizei o termo “sociedade patriarcal” para determinar exclusivamente meu recorte espaço-temporal, isto é, o Brasil do final do século XIX, em especial o Rio de Janeiro. Conforme foi proposto por Christine Delphy, essa noção se remete a um sistema maior que as relações individuais, caracterizado basicamente pela

diversas¹¹¹, se viam obrigados a discutir questões que envolviam o público feminino. Não é possível conhecer uma opinião autoral de qualquer das personagens femininas trabalhadas por esses homens. O que é passível de ser acessado através da *Gazeta de Notícias* são as resistências que mulheres reais exerciam em relação às muitas imposições sociais oriundas dessa sociedade patriarcal. Até mesmo a presença dessas temáticas sugere que por mais insistências que houvesse para impedir mulheres de frequentar o mundo público, tais objetivos estavam falhando e, portanto, virando notícias.

Apesar do tom de condenação a respeito do trabalho e da sexualidade feminina presente na grande maioria das produções do período, é necessário observar também as peculiaridades de um jornal que se pretendia tão diferente como a *Gazeta*. Este era também um periódico que desde o seu início propunha uma leitura para homens e para mulheres. Na década de 1890, a *Gazeta* contava com colaboradoras e leitoras, assim como com senhoras que ouviam a leitura feita por outros homens ou mulheres. A folha também lidava diariamente com um número considerável de anunciantes do sexo feminino, que ofereciam desde serviços domésticos, até companhia para homens solitários. Além dessas, o periódico mantinha ainda regular publicação de anúncios de donas de casa de classe média e alta que, sozinhas, escreviam pedindo por serviços domésticos. Ou seja, de forma geral, a *Gazeta de Notícias* se relacionava diariamente com mulheres, de muitas maneiras, justamente porque essas mulheres, mesmo que vez por outra, tinham que buscar serviços, produtos e relações nos espaços públicos.

Além das relações de trabalho que incluíam mulheres, a *Gazeta de Notícias*, ao longo dos últimos anos do século XIX teve que publicar também os assuntos que, antes tidos como exclusivamente privados, chegavam agora como pautas essenciais de discussão nos espaços públicos, como a sexualidade feminina, o controle da reprodução

dominação masculina em detrimento da opressão das mulheres. (Ver DELPHY, Christine. “O Inimigo Principal: a economia política do Patriarcado”. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*. nº17. Brasília, maio – agosto, 2015).

¹¹¹ Aqui é preciso considerar que o Brasil atravessava uma fase de transição do regime monárquico para o republicano, ao mesmo tempo em que iniciava a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Se o primeiro processo colocava a necessidade de forjar uma nova forma de ver a nacionalidade brasileira, o segundo exigia novas propostas para a questão da mão-de-obra no país. Essas propostas, pautadas em preceitos higienistas, tenderam a incentivar a imigração. Enquanto negras e negros buscavam encontrar novos espaços e assumir novas funções sociais, os imigrantes (asiáticos e europeus, principalmente) surgiam como novos sujeitos no jogo da construção da brasilidade. Sobre a situação do negro no Brasil pós-abolição ver: CUNHA, Olívia Maria Gomes, GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. A respeito da construção da identidade brasileira no pós-proclamação ver: BIGNOTTO, Newton (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

e a própria maternidade. Tais temas foram amplamente discutidos nos periódicos femininos, nas revistas médicas e, agora também nos jornais de caráter geral, quando a reprodução tornou-se um tema que poderia ditar o futuro da República¹¹². Esses assuntos eram já recorrentes em publicações que se destinavam muito mais ao mundo privado do que ao mundo público, ou, melhor dizendo, periódicos destinados às famílias. A virada do século, a mudança de regime e o fascínio pela modernidade levaram esses temas para todos os espaços públicos. Tornava-se necessário que o mundo público, político, da razão discutisse os mecanismos – do controle – da reprodução, a fim de assim poderem controlar os nascimentos, produzindo uma população cada vez mais evoluída, nos padrões de um darwinismo social oitocentista¹¹³. Isso acontecia principalmente porque a rigidez da divisão das esferas se esvaía.

O público leitor da série – e também o da *Gazeta de Notícias* – pode ser, portanto, observado como um público amplo e diversificado, especialmente se considerarmos o grande número de vendas corriqueiras – fora as assinaturas regulares – e a quantidade de pessoas que ouviam as leituras do periódico, já renomado em 1892. Por outro lado, mesmo somando o grande número de intelectuais que se envolveram no projeto durante os longos 67 anos de publicação do jornal, não é possível encontrar grandes dissonâncias entre as trajetórias pessoais da maioria dos envolvidos. De forma geral, a *Gazeta* contou com intelectuais reconhecidos em âmbito nacional, quase sempre homens brancos de classe média e nesse sentido, em pelo menos um dos aspectos, “A Semana” vai aparecer como uma fonte oriunda de um autor que divergia do grupo¹¹⁴.

Machado diferia do grupo, mas a maioria dele, por se tratar de intelectuais “vindos muitas vezes das camadas médias ou das mais aristocráticas parcelas da sociedade, eles estavam quase sempre muito distantes das experiências e tradições dos grupos das ruas”¹¹⁵. Todavia, essa imagem de imprensa popular e acessível que a *Gazeta de Notícias* se esforçou para imprimir em suas existiu, em grande parte, devido ao fato do periódico ter se esforçado no sentido de ouvir as demandas dos leitores. Assim sendo, é preciso ver a série e o periódico como produtos de uma cultura formada através de relações entre grupos que apresentavam interesses opostos. É fundamental considerar que ao falar de cultura – e

¹¹² ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

¹¹³ MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

¹¹⁴ A respeito da questão racial na obra machadiana, ver: BERNARDO, Gustavo, MICHAEL, Joachim, SCHÄFFAUER, Markus (Orgs.). *Machado de Assis e a Escravidão*. São Paulo: Annablume, 2010.

¹¹⁵ PEREIRA, L. A. de M. *O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Op. cit., p. 30.

consequentemente de suas manifestações como a crônica e a literatura em geral – é preciso entender essas fontes como o resultado de disputas e de trocas entre setores conflituosos. É necessário buscar compreender as intenções presentes nos vestígios que chegaram até nossas mãos, como Ginzburg propôs¹¹⁶, mas também é fundamental perceber que essas fontes foram construídas tanto por essas intenções quanto pela “troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado”¹¹⁷ e que nelas estarão presentes as resistências femininas, mesmo que essa não fosse a intenção dos nossos autores, pois é sabido que as fontes deixam vestígios muito mais ricos e reveladores do que poderiam esperar aqueles que as produziram.

¹¹⁶ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história*. São Paulo: Companhia da Letras, 1986.

¹¹⁷ THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998, p. 17.

CAPÍTULO II

Construindo unidade a despeito dos desarranjos da República

2.1. O papel de editorial

Dita a importância de ler a crônica oitocentista no periódico de publicação original, é preciso considerar uma particularidade d’“A Semana”: a série desempenhou o papel de editorial da *Gazeta de Notícias*. Esse espaço, em particular, tem a função jornalística tanto de resumir a orientação política dos jornais, quanto de tratar do assunto mais importante de cada edição¹¹⁸. Como a *Gazeta de Notícias* era vendida de forma avulsa, a primeira página funcionava ainda como uma espécie de capa que poderia seduzir possíveis compradores. Na imagem a seguir é possível observar como “A Semana” se destacava no periódico, já em sua primeira aparição:

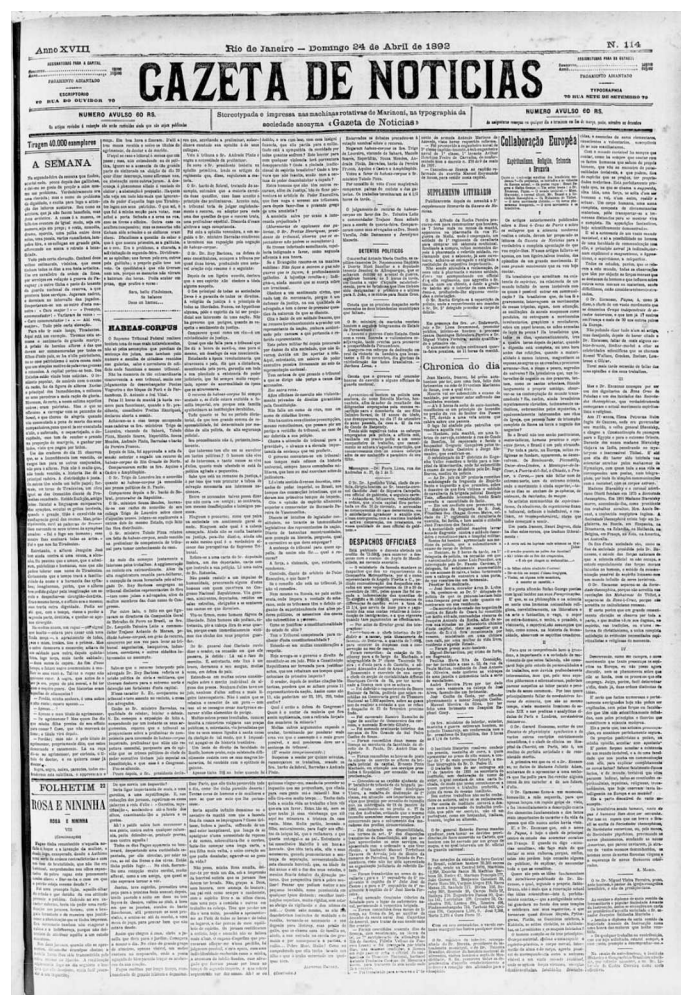


Figura 1 – A primeira publicação da série “A Semana” na *Gazeta de Notícias*, retirada da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

¹¹⁸ BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Sulina, ARI, 1980; SOUSA, Jorge Pedro. *Elementos de jornalismo impresso*. Porto: Letras Contemporâneas, 2005.

A função do editorial deveria parecer razoavelmente clara para o leitor do periódico já nesse primeiro momento. A série ocupava um espaço tradicionalmente dedicado à síntese dos acontecimentos da semana anterior, não somente na *Gazeta de Notícias*, como também nos demais periódicos brasileiros de grande circulação. O *Diário de Notícias* contava com coluna com a mesma função de título “A Semana Passada” no rodapé da primeira página, enquanto que *O Tempo* trazia a “Hebdomadiana” contendo a assinatura Mercuza e o *Jornal do Brasil* publicava um folhetim com o título “Aos Domingos” também com o mesmo objetivo¹¹⁹. Na *Gazeta de Notícias*, havia um padrão de publicar textos com essa mesma incumbência, porém na primeira coluna da primeira página e sem assinatura. O mesmo ocorreu tanto nos textos dos editoriais anteriores a abril de 1892, como nos posteriores a fevereiro de 1897, que reavaliavam as notícias mais comentadas dos sete dias anteriores ao longo de uma ou duas colunas sem qualquer assinatura. Imediatamente antes da série, a *Gazeta de Notícias* publicava, no mesmo espaço e dia da semana, principalmente a “Chronica da Semana”¹²⁰, que além de se tratar do mesmo gênero literário, como indica o título, tinha também igual função de reavaliar as últimas discussões políticas e sociais que tivessem ocupado as páginas do periódico. Também sem assinatura, essa coluna exerceu a função de editorial por quase 10 anos. Todavia, no mês anterior à publicação da série era possível observar que a assiduidade diminuía. Alguns outros títulos apareceram no mesmo espaço nos domingos anteriores ao início da série, como a coluna “A Situação”¹²¹, que já era tradicional no periódico, mas era publicada em dias e espaços aleatórios comentando especialmente política institucional brasileira. Houve ainda a publicação de “Uma Chronica”, que sendo também mais comum em outras localizações do jornal, fez papel de editorial, também sem subscrição, em algumas poucas ocasiões¹²². Todos esses textos seguiam o mesmo padrão do editorial: não tinham assinatura e comentavam assuntos que haviam sido muito discutidos naquela semana.

¹¹⁹ SOUZA, Ana Paula Cardozo de. *Machado de Assis e a República de "A Semana": literatura, imprensa e práticas populares (1892-7)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2015, p. 35.

¹²⁰ Souza apontou ainda que essa coluna apareceu pela primeira vez no periódico em 1882, tendo raras pausas, a mais longa delas entre 1889 e 1892, por ocasião de doença do cronista oficial. Ver: *Ibidem*, p.34.

¹²¹ É possível encontrar essa coluna ocupando o editorial de domingo em datas bem próximas ao início da série, por exemplo, no dia 3 de abril de 1892, quando a coluna foi dedicada a tratar da indicação dos ministros do interior e das relações exteriores. Ver “A Situação”. *Gazeta de Notícias*. 3 abr., 1892, p.1.

¹²² Essa coluna apareceu, por exemplo, no dia 10 de abril de 1892. O texto foi iniciado discorrendo sobre superstições populares para depois chegar a uma carta anônima enviada ao vice-presidente da República cobrando eleições estaduais e federais. Ver “Uma Chronica”. *Gazeta de Notícias*. 10 abri., 1892, p.1.

Quando o narrador anunciou o fim d’“A Semana”¹²³, a *Gazeta de Notícias* providenciou nova coluna com mesmas funções e características para ocupar aquele espaço. Já no primeiro domingo posterior ao fim da série foi publicada a “Chronica”, sem assinatura, no mesmo espaço – dessa vez precedida por uma coluna inteira de telegramas –, a coluna perdurou ao menos pelos próximos meses¹²⁴.

Dessa forma, ao ocupar esse espaço carregado de significados para o periódico – e para a imprensa no geral –, Machado se debruçou, na maior parte das vezes, sobre os assuntos que haviam sido centrais para a *Gazeta* nos sete dias anteriores, dando a sua série a mesma serventia que o espaço já apresentava antes. É fato que nem sempre Machado fez seu narrador concordar com as opiniões impressas em outras colunas, mas a escolha dos assuntos a serem trabalhados foi proveniente das relações com o restante do jornal que, na maior parte das vezes, apresentava coesão nas opiniões impressas. Ao realizar a leitura da *Gazeta* durante o tempo de publicação da série, já nos primeiros meses, ficava claro que “A Semana” se alimentava das notícias e dos temas considerados naturais dos espaços públicos, como discussões de política institucional, economia, reformas urbanas, crimes e descobertas científicas. Resumindo, de certa maneira, os temas centrais dos periódicos destinados ao público amplo na época.

Por exercer esse papel tradicional, os textos acabavam sendo compostos, a cada domingo, por uma soma de assuntos muito diferentes entre si. Em uma mesma crônica, o autor se esforçava para relacionar temas como, por exemplo, assassinatos de odaliscas na Constantinopla, as comemorações do natal no Brasil e a corrupção na França¹²⁵. O mesmo narrador que tinha que compor crítica literária para as novas obras de sucesso¹²⁶, poderia, em outra semana, ser obrigado a analisar crimes cruéis cometidos contra crianças¹²⁷. Somava-se a isso o fato de que, pela própria tradição da *Gazeta*, aquele espaço não era assinado e, ao mesmo tempo, a intelectualidade carioca já reconhecia a

¹²³ O narrador anunciou que a série não seria mais publicada apenas no último texto, que usou para se despedir do público leitor. (“A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 28 fev., 1897, p.1.) Todavia, na crônica anterior (“A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 21 fev., 1897, p.1.) o narrador já avisava que tinha um assunto importante a tratar com seu público, evidenciando que o fim da série foi, em alguma medida, premeditado.

¹²⁴ Como o recorte temporal principal do presente trabalho é o período de publicação da série “A Semana”, acompanhei o periódico apenas por três meses após o fim desses textos para verificar a continuidade do modelo seguinte de editorial. Nesse período, a “Chronica” continuou ocupando o espaço do editorial de domingo e permaneceu também sem assinatura.

¹²⁵ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 25 dez., 1892, p.1.

¹²⁶ Por exemplo: “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 4 nov., 1894, p.1.

¹²⁷ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 16 jun., 1895, p.1.

autoria da série após poucos números publicados¹²⁸. Todos esses aspectos específicos precisam ser considerados para compreender a forma como “A Semana” foi construída e as alterações que a série sofreu durante seu longo período de publicação. Fruto das demandas mais cotidianas, a série se fez nas tentativas de intervir na indeterminação de seu tempo. Num momento politicamente caótico, onde a perspectiva de futuro para a nação se mostrava incerta, Machado se empenhou em dois propósitos igualmente difíceis: tentar convencer seus leitores a tomar determinados partidos nas questões políticas e sociais da jovem República e tentar, através de recursos literários, construir alguma unidade para a série, dentro das limitações impostas pelo espaço ocupado dentro da *Gazeta*.

2.2. Do autor aos narradores

É difícil definir o que faz com que um conjunto de textos possa ser compreendido como uma série. Apenas a existência do título em comum no mesmo espaço de um periódico poderia ser um dos aspectos considerados. A assinatura comum, que no nosso caso não existe, também poderia funcionar como um dos meios de unificar uma série. Ainda seria possível considerar que a repetição de temáticas gerasse a unidade entre os textos. Há um último fator gerador de coesão entre as crônicas que tem se mostrado como questão complexa sobre a qual os estudiosos têm apresentado diferentes conclusões. É um dos tópicos mais debatidos a respeito das séries de crônicas que Machado produziu: a existência de um possível narrador ficcional.

Ao analisar essas crônicas, Gledson disse que “há nelas uma tendência a ter um pé atrás e ver as coisas *sub specie aeternitatis*”¹²⁹ (grifos originais). Essas características, que, para o crítico, são pertencentes a Machado de Assis, são mesmo inegáveis na série. O narrador dedicou-se quase em tempo integral a desconfiar das notícias e das opiniões emitidas no periódico e em outros jornais. Ele duvidou dos pronunciamentos feitos por políticos e até das versões apresentadas pela polícia sobre os crimes mais comentados¹³⁰. Esse narrador via, quase sempre, a possibilidade de que

¹²⁸ Gledson encontrou referência à autoria da série já em janeiro de 1893, quando Artur Azevedo indicou a qualidade literária desses textos, citando Machado como autor. Ver GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.210.

¹²⁹ Ibidem, p.224. Em uma tradução livre, o trecho em latim significa “sob o ponto de vista da eternidade” ou “sob a forma da eternidade”. A expressão, do filósofo holandês Baruch Spinoza, advém da noção de que há uma verdade eterna e imutável na razão e todas as substâncias são, na verdade, oriundas de um mesmo todo que, em sua completude, nunca se altera. Ver: TADEU, Tomaz. “A Arte do Encontro e da Composição: Spinoza + Currículo + Deleuze”. *Educação e Realidade*. UFRGS, v.27, n.2, 2002.

¹³⁰ A desconfiança do narrador fica evidente, por exemplo, nas crônicas publicadas entre janeiro e abril de 1893, nas quais discorria sobre as possibilidades de esterilização das mulheres. Na crônica: “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 18 jun., 1893, p.1 essa posição também ficou evidente, pois o narrador apresentava

algo mais estivesse escondido, esse “pé atrás” que Gledson afirmava ser uma tendência do próprio autor, era sem dúvida uma das mais marcantes características da série. Já no que tange a sua tendência a ver as coisas como eternas, *sub specie aeternitatis*, esse narrador talvez estivesse tentando fazer uma avaliação da essência do Brasil, ou ao menos do Rio de Janeiro, pois se tratava de um momento de consolidação da República, onde compreender as especificidades brasileiras poderia ser uma forma de entender porque os mecanismos do sistema republicano falhavam cotidianamente¹³¹. A noção de que havia algo que não se conseguia mudar na sociedade brasileira, um aspecto muito nosso que impedia o sucesso da República, se repetiu ao longo dos cinco anos de publicação da série¹³², mesmo após o período referenciado por Gledson (1892 e 1893). É possível concluir, como fez o crítico, que essa característica derivasse de um pessimismo do autor em relação à República. Todavia, ao observar a construção d’“A Semana” como um todo, tal traço torna-se essencial para entender a coerência de unir todos esses textos sob o formato de uma série: quem via no Brasil essa impossibilidade de mudar era o próprio narrador, um personagem ficcional caracterizado pelo comodismo.

Algumas séries de Machado de Assis contaram com narradores ficcionais¹³³. Entre elas, destacaremos brevemente as séries da década de 1880 por dois motivos: em primeiro lugar, essas séries foram publicadas também na *Gazeta de Notícias*, são os trabalhos imediatamente anteriores a “A Semana” e, por esse motivo, apresentam algumas semelhanças com a nossa fonte principal; em segundo lugar as quatro séries – “Balas de Estalo”, publicada entre 1883 e 1886, “A + B” de 1886, “Gazeta de Holanda”

desconfiança a respeito das publicações dos demais periódicos que apontavam possíveis nomes que deveriam ser considerados heróis republicanos. O mesmo aconteceu ainda, entre outras vezes, quando o narrador avaliava a participação das mulheres na posse do presidente Prudente de Moraes (“A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 18 nov., 1894, p.1.) e desconfiava dos interesses políticos das envolvidas.

¹³¹ Nos primeiros anos da República, muitos setores dispenderam esforços em tentativas de forjar uma unidade nacional baseada em alguma característica intrínseca ao povo brasileiro. Isso foi devido, em boa parte, ao caráter pouco popular do processo de proclamação, que não resultou em uma adesão da população à noção de República. Ver: CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹³² Na crônica “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 8 mai., 1892, p.1., por exemplo, o narrador falava sobre como a sociedade brasileira não conseguia se adaptar à noção republicana de federalismo. No texto de “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 12 jun., 1892, p.1, ao comparar a Câmara dos Comuns com o Congresso brasileiro, o narrador argumentava que “cada terra tem seu uso”, defendendo que enquanto os ingleses trabalhavam até a exaustão sem pausas nem para fazer refeições, os políticos brasileiros fechavam as portas por qualquer motivo.

¹³³ Excetuando as séries posteriores a 1880, Machado também teve narradores ficcionais nos “Comentários da Semana” (1861 – 1864), publicados no *Diário do Rio de Janeiro*, nas “Chronicas do Dr. Semana” (1861 – 1864), nas quais dividia a construção do narrador ficcional com outros intelectuais da *Semana Ilustrada* e nas “Histórias de Quinze dias” (1876 – 1878) – continuadas como “Histórias de Trinta dias” (1878).

que teve início ainda em 1886 e fim em 1888 e “Bons dias!”, publicada entre 1888 e 1889 – apresentaram narradores muito diferentes entre si e, dessa forma, fornecem exemplos das experimentações que Machado realizou enquanto cronista. Com a finalidade de tentar melhor compreender os caminhos percorridos pelo autor nesse gênero em específico, levantaremos alguns pontos discutidos por teóricos que estudaram essas séries anteriores, objetivando compreender em que medida essas discussões podem auxiliar a compreensão de “A Semana”.

É essencial perceber que o Machado de Assis que escreveu “A Semana” era um literato – e especialmente, um cronista – de renome nacional, admirado por seus pares e, principalmente, bastante experiente. Na década de 1880, Machado produzira as séries já citadas de forma bastante organizada, com programas bem definidos e a construção cuidadosa de narradores ficcionais marcou esse momento de sua carreira enquanto cronista. Todavia, a experiência de Machado com esse tipo de texto vinha de longa data, e era marcada por uma produção incessante em diversos jornais¹³⁴. A crônica foi o gênero no qual Machado foi mais profícuo, tendo produzido mais de 600 textos nesse formato. Segundo o próprio autor sua carreira de literato teria começado com “Comentários da Semana”, série com intuito parecido com o d’ “A Semana”, porém mais desorganizada, mais curta e cheia de interrupções¹³⁵.

Duas décadas depois, Machado ainda estaria experimentando formas diversas de fazer não somente crônicas, mas também contos e romances em periódicos destinados a diferentes públicos. Já na *Gazeta de Notícias*, Machado brincaria com a produção de crônicas experimentando opções diferentes num curto espaço de tempo, a década de 1880. Em “Balas de Estalo” o narrador ficcional Lélío refletia sobre as últimas notícias, considerando especialmente a decadência de instituições que haviam sido pilares para o Império, como a escravidão e a própria monarquia. Interessante ressaltar que nessa série

¹³⁴ Além das crônicas da década de 1880, e das já citadas séries com narradores ficcionais, Machado ainda havia publicado “Crônicas” no periódico *O Futuro* de 1862 a 1863; “Ao Acaso” em 1864 e 65 também no *Diário do Rio de Janeiro*; “Cartas Fluminenses” em 1867 no mesmo periódico; “Badaladas” entre 1871 e 1873 na *Semana Ilustrada*; e, por último “Notas Semanais” de junho a setembro de 1878 no periódico *O Cruzeiro*. Informações retiradas da edição MACHADO DE ASSIS. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson, 1938.

¹³⁵ Essa afirmação é oriunda do próprio Machado, mas antes desse, o intelectual já havia trabalhado em outros periódicos com contribuições menores. A série em questão foi publicada quando Machado tinha 22 anos no *Diário do Rio de Janeiro* (jornal para o qual havia sido convidado por Quintino Bocaiúva), sob o pseudônimo *Gil* e, a partir do décimo texto, sob a assinatura *M.A.* A série inseria Machado de Assis no ritmo vertiginoso de produção cronística com o qual o autor lidaria tão bem durante toda a vida. Algumas crônicas da série evidenciavam que o autor, ainda tão jovem, já escrevia crônicas baseadas em notícias dos dias imediatamente anteriores, contando com pouca ou nenhuma correção. Essas informações estão disponíveis na edição MACHADO DE ASSIS. *Comentários da semana: organização, introdução e notas de Lúcia Granja e Jefferson Cano*. Editora Unicamp, 2008.

em especial, o Lúlio de Machado de Assis dividia o palco com outros narradores ficcionais, entre eles, o Lulu Sênior, do próprio Ferreira de Araújo, já então amigo íntimo do literato. A construção do narrador era parte integrante de uma produção coletiva e Lúlio era um personagem de Machado a dialogar com outros personagens de outros literatos, uma experiência completamente nova e que forçava os envolvidos a produzir crônicas que se relacionavam no âmbito ficcional¹³⁶.

Nesse momento a *Gazeta de Notícias* passaria a contar com a colaboração regular de Machado de Assis. A última vez que Machado havia participado de uma série coletiva foi entre 1869 e 1876, na *Semana Ilustrada*¹³⁷. Ramos apontou que, mesmo em uma série coletiva, ao construir um personagem-narrador para escrever as “Balas de Estalo”, Machado poderia estar se protegendo de futuras polêmicas que pudessem lhe causar constrangimentos no cargo público que ocupava¹³⁸, o que provavelmente poderia ser parecido com a situação que d’ “A Semana”. Na nossa fonte, como em “Balas”, era de conhecimento geral, ao menos entre os intelectuais, que Machado de Assis era o autor da série. Todavia, é impossível dizer, como apontou Chalhoub, que nisso resida alguma certeza sobre o conhecimento do público leitor a respeito do autor d’ “A Semana”, que não era assinada. Menos ainda é possível dizer se os leitores relacionavam ou não as opiniões do autor com um possível narrador¹³⁹. Mesmo que a não assinatura não garantisse proteção ao autor, ela poderia também significar a atribuição das opiniões a um narrador ficcional, fato que de certa forma permitia expressar-se mais livremente.

No caso de “Balas de Estalo”, conforme Ramos indicou, ao tratar da construção do narrador ficcional Lúlio, o pseudônimo funcionava como uma “instauração de graus de complexidade”¹⁴⁰ à fala do autor. Machado não estaria se protegendo de possíveis acusações se escondendo atrás do nome Lúlio, até porque a imprensa sabia quem era o

¹³⁶ RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lúlio: ficção e realidade nas Balas de Estalo de Machado de Assis*. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.]. Campinas, SP: 2010.

¹³⁷ Ibidem, p. 45. Como diferença, Ramos aponta que na série anterior, Machado tinha dividido o pseudônimo Dr. Semana com os demais literatos envolvidos, enquanto que dessa vez contava com um personagem só seu, Lúlio.

¹³⁸ Idem, pp. 46-47. Ramos analisa a polêmica em que Machado se envolveu quando era chefe de seção na Secretaria da Agricultura do Império e o conto “A Sereníssima República” recebeu acusações de conter insinuações à candidatura de Leonel de Alencar a deputado pelo Amazonas.

¹³⁹ CHALHOUB, Sidney. “A arte de alinhar histórias: a série ‘A + B’ de Machado de Assis”. In: CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em Cousas Miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

¹⁴⁰ Idem, p.497

autor por trás da assinatura – assim como sabia quem era o autor que não assinava “A Semana” –, mas o nome poderia funcionar como forma de criar subjetividade na construção de um personagem ficcional e, se necessário, se proteger através desse argumento¹⁴¹. A utilização de pseudônimos é muito mais complexa do que uma simples forma de não se responsabilizar pelo que foi escrito. O narrador servia para fazer da crônica um texto mais refinado¹⁴². Mesmo que o caráter cotidiano da construção das crônicas muitas vezes pudesse barrar a experimentação literária de Machado, o autor tentava induzir seu leitor a suspeitar do seu narrador¹⁴³, enquanto modificava o estatuto da narração¹⁴⁴. Ainda segundo Ramos, foi principalmente na década de 1880 que Machado passou a investir esforços em:

(...) tornar aquele que era considerado um gênero de relato dos acontecimentos em algo mais complexo e subjetivo, o literato passou, então, a tornar as estruturas desses textos mais literárias, evidenciando que a crônica, embora tivesse seus compromissos temáticos com os acontecimentos do cotidiano e do jornal, também estava intrinsecamente ligada à opinião, à perspectiva de quem as escrevia¹⁴⁵.

Esse momento de experimentação literária, que culminou em uma grande produção de textos desse gênero, é essencial para compreendermos “A Semana”. Observando a delicada construção de Lélío, que Machado realizou também nas relações travadas com outros narradores ficcionais, fica claro que o autor estava interessado em

¹⁴¹ RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas Balas de Estalo de Machado de Assis*. Op. cit.

¹⁴² John Gledson apontou, em entrevista, que possivelmente os leitores do período consideravam os textos de Machado difíceis de compreender, em certa medida. Para tal, o autor utilizou-se do exemplo de um texto escrito por Olavo Bilac, de 20 dias após a morte de Machado, no qual constavam considerações sobre os textos de entender as crônicas do falecido literato. IGOA, Rosário Lazaro; COSTA, Walter Carlos. “Entrevista com John Gledson”. In: *Cadernos de Tradução*. Vol. 36, no. 2, Florianópolis, mai./ago. 2016.

¹⁴³ As crônicas da série “A Semana” funcionam dessa forma também. Machado construiu um narrador que pareceria tanto confuso quanto desonesto. Esse narrador, ao mesmo tempo em que argumentava a respeito das obrigações civis dos brasileiros, se negava a cumpri-las, ou quando cumpria, cumpria de forma incoerente. Esse comportamento ficava claro, por exemplo, nas crônicas que avaliavam a ausência do eleitorado nas urnas. Enquanto a *Gazeta de Notícias* argumentava recorrentemente a respeito da necessidade da participação dos eleitores na escolha dos seus representantes, o narrador da série reforçava esse argumento, mas acabava justificando também o comportamento dos eleitores faltosos (Ver: “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 24 abr., 1892, p.1; ou Idem, 12 jun., 1892, p.1; ou Idem. 24 jul., 1892, p.1.), evidenciando ser ele mesmo um dos brasileiros portadores dos vícios que colocavam em risco o futuro da República. O mesmo ocorreu em outros temas como a revolta separatista do Mato Grosso (Ver: “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 1 mai., 1892, p.1 ou Idem. 8 mai., 1892, p.1). Em assuntos considerados menos importantes para a política institucional, o comportamento do narrador também funcionava discordando do restante do periódico, como é possível ver a respeito da bigamia e da regulamentação do casamento civil, que geraram discussões acaloradas no periódico, e sob os quais Machado fez recorrentes piadas (Ver: “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 23 set., 1894, p.1; ou Idem. 21 out., 1894, p.1).

¹⁴⁴ MACHADO DE ASSIS. *História de Quinze dias. Organização, introdução e notas: Leonardo Affonso de Miranda Pereira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 51.

¹⁴⁵ RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío*. Op. cit. p. 50, 51.

flexibilizar os limites desse gênero literário ainda em formação. Refinar a qualidade literária das crônicas através da criação de vozes ficcionais parecia ser um dos intentos de Machado quando iniciou essa rica produção de crônicas na *Gazeta de Notícias*. A própria construção coletiva das “Balas de Estalo” evidencia que esse poderia ser um objetivo também dos demais intelectuais envolvidos com esse periódico que tanto incentivava a literatura nacional.

Por último, antes de deixar Lélío de lado, é possível observar ainda alguns últimos paralelos entre as “Balas de Estado” e “A Semana”. Machado iniciou sua colaboração em “Balas de Estalo” quando o programa da série já estava definido e seis pseudônimos diferentes já dividiam a coluna, sendo que o leitor já esperava uma determinada organização daqueles textos¹⁴⁶. Assim como em “A Semana”, o autor começava a lidar com uma coluna que apresentava rígidas exigências prévias. Ao entrar nos diálogos ficcionais das “Balas de Estalo”, já na primeira aparição de Lélío, em 2 de julho de 1883, quando o personagem falava sobre a abertura de uma enfermaria dosimétrica, que pretendia oferecer “a perfeita composição dos remédios”¹⁴⁷, como se fosse um meio termo entre a alopatia e a homeopatia, Machado selecionava já temas parecidos com os que seriam trabalhados pelo narrador da série “A Semana”, como medicina e ciência. Na crônica das “Balas de Estalo”, Lélío argumentava principalmente que o princípio da nova técnica médica era exatamente dizer que as demais formas de se medicar estavam erradas e, mesmo assim, continuavam a medicar a maior parte dos doentes da forma antiga. Não somente as temáticas médicas e farmacêuticas se repetiram em “A Semana”, como também a desconfiança perante as novidades científicas, especialmente as médicas. N’ “A Semana”, Machado compôs crônicas sobre anúncios de medicamentos¹⁴⁸, a própria homeopatia seria um dos temas trabalhados pelo autor¹⁴⁹, assim como os erros médicos e as possíveis implicações para os pacientes¹⁵⁰. Nas “Balas”, na crônica de 10 de agosto de 1884, Lélío narraria uma conversa entre Deus e São Pedro, na qual faria referência ao xarope do bosque, como um elixir milagroso que tudo curava, mas desapareceu de circulação. Enquanto em “Balas”, São Pedro explicava a Deus que o remédio havia desaparecido como

¹⁴⁶ RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío*. Op. cit. p. 70.

¹⁴⁷ Lélío. “Balas de Estalo”. *Gazeta de Notícias*. 2 jul., 1883, p.1. Para uma análise detalhada dessa crônica, ver RAMOS, Ana Flávia Cernic. “Lélío das ‘Balas De Estalo’”. In: RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío*. Op. Cit.

¹⁴⁸ Ver, por exemplo: “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 3 set., 1893, p.1.

¹⁴⁹ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 19 jan., 1896, p.1.

¹⁵⁰ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 17 mai., 1896, p.1.

desaparecem os impérios, em “A Semana”, o narrador citaria o mesmo fármaco para novamente falar a respeito da inconstância desses pequenos milagres da medicina que se anunciavam constantemente nos jornais, mas justificaria dizendo que assim como Xerxes se deprimiu ao imaginar seu exército morto, ele se deprimia ao imaginar outros tipos de mortos: “Não são os homens que me levam à melancolia persa, mas os remédios que os curam. Mirando os remédios vivos e eficazes, faço esta pergunta a mim mesmo: Por que é que os remédios morrem?”¹⁵¹. Mas a ciência não foi o único assunto em comum entre as duas séries. Os temas da série de 1883 em muito coincidem com os temas de “A Semana”, talvez por uma relativa proximidade temporal. Mesmo que “Balas de Estalo” seja ainda uma série do período imperial, o declínio do Segundo Reinado carregava temáticas próximas do período de consolidação do sistema republicano, como política, ciência e cidadania¹⁵². Talvez a grande diferença dessa série seja que em “A Semana” o narrador avaliava um projeto de República que parecia estar falhando, enquanto em “Balas de Estalo” Lélío evidenciava as diversas dúvidas a respeito dos novos projetos políticos que ainda estavam sendo pensados.

“Balas de Estalo” deixaria de ser publicada em 1886, e ainda no mesmo ano, Machado publicaria “A + B”, uma série de apenas sete crônicas, que teve por definição o formato de diálogo entre dois leitores, “A” e “B”. A série discorreria sobre os acontecimentos mais comentados no periódico, elaborando uma das características mais marcantes das “Balas de Estalo”: o diálogo ficcional. Por outro lado, “A + B” não era colaborativa. É possível dizer que nessa série, além do narrador tradicional, o cronista criara outros dois personagens responsáveis por tentar formar opinião, alterando o costume das crônicas. Apesar disso, quem operava a escolha dos trechos das conversas a serem transcritos era um narrador com nome e sobrenome, João das Regras, talvez, como destaca Chalhoub, inspirado no monarquista português convicto do século XIV de mesmo nome¹⁵³. Em “A + B” Machado deu ao seu narrador e aos seus outros dois personagens um tema central: finanças. Tema este que estaria entre os mais cotados de “A Semana”. Os dois personagens que dialogavam na série, A e B, eram também leitores de jornais, que comentavam, meio que atordoados, os temas financeiros sobre os quais pouco compreendiam. Os leitores da série poderiam se ver em situação

¹⁵¹ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 19 nov., 1893, p.1.

¹⁵² Ramos destaca esses como alguns dos principais temas das “Balas de Estalo”. RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío*. Op. cit., p.19.

¹⁵³ CHALHOUB, Sidney. “A crônica machadiana problemas de interpretação, temas de pesquisa”. *Remate de Males*, v. 23, n. 2, 2010.

parecida à dos personagens, tendo que, por si só, compreender as oscilações financeiras do Segundo Reinado. Mas como apontou Chalhoub, João das Regras os auxiliava, mesmo que de forma irônica, na tarefa de entender a lei orçamentária de 1887, as dificuldades financeiras provenientes da Lei dos Sexagenários e até a necessidade de cessar a desmesurada emissão de papel moeda¹⁵⁴.

Talvez a maior contribuição da série “A + B” para a compreensão que pretendemos ter d’“A Semana” seja o fato de João das Regras ser esse narrador que se fazia de imparcial, que deixava seu leitor ler a conversa em discurso direto, a fim de que tirasse suas conclusões por si próprio, sendo que, por outro lado, os trechos haviam sido selecionados intencionalmente pelo narrador. João das Regras se fazia um cronista sedutor que tentava oferecer explicações para os temas mais difíceis através de uma linguagem acessível. Nele já havia alguns ingredientes da receita do narrador da série “A Semana” que, como João das Regras, era um personagem muito perigoso de se acreditar.

Já na semana seguinte ao fim de “A + B”, Machado iniciou a publicação da “Gazeta de Holanda”, série escrita em formato de poesia, mas considerada crônica, por manter a característica de gênero híbrido entre jornal e literatura¹⁵⁵. A publicação perduraria até 1888. Chalhoub destacou que o nome da série fora inspirado em panfletos de cunho sensacionalista e calunioso, espalhados pela Europa no século XVIII¹⁵⁶. O narrador criado para a série, Malvólio, tinha por objetivo principal enriquecer, mas nem por isso deixava de lado os assuntos políticos mais comentados, como o julgamento de Francisca da Silva¹⁵⁷ ou a epidemia de cólera. Esse Malvólio completamente interesseiro e que não tem quase nenhum freio moral para conseguir o que quer também nos oferece algumas informações sobre o narrador d’“A Semana” que, embora não tivesse o enriquecimento como objetivo principal, nortearia suas ações unicamente com base naquilo que pudesse lhe ser mais proveitoso e, muitas vezes, insistia em assumir essa característica abertamente, sem qualquer pudor.

¹⁵⁴ CHALHOUB, Sidney. “A arte de alinhar histórias”. In: CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em Cousas Miúdas*. Op. cit., p.79.

¹⁵⁵ CHALHOUB, Sidney. “A crônica machadiana problemas de interpretação, temas de pesquisa”. Op. cit.

¹⁵⁶ CHALHOUB, Sidney. “A arte de alinhar histórias”. In: CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em Cousas Miúdas*. Op. cit.

¹⁵⁷ No ano de 1886, Francisca da Silva foi julgada por torturar duas escravas. Ela alegou ter um longo histórico de problemas mentais e crises histéricas e acabou absolvida. O caso foi motivo de discussão nos periódicos cariocas, pois serviu como justificativa para o debate abolicionista.

Ao final da década, já em 1888, Machado iniciava “Bons dias!”, que duraria até 1889. Essa série, em especial, foi responsável por muitas discussões de estudiosos sobre a existência, ou não, de um narrador ficcional. De um lado, o historiador Leonardo Pereira apresentou Policarpo como narrador da série, baseado principalmente nas referências que apareceram diversas vezes a respeito da profissão de relojoeiro que o narrador afirmava ter exercido em seu passado e na afirmação do próprio narrador a respeito de seu nome. Essa série contou com muitos indícios da existência de um narrador ficcional que faltam a “A Semana”. Como Pereira apontou, Policarpo se apresentava no primeiro texto de “Bons dias!” e afirmava que ele iria ser o responsável por escrever aquela série. Na falta de uma assinatura como a de “Balas de Estalo”, cada crônica se iniciava e se encerrava da mesma maneira durante todo o período de publicação, começando com “Bons dias!” e encerrando com “Boas noites!” e Policarpo falava sobre a própria vida, citando datas de nascimento, além de sua profissão entre diversos outros aspectos em várias crônicas a partir da décima primeira. Além disso, houve uma construção complexa onde Policarpo apareceria como um personagem contraditório, que mudava de opinião e conseguia demonstrar os dois lados de cada questão que analisava, característica principal da série como um todo¹⁵⁸.

De outro lado, para John Gledson, na série apenas existia Machado de Assis expressando suas opiniões, usando como escudo o anonimato e também a ironia. Não haveria quantidade suficiente de informações ou referências diretas a Policarpo, para garantir que a série toda fora escrita pelo mesmo narrador ficcional, segundo Gledson¹⁵⁹. O crítico acreditaria na existência de narradores ficcionais em algumas poucas crônicas de “Bons dias!”, mas não como fio condutor da série inteira, o que virou motivo de discussão entre muitos dos estudiosos do tema. Gledson considerou que os apontamentos feitos por Pereira não seriam suficientes para definir a existência de um personagem ficcional como narrador único de todas as crônicas. Para esse autor até existiriam alguns textos em “Bons dias!” com narrador ficcional, mas essa não seria uma característica da série toda¹⁶⁰. Na mesma obra o autor defendeu que na série “A Semana”, não existia motivo algum para duvidar de que quem narrava ali era o próprio autor real, a reproduzir semanalmente apenas suas próprias opiniões carregadas da ironia machadiana habitual. Aqui, é preciso lembrar que, não só se tratando de

¹⁵⁸ PEREIRA, Leonardo Affonso. *O Carnaval das Letras*. Op. cit.

¹⁵⁹ GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis*. Op. cit.

¹⁶⁰ Idem.

Machado, mas também de qualquer sujeito histórico que tenha produzido um texto que se pretendia ou não ficcional, é sempre bom que o historiador duvide. Ao observarmos as crônicas como um documento histórico, construído com finalidades sociais específicas, duvidar do que ali está escrito é a obrigação primeira do historiador. Machado escreveu com intenções sociais implícitas, como qualquer outro autor. Ao mesmo tempo em que o cronista e os outros intelectuais da *Gazeta de Notícias* moviam esforços para redefinir as formas de produzir literatura e de compor a imprensa no Brasil, eles estavam também tentando convencer leitores e leitoras a respeito de pontos de vista diversos. Num momento de confusão política e econômica, no qual os projetos de República ainda precisavam ser adaptados à realidade brasileira, literatos militavam por seus ideais com malícia, com o objetivo de seduzir seus leitores, tentando fazê-los comprar não apenas edições de jornais, mas também projetos de nação que estavam ali impressos. É preciso duvidar de todas as constatações, mesmo as mais simples, presentes nesses textos, pois elas estão todas carregadas de intenções. Mesmo que a conclusão final fosse a não existência de um narrador ficcional em “A Semana”, seria preciso, ao menos no início, saber que há motivos para duvidar. Até no que diz respeito a narradores muito mais evidentes, como o próprio Policarpo, foi a partir da dúvida que as pesquisas conseguiram alcançar respostas melhor embasadas. Em relação ao relojoeiro, Sidney Chalhoub publicou artigo refutando os argumentos de Gledson, no qual a principal consideração que pode nos auxiliar na compreensão do narrador d’“A Semana” é:

Gledson insiste no cuidado que se deve tomar para não esperar encontrar, em séries de crônicas machadianas, narradores ficcionais talhados à moda de Brás Cubas e Dom Casmurro. O que decorre disso é a necessidade de aprofundar o entendimento das condições específicas de produção desses textos, e não partir do pressuposto inverso de que a regra neles é a pouca elaboração narrativa. De fato, ao atribuir a Policarpo os textos que escrevia, Machado de Assis incorporava ao projeto da série, e logo à perspectiva do narrador ficcional, a circunstância de viver no turbilhão dos acontecimentos, mergulhado na experiência da indeterminação da história. Por conseguinte, seria irreal esperar que tal narrador postulasse a suposta clarividência ou sapiência que Brás Cubas conferia a si mesmo, ou contasse as suas histórias no viés de quem lhes atribuía um sentido retrospectivo e teleológico, como Dom Casmurro.¹⁶¹

¹⁶¹ CHALHOUB, Sidney. “A crônica machadiana problemas de interpretação, temas de pesquisa”. *Remate de Males*. Op. cit.

Fora a constatação lógica de que nem Policarpo e nem o narrador d’“A Semana” poderiam narrar seus textos com a consciência da conclusão dos processos que estavam vivendo, Chalhoub ofereceu outro adjutório no contato com esses textos: os narradores de crônicas só são essencialmente diferentes dos narradores dos romances machadianos, porque dependem das condições de produção desses textos. Ao observar as grandes novidades que “Balas de Estalo” apresentou em relação às séries de crônicas anteriores à década de 1880 (construção coletiva não somente com outros intelectuais, mas também no diálogo com outros personagens ficcionais; cuidadosa escolha do pseudônimo para se incluir em debates já existentes na série¹⁶²; construção de uma personalidade uníssona para um personagem que dialoga com outras vozes ficcionais; possibilidade de utilizar a ficção, dentro do gênero crônica, como forma de resguardar o autor, mesmo que a autoria não fosse secreta), encontramos um esforço de Machado no início da década de 1880 em utilizar a crônica não como território de experimentação para a futura confecção de romances, mas como campo de testes para engrandecimento do próprio gênero. Ainda na mesma década e no mesmo periódico, Machado produziria crônicas nas quais o narrador deixava de ser a única voz ficcional e apenas selecionava trechos de diálogos entre personagens também elaborados em uma esfera ficcional, privando o narrador de falar em voz direta para o seu leitor (“A + B!”). Dessa forma, o autor criava outros métodos para que os personagens pudessem convencer os leitores. Não houve no discurso do narrador, João das Regras, nenhuma fala direta. Ele era responsável apenas pela seleção dos trechos apresentados. Em seguida, Machado criou Malvólio, esse ser interesseiro e mesquinho, que só tinha por objetivo o enriquecimento e que, em crônicas construídas fora do formato padrão para o gênero (a prosa) ainda assim apresentava personalidade talhada com vistas a criar o humor característico da crônica. “Bons dias!” veio exatamente desse histórico de diferentes narradores ficcionais construídos dentro de séries que experimentavam formas inovadoras de produzir crônicas. Policarpo era diferente de Lélío, João das Regras ou Malvólio porque, pela falta da assinatura, se revelava aos poucos. Mas ainda assim, se revelava diretamente, dizia seu nome, sua profissão, sua idade. Após Policarpo, Machado construiu então uma série em que se permitiu não negar e nem afirmar a construção desse narrador ficcional. A falta de assinatura já existente em “Bons dias!” tornou o terreno ainda mais arenoso em “A Semana”, evidenciando que o autor que começou

¹⁶² RAMOS, Ana Flávia Cernic. “Introdução”. In: _____. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas Balas de Estalo de Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

suas séries cronísticas com narradores que contavam com uma definição nítida, baseada em pseudônimos e, muitas vezes, uma caracterização completa (tinham profissão, idade, uma história pessoal), se dedicou, por último, a uma série sem qualquer aspecto que definisse, logo na primeira crônica, a existência ou não de um narrador ficcional. Ao analisar as crônicas publicadas nos anos 1880, Chalhoub fez apontamentos que oferecem dados fundamentais para qualquer trabalho realizado com séries de crônicas:

(...) as séries precisam ser analisadas por inteiro, em busca do temerário do narrador, das continuidades e rupturas no seu modo de ver as cousas; cada peça ou crônica específica é unidade indivisível, ainda que tecida de fragmentos diversos, pois via de regra o raciocínio do narrador apresenta um fio condutor possível de discernir, já que guarda regularidades de visada e meios retóricos previsíveis.¹⁶³

Desconsiderando a possibilidade de encontrar o narrador através da análise das séries por inteiro e em contato com outras colunas do periódico, John Gledson descartou totalmente a possibilidade de um personagem-narrador em seu livro *Por um novo Machado de Assis: ensaios*, já ao analisar os primeiros dois anos de publicação da série “A Semana”. Para ele a falta de assinatura, somada ao fato de que a autoria era de conhecimento geral desde o início da publicação da série¹⁶⁴ resulta em informações suficientes para negar não somente a necessidade, mas a própria existência desse narrador. Soma-se ao seu argumento ainda o fato de que Machado de Assis citava um amigo que falecera e dizia a data de seu aniversário na série.

Na tentativa de somar mais informações antes de chegar a qualquer conclusão, aqui tentaremos observar “A Semana” com o cuidado de considerar que por ser uma série de crônicas, ela contou com um narrador que, diferente do que acontecia nos romances, era construído a cada nova publicação em contato com diferentes temas que talvez o autor não tivesse pensado em trabalhar quando iniciou a construção desse narrador. Ana Paula Cardozo de Souza vai definir a constituição do narrador de “A Semana” da seguinte forma:

É a partir de um ponto de vista totalmente subjetivo que os comentários são feitos. Por meio dessa perspectiva, os leitores são informados das opiniões e até das reações de um narrador que falseia o próprio discurso e tende a torcer fatos e conclusões em

¹⁶³ CHALHOUB, Sidney. “A crônica machadiana problemas de interpretação, temas de pesquisa”. *Remate de Males*. Op. cit.

¹⁶⁴ Mesmo que a série fosse de conhecimento de alguns intelectuais, e essa é a única conclusão exata que podemos ter baseado na publicação de elogios direcionados a Machado de Assis em outros periódicos pela construção da série (Ver: GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis*. Op. cit., p. 210), é possível que essa informação não alcançasse uma grande quantidade de leitores e/ou não fosse determinante da não consideração de um teor ficcional na série de crônicas.

benefício próprio. O recurso à memória, mencionando fatos e personalidades de um passado relativamente remoto, dá a entender que o cronista é um senhor entrado em anos e um tanto perdido frente aos acontecimentos que presencia, ao mesmo tempo em que, nas entrelinhas, permite que se perceba uma opinião bastante informada e resoluta, deixando de lado a suposta ignorância.¹⁶⁵

Em entrevista, Sidney Chalhoub apontou que “(...) O Machado, em “A Semana”, não parece inventar um narrador ficcional, ou, mais precisamente, ele o faz fingindo não fazer. Os leitores sabiam que era ele quem escrevia, no entanto, sabiam também que havia certa instabilidade entre autor e narrador”¹⁶⁶. Na mesma entrevista, Chalhoub apontou ainda que na série “Histórias de quinze dias” também havia crônicas, como em “A Semana”, nas quais o narrador que estava sendo construído havia várias edições, de repente parecia se afastar dos olhos dos leitores, deixando ali apenas o autor real. Mas que “(...) todavia, você vê ali claramente um investimento na construção do narrador e é possível notar características mais ou menos permanentes desse narrador. Mas, de vez em quando, o autor afasta o narrador e entra na série.”¹⁶⁷

Não há como negar a ambiguidade do narrador da série. Por um lado, Machado investiu diversos recursos literários na construção desse personagem que, em primeira pessoa, se esforçava para negar seu caráter conformista e egoísta na maior parte das crônicas. Porém, quanto mais o narrador se esforçava em esconder seus defeitos, mais evidentes Machado os tornava. O mesmo que dizia ser “ao mais melancólico dos homens”, imaginava as “festas magníficas” que faria caso ganhasse o trono de um império¹⁶⁸. Ao analisar a denúncia de um conselheiro municipal acerca da oferta de suborno que recebera, o narrador evidenciava seu caráter duvidoso:

(...) Entre as declarações feitas, em discurso, uma houve de algum valor; foi a de um conselheiro que revelou terem-lhe oferecido muitos contos de réis para não discutir certo projeto. Não se lhe pediu defesa, mas abstenção, tão certo é que a palavra é prata e o silêncio é ouro. O conselheiro recusou; eu não sei se recusaria. Certamente, não me falta hombridade, nem me sobra cobiça, mas distingo. Dinheiro para falar, é arriscado; naturalmente (a não ser costume velho), a gente fala com a impressão de que traz o preço do discurso na testa, e depois é fácil cotejar o discurso e o boato, e aí está um homem perdido. Ou meio perdido: um homem não se perde assim com duas razões. Mas dinheiro para calar, para ouvir atacar um projeto sem defendê-lo, dar

¹⁶⁵ SOUZA, Ana Paula Cardozo de. *Machado de Assis e a República de "A Semana"*. Op. Cit., p.34.

¹⁶⁶ BEGAMINI JR, Atilio. “Entrevista com Sidney Chalhoub”. *Oragon*, Porto Alegre, v. 28, n. 55, p. 203 – 218, jul./dez. 2013.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 16 jul., 1893, p.1.

corda ao relógio, enquanto se discute, concertar as suíças, examinar as unhas, adoecer, ir passar alguns dias fora, não acho que envergonhe ninguém, seja a pessoa que propõe, seja a que aceita.¹⁶⁹

A posição do narrador a respeito do suborno nessa crônica é a condensação da caracterização que Machado se empenhou em construir em “A Semana”. Em primeiro lugar, ele destacava qual teria sido o único momento “de algum valor” em toda a discussão dos conselheiros municipais: a declaração da tentativa de suborno, pois os demais assuntos típicos das discussões no Conselho (reformas urbanas, segurança e controle sanitário, principalmente), eram enfadonhos para o narrador. Já esse pequeno detalhe gerador de polêmicas, lhe pareceu de algum valor. Como seria costume na série, o narrador se defendeu: afirmou ter hombridade e não ter cobiça, mas em seguida deixou claro: não aceitaria o valor para falar, não por qualquer implicação ética ou moral, mas porque teria medo de se apresentar muito nervoso e ser descoberto. Todavia, aceitar o dinheiro para ficar calado, parecia-lhe um bom negócio, já que não lhe seria exigida nenhuma ação e uma das primeiras características desse personagem ficcional era o comodismo. Todavia, mesmo sendo razoavelmente imoral, um tanto egoísta e bastante resignado, havia uma qualidade especial nesse narrador: ele era sedutor em seus argumentos, se apresentava de forma muito convincente, como é possível observar na sequência da mesma crônica, na qual após apresentar sua visão um tanto despudorada a respeito do suborno, ele argumentava a seu próprio favor, alegando que não havia mal algum nas suas considerações, pois tratava-se de uma imoralidade passiva:

Há quem veja nisso algo imoral; é opinião de espíritos absolutos, e tu, meu bom amigo e leitor, foge de espíritos absolutos. Os casuístas não eram tão maus como nos fizeram crer. Atos há que, aparentemente repreensíveis, não o são na realidade, ou pela pureza da intenção, ou pelo benefício do resultado; e ainda os há que não precisam de condição alguma para serem indiferentes. Depois, quando seja imoralidade, convém advertir que esta tem dois gêneros, é ativa ou passiva. Quando alguém, sem nenhum impulso generoso, pede o preço do voto que vai dar, pratica a imoralidade ativa, e ainda assim é preciso que o objeto do voto não seja repreensível em si mesmo. Quando, porém, é procurado para receber o dinheiro, essa outra forma, não só é diversa, mas até contrária, é a passiva, e tanto importa dizer que não existe. Ninguém afirmará que cometi suicídio porque me caiu um raio em casa.¹⁷⁰

¹⁶⁹ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 17 jun., 1893, p.1.

¹⁷⁰ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 1 out., 1893, p. 1.

Ao começar o seu raciocínio, que é síntese de seu comportamento geral, o narrador argumentava que dependendo do objetivo, qualquer meio seria aceitável para alcançá-lo, já que, segundo ele mesmo, alguns atos não seriam tão repreensíveis dependendo do benefício gerado pelo resultado. Por outro lado, ele ainda conseguiu retirar de si a possível culpa de qualquer ato, já que a forma passiva de imoralidade nem mesmo existiria. Um homem que era procurado para realizar qualquer atividade antiética que pudesse gerar vantagens para ele, se aceitasse, não poderia, portanto, ser repreendido. Nesses momentos o narrador tornava-se evidente. Ficava destacado o esforço em construir, nos limites da ficção, um personagem capaz de fazer rir pela desenvoltura diante das próprias desonestidades e superficialidades.

Por outro lado, esse narrador também fugiu à ficcionalidade em diversos momentos, gerando dificuldades para os estudiosos. Na mesma série em que Machado tanto se esforçou para construir um personagem divertido e caricato, o narrador informava a data do próprio aniversário como sendo o primeiro dia do inverno, 21 de junho, dia do nascimento de Machado¹⁷¹. Ele ainda dedicava uma crônica inteira a homenagear o livreiro Garnier, ressaltando a relação de longa data que mantivera com o editor, se distanciando assim da ficção. Considerando que existe esse narrador e ele é tão fugidio, a única forma de encontra-lo é adentrando a série pelo começo, a fim de conhecer a forma como se deu a sua lenta construção e, talvez, seja possível compreender algum padrão em sua inconstância, observando não somente as reminiscências do autor, mas também os vestígios de um personagem ficcional que exerceu o papel de narrador.

2.3 – O programa da série.

A longa duração da publicação da série impossibilitou uma uniformidade rígida no conjunto da obra, já que as crônicas se construía com base nos últimos acontecimentos e eram marcadas pela velocidade da escrita jornalística, muitas vezes exibindo análises de acontecimentos do dia anterior. Além das óbvias alterações dos temas trabalhados, havia também a forte influência da crise política pós-proclamação, que ameaçava a liberdade de expressão dos periódicos cariocas e, a crise econômica, que colocava os jornais – especialmente os menores – em dificuldades financeiras, tornando a imprensa um espaço de tensão¹⁷². Apesar disso, de forma geral, é possível

¹⁷¹ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 8 out., 1893, p. 1.

¹⁷² Ver FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Na obra a

dizer que existiu um programa básico para os textos da série. Os textos se constituíam principalmente dos principais assuntos das páginas iniciais e contavam com a intercalação de três ou mais temas. Na maioria das vezes a série era iniciada por alguma consideração de caráter geral que era novamente retomada ao final, gerando unidade para cada texto.

A primeira crônica poderia ser tomada então como um programa, uma pequena amostragem do padrão que a nova série seguiria. As primeiras bases desse modelo estavam estabelecidas nesse primeiro texto. Todavia, antes de entrar efetivamente em seu conteúdo, é preciso observar o que a *Gazeta* havia publicado nos dias anteriores, pois essa seria a matéria-prima da confecção da crônica. Não foi a toa que a data escolhida para início da série foi a semana do dia 21 de abril, no ano de 1892, quando a morte de Tiradentes completava 100 anos. Naquela semana, a *Gazeta de Notícias* dedicou várias colunas a tecer elogios ao mártir mineiro, reforçando a ideia de que se tratava de um nome importante para a história da luta pela recente proclamação da República. Mas o caso era um pouco mais complicado, uma vez que, ao que parecia, havia opositores à idealização de Tiradentes como herói nacional. No dia 21, uma quinta-feira, a *Gazeta* ofereceu o espaço do editorial a uma coluna com o título “Tiradentes”, na qual o texto começava lamentando as muitas injustiças que teriam sido sofridas pelo mineiro:

(...) No processo do ilustre mártir são numerosas as expressões de desdém que para com ele empregaram seus companheiros. (...) Há por toda parte o esforço de reduzir a proporções insignificantes o que se designa por conjuração mineira, e o meio que aos réus se afigurou mais próprio consistiu em ridicularizar e desdenhar o alferes Joaquim José.¹⁷³

É interessante observar que, buscando em outros periódicos de grande circulação no Brasil no mesmo período, não encontramos as ditas “expressões de desdém”. Ao contrário disso, há também elogios dedicados à figura de Tiradentes em periódicos como o *Diário de Notícias*, *O Paiz* ou ainda o *Jornal do Commercio*¹⁷⁴. É possível

autora mostrou que a década de 1890 foi marcada por uma crise que modificou totalmente a onda de progresso constante que a imprensa brasileira conhecia até então. Desde o seu surgimento, a imprensa nacional apenas crescera, mesmo que em dados momentos o ritmo de crescimento fosse mais lento. No início da década de 1890, quando a proclamação da República prometia um avanço rumo aos ideais modernos de progresso e o *boom* econômico do Encilhamento reforçava essa promessa, a crise surpreendeu a todos e, de forma especial, aos intelectuais, que tinham que pensar novas formas de se manter no mercado editorial.

¹⁷³ “Tiradentes”. *Gazeta de Notícias*, 21 abr., 1892, p.1.

¹⁷⁴ O centenário de morte de Tiradentes na verdade foi motivo de elogios à figura do mineiro nos periódicos de grande circulação. No *Diário* aparecia texto falando que o governo resolvera apoiar a festa

concluir muito mais que essa defesa de Tiradentes estava sendo feita em relação a outras opções de possíveis nomes que poderiam ocupar o espaço de herói do novo regime de governo – como Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant ou o próprio presidente, Floriano Peixoto¹⁷⁵ –, do que em relação a algum setor ou órgão da imprensa que de fato o acusasse. Após considerar também o fato de ter sido Tiradentes o único incondiente a ser executado em Minas, sendo, portanto, o único que perdeu a vida em prol do ideal republicano, o texto seguia ressaltando suas ideias a respeito do federalismo que, para o alferes, não abrangeria todo o território nacional, mas teria servido de base para os republicanos posteriores e, em meio a diversos elogios, concluía que:

(...) O poder que sacrificou Tiradentes, deu-nos a união com que o mártir nunca sonhara; mas foi Tiradentes que nos deu a república. Foi em nome de Tiradentes que bateram-se sempre os republicanos; era sua memória que entusiasmava a mocidade, foi a ideia federalista aplicada em moldes grandiosos, que fortificou os fracos e destruiu o velho regime. Por este lado, ele é herói brasileiro, verdadeiramente nacional e, comemorando-o hoje, no primeiro centenário de sua execução, pagamos uma dívida sagrada.¹⁷⁶

Uma palavra do trecho sintetiza o movimento que a *Gazeta de Notícias* tentava fazer: *memória*. Tiradentes significaria, para o periódico, uma representação dos ideais republicanos que inspiraram a instauração da República, mesmo tantos anos depois da Inconfidência Mineira. A recente proclamação, com sua configuração pouco popular era, no início dos anos 1890, um acontecimento sobre o qual era preciso forjar uma memória. Por outro lado, havia muitos protagonistas da proclamação ainda vivos, lutando pela construção de uma República nos moldes que acreditavam ser melhores. Construir uma memória da luta republicana baseada na figura de um homem que estava a uma distância temporal segura, como Tiradentes, era uma forma não somente de

e esse era um motivo de grande alegria entre os republicanos, que comemoravam tal data desde “os tempos de monarquia”. Ver: “Tiradentes”. *Diário de Notícias*. 14 abr., 1892; *O Paiz* anunciara tanto os festejos no Club Tiradentes, quanto em outros espaços e dirigia-se ao mineiro como “glorioso mártir da República Brasileira”. Ver: “Festas de Tiradentes”. *O Paiz*. 20 abr., 1892; *O Jornal do Commercio* não houve muitas referências diretas à figura do incondiente. Todavia o jornal publicou uma coluna relatando o que teria acontecido a Tiradentes no dia de sua morte (Ver: “Tiradentes”. *Jornal do Commercio*. 21 abr., 1892) e outra informando onde ocorreriam as “esplêndidas manifestações de regozijo” ao centenário de morte de Tiradentes (Ver: “Festas ao Tiradentes”. *Jornal do Commercio*. 19 abr., 1892).

¹⁷⁵ A respeito da discussão dos literatos do fim do século XIX sobre os possíveis nomes que poderiam ocupar o espaço de herói da República, ver: SILVA, Ana Carolina Feracin da. *Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2001.

¹⁷⁶ “Tiradentes”. *Gazeta de Notícias*, 21 abr., 1892, p.1.

tornar a proclamação um acontecimento mais popular na história brasileira¹⁷⁷, como também evitar que ficasse atrelada à proclamação alguma noção de República militar, como seria de se esperar com Floriano¹⁷⁸. O editorial do dia 21 veio seguido por considerações sobre as festas que seriam realizadas em homenagem à data. Ainda na primeira página, constava uma poesia extremamente elogiosa do republicano Fontoura Xavier¹⁷⁹, com o título “A Revolução-Tiradentes”. No dia seguinte, o segundo texto do periódico apresentava o título “Centenário de Tiradentes” e nele a festa promovida pelo Clube Cívico Tiradentes era aclamada como uma iniciativa importante para cumprir uma “reivindicação histórica”¹⁸⁰. É importante notar que dessa vez a *Gazeta* elogiava o comparecimento da população carioca ao evento, pois dele se poderia notar que o povo carioca compreendia o heroísmo do mineiro e comungava com seus ideais.

O diálogo entre a primeira crônica da série e o periódico tratou de dois assuntos principais: a memória de Tiradentes e a abstenção de votos na eleição para senador. Ambos os assuntos seriam abordados em crônicas posteriores¹⁸¹. O comportamento dos eleitores também mereceu atenção especial da *Gazeta de Notícias*, que durante a semana dedicou um editorial, no dia 22 de abril, dois dias após a votação, para falar do tema. Sob o título “A Eleição”, o texto comentava:

O resultado da eleição a que se procedeu anteontem nesta capital, para o preenchimento de uma vaga no senado, provocou da parte de alguns dos nossos distintos colegas as mais judiciosas ponderações. Com pesar verificaram eles que a maior parte, quase a totalidade do eleitorado fluminense se absteve de concorrer às urnas, e, conquanto procurarem justificar essa abstenção pela falta de espírito político no

¹⁷⁷ A respeito da criação da memória de Tiradentes como uma figura popular para representar o sistema republicano, ver: CARVALHO, José Murilo de. “Tiradentes: um herói para a República”, in: _____. *A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁷⁸ A respeito das tentativas de evitar emparelhar a imagem do sistema republicano à ideia de militarismo, ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Braziliense, 1990.

¹⁷⁹ Antônio Vicente Fontoura Xavier foi um diplomata e poeta português que viveu a maior parte do tempo em terras brasileiras, tendo colaborado com outros periódicos além da *Gazeta de Notícias*, como *O Besouro* e a *Revista Brasileira*. Sua atuação política se destacou pela luta declarada contra a monarquia. Citar o poema desse autor era uma forma também de lembrar que a própria *Gazeta* tinha um papel ativo na luta pela proclamação da República, tendo contado com homens intimamente envolvidos com esse ideal em seu corpo editorial. Assim o periódico podia tecer críticas ao governo florianista, evidenciando que essas não eram críticas à República, mas sim a um governo que consideravam antidemocrático. Para mais informações sobre o poeta, ver: ALEIXO, José Carlos Brandi. “Antônio da Fontoura Xavier diplomata e escritor”. *Revista Historia Caribe*, v. 6, n. 18, 2011.

¹⁸⁰ “Centenário de Tiradentes”. *Gazeta de Notícias*, 22 abr., 1892, p.1.

¹⁸¹ Considerando que as discussões entre possíveis heróis para o sistema republicano repousaram entre os nomes de Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e Tiradentes é possível dizer que esse foi um tema muito querido para “A Semana”, especialmente nos primeiros anos da série. Ver BRITO, M. L. A. e SILVEIRA, Daniela M. “A República Contada A Cada Semana: A consolidação do sistema republicano nas crônicas de machadianas (1892)”. *Horizonte Científico*. Vol. 10, nº1, ago. 2016.

pleito e pela escolha dos candidatos, nem por isso deixam de a considerar um sintoma perigoso para a nossa vida constitucional.¹⁸²

A falta de comparecimento às urnas seria recorrentemente denunciada no periódico. Como opositor moderado do governo de Floriano Peixoto, o jornal nunca deixou de registrar que era possível que a abstenção de votos fosse uma resposta da população que estaria conscientemente demonstrando sua insatisfação com a falta de eleições para o cargo de presidente. Todavia, a *Gazeta de Notícias* também deixou claro em suas colunas que esse era um posicionamento perigoso, pois deixava o governo do país nas mãos de poucos interessados que em nada representavam os eleitores. Ainda na coluna “A Eleição”, o texto seguia defendendo o valor político do voto como única ferramenta que o povo brasileiro teria para intervir na política, mas a *Gazeta* não deixou de citar a responsabilidade do governo federal na instabilidade enfrentada pelo país:

(...) Além disso, o direito ao voto é incompatível com a feição que tem tido e tem o nosso governo. Urnas e espadas não foram feitas para andar juntas, e, ou há de predominar o sufrágio, quaisquer que sejam seus defeitos, ou o país tem de ser dirigido pela força armada, dando ao seu governo o caráter do mais genuíno militarismo. (...) Coloquem a vida nacional no seu verdadeiro eixo, dando ao povo o seu governo, e restituindo a força armada às suas nobres e legítimas funções. Enquanto não se fizer isso, as lamúrias pela abstenção são muito parecidas com as chamadas lágrimas de crocodilo.¹⁸³

A *Gazeta de Notícias* criticou de forma geral a abstenção de votos em todas as eleições de caráter nacional, estadual ou municipal e dedicou longos textos para tentar convencer os eleitores a comparecerem às urnas¹⁸⁴. Um dos argumentos usados ao longo do tempo de publicação da série “A Semana” foi o das fraudes eleitorais, já que nos anos seguintes, além das recorrentes reportagens sobre a abstenção, começaram a surgir notícias de lugares em que havia mais cédulas de votação do que eleitores¹⁸⁵. O periódico chamava o povo às urnas em todas as oportunidades, mas ofereceu, ao menos nesse momento, uma justificativa para a abstenção que não denotava culpa ao povo e sim ao governo.

Além disso, no ano anterior havia sido promulgada a Constituição que estabeleceria as diretrizes eleitorais vigentes no período de publicação da série e mesmo que o número de cidadãos que tinha o direito de votar tenha subido a partir de então (anteriormente era de cerca de 1% da população), nesse primeiro momento ainda não

¹⁸² “A Eleição”. *Gazeta de Notícias*. 22 abr., 1892, p.1.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Ver, por exemplo: “O ano político”. *Gazeta de Notícias*. 3 jan., 1893, p.1.

¹⁸⁵ O tema das fraudes eleitorais apareceu, por exemplo, na coluna: “Estados: Rio de Janeiro”. *Gazeta de Notícias*. 18 jun., 1892, p.2.

chegava a 2% e não passaria de 5% da população até a promulgação da Constituição de 1934¹⁸⁶. Tratando-se de dados nacionais, é provável que a cidade que havia sido sede da Corte durante o Império e agora se tornara capital do país tinha índices maiores de eleitores. Mesmo assim, não se pode considerar que o eleitorado fosse uma grande parte da população do Rio. Ao contrário disso, uma parcela muito pequena e muito específica tinha direito ao voto. Esse talvez fosse um dos defeitos do sufrágio, apontados no trecho do editorial da *Gazeta* acima citado. Basicamente o jornal tentava convencer a votar essa pequena fração da população que tinha esse direito e as críticas que tanto o periódico quanto a série fizeram aos eleitores que não compareciam serviriam para pouquíssimos indivíduos.

Sabendo de algumas das posições tomadas pela *Gazeta de Notícias* na semana que precedeu a primeira crônica, é possível agora adentrar a série conhecendo um pouco dos debates que eram familiares aos leitores do periódico. É preciso conhecer essas questões a fim de tentar compreender melhor a construção do narrador. Na sua primeira aparição surgiam os traços iniciais da caracterização que seria lapidada por cinco anos. A crônica de 24 de abril começava com uma breve explicação sobre um problema, “verdadeiramente uma charada”, que o narrador teria proposto a si mesmo na segunda-feira última. De acordo com ele mesmo, era preciso chamar de problema, pois “o nome de problema dá dignidade, e excita para logo a atenção dos leitores austeros”¹⁸⁷. Dessa escolha cuidadosa do nome pelo qual chamaria a sua primeira charada, o narrador oferecia aos leitores já a primeira caracterização que teríamos dele:

Sou como as atrizes, que já não fazem benefício, mas *fésta artística*. A coisa é a mesma, os bilhetes crescem de igual modo, seja em número, seja em preço; o resto, comédia, drama, opereta, uma polca entre dois atos, uma poesia, vários ramalhetes, lampiões fora, e os colegas em grande gala, oferecendo em cena o retrato à beneficiada. Tudo pede certa elevação.¹⁸⁸

Essa definição que fazia supor superficialidade e um interesse muito maior na forma como as coisas se apresentavam – nesse caso, em especial, no nome pelo qual as coisas eram chamadas –, do que no conteúdo, permaneceria como característica do narrador por todo o período de publicação. Nessa crônica, em específico, após se apresentar dessa forma, o narrador entraria em uma sucessão de pequenas anedotas que

¹⁸⁶ Ficava estabelecido direito ao voto apenas para homens maiores de 21 anos, alfabetizados (sendo considerada aqui a aptidão para ler e escrever). Entre esses ainda estavam excluídos mendigos, soldados e religiosos. Ver: MATTOS, Hebe. “A vida política”. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. *A abertura para o mundo: 1889 – 1930*. Coleção História do Brasil Nação: 1808 – 2010. Volume 3. Objetiva, 2011.

¹⁸⁷ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 24 abr., 1892, p.1.

¹⁸⁸ Idem.

reforçavam seu ponto de vista sobre o valor dos títulos dados a cada acontecimento e a cada pessoa. Só no último parágrafo, ele voltaria ao seu “problema inicial”. O narrador contava que não conseguiu votar porque nem mesmo os mesários haviam comparecido a sua seção. Assim, ele ficou junto aos cinco outros eleitores que compareceram e não puderam votar:

(...) Discutimos a questão de saber o que é que nasceu primeiro, se a galinha, se o ovo. Era o problema, a charada, a adivinhação de segunda-feira. Dividiram-se as opiniões; uns foram pelo ovo outros pela galinha; o próprio galo teve um voto. Os candidatos é que não tiveram nem um, porque os mesários não vieram e bateram dez horas.¹⁸⁹

A questão estabelecida sobre a ordem de nascimento entre o ovo e galinha, remete na verdade ao motivo da abstenção de votos, se um sentimento individual de falta de fé na República, ou se uma escolha política conjunta com a finalidade de mostrar o descontentamento do eleitorado. Qualquer que fosse o motivo primeiro, ele geraria um ciclo sem fim, como o ovo e a galinha. Essa é a mesma questão que a *Gazeta* havia discutido na sua coluna, incentivando os leitores a votarem, caso fosse um problema individual e questionando o papel do governo na abstenção, já que muitos poderiam ter faltado propositadamente. Se o periódico fez questão de tecer um discurso cativante sobre o poder do voto e as falhas do governo, o narrador trazia o novo dado de que talvez muitos eleitores, como ele mesmo, não tinham votado porque até os mesários faltaram. Além disso, ele demonstrava também não se importar com os significados da abstenção:

(...) Daqui ao caso eleitoral é menos que um passo; mas, não entendendo eu de política, ignoro se a ausência de tão grande parte do eleitorado na eleição do dia 20 quer dizer descrença, como afirmam uns, ou abstenção como outros juram. A descrença é fenômeno alheio à vontade do eleitor: a abstenção é propósito.¹⁹⁰

Talvez o argumento mais recorrente na construção do narrador seja o de que ele não entende de política (que posteriormente ganhou uma segunda versão na qual afirmava não entender de finanças, quando as implicações do Encilhamento tornaram-se assunto recorrente no periódico), mas, via de regra, as questões políticas eram levantadas e, em grande parte das vezes, ele sugeria soluções e analisava as situações da política brasileira. Aliás, é importante notar na primeira crônica, que mesmo esse

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Idem.

narrador que não entendia de política, fez ao menos o mínimo esforço de ir até a seção para votar.

Entretanto, se a crônica começava e terminava com o tema das eleições, a maior parte dela era dedicada ao centenário de Tiradentes e as considerações do narrador eram as mais absurdas. Após dizer que havia proposto uma charada a si mesmo o narrador seguiu contando dois casos particulares de conhecidos seus que davam muito valor aos títulos: um par de amigos só se chamava pelos nomes de major e comendador e um jovem que só aceitaria se casar depois que conseguisse o título de doutor. Entre os dois casos, ele citava outro que, a seu ver, somaria argumento para o entendimento da sua percepção sobre a importância dos títulos, o caso de Tiradentes, que havia sido tema das colunas citadas no periódico na semana anterior à crônica:

(...) Para não ir mais longe. Tiradentes. Aqui está um exemplo. Tivemos esta semana o centenário do grande mártir. A prisão do heroico alferes é das que devem ser comemoradas por todos os filhos deste país, se há nele patriotismo, ou se esse patriotismo é outra coisa mais que um simples motivo de palavras grossas e rotundas. A capital portou-se bem. Dos Estados estão vindo boas notícias. O instinto popular, de acordo com o exame da razão, fez da figura do alferes Xavier o principal dos Inconfidentes, e colocou os seus parceiros a meia razão da glória.¹⁹¹

No primeiro momento em que citava o inconfidente, o narrador não deixava de concordar com a *Gazeta de Notícias* ao elogiar o povo que comemorou a data e justificar a admiração que Tiradentes mereceria por seus feitos. Apesar disso, ao seguir a crônica, ele explicitava qual a semelhança entre o caso de Tiradentes e as outras histórias que estava contando: tratava-se também de uma questão de títulos. A *Gazeta* havia citado nos artigos anteriores que Tiradentes não era tão benquisto pela população brasileira como deveria ser. Dizia ainda que, mesmo em vida, o personagem havia sido desprezado por muitos. Aqui, o narrador da série oferecia uma análise alternativa sobre os possíveis motivos da aversão que alguns tinham no passado e ainda teriam naquele momento sobre a figura do mineiro:

(...) Entretanto, o alferes Joaquim José tem ainda contra si uma coisa a alcunha. Há pessoas que o amam, que o admiram, patrióticas e humanas, mas que não podem tolerar esse nome de Tiradentes. Certamente que o tempo trará a familiaridade do nome e a harmonia das sílabas; imaginemos, porém, que o alferes tem podido galgar pela imaginação um século e despachar-se cirurgião-dentista. Era o mesmo herói, e o ofício era o mesmo; mas traria outra dignidade. Podia ser até

¹⁹¹ Idem.

que, com o tempo, viesse a perder a segunda parte, dentista, e quedar-se apenas cirurgião.¹⁹²

A curiosa solução proposta pelo narrador para que Tiradentes fosse considerado um herói respeitável por toda a nação depunha sobre a caracterização que Machado pretendia para seu novo personagem: um indivíduo absurdamente preocupado com os mais superficiais detalhes. Esse narrador adorou os números grandes, os títulos considerados nobres e as palavras sofisticadas. No rol de coisas que ele desprezou estavam a política e a economia nacional¹⁹³. Suas preferências caracterizaram-no como um sujeito extremamente egoísta, que preferia sempre a opção pessoalmente mais vantajosa em detrimento do bem público e até mesmo da ética. Suas diversas justificativas para a apatia do povo brasileiro frente às questões democráticas demonstravam ainda um homem acostumado ao regime monárquico, que mesmo com seus defeitos, conseguia se manter em funcionamento¹⁹⁴. Para alguém que havia recebido acusações de ser monarquista¹⁹⁵, Machado parecia razoavelmente preocupado com a participação popular nos rumos da República, ao construir esse narrador. Mesmo que o autor estivesse integrando o grupo de críticos da República liderada por Floriano Peixoto, o humor que envolvia seu narrador residia justamente na inaptidão política de um cidadão da República que permanecia acostumado ao Império.

A caracterização desse narrador, iniciada na crônica de 24 de abril, contrastava com seu próprio ofício. Em um periódico sobre o mundo público, ele tinha a função de

¹⁹² Idem.

¹⁹³ O narrador dizia não entender dos assuntos políticos e apenas contar os fatos sem se importar com eles, por exemplo, na crônica “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 25 fev., 1894, p.1.

¹⁹⁴ Gledson apresenta essa característica como pertencente ao próprio Machado de Assis. Para o crítico, o cronista apresentaria “nostalgia de um sistema que, com todas as suas falhas intrínsecas, funcionou e entrou nos hábitos dos políticos e da população”. Gledson demonstra, partindo do pressuposto de que Machado não tinha muita simpatia pelo republicanismo, que seu maior medo, nas crônicas, é a manutenção do federalismo e não da República em si. Nas palavras desse autor, Machado veria o parlamentarismo com certo saudosismo por ter sido um sistema capaz garantir trocas de governantes mais pacíficas do que o que estava acontecendo na República. É preciso compreender principalmente que Gledson se dedicou especialmente às crônicas publicadas durante um governo militar que assumira o poder de forma autoritária. Havia ainda, para um homem que como Machado estivera envolvido nos debates políticos do Segundo Reinado, o problema da inexistência de partidos bem organizados e a simplória divisão, feita pelo próprio governo florianista, entre governistas e oposicionistas. Diante de uma República que nada tinha de democrática, o temor principal do autor seria que a população não estivesse apta a desempenhar seu papel democrático, especialmente no que tangia ao eleitorado. Ao entrar em contato com a série como um todo, é impossível não perceber a validade do argumento de Gledson. Machado de fato era um crítico da República que começava a tomar forma, e visivelmente temia pelo futuro do país. (GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis*. Op. Cit., p. 212-214)

¹⁹⁵ Machado fora acusado de monarquista no ano de 1894 em coluna publicada no periódico *O Tempo* (Ver: MARTYR, Deocleciano. “Funcionalismo Inimigo da República”. *O Tempo*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1894, p.2.). No texto figuravam diversos outros nomes de funcionários públicos que, tendo conseguido cargos durante a monarquia, eram acusados de serem “hipócritas monarquistas pagos fartamente pelos cofres da nação para dizerem mal de si próprios e cavarem a ruína da Pátria!”. Ver: SOUZA, Ana Paula Cardozo. “As agitações de 1894”. In: SOUZA. Op. cit.

comentar os últimos acontecimentos políticos, estava em contato cotidiano com a política nacional e, como Machado não queria se furtar de comentá-los, achava desculpas para o seu narrador julgá-los sob uma ótica superficial. O mesmo narrador que tanto diz não se importar com política, ou não conhecer sobre economia, informava no mesmo ano, duas semanas após o aniversário da proclamação da República:

Um dos meus velhos hábitos é ir, no tempo das Câmaras, passar as horas nas galerias. Quando não há Câmaras, vou à municipal ou intendência, ao júri, onde quer que possa faltar o meu amor dos negócios públicos, e mais particularmente da eloquência humana.¹⁹⁶

Além de justificar sua insistência em assuntos políticos por uma admiração pelos discursos e não por um interesse real no futuro do país, o narrador elogiava as diversas festas que comemoraram a proclamação da República. Em seguida, o narrador resolveu criticar diretamente o sistema republicano:

A República trouxe-me quatro desgostos extraordinários; um foi logo remediado; os outros três não. O que ela mesma remediou, foi a desastrada ideia de meter as câmaras no palácio da Boa Vista. Muito político e muito bonito para quem anda com dinheiro no bolso; mas obrigar-me a pagar dois níqueis de passagem por dia, ou a ir a pé, era um despropósito. Felizmente, vingou a ideia de tornar a pôr as Câmaras em contato com o povo, e descemos da Boa Vista. Não me falem nos outros três desgostos. Suprimir as interpelações aos ministros, com dia fixado e anunciado; acabar com a discussão da resposta à fala do trono; eliminar as apresentações de ministérios novos... Oh! As minhas belas apresentações de ministérios!¹⁹⁷

Esse narrador, que se via diante da necessidade de comentar o cotidiano republicano num momento em que o sucesso do novo regime ainda era incerto, escolheu como críticas ao sistema republicano apenas as formas como se davam os debates. Ele não se importava quase nada com o conteúdo das discussões travadas nas câmaras, exceto se elas pudessem lhe afetar diretamente¹⁹⁸. A dúvida a respeito da construção de um narrador ficcional fica quase que suprimida no trecho acima. Mesmo que imaginemos um defensor da Monarquia em detrimento da República, mesmo que Machado de Assis fosse de fato monarquista, como foi acusado de ser, seria absurdo que suas críticas à República repousassem apenas sobre as formas de apresentação das

¹⁹⁶ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 27 nov., 1892, p.1.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Na crônica de 15 de julho de 1894, por exemplo, o narrador que dizia não se importar com política propunha uma reforma eleitoral (um tanto absurda, é fato), baseada em tornar as eleições mais esportivas. O caso é que ele mesmo não se importava com a abstenção, mas gostava das corridas de cavalo e assim poderia fazer do processo eleitoral algo do seu gosto. Ver: “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 15 jul., 1894, p.1.

discussões políticas e os locais onde se realizavam sessões. Mas para seu narrador, sujeito de fato superficial, tais contrassensos cabiam bem.

2.4 – A máscara da ficção como resposta à censura

O final do ano de 1893 foi extremamente conturbado no Rio de Janeiro. Se a jovem República já enfrentava desafios diários na sua consolidação, no fim desse ano a crise política e econômica só se intensificou. Além dos problemas enfrentados em âmbito nacional, a cidade teve que lidar com a repressão florianista à Revolta da Armada¹⁹⁹. Na imprensa, os efeitos da instabilidade política foram marcantes, gerando empastelamento dos jornais e censuras²⁰⁰. A *Gazeta de Notícias* fez oposição ao governo de Floriano e foi alvo da censura de um mês. Na série, o narrador sofreu a influência da tensão política, todavia a partir do retorno das publicações do periódico, em 3 de janeiro de 1894, Machado teve que se utilizar de mecanismos ficcionais para tratar temas que anteriormente eram diretamente citados, como os defeitos da República Brasileira, o federalismo e o papel do cidadão no sistema republicano.

John Gledson analisou a série parando exatamente no último número anterior à censura e conseguiu perceber como nos últimos meses de 1893 a ficcionalidade da série recebeu maior investimento, tornando a relação com as notícias cotidianas mais sutil²⁰¹. Ao fim da censura, o próprio periódico teve que reavaliar as formas de criticar o governo, a fim de driblar novas repreensões. Já dentro da série, Machado, funcionário público no período, também tinha muito a perder e, tornou suas críticas ainda mais delicadas e elaboradas, além de ter também dado novo rumo às escolhas de temas, mesmo nos primeiros momentos após o fim do governo de Floriano²⁰². Assim sendo, Gledson acabou analisando uma parte da série que, por força dos momentos políticos

¹⁹⁹ FREIRE, Felisberto. *História da Revolta da Armada de 1893*. Brasília: Editora UnB, 1982.

²⁰⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

²⁰¹ GLEDSON, John. *Por um Novo Machado de Assis*. Op. Cit., p. 219.

²⁰² É possível ver, por exemplo, que a partir de 1894 houve um crescimento no número de crônicas que tratavam de temas como relacionamentos amorosos (Ver, por exemplo, as crônicas de 8 de julho de 1894 e 12 de maio de 1895), crimes domésticos (23 de setembro e 21 de outubro de 1894, por exemplo), notícias da vida privada de personalidades internacionais (22 de abril de 1894 e 22 de setembro de 1895). Além disso, os telegramas (16 de dezembro de 1894 e 18 de agosto de 1895) e os anúncios (25 de fevereiro de 1894 e 23 de junho de 1895) ganharam cada vez mais espaço na série. É preciso observar que os primeiros eram notícias muito curtas às quais Machado dava preferência em detrimento de outras colunas mais carregadas de opinião política com as quais costumava discutir (por exemplo, as colunas “A Situação” e “Coisas Políticas”); e os segundos pouco tinham de político, estando mais ligados à esfera privada, já que tratavam de assuntos domésticos ou mesmo pessoais. Outra prática que cresce dentro da série nesse segundo momento foi a crítica a livros ou peças de teatro, igualmente menos passíveis de serem considerados como oposição ao governo. Todavia, isso não quer dizer que série tornava-se menos política, Machado utilizou muitos desses assuntos que pareciam mais banais para tecer críticas ao governo federal e, até mesmo a outras instâncias de poder político.

posteriores²⁰³, apresentava críticas mais diretas à República do que o restante do conjunto faria. As reflexões desse autor acerca d’“A Semana” acabaram ficando marcadas por esse recorte temporal, desconsiderando as alterações bruscas que a série sofreria no retorno das publicações.

Em meados de 1893, o comportamento individualista do narrador passava a se destacar também em relação às questões financeiras, já que os efeitos do encilhamento se tornavam assuntos centrais nos periódicos brasileiros²⁰⁴. Com o mesmo intuito da criação de João das Regras, o narrador d’“A Semana” passava a servir para expressar a perplexidade diante de novos problemas financeiros. Já que necessitava comentar sobre as questões financeiras e não conhecia quase nada sobre economia, o narrador informava:

Pois, senhores, antes de pegar na pena para contar-lhes a semana, vendo que esta foi, entre todas, financeira, tive ideia de ir aprender primeiro finanças. O meu cálculo era fino; suspendia por algum tempo esta obrigação hebdomadária, e descansava. Mas a pessoa a quem consultei sobre o método de aprender finanças, disse-me que havia dois, além do único. O mais fácil ensinava-me em duas horas ou menos, muito a tempo de escrever estas linhas; consistia em decorar um pequeno vocabulário de algibeira, e não entender a teoria do câmbio. (...) Como a maior parte dos homens não sabe finanças, disse-me ele, ainda que os sabedores me atacassem, o público ficava em dúvida, se a razão estava comigo ou com eles, porque de ambas as partes ouvia falar em conversão de dívida e impostos.²⁰⁵

As palavras certas, que o narrador deveria saber utilizar para convencer seu leitor, igualmente ignorante, eram “encampação” e “fusão”, utilizadas várias vezes durante a semana na *Gazeta de Notícias*. Assim, novamente o narrador defendia que muito mais importava saber como falar, do que saber do que se falava. Mais importariam os nomes ou títulos corretos, do que o conhecimento de fato sobre o tema. Não sendo suficiente escrever sobre a incompetência do narrador no assunto, surgiu um novo personagem na série que, aos poucos, amadureceu em seu estatuto ficcional. José Rodrigues, o criado do narrador, apareceu na crônica do dia 27 de agosto de 1893, quando acordou o patrão de um sonho absurdo sobre o bacilo gerador da cólera. Mas aos poucos o criado ganhou mais espaço na série. Talvez o novo recurso literário

²⁰³ Sobre desilusão com o sistema republicano no pós-proclamação, ver: CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

²⁰⁴ A temática do Encilhamento foi recorrente não somente na *Gazeta de Notícias*. Exemplos: PESTANA, Bangel F. “Secção Livre”. *O Paiz*. 13 set., 1895, p.2; “Progressos de Petrópolis”. *Jornal do Comércio*. 21 jan., 1894, p.2; O Thesoureiro. “Anúncios”. *Diário de Notícias*. 12 jul., 1893.

²⁰⁵ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 25 jun., 1893, p.1.

aparecesse justamente porque a censura do governo federal sobre periódicos se acirrava²⁰⁶. No mês seguinte ao sonho do narrador, os bombardeios da Revolta da Armada já eram o assunto mais comentado no periódico, as crônicas se tornaram menos diretas quanto aos temas que tratavam e as análises sobre literatura, teatros e arte foram se acentuando, ao mesmo tempo em que os crimes urbanos e os assuntos da esfera privada, como contracepção e casamento ganhavam espaço. Todavia, os temas políticos, mesmo camuflados, continuavam presentes. O narrador usou, por exemplo, Alexandre Magno para comentar, mesmo que delicadamente, o assunto da Revolta:

Assim, naquilo em que todos vão buscar modelos de poesia, ele, grande general, buscava a arte de combater. Eu sou um Alexandre às avessas. Nas artes bélicas procuro a lição do estilo. Ides vê-lo. Neste momento, sete horas da manhã, ouço uns tiros ao longe. São fortes, mas não sei se tão fortes como os de ontem, sexta-feira, à tarde, quando toda a gente correu às praias e aos morros. Nenhum deles, porém, vale o bombardeamento do princípio da semana, entre 2 horas e duas e meia, e mais tarde entre quatro e cinco.²⁰⁷

Ainda investindo na construção do narrador, Machado defendia que, mesmo com toda a tensão, esse personagem estava procurando “lição de estilo” na perigosa situação dos bombardeios. A despeito da censura, que estabelecia que os periódicos não deveriam publicar quaisquer notícias sobre a revolta, sob a justificativa de evitar a propagação de falsas informações, o periódico não deixava de citar o medo que tomava conta do Rio de Janeiro. Na crônica, não seria diferente, o narrador apenas não atribuía qualquer julgamento político sobre o acontecimento, mas desafiava a censura informando, por exemplo, os horários dos bombardeios. O narrador aproveitava-se do momento também para explicar a utilidade do criado para a série, logo após contar que acordou atordoado com as explosões:

Eu escrevo, — não sei se lhes disse isto alguma vez, — pela língua do meu criado, imitando Molière com a cozinheira. Ora, o José Rodrigues nunca absolutamente viu explodir uma bomba, uma granada, um simples grão de milho posto ao fogo. Para ele tudo estala, rebenta, estoura.²⁰⁸

Dessa forma, como consultor da opinião popular, igualmente ao que fez a cozinheira de Molière, era da interpretação que fazia do criado que o narrador tirava muitas das noções que tinha a respeito das classes populares e, nesse momento, José Rodrigues serviu para expelir o assombro diante da situação política. Mas em outros

²⁰⁶ SOUZA, Ana Paula Cardozo de. *Machado de Assis e a República de "A Semana"*. Op. Cit.

²⁰⁷ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 24 set., 1893, p.1.

²⁰⁸ Idem.

momentos serviria também para evidenciar a ignorância do povo brasileiro diante de diversos fatos políticos²⁰⁹. Na sua primeira aparição, em janeiro de 1893, a crônica falava sobre a crise financeira:

Um criado meu, que perdeu tudo o que possuía na compra de desventuras... perdoem-lhe; é um pobre homem que fala mal. Ensinei-lhe a correta pronúncia de debêntures, mas ele disse-me que desventuras é o que elas eram, desventuras e patifarias. (...)

Lê tudo o que os jornais publicam, este homem. Foi ele que me deu notícia da nova denúncia contra a Geral; ele chama-lhe nova. (...)

— Não ganho dinheiro com isto, conclui ele, mas consolo-me das minhas desventuras.

— Debêntures, José Rodrigues.²¹⁰

As *desventuras* de José Rodrigues eram já tema recorrente no periódico. Tratava-se de títulos de crédito que configuravam uma espécie de empréstimo que as empresas faziam com terceiros, deixando a estes, direitos equivalentes aos valores das debêntures sobre o patrimônio da empresa. Por esse motivo, durante o encilhamento, foram os títulos que mais facilmente chegaram a ser comprados por camadas menos abastadas e quando a bolha econômica do Encilhamento estourou, os investidores haviam perdido, muitas vezes, as economias de toda uma vida. Em 1893, já não havia esperança de recuperação dos valores. Assim como José Rodrigues, muitos tiveram de conviver com o prejuízo de suas *desventuras* durante a crise econômica proveniente das práticas do Encilhamento²¹¹. Dessa forma, mesmo que utilizando recursos humorísticos que faziam com que José Rodrigues aparecesse como ignorante ou até mesmo idiota ao longo da série, Machado não deixava de demonstrar como os resultados do Encilhamento acabaram afetando mais profundamente as classes baixas. No dia 23 de dezembro de 1894, uma nova crônica deixava claro que José Rodrigues só poderia ser um personagem ficcional, inventado com propósito humorístico, pelo próprio ridículo

²⁰⁹ José Rodrigues era criado do narrador e havia perdido todas as economias comprando debêntures no período de bolha econômica do Encilhamento (Ver: “A Semana”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 jan., 1893, p.1). Voltou a aparecer tentando ajudar o narrador a compreender como funcionavam os medicamentos mais anunciados nos jornais (Ver: “A Semana”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 ago., 1893, p.1); Foi usado para acordar o narrador de seus devaneios (Ver: “A Semana”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 mar., 1894, p.1). Para Souza, José Rodrigues funcionou, na série, tanto para Machado discutir classe, quanto como uma espécie de leitor de periódicos com o qual o narrador podia dialogar, movimentando assim as interpretações possíveis para a leitura dos jornais da época. Ver: SOUZA, Ana Paula Cardozo. “José Rodrigues: o criado-leitor”. In: SOUZA, Ana Paula Cardozo de. *Machado de Assis e a República de “A Semana”*. Op. cit..

²¹⁰ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 29 jan., 1893, p.1.

²¹¹ Sobre o Encilhamento, ver: NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge Luís (Orgs.). *Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 1a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

da situação narrada. Após fazer algumas considerações acerca do clima que, conforme era possível observar no periódico, vinha sendo responsabilizado por diversas doenças²¹², o narrador acrescentava:

Este José Rodrigues é bom, é diligente, respeitoso, mas coxeia do intelecto, não que seja doido, mas é estúpido. Não digo burro; burro com fala seria mais inteligente que ele. Ontem, depois do almoço, veio ter comigo, trazendo uma folha na mão:

— Patrão, leio aqui estes dois anúncios: “Para tosses rebeldes, xarope de jaramacaru”. — “Para intendente municipal, Calisto José de Paiva”. Qual destes dois remédios é melhor? E que moléstia é essa que nunca vi?

— Tu és tolo, José Rodrigues.

— Com perdão da palavra, sim, senhor.

— Pois se as moléstias são duas, como é que me perguntas qual dos remédios é melhor? É claro que ambos são bons, um para tosses rebeldes, outro para intendente municipal.²¹³

A confusão de José Rodrigues, oriunda dos anúncios de candidaturas a cargos municipais disputando espaço com anúncios de boticários foi resolvida ao fim da crônica, quando o narrador explicou ao seu criado o significado da palavra intendente e, se não servia apenas de recurso humorístico e auxílio na percepção acerca da construção de ficcionalidade para a série, o diálogo ainda criticava a prática comum de escolher remédios apenas com base nos anúncios impressos no periódico, comuns na época, especialmente nos meses mais quentes, quando as doenças se propagavam mais rapidamente no Rio de Janeiro, como era o caso de dezembro. A desconfiança de Machado diante das novidades científicas foi traduzida, na série, de muitas formas, mas nunca empregada diretamente como característica do narrador. Este, ao contrário do autor, parecia admirado com as possibilidades das ciências modernas.

Foi ainda no ano de 1893 que pela primeira vez, durante a publicação da série, Machado de Assis foi substituído. No dia 22 de outubro, o autor não entregou o texto, porque estava com uma doença nos olhos, como o narrador explicaria na crônica seguinte²¹⁴. Mesmo que o texto impresso no dia 22 não faça parte da série, ele também é fundamental para compreender o desenvolvimento da mesma. Ferreira de Araújo substituiu Machado de Assis e deu o título “Uma Semana” para a sua crônica. Substancialmente diferente da série que Machado estava compondo, a crônica

²¹² O calor e as doenças a ele atribuídas foram temas recorrentes na *Gazeta*, especialmente nos verões. Ver, por exemplo: Agência Havas. “Telegramas”. *Gazeta de Notícias*. 6 jan., 1894, p.2; “Almanak da Gazeta de Notícias”. *Gazeta de Notícias*. 14 dez., 1894, p.1.

²¹³ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 23 dez., 1894, p.1.

²¹⁴ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 29 out., 1893, p.1.

começava tecendo alguns elogios ao cronista habitual e explicando que ele, “a prata da casa”, seria substituído apenas uma vez. A seguir o texto se tornava crítico à situação dos bombardeios no Rio e à decorrente censura.

(...) tais são as aflições e os sustos em que se vive, desde que o sol desponta e começa o bombardeio para a Praia Grande, até que o sol se põe e o bombardeio para a Praia Grande ainda não está terminado. Não contando ter hoje de fazer essa renda, não tomei nota do que se passou durante os últimos sete dias; creio, porém, que, se as tivesse tomado, seria exatamente o mesmo, porque se há coisa a que a gente se não possa referir na imprensa, é ao fato consumado, que por isso mesmo é suspeito. É mesmo de supor que a proibição de publicar boatos se baseie, não no inconveniente de andar a fazer correr como boa moeda evidentemente falsa, mas no receio de que o boato tenha fundamento.²¹⁵

A provocação de Ferreira de Araújo ao governo foi bastante direta. A população carioca de forma geral tinha informações sobre a Revolta e por certo esse era o assunto mais comentado da cidade naquele momento. Os periódicos ficavam impossibilitados de repassar informações, mesmo que eles pudessem ficar encarregados de desmentir os possíveis boatos, caso não houvesse a censura. Segundo o jornalista, os florianistas temiam que a imprensa noticiasse as falhas da atuação do próprio governo e, até mesmo, se posicionasse contra as atitudes de Floriano. Além disso, Ferreira de Araújo usou ainda o argumento de que o próprio público comprava o jornal somente para obter mais notícias sobre a Revolta e, como forma de se desculpar, revelava novamente a responsabilidade do governo pela não divulgação de informações:

Fora destes assuntos, não há atenção, não há ouvintes, não há leitores. E é isso o que torna extremamente interessante a opinião dos jornalistas. Só uma coisa interessa ao público, ao público masculino e ao público feminino, ao público que trabalha e ao público que se dá ao trabalho de consentir que se lhe queira bem: a revolta.²¹⁶

Nos últimos números de 1893, as críticas tornavam-se cada vez mais enfáticas. O assunto já era de interesse, de acordo com o jornalista, de todos os públicos e, por ser a *Gazeta* esse periódico do mundo público, não poderia deixar de abordá-lo cada vez de maneira mais persistente. Em menos de 40 dias, a soma dessa crônica e de outras reportagens culminaria na censura ao periódico²¹⁷. Entre meados de outubro e 27 de

²¹⁵ “Uma Semana”. *Gazeta de Notícias*. 22 out., 1892, p.1.

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ A intelectualidade, de forma geral, estava enfrentando um período de eminente perigo. A censura dos jornais era apenas a parte mais evidente de um momento muito perigoso. O exemplo mais gritante foi a invasão à redação do periódico *A Tribuna*, ainda em 1890, que culminou no falecimento do revisor José Antônio Romariz, em decorrência dos ferimentos adquiridos. A polícia produziu laudos evasivos e o caso rendeu grande repercussão na imprensa, mas não teve desfecho jurídico. (Ver: FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados*. Op. Cit. p. 117). Durante os bombardeios da Revolta da Armada, o primeiro periódico a ser suspenso foi a *Cidade do Rio* em outubro. Mas ainda

novembro, Machado de Assis também não deixou de tocar no assunto dentro da série. No dia 5 de novembro o narrador utilizaria de uma referência literária para falar sobre a censura. Ele citou um personagem de José de Alencar²¹⁸, que sempre usava a expressão “O que há de novo?” quando encontrava alguém e, graças ao personagem, a expressão teria se popularizado no Rio de Janeiro, fazendo com que os conhecidos do narrador sempre lhe lançassem a mesma pergunta. Sua irritação é narrada na crônica:

Confesso que esta semana entrei a aborrecer semelhante interrogação. Não digo o número de vezes que a ouvi, na segunda-feira, para não parecer inverossímil. Na terça-feira, cuidei lê-la impressa nas paredes, nas caras, no chão, no céu e no mar. Todos a repetiam em torno de mim. Em casa, à tarde, foi a primeira coisa que me perguntaram. Jantei mal; tive um pesadelo; trezentas mil vozes bradaram do seio do infinito: — Que há de novo? Os ventos, as marés, a burra de Balão, as locomotivas, as bocas de fogo, os profetas, todas as vozes celestes e terrestres formavam este grito uníssono: — Que há de novo?⁸²

A solução encontrada pelo narrador para lidar com a sede de novidades dos seus conhecidos era contar sempre fatos velhos, os mais antigos possíveis quando recebia a pergunta e todos ficavam muito irritados com ele. Dessa forma ele criticava a censura,

mais comum que a efetiva censura, foram os assaltos policiais às folhas consideradas oposicionistas. Ver: SILVA, Ana Carolina Feracin da. *Entre a pena e a espada*. Op. cit.

²¹⁸ A referida personagem apareceu na obra de José de Alencar pela primeira vez em 24 de setembro de 1854, em crônica publicada no *Correio Mercantil*. Nesse texto o narrador dizia que mesmo com muitas notícias, era impossível escapar às “conversas divertidas”. A expressão, empregada de forma irônica, dizia respeito aos assuntos que seriam, na verdade, inadequados para determinado momento. A expressão “o que há de novo?” aparecia no último exemplo que o narrador utilizou para explicar o que seriam as tais conversas divertidas: “É um indivíduo qualquer que se vos posta diante dos olhos, como uma trave, e vos tira a vista da vossa namorada, para perguntar-vos com voz de meio-soprano: o que há de novo?”. (ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. São Paulo : Instituto de Divulgação Cultural, [s.d.]). Entretanto, provavelmente o personagem citado pelo narrador d’ “A Semana” era Custódio, o empregado aposentado da peça “O Rio de Janeiro – Verso e Reverso”, (ALENCAR, José de. *Teatro completo—Clássicos do teatro brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura: Fundação nacional de arte e serviço nacional de teatro, 1977.) representada pela primeira vez em 28/10/1857. O personagem repetia exaustivamente a mesma pergunta a Ernesto, estudante paulista, e Henrique, elegante rapaz carioca. Na primeira vez em que a pergunta apareceu, Augusto (definido na peça como zangão da praça) respondeu com dados financeiros. Na segunda vez Custódio já recebeu a primeira indagação sobre a sua responsabilidade em se manter informado das últimas notícias, Ernesto diz: “O senhor não leu os jornais?”. Quando a pergunta foi dirigida a Henrique, ele mudou de assunto, falando sobre os teatros. A partir daí, Ernesto perdeu a paciência com o aposentado, e respondeu ao “O que há de novo?” com “Que não estou disposto a escutá-lo”. Da próxima vez que a pergunta apareceu, Ernesto orientou Custódio a ler os jornais. Em seguida, o estudante paulista disse ao rapaz carioca o que achava de homens como Custódio: “(...)Eis o verdadeiro tipo da raça desses fósseis da Independência e do Sete de Abril. Cinquenta anos de idade, empregado aposentado, bengala, caixa de rapé e gravata branca. Não tem outra ocupação mais do que ler os jornais, perguntar o que há de novo e queixar-se da imoralidade da época.” Mas ao fim da comédia, o aposentado permanecia repetindo a mesma pergunta. (Ver: ALENCAR, José de. *Teatro completo—Clássicos do teatro brasileiro*, Op. cit.) Da forma como José de Alencar organizou a peça, é possível perceber que havia, num primeiro momento, uma crítica aos que não buscavam informações políticas e econômicas que poderiam ser facilmente acessadas através dos jornais. O narrador d’ “A Semana” então, utilizou esse personagem para falar sobre os leitores que estavam tentando se informar, mas naquele momento político, não conseguiam, devido à censura aos periódicos.

que obrigava os jornais a escolherem assuntos mais banais e deixar de lado o que realmente havia de novo, ao impedir a circulação de informações sobre a Revolta. Machado de Assis teceu uma crítica, em comparação com a que Ferreira Araújo publicara, extremamente sutil e delicada. Primeiramente, há de se considerar que as posições políticas dos dois intelectuais não eram idênticas. Ferreira de Araújo sempre fora um crítico mais rígido em relação ao governo florianista. Além disso, é preciso considerar ainda que Machado de Assis tinha mais coisas a perder do que Ferreira de Araújo. Desde 1880, Machado de Assis ocupava cargos públicos. Primeiramente, ainda durante a monarquia, foi oficial de gabinete do Ministério da Agricultura, após a proclamação da República, em março de 1889, foi promovido a diretor da Diretoria do Comércio da nova Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, já em 1892 uma segunda promoção o levaria ao cargo de Diretor-Geral da Viação da Secretaria da Indústria, Viação e Obras Públicas²¹⁹. Levando em conta a crise financeira que o país enfrentava, mesmo que Machado de Assis vivesse com certos luxos e recebesse bons proventos como colaborador na *Gazeta*²²⁰, é bem provável que temesse perder seu cargo público. Além disso, tinha sido agraciado com a Ordem da Rosa, por decreto imperial²²¹, detalhe de sua trajetória que somava pontos contra a boa opinião que o governo florianista poderia fazer do autor.

As reservas de Machado de Assis não seriam sem razão. No ano anterior, José do Patrocínio, redator da *Cidade do Rio* fora preso por fazer oposição a Floriano Peixoto e, nesse momento, o clima de tensão entre a imprensa carioca e o presidente significava perigo para os intelectuais envolvidos²²². Não havia somente uma oposição às atitudes políticas tomadas por Floriano Peixoto. Desde o caso de José do Patrocínio, a intelectualidade carioca, coesa como era, via no presidente um inimigo do bom funcionamento da liberdade de imprensa.

No dia 27 de novembro viria o texto que serviria de gota d'água para Floriano Peixoto e o jornal seria censurado. O editorial, escrito por Ferreira de Araújo, recebeu o

²¹⁹ Os cargos públicos ocupados por Machado de Assis estão relacionados no Portal Machado do Ministério da Educação, na Aba "Cronologia". Disponível através do endereço: <http://machado.mec.gov.br/cronologia-mainmenu-121>. Acesso em 01 mar. 2017.

²²⁰ PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: Estudo Crítico-biográfico*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936, p.212.

²²¹ A data da nomeação de Machado de Assis para a Ordem da Rosa está disponível no Portal Machado do Ministério da Educação, na Aba "Cronologia". Disponível através do endereço: <http://machado.mec.gov.br/cronologia-mainmenu-121>. Acesso em 01 mar. 2017.

²²² Sobre o caso de José do Patrocínio, Ver: PEREIRA, L. A. M.. "Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário". In: SILVA, Fernando Teixeira da.; NAXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia. (Orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. 1ed. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 2003.

título da já tradicional coluna “Cousas Políticas”, de reconhecida autoria do dono do periódico e apresentou severo tom de desaprovação às atitudes do governo federal, tanto em relação à cassação dos títulos anteriormente oferecidos a Ruy Barbosa pelo exército, como no que dizia respeito à ideia de permanência de Floriano Peixoto no governo da República. O texto iniciava contando que um colega jornalista, vinculado ao jornal *O Paiz* teria afirmado que:

(...) nunca houve no Brasil talvez um governo tão popular como aquele que se formou em virtude da restauração da lei, e bastava na realidade compreender o espírito da revolução, exigir o nosso código constitucional em regulador supremo de toda a ação política, para que hoje estivesse a República em paz e na plenitude de sua força.²²³

Segundo Ferreira de Araújo, a consideração teria sido publicada no jornal *O Paiz*, grande aliado do governo republicano, em comemoração ao dia 23 de novembro, data em que dois anos antes o almirante Custódio de Melo havia ameaçado bombardear o Rio de Janeiro, com o intuito de que o marechal Deodoro da Fonseca renunciasse a presidência. No trecho repousava talvez um dos mais fortes argumentos pró-Revolta, o de que os militares iam contra um governo incompatível com a definição mais básica de democracia republicana: não havia sido eleito pelo povo e, portanto, era inconstitucional. A ideia de Ferreira de Araújo era contrapor o argumento usado em *O Paiz* a um discurso proferido no mesmo dia pelo senador Amaro Cavalcanti, grande aliado político de Floriano Peixoto. Na ocasião, o senador teria defendido a necessidade de manter Floriano no poder até que a República estivesse de fato consolidada. As considerações comparativas de Ferreira de Araújo são:

Notemos primeiro que tudo o contraste entre a linguagem do *Paiz*, o órgão do chefe mais autorizado do republicanismo - por isso que foi o chefe do partido republicano em tempos difíceis de propaganda, chefe que levou o partido à vitória final - e o discurso do ilustre senador do norte; aquele, apoia o governo dedicadamente, mas faz restrições quanto aos erros cometidos; este, não só corre um véu sobre todo o passado, mas declara que para os republicanos convictos e sinceros há um homem de cujo concurso se não pode prescindir até a consolidação da República.²²⁴

O chefe mais autorizado do republicanismo, citado por Ferreira de Araújo, era Quintino Bocaiúva, editor chefe d'*O Paiz* desde 1885. Antes dele, o cargo havia sido ocupado por Ruy Barbosa. É importante notar que esse periódico formava uma base de

²²³ “Cousas Políticas”. *Gazeta de Notícias*. 27 nov., 1893, p.1.

²²⁴ Idem.

apoio ao sistema republicano e, não exatamente ao governo florianista²²⁵. Mesmo que não se tratasse de um periódico opositor do governo de Floriano, esse também não era, nesse momento, um jornal aliado e, a responsabilidade principal que o periódico exigia do governo, segundo Ferreira Araújo, era o seguimento das normas da Constituição. Já o senador estaria simplesmente desconsiderando totalmente o passado do país, ao sugerir a manutenção de um governo, mesmo que fora dos prazos constitucionais.

Ainda no mesmo editorial, Ferreira de Araújo analisou a cassação dos títulos que Ruy Barbosa tinha recebido por parte do exército brasileiro. O ministro Enéas Galvão aprovara por decreto que todas as honras já oferecidas a Ruy Barbosa seriam desconsideradas, por motivo de sua oposição ao governo de Floriano Peixoto. Com o cuidado de evidenciar que a *Gazeta* desprezava todas as medidas econômicas já adotadas pelo ex-ministro, o jornalista ainda assim defendia como completamente absurda a atitude do governo em relação a um homem que ainda era um cidadão:

(...) O que o Sr. Dr. Ruy Barbosa está fazendo no Rio da Prata com os seus artigos, cartas e manifestos, que aliás não são os que mais brilham na vasta bagagem da sua literatura política, é simplesmente ato de homem de partido, que diz mal de seu adversário, em quem enxerga todos os erros e vícios, opondo-lhe as virtudes e boas intenções de que se (ilegível) animado. A linguagem desses escritos não nos parece mais violenta, e com certeza não é menos polida, que a que alguns amigos do governo tem usado em relação ao Sr. Almirante Custódio José de Melo, cujos méritos como oficial da marinha e como cavalheiro ninguém pôde contestar a sério, e que no entanto é ali tratado diariamente na imprensa como desprezível bandido.²²⁶

É provável que essa tenha sido a consideração mais forte em toda a edição que causou a censura. Dessa vez, o jornalista utilizou da figura de Ruy Barbosa, que estava sendo punido pelo governo por sua oposição e se encontrava exilado desde setembro do mesmo ano para compará-lo ao próprio governo, considerando que o Ruy Barbosa só estava espalhando textos muito parecidos com os que o próprio governo federal fazia publicar na imprensa a respeito do Almirante Custódio de Melo, envolvido não somente na Revolta que acontecia no período, como também responsável pela sublevação da marinha em 1891. Para finalizar o raciocínio, Ferreira de Araújo ainda ousou dizer que as notícias que se tinha sobre o banditismo do Almirante não passavam de difamação do governo. Ao fim desse editorial polêmico, que durou três colunas, a *Gazeta de Notícias*

²²⁵ *O Paiz* apoiava mais precisamente o sistema republicano e não exatamente o governo de Floriano. Ver: SIQUEIRA, Carla. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas-1890/1922*. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, [s.n.]. Rio de Janeiro: 1995.

²²⁶ “Cousas Políticas”. *Gazeta de Notícias*. 27 nov., 1893, p.1.

trouxe ainda uma reportagem com o título “A Revolta”, na qual, a despeito da censura estabelecida pelo governo²²⁷, descrevia, como haviam sido os bombardeios a cada hora no dia anterior, desafiando diretamente o principal item da censura. Esse seria o último número da *Gazeta de Notícias* a ser publicado até janeiro do ano seguinte, quando findou a punição aplicada ao periódico.

No retorno, os textos apresentaram um teor muito mais leve e trataram de assuntos quase que banais em comparação à hostilidade anterior, especialmente nas crônicas. Assuntos como as doenças causadas pelo clima²²⁸, a proibição dos jogos de azar²²⁹ e a mudança da capital federal²³⁰ foram tratados de forma suave e as avaliações do governo tornaram-se mais delicadas. Ao mesmo tempo em que a confrontação direta com o governo federal perdia o foco, as personagens femininas, José Rodrigues, as análises das obras literárias e das peças de teatro e as considerações sobre moral e comportamento se tornavam mais recorrentes, evidenciando uma fuga para os assuntos considerados menos políticos e, ao mesmo tempo, um investimento nos caracteres mais ficcionais da série como forma de tecer críticas camufladas. A crônica exatamente posterior à censura é um dos maiores exemplos. No dia 7 de janeiro, o narrador começava seu texto comentando sobre as dificuldades que a população de Cuiabá estava enfrentando para suportar o calor e comparava o clima com o do Rio: “Um amigo meu conta-me coisas terríveis do verão de Cuiabá, onde, a certa hora do dia, chega a parar a administração pública. Tudo vai para as redes. Aqui não há rede, não há descanso, não há nada.”²³¹ Nessa crônica o narrador citaria apenas assuntos leves e distantes das dificuldades políticas enfrentadas pelo país: uma fábula de La Fontaine, uma ilustração de Gusvato Doré, as festas de reis. Todavia, ao analisar a fábula da cigarra e da formiga, o narrador sutilmente ofereceu uma explicação para seus devaneios no retorno da censura: “É o período de loucura mansa, que em mim sucede ao sono”²³². Mesmo que, dentro da série, a consideração possa ser lida de forma denotativa, o sentido figurado da interrupção da publicação do periódico como um período de sono do qual se acorda louco, faz todo sentido quando observamos como a crônica trazia diversas referências a assuntos de outros períodos (a fábula, o quadro, por exemplo), enquanto que o ofício da

²²⁷ A censura estabelecia principalmente que os jornais não deveriam publicar qualquer informação sobre os bombardeios. Ver: SOUZA, Ana Paula Cardozo. “As agitações de 1894”. In: SOUZA, Ana Paula Cardozo de. *Machado de Assis e a República de "A Semana"*. Op. cit.

²²⁸ Ver, por exemplo: “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 27 set., 1896, p.1.

²²⁹ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 20 mai., 1894, p.1.

²³⁰ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 28 jan., 1894, p.1.

²³¹ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 17 jan., 1894, p.1.

²³² Idem.

série era, na verdade, comentar o cotidiano. Além disso, a própria alusão à fábula da cigarra e da formiga evidencia a relação com o ócio proveniente da censura e o retorno ao trabalho. A crônica se iniciava com a frase “Quem será esta cigarra que me acorda todos os dias neste verão do diabo” e, mais a frente, o narrador discorria sobre a confusão que o ócio teria gerado nele no tórrido verão de 1894:

Não sei se é isso que me diz todas as manhãs a tal cigarra. Seja que for, é sempre a mesma coisa, e é notícia d'alma, porque é dita com um grau de sonoridade e tenacidade que excede os maiores exemplos de gargantas musicais, serviçais e rijas. A minha memória que nunca perde essas ocasiões, recita logo a fábula de Lafontaine e reproduz a famosa gravura de Gustavo Doré, a bela moça da rabeca, que o inverno veio achar com a rabeca na mão, repelida por uma mulher trabalhadeira, como faz a formiga à outra. E o quadro e os versos misturam-se, prendem-se de tal maneira, que acabo recitando as figuras e contemplando os versos.²³³

Os sentidos figurados tomaram conta da série até o fim do governo de Floriano e, mesmo após esse momento, se dissiparam de forma lenta. Em novembro de 1894, quando Prudente de Moraes foi eleito presidente, nem o jornal e nem a crônica comemoraram o fim do governo de Floriano Peixoto, mas na série, o narrador não deixou de comentar a grande festa que teria sido a posse do novo presidente e, ao mesmo tempo, o mérito de Floriano Peixoto, que enfim abandonava o cargo.

Quando à posse do Sr. presidente da República, as manifestações de entusiasmo do povo, e as esperanças dessa primeira transmissão do poder, por ordem natural e pacífica, foram registradas na imprensa diária, à espera que o sejam devidamente no livro. Nem foram esquecidos os serviços reais daquele que ora deixou o poder, para repousar das fadigas de dois longos anos de luta e de trabalho.²³⁴

A atmosfera de crença no progresso e na ascensão do regime republicano cresceu a partir daí. Como a *Gazeta de Notícias* já evidenciara, o mandato de Floriano Peixoto significava ainda uma fase de transição. Era preciso que um presidente fosse eleito diretamente por voto popular para que de fato se cristalizasse a imagem de uma República em ascensão e a eleição de Prudente de Moraes foi, para a já extenuada imprensa nacional, um acontecimento de muito deleite²³⁵. Nesse sentido, os assuntos da

²³³ Idem.

²³⁴ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 18 nov., 1894, p.1.

²³⁵ É possível observar certo contentamento com a posse do primeiro presidente eleito nos periódicos da época. Um grande exemplo foi a edição de 20 de novembro d’*O Paiz* que felicitava repetidamente o novo presidente, além de citar todas as atividades que ele havia realizado no dia anterior (“O Novo Presidente”. *O Paiz*. 20 nov., 1894, p.1). O periódico ainda garantia que apoiaria o novo presidente em tudo o que fosse necessário, em coluna sem título da mesma página. Em duas outras colunas do mesmo número

esfera pública, aos poucos passaram a reconquistar os espaços perdidos nos momentos de maior tensão. Desde os atos políticos, nacionais e internacionais, com seus respectivos autores citados e criticados ou elogiados, até a reprodução feminina, a imigração, as reformas urbanas, as novidades médicas e farmacêuticas. Temáticas centrais no quesito progresso científico também ganharam um espaço cada vez maior, oscilando entre avaliações que viam a ciência como milagre, com críticas que temiam os avanços científicos.

O narrador continuou sendo construído, nos momentos mais críticos, mas também nos assuntos mais corriqueiros, como esse cidadão falho, bem-humorado, mas também negligente. Suas opiniões evidenciavam que a República tinha poucas chances de prosperar, se dependesse de cidadãos como ele. Esse homem que quase não tinha limites éticos, que pouco ou nada se importava com seu país, foi se tornando o responsável por comentar, durante cinco anos, todos os acontecimentos políticos, econômicos e culturais do país e do mundo e, em nenhum momento, se privou de se posicionar, mesmo que discretamente. É claro que outras séries de crônicas também foram influenciadas pelos acontecimentos políticos de seus momentos de publicação. “A Semana” é só mais um exemplo disso, mas para compreender essa série é preciso observar esses processos políticos com cuidado, a fim de que se torne possível compreender os resultados destes na própria série. Machado fez novos movimentos dentro de “A Semana” para continuar produzindo textos a respeito da consolidação do regime republicano sem com isso receber qualquer repreensão legal. A criação de José Rodrigues, a utilização de personagens literárias de outras obras, como ao de José de Alencar e a fuga para assuntos distantes do momento de publicação foram algumas das formas encontradas pelo literato para lidar com esses temas sem ter que tocá-los diretamente. As discussões foram disfarçadas sob as inocentes divagações desse narrador.

2.5 – As exceções

Não haveria tanta discussão acerca do narrador da série não fosse o fato de que algumas crônicas, ou ao menos alguns trechos de crônicas, parecerem negar sua existência. Considerando a vasta experiência de Machado de Assis tanto nesse periódico, como em diversos outros e o declarado apreço de Ferreira de Araújo pelo autor, é pouco provável que, da parte da *Gazeta de Notícias*, houvesse algum controle

ainda informava como passava a família do novo presidente e por último, comentava que o presidente teria aparecido de forma brilhante em um retrato publicado no último número da *Mala da Europa*.

sobre o que Machado de Assis escrevia. Sabendo da posição muito mais sutil de Machado de Assis em relação a tecer grandes críticas, a ideia de que Machado era livre para escolher seus temas e também quais considerações faria sobre eles, torna-se uma noção mais clara. Na já citada crônica “Uma Semana”, quando Ferreira de Araújo substituiu o autor doente, dois aspectos da relação de Machado de Assis com o periódico ficam evidenciados:

Doente o cronista, doente ou alistado em um batalhão de voluntários, voluntário ou preso sem nota de culpa, preso ou nadador barrigudo, força é que alguém o substitua por essa vez só, amigo leitor, que há tempos traz o paladar apurado pelo manjar dos deuses que todos os domingos te servem.

Contenta-te com esse cozido e oxalá que bem cozido seja. (...)

Não contando hoje ter que fazer esta renda, não tomei nota do que se passou durante os últimos sete dias.²³⁶

Se o primeiro aspecto é a admiração do dono do periódico pelo trabalho do autor, o segundo é que a crônica de Machado de Assis era publicada sem basicamente nenhuma revisão, já que era entregue no último momento, a fim de conter todos os acontecimentos da semana. Portanto, quando o autor não pôde comparecer, ficava o seu substituto com tempo apertado para produzir o editorial²³⁷. A série, que Machado entregava no último momento antes da publicação, dispensando eventuais correções, apresentou um narrador que discordava de outras colunas do periódico – e até de colunas de autoria do próprio Ferreira Araújo, como a “Cousas Políticas” –, mas que, em sua caracterização irônica, acabava por funcionar como mais um argumento para defender os pontos de vista mais comuns na *Gazeta* como a necessidade da participação nas eleições ou as críticas aos governos não eleitos. Dessa forma, mesmo o narrador apresentando uma personalidade tão dissonante dos valores defendidos pela *Gazeta de Notícias*, ele funcionava, dentro do periódico, como uma espécie de modelo do que não deveria ser socialmente aceito. Observando o jornal por inteiro, sua participação era coerente com o todo e os recursos literários utilizados por Machado para construir esse narrador ficcional somavam argumentos a favor dos ideais políticos impressos no periódico. Todavia, apesar de toda a coesão do jornal e da própria série, esse narrador parecia fugir da ficção em alguns momentos. Isso demonstrava que o esforço de desenvolver novos mecanismos literários dentro da crônica era mais uma característica do próprio Machado, do que uma proposta do periódico, que aceitava com igual

²³⁶ “Uma Semana”. *Gazeta de Notícias*. 22 out., 1893, p.1.

²³⁷ Tal consideração também fica evidente nos momentos em que o narrador corrigiu o texto da semana anterior. Ver crônica: “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 8 out., 1893, p. 1, e 15 out., 1893, p.1.

admiração tanto as crônicas mais ficcionais, quanto os relatos de memórias vividas pelo autor que, nas palavras de Ferreira de Araújo, era a “prata da casa”.

Assim sendo, a primeira vez em que esse narrador, que parecia estar sendo tão bem construído escapou às mãos do leitor que aos poucos se acostumava com seus vícios e extravagâncias, foi ainda no ano de 1892, quando a notícia de uma mulher negra que estava sendo ainda mantida em regime de escravidão afetou visivelmente o humor do autor. No momento em que deveria ser comemorado o aniversário da abolição, Machado se viu em uma situação em que não havia espaço para piadas. A crônica se iniciou com um posicionamento austero:

A festa de Treze de Maio comemorava uma página da história, uma grande, nobre e pacífica revolução, com este pico de ser descoberta uma preta Ana ainda escrava, em uma casa de S. Paulo. Após quatro anos de liberdade, é de se lhe tirar o chapéu. Epimênides também dormiu por longuíssimos anos, e quando acordou já corria outra moeda; mas dormia sem pancadas. A preta Ana dormiu na escravidão, não sabendo até ontem que estava livre; mas como o sono da escravidão só se prolonga com a dormideira do chicote, a preta Ana para não acordar e saber casualmente que a liberdade começara, bebia de quando em quando a miraculosa poção. O caso produziu imenso abalo; o telégrafo transmitiu a notícia e todos os nomes.²³⁸

Diante da necessidade de se comemorar uma “revolução pacífica” que de fato não impediu que aparecessem, como uma espécie de lembrança, vestígios como a história de Ana, o autor em uma situação difícil: ou ele não comentaria o fato e prezaria pela unidade humorística da série, ou o comentaria e deixaria de lado, mesmo que apenas por um momento, o tom jocoso do seu narrador. Machado escolheu, pela primeira vez, a segunda opção, deixando claro que esse era um assunto que ele não poderia deixar de comentar. A *Gazeta de Notícias* tinha optado pela primeira opção, evitando tocar no assunto que tinha sido citado no *Correio Paulistano*, no *Diário de Notícias* e no *Jornal do Brasil*²³⁹, mas Machado pareceu acreditar que se tratava de um tema importante. Nesse momento da série, a abolição era o primeiro tema tratado com certa deferência pelo autor, sem fazer a sua já característica alusão ao valor dos títulos. Nem mesmo o padrão de organização dos textos – que costumavam retomar o assunto

²³⁸ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 15 mai., 1892, p.1.

²³⁹ “ESCRAVA!”. *Diário de Notícias*. 17 mai., 1892, p.2; “Ainda uma escravizada!”. *Correio Paulistano*. 15 mai., 1892; Nosso correspondente. “Telegramas”. *Jornal do Brasil*. 15 mai., 1892, p.1. A notícia ainda seria retomada em outros periódicos dias após a publicação da crônica na *Gazeta de Notícias*. No próximo capítulo analisaremos a forma como Machado dialogou com esses outros periódicos na construção da série e retomaremos o caso, objetivando compreender traços das relações de gênero do período na produção desse texto.

do início na conclusão – foi mantido. Invés disso, Machado parecia recompor seu narrador após essa constatação e recomeçar a crônica com um de seus temas mais habituais, uma proposta que aparecia na câmara dos deputados objetivando a criação de uma assembleia de 500 homens não pagos que se responsabilizaria por exercer o papel de poder executivo federal e criar uma nova forma de governo para o país:

Como a minha obrigação não é discutir a semana, mas tão somente contá-la, e, por outro lado, não entendo eu de medicina política ou de qualquer outra, aqui me fico, sem acrescentar mais que uma palavra, a saber, que a assembleia dos quinhentos, longe de ser o ovo de Colombo, parece um simples ovo de Convenção Nacional. Agora, se o ovo traz dentro de si uma águia ou um peru, é o que não sei; por vontade minha, traria um peru, — não porque eu desestime aquele nobre animal, mas por esta razão gulosa. Águia não se come (...) ²⁴⁰

A teoria do ovo, que aparecera pela primeira vez na primeira crônica da série serviu para evidenciar que o narrador estava ali de volta, com seus trejeitos habituais. Além disso, ele voltava à sua dissimulada posição costumeira de fingir que estava apenas contando os fatos, sem levantar qualquer discussão. Mas pela teoria do ovo ele conseguia novamente criticar o projeto: Poderia ser o ovo de Colombo, uma grande descoberta que mudara o mundo, ou ovo de Convenção Nacional, aos moldes da Revolução Francesa, quando após a Contrarrevolução, jacobinos e girondinos se uniram para propor nova Constituição com princípios democráticos. Na primeira opção ficava a vantagem de uma descoberta que revolucionou o planeta, na segunda ficava alusão às dificuldades enfrentadas na instauração do primeiro modelo de sistema republicano que certamente inspirou intelectuais brasileiros. Ao falar da Convenção Nacional, era visível que o narrador fazia lembrar a contrarrevolução e tornava-se impossível não relacionar o autoritarismo das decisões de Luís XVI à forma ditatorial que assumia o governo de Floriano. Novamente o narrador estava em seu terreno mais profícuo, a crítica aos rumos que tomava a jovem República Brasileira. Mantendo a caracterização ficcional que estava talhando para a série, Machado faz seu narrador concluir exatamente como o leitor, que começava a se habituar, poderia estar esperando: entre as opções ele preferia aquela que lhe garantia vantagens pessoais. Entre a Convenção francesa e a descoberta de Colombo, o narrador preferiria um ovo que pudesse lhe servir de refeição:

(...) e a assembléia dos quinhentos seria um excelente prato, lardeado de facções, de imprecações, de confusões, de conspirações, tudo no plural, exceto a dissolução, que seria no singular. Por força que entre quinhentos sonâmbulos havia de haver um homem acordado, forte e

²⁴⁰ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 15 mai., 1892, p.1.

ambicioso, que contentasse a todos dizendo: — Meus filhos, podem ir descansados; eu fico sendo democrata e imperador. Juntam-se assim as duas formas de governo, como as rosas de Garrett:

Ei-las aqui bem iguais,

Mas não rivais.

Primeiramente, o narrador justificava o seu interesse pela possível assembleia: ela teria muita confusão, muitas conspirações, tudo aquilo que o narrador admirava em sua fascinação pelas palavras, discursos e pelos títulos. Seria um bom palco para que ele admirasse as discussões políticas como era seu costume. Por outro lado, haveria ainda um só homem admirável que resolveria todos os impasses colocando sobre si os títulos de democrata e imperador, dando um fim a todas as discussões políticas exclusivamente através da união dos dois títulos sob a mesma pessoa. E, caso ainda não estivesse claro o ponto ao qual Machado pretendia levar o leitor, pelas mãos hábeis desse narrador, ele citava o poeta português Almeida Garret aludindo aos dois sistemas: no fim não havia motivos para rivalidade, se eram sistemas praticamente iguais, continuavam poderosos os mesmos homens de antes e, ao contrário do que se poderia esperar, a República acabaria sendo liderada por oligarquias já anteriormente poderosas. Após o devaneio, porém, o narrador voltava a si e mantinha a mesma atitude costumeira, ao argumentar que: “Se há, porém, ilusão da minha parte, e se a assembleia dos quinhentos pode fazer o que o autor promete, então retiro a palavra e assino a proposta”, afinal, como ele mesmo havia argumentado, nada entendia de “medicina política” e discutir os “remédios” para os muitos problemas da República não era sua obrigação, ele devia apenas contá-los.

Em momentos posteriores, outras situações igualmente tensas como caso da moça que era mantida em regime de escravidão, levaram Machado a optar por conter momentaneamente a construção ficcional do narrador. Enquanto mesmo com toda a tensão envolvida nos debates políticos, Machado conseguia criar humor a partir de notícias sobre a repressão do governo federal, as doenças que alarmavam a população carioca, as revoltas separatistas nos extremos do país e até mesmo as sublevações da marinha, alguns assuntos pareciam tocar o autor de uma forma mais pessoal, exigindo que ele calasse o bom humor de seu narrador e tomasse a pena para si. Um desses casos foi a crônica a respeito da morte do livreiro Garnier, de 8 de outubro de 1893. Ao perder um amigo, Machado preferiu deixar de lado seu projeto de construção de um narrador, para prestar suas devidas homenagens no espaço mais privilegiado da *Gazeta*.

Garnier é das figuras derradeiras. Não aparecia muito; durante os 20 anos das nossas relações [...] Das conversações tranquilas, algumas longas, estão mortos quase todos os interlocutores, Liaís, Fernandes Pinheiro, Macedo, Joaquim Norberto, José de Alencar, para só indicar estes. De resto, a livraria era um ponto de conversação e de encontro.²⁴¹

A morte do editor provavelmente afetava Machado que, conforme seria publicado na crônica do dia 15 de outubro, tinha na verdade 30 anos de amizade íntima com Garnier. Não haveria forma mais adequada de prestar uma homenagem a esse amigo, tão íntimo dos literatos e da imprensa carioca, do que usar aquele espaço dentro do periódico, como fizeram tantos outros intelectuais nos dias subsequentes à morte do livreiro. Dessa vez, diferente do que fizera no caso da ex-escrava, Machado não conseguiu trazer seu narrador de volta após falar sobre Garnier e utilizou a crônica inteira para falar da falta que faria o livreiro e do papel fundamental que o editor tivera para o desenvolvimento da imprensa e da literatura no Brasil. Num tom íntimo e saudosista, o autor se despedia de um amigo através daquele texto e, ao mesmo tempo, louvava as conquistas do falecido:

Não é mister lembrar o que era essa livraria tão copiosa e tão variada, em que havia tudo, desde a teologia até à novela, o livro clássico, a composição recente, a ciência e a imaginação, a moral e a técnica. Já a achei feita; mas vi-a crescer ainda mais, por longos anos. Quem a vê agora, fechadas as portas, trancados os mostradores, à espera da justiça, do inventário e dos herdeiros, há de sentir que falta alguma coisa à rua. Com efeito, falta uma grande parte dela, e bem pode ser que não volte, se a casa não conservar a mesma tradição e o mesmo espírito. Pessoalmente, que proveito deram a esse homem as suas labutações?

A nostalgia diante da imagem da livraria Garnier fechada na Rua do Ouvidor é concluída com o levantamento de uma nova questão: o que ficou de proveito para Garnier de todo o trabalho do editor. Como o próprio autor responde, ele enriqueceu trabalhando, mas segundo Machado, seu amigo não conseguiu aproveitar os louros dessas vitórias, pois trabalhava demais. A conclusão da crônica é, então, tão comovente como poderia ser o depoimento de um amigo que perdeu alguém muito querido, ao discorrer sobre a importância que o editor teve para o país, Machado de Assis dizia esperar que Garnier fosse lembrado pelo seu trabalho: “Perdure a notícia, ao menos, de alguém que neste país novo ocupou a vida inteira em criar uma indústria liberal, ganhar alguns milhares de contos de réis, para ir afinal dormir em sete palmos de uma sepultura

²⁴¹ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 8 out., 1893, p.1.

perpétua. Perpétua!”. A crônica é assim finalizada, lembrando tanto a impassibilidade da morte, quanto a eternidade da memória acerca do trabalho de Garnier.

É impossível concluir que a voz que narrava com tanto carinho e de forma tão honrosa o labor de um editor e sua dedicação à literatura, seja a mesma que acredita que não há qualquer problema em aceitar suborno, a mesma que não se importaria caso o Brasil perdesse parte do seu território para outro país, que não se importava com política, que ri das dificuldades do seu criado diante da crise econômica. Creditar todas as crônicas a uma simples soma das opiniões do autor, não parecia fazer nenhum sentido na maior parte do tempo. Existe sim “certa instabilidade entre autor e narrador”²⁴². Negá-la seria tentar forçar uma interpretação já padronizada por outras séries para uma obra que apresentava características completamente novas. O mesmo autor que na década anterior passara boa parte do seu tempo se dedicando a experimentações literárias diversas na confecção de crônicas, estava agora enfrentando um projeto diferente.

Acredito que o narrador tenha sido lapidado sempre que possível e isso ocorreu na maioria dos textos. Apesar disso, essas poucas exceções foram os exatos momentos em que Machado tinha algo que pudesse chamar de uma “força maior” que necessitava seus serviços enquanto intelectual: alguma questão política pessoalmente importante para ele, um mulato que iniciara a carreira contando com o apoio de outros intelectuais negros envolvidos na causa abolicionista, como as reminiscências da escravidão; ou um momento de luto frente à perda de um amigo. Considerando todos os aspectos que rondam essas questões e a comicidade do narrador construído na série, seria quase que injusto desejar que Machado de Assis mantivesse ali seu esforço na empreitada da construção do narrador e, levando em conta as excelentes relações pessoais que o narrador tinha com o periódico é provável que não houvesse qualquer cobrança nesse sentido.

Dessa forma, esse narrador machadiano se construiu ao longo de todo o período de publicação da série, mesmo tendo sido preterido em alguns poucos casos. Na maior parte das crônicas ele ganhou, aos poucos, cores que fariam com que, no longo prazo, seus leitores o conhecessem intimamente. Ele se alterava conforme as necessidades do cronista. Tinha a capacidade de se tornar mais sério diante de um assunto delicado, mais irônico frente a um acontecimento revoltante, mais divagante quando em contato com a

²⁴² BEGAMINI JR, Atílio. “Entrevista com Sidney Chalhoub”. *Oragon*, Porto Alegre, v. 28, n. 55, p. 203 – 218, jul./dez. 2013.

censura e, quando realmente não cabia nenhum recurso humorístico, esse narrador tinha a capacidade de sair porta a fora e deixar seu autor falar sobre o que fosse necessário. Sua caracterização não poderia ser mais caótica, porque era feita nas especificidades do cotidiano e tinha que lidar com o nebuloso emaranhado dos acontecimentos dos primeiros anos da República, um período não menos desordenado que a construção desse personagem.

CAPÍTULO III

Mulher republicana: um conceito em disputa

A construção complexa de personagens femininas marcou a obra machadiana em todos os formatos de texto. Quando produziu "A Semana", o autor já havia dedicado vários anos de sua carreira como literato a periódicos destinados às famílias. Ainda em 1864 o literato iniciou sua colaboração no *Jornal das Famílias*. A folha que propunha divertir suas assinantes “sem contrariar os pais, irmãos e maridos, fiscais das leitoras do *Jornal das Famílias*”²⁴³, contaria com a participação do autor até dezembro de 1878, quando o próprio jornal encerrava suas publicações. Nesse período, o autor publicou mais de 80 contos, todos eles envolvendo personagens femininas complexas e polêmicas: viúvas, jovens namoradeiras, esposas perspicazes²⁴⁴.

O fim do periódico, entretanto, não afastou Machado das leitoras. Ainda em 1879 o autor iniciava relação com a revista *A Estação*, empreendimento também dedicado aos assuntos considerados familiares e/ou femininos: moda, receitas e tutoriais para atividades domésticas, no primeiro caderno e literatura nacional, especialmente contos, poesias e romances-folhetins, no segundo. Boa parte da produção do literato na década de 1880 aconteceria nesse jornal, também no formato de contos. As aventuras femininas pelo mundo público, a educação e os hábitos de leitura das senhoras brasileiras, bem como o adultério, casamento e viuvez se tornariam temáticas frequentes.

É importante ressaltar que as publicações na revista *A Estação* ocorreram, durante muitos anos, concomitante às publicações de Machado na *Gazeta de Notícias*. Estudiosos reconhecidos pela qualidade dos estudos realizados em relação à obra de Machado, afirmaram que, nesse momento, Machado dedicava suas obras mais amenas

²⁴³ PINHEIRO, Alexandra Santos. *Para além da amenidade: O Jornal das Famílias (1863-1878) e sua rede de produção*. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2007, p.59.

²⁴⁴ O número exato de contos publicados por Machado no periódico causou discussões entre os estudiosos, devido ao uso de diversos pseudônimos durante o período de publicação. Sobre essa discussão, conferir MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis (1839-1870). Ensaio de bibliografia intelectual*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971; MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. *Vida e Obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981; SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do “Jornal das Famílias”*. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2005. Todavia, contos como “Confissões de uma viúva moça”, “Luís Solares” e “A Mulher de Preto”, posteriormente publicados em *Contos Fluminenses* (1870), evidenciam o interesse do autor nas temáticas supracitadas.

ao público feminino, publicando textos mais leves na revista enquanto que composições de maior qualidade literária e com “temas menos comuns” eram destinados à *Gazeta de Notícias*²⁴⁵. Considerando o longo tempo dedicado aos periódicos de público familiar e o costume de selecionar contos destas folhas para publicação em livro posteriormente, tal afirmação perde o sentido. Além do romance *Quincas Borba* (1891), Machado publicou diversos contos aclamados pela crítica na revista *A Estação*, como “O Alienista”, por exemplo. Todavia, mais do que discutir a qualidade literária dessas obras, é preciso considerar que havia um caráter político na insistência do literato em publicar nesse tipo de periódico. Enquanto os temas considerados tradicionalmente femininos (casamento, maternidade, adultério) foram trabalhados de forma pouco tradicional, outros “menos comuns” para esse tipo de publicação, como política e ciência, foram recorrentes nessa revista na pena de Machado²⁴⁶.

Além disso, questões polêmicas a respeito da vida das mulheres, marcaram também os romances do autor, nos quais o papel social e econômico do casamento, as possibilidades da viuvez e os perigos do adultério foram temas frequentes. Personagens como a jovem Guiomar, de *A mão e a luva* (1874), que ponderava sobre as possibilidades de um casamento socialmente vantajoso; Eugênia, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1880), que, apesar das diferenças sociais, conseguia utilizar seu charme e inteligência para negociar seus interesses com o jovem Brás; ou ainda Sofia, de *Quincas Borba* (1891), que manipulava o ingênuo Rubião para se aproveitar de sua condição de herdeiro, marcaram a obra do autor. Através da sagacidade das jovens que ascendiam socialmente na estagnada sociedade brasileira com base em seu traquejo social, Machado evidenciava não somente as resistências femininas, como também as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para negociar seus interesses a despeito da dominação masculina.

Entre todos os gêneros literários publicados pelo autor, entretanto, a presença feminina mais tímida foi a das crônicas. É possível que isso se deva à própria natureza do texto, que buscava suas temáticas nas colunas de notícias. Entretanto, isso não significa que não houve mulheres nesse tipo de texto e, menos ainda, que as discussões que eram caras ao autor nos romances e contos deixaram de aparecer nas crônicas. Ao

²⁴⁵ Tal afirmação está presente em MAGALHÃES JR., Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1981, v. 3, p. 20.

²⁴⁶ Sobre o trabalho do autor nesse periódico, ver: SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2010.

contrário disso, o autor encontrou em suas séries, espaço para falar sobre as mulheres ao público amplo (masculino e feminino) discutindo os temas da esfera privada, mas principalmente, a atuação feminina no mundo público através de atividades tradicionalmente consideradas masculinas: o trabalho, a violência, a participação na política.

Já em sua primeira série, “Comentários da Semana” (1861), Machado discutiu trabalho feminino, bem como o papel social das senhoras em relação à população pobre²⁴⁷. Em outras séries, como “Histórias de Quinze Dias” (1876 – 1878), Machado utilizou seus pseudônimos para discutir temas como a morte de George Sand, autora precursora do feminismo na França²⁴⁸. Lélío, das “Balas de Estalo” (1883 – 1886), abordou o comportamento masculino nos bondes, já que aqueles eram espaços frequentados por senhoras e, portanto, necessitavam de certa conduta respeitosa por parte dos homens²⁴⁹. Em “Bons dias!” (1888 – 1889), Machado utilizou Policarpo para discutir alguns dos temas que voltariam a aparecer na voz do narrador de “A Semana”, como a participação feminina nas disputas eleitorais²⁵⁰.

O papel social da mulher foi, portanto, assunto querido do nosso autor do início ao fim da carreira, nos romances, nos contos e nas crônicas. Todavia, a série “A Semana” foi marcada pelas questões do início da República. Se a oposição às tentativas masculinas (intelectuais, médicas, religiosas, paternais, matrimoniais, etc) de manter as mulheres reclusas aos espaços privados sempre foi sentida, nas últimas décadas do século XIX tais questões ganharam novas cores. Enquanto novas sociabilidades marcavam as tentativas de criar uma urbanidade mais moderna no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro, os espaços públicos ganhavam novos significados. A rua passou a ter, desde a década de 1880, o sentido positivo de espaço da razão e da crítica²⁵¹. Enquanto essa positivação do espaço público estava marcada pelas noções de masculinidade como característica primeira da racionalidade, mulheres de diferentes raças e classes sociais se colocavam como parte integrante desse processo, mesmo com todas as tentativas de impor restrições. O espaço público, tanto encantador quanto

²⁴⁷ Na quinta crônica da série, Gil, ao analisar a performance de artistas italianos no teatro brasileiro, afirmava a importância social das mulheres, utilizando, como argumento, a Associação de Caridade das Senhoras (Ver: GIL. “Comentários da Semana”. *Diário do Rio de Janeiro*. 10 nov., 1861, p.1.

²⁴⁸ Manassés. “História de Quinze Dias”. *Ilustração Brasileira*. 1 ago., 1876.

²⁴⁹ Lélío. “Balas de estalo”. *Gazeta de Notícias*. 1 dez., 1884

²⁵⁰ “Bons dias!”. *Gazeta de Notícias*. 18 nov., 1888.

²⁵¹ DE MELLO, Maria Tereza Chaves. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007, p.35

assustador, passava a significar, para as mulheres, também a possibilidade de influir nos rumos da nação, não somente como mãe de família, mas como sujeito capaz de utilizar o espaço da razão.

Nesse capítulo será importante observar como Machado de Assis, enquanto intelectual nacionalmente reconhecido, ligado às discussões dos direitos femininos e íntimo da literatura dedicada às mulheres optou por construir suas personagens femininas na *Gazeta de Notícias* nos primeiros anos da República. Dialogando com as questões impostas por essa nova acepção de espaço público surgida nos anos anteriores à série e ainda em disputa, o literato teve que enfrentar questões cotidianas, como as discussões de projetos de leis, os crimes conjugais e a luta feminina por direitos²⁵², que causava rebuliço na imprensa brasileira. Dessa forma, consideraremos alguns dos novos aspectos colocados em discussão no período: o trabalho das mulheres nos espaços públicos em sua nova configuração; o controle dos corpos femininos (especialmente no que diz respeito à reprodução); a noção de que a rua era um lugar perigoso – repleto de violência – para as mulheres; as possibilidades de participação feminina na política, considerando esse como o espaço público de uso da racionalidade; as discussões sobre o papel feminino no casamento que, logo antes do início da série, havia sido reformulado legalmente. Começaremos pela última questão.

3.1. Novas Configurações para o Casamento

Se repensar os aparatos jurídicos da sociedade republicana era uma necessidade clara após a proclamação, a configuração legal do matrimônio parece ter sido uma das pautas mais urgentes, pois antes mesmo da primeira constituição foi publicado decreto, assinado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, definindo as normas legais para o casamento civil. Esse passava a ser o único reconhecido no país a partir de 24 de janeiro de 1890²⁵³. As cerimônias de cunho religioso perdiam seu valor legal, o que equiparava o casamento católico a qualquer outro casamento religioso. Por outro lado, o casamento civil seria gratuito e, não haveria necessidade de maior cerimônia do que a presença de duas testemunhas, um juiz autorizado pelo Estado e os noivos em local de portas abertas. O decreto ainda definiria quem estava impedido de se casar: adúlteros condenados, pessoas já casadas, viúvas ou mulheres com casamentos anulados

²⁵² HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

²⁵³ Decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890. Promulga a lei sobre o casamento civil.

recentemente (até 10 meses), meninas de menos de 14 anos e rapazes de menos de 16. O casamento teria ainda a função de formar família, de tornar legítimos os filhos de duas pessoas solteiras que se casassem a qualquer tempo. O marido ficava obrigado a sustentar a mulher e os filhos, mas ganhava o direito de administrar os bens conjuntos bem como os que fossem acordados em contrato pré-nupcial. A educação dos filhos ficava sob a responsabilidade legal do marido, bem como a autorização para que a mulher pudesse exercer qualquer profissão. Após a consumação do casamento, na ausência de contrato pré-nupcial, os bens tornavam-se conjuntos. De forma geral, o decreto não apenas determinava as formas legais do casamento, mas servia de aparato jurídico para organizar as famílias brasileiras, definindo legitimidade, direitos e deveres dos cônjuges, mas também da mãe e do pai. Todavia, o item mais polêmico era ainda o que permitia o divórcio. Mesmo que os motivos fossem restritos:

§ 1º Adultério.

§ 2º Sevícia, ou injúria grave.

§ 3º Abandono voluntário do domicílio conjugal e prolongado por dois anos contínuos.

§ 4º Mútuo consentimento dos cônjuges, se forem casados há mais de dois anos.²⁵⁴

Ainda assim, alguns motivos poderiam não ser válidos. O adultério não seria motivo legal, se a esposa adúltera comprovasse ter sido violentada. Se o autor do adultério de alguma forma tivesse concorrido para que o réu o cometesse, o motivo também se tornava inválido, bem como se o réu já houvesse sido perdoado pelo cônjuge. A função do divórcio era, basicamente, fazer com que os ex-cônjuges pudessem viver separados, não tendo mais as obrigações financeiras do matrimônio. Entretanto, não havia dissolução do vínculo conjugal, logo um novo casamento continuava impossível. A posse dos filhos seria da mãe até que eles completassem seis anos, enquanto que a posse das filhas perduraria enquanto fossem consideradas menores, caso a mãe não tivesse culpa da dissolução do casamento.

Como a Constituição de 1891 apenas definia a invalidade de qualquer outro casamento que não o civil²⁵⁵, foi apenas com o decreto que se determinaram as normas para o casamento durante todo o período de publicação da série. Todavia, isso não significa que o decreto de Deodoro tenha sido bem aceito, nem tampouco seguido pela

²⁵⁴ Idem.

²⁵⁵ REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. *Constituição da República* (1891), art. 72, § 4º.

população²⁵⁶. Em primeiro lugar, havia forte oposição da Igreja Católica, que perdera grande parte do papel estatal que exercia no Império. A Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, ao citar o Concílio de Trento, dizia que:

O estabelecimento do chamado casamento civil, sabei-o bem, cristãos, não vem substituir o único verdadeiro casamento, que é o religioso. [...] Outra qualquer união, ainda que a decorem com aparências de legalidade, não passa de vergonhoso concubinato. Podeis prestar-vos à formalidade do casamento civil, para regular a herança de vossos filhos; mas sabendo bem que só contraís verdadeiro Matrimônio, quando celebrais o ato religioso perante Deus e a vossa consciência, segundo as prescrições da Santa Igreja Católica.²⁵⁷

Por mais que o decreto de 1890 tenha sido a lei que definiu as normas do casamento durante todo o período da série, não foram poucas as tentativas de modificar tais regulamentações. O deputado Érico Coelho se destacou como nome que estava do lado divorcista²⁵⁸ do debate. Ainda em 1893 o deputado tentaria aprovar projeto que permitia o divórcio, além dos motivos já citados, por consentimento mútuo dos cônjuges, qualquer crime vergonhoso, *abandono material e moral da família* e por esterilidade do casal por mais de 10 anos²⁵⁹. Dessa forma, aqueles que desejassem e aquele que deixasse a família conseguiriam o divórcio. É claro que, mesmo não tendo sido aprovado, o projeto gerou discussões. O casamento, bem como sua dissolução, eram questões ainda em disputa. Na imprensa, as publicações de opiniões de leitoras e leitores indicavam que o debate ultrapassava as paredes das câmaras, bem como os espaços de intelectualidade e atingia diretamente as famílias brasileiras. Os direitos das

²⁵⁶ Sobre as resistências e os protestos da população contra o divórcio nos primeiros anos da República, ver: LOPES, Cristiane Fernandes. *Quod Deus Conjurit Homo nuon Separat: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no Tribunal de Justiça de Campinas (1890 – 1938)*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2002. O autor destaca, inclusive, a grande participação feminina enviando cartas ao Senado e à Câmara dos Deputados com pedidos de anulação dos projetos de lei que regulamentavam o divórcio.

²⁵⁷ ACMSP. “Documentos em fase de catalogação: O episcopado brasileiro ao clero e aos fieis da Egreja do Brazil.” São Paulo: Typ Salesiana a vapor do Lyceu do Sagrado Coração, 1890. p. 50. Apud GOMES, Edgar da Silva. *A Separação Estado-Igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca*. Dissertação de Mestrado em Teologia Dogmática. Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, [s.n.], São Paulo: 2006, p. 131.

²⁵⁸ A expressão “divorcista”, hoje pouco usada mesmo no âmbito jurídico, estava aparecendo frequentemente na imprensa do período, bem como nos discursos legislativos. Aqui a adotaremos por considerar que estabelece não somente uma concordância com a ideia de divórcio, mas também remete ao caráter legal da discussão.

²⁵⁹ O projeto de Érico Coelho seria rejeitado em 1893 por 78 votos contra 35. Anais da Câmara dos Deputados. 3º Sessão da 1ª Legislatura. Sessões de 1 a 30 de junho de 1893, vol. II, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893, p.331-332. In: LOPES, Cristiane Fernandes. *Quod Deus Conjurit Homo nuon Separat: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no Tribunal de Justiça de Campinas (1890 – 1938)*. Op. cit.

mulheres nas relações familiares estavam no centro desses debates. Questionava-se tanto o papel delas dentro dos casamentos, quanto as possibilidades financeiras de permanecer casta e respeitável após o eventual divórcio, sem o auxílio da figura do marido provedor²⁶⁰.

A própria noção de liberdade republicana é pautada na criação de leis gerais que garantem as liberdades civis. No final do século XIX, repensar essas leis a partir do que seria uma “opinião pública” era essencial para legitimar a República Brasileira. Nessa lógica seriam abolidos os direitos natos e, teoricamente, haveria igualdade prática através da igualdade civil. Para Habermas, dessa forma é que a sociedade civil passa a funcionar como uma “esfera da autonomia privada”²⁶¹. Essa autonomia privada, entretanto, assume o significado de autonomia do indivíduo, mas é exercida no mundo público, ou no que começava a tomar forma de “esfera social”. Da segunda metade do século XIX em diante, as camadas populares utilizam então os mecanismos legislativos para tentar “conquistar uma influência que deveria compensar politicamente a igualdade de oportunidades que é violada no setor econômico”²⁶². Assim, para o autor, as classes baixas estariam traduzindo disputas de natureza econômica em uma luta por direitos políticos. Cumpre reconhecer, entretanto, que um processo muito parecido acontecia nas disputas sexuais. Mulheres lutavam para, naquele momento, conseguir estipular leis que, no âmbito social, estabelecessem alguma igualdade entre elas e os homens. A definição das obrigações masculinas no âmbito do casamento, bem como a previsão de punição para maridos adúlteros ou até mesmo as possibilidades de anular o casamento caso houvesse evidência de maus-tratos são evidências das conquistas femininas na legislação. Esses novos direitos garantiam alguma igualdade no contrato civil do casamento, entretanto a intervenção estatal acabava servindo, ao mesmo tempo como prevenção às modificações na estrutura social²⁶³, que é também patriarcal. A diferença das relações entre homens e mulheres para o raciocínio aplicado às relações de classe, é

²⁶⁰ Ver GARZONI, Leticia de Castro. *Arena de Combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. [s.n.] Campinas, SP: 2012, p. 21, 22.

²⁶¹ HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1984, p. 131.

²⁶² Idem, p. 173-174.

²⁶³ Idem, p. 175. Para Habermas, ao mesmo tempo em que as legislações estabelecem direitos civis que, de alguma forma, defendem as classes populares da desigualdade econômica, a intervenção do Estado apenas serve para garantir que o sistema capitalista se mantenha. No caso das leis aqui avaliadas, elas estabeleciam direitos civis para as mulheres de forma a tentar regulamentar a desigualdade da esfera privada por regramentos do mundo público. Essa desigualdade, entretanto, não é findada através dessas leis, apenas relativizada.

que no caso das mulheres, com o avanço da esfera social, a família acaba sendo “desprivatizada através das garantias públicas do seu status”²⁶⁴. Dessa forma, as lutas femininas por direitos civis, realizadas no mundo público e numa crescente esfera social, são resquícios de conquistas femininas que, a despeito da dominação masculina, promoveram igualdade social às mulheres.

Nesse sentido, os casos de bigamia eram ótimas oportunidades para discutir as implicações práticas da nova legislação, tanto na defesa do casamento civil, quanto nas críticas a ele. Em 1894, um caso ocupou colunas centrais na *Gazeta*. Tratava-se de um longo processo no qual o capitão Manuel Ferreira de Louzada era acusado de bigamia. Em 23 de setembro e 21 de outubro de 1894, o narrador citou, em “A Semana”, o desenrolar desse caso. Desde meados de setembro era possível acompanhar o desenrolar do processo nas páginas da *Gazeta*. Quem acusava o capitão era a própria esposa, Maria Carlota Amoretti Louzada, com auxílio de depoimentos de parentes, amigos da família e até do responsável pela realização da cerimônia. O capitão, por sua vez, alegava que a denunciante era, na verdade, sua cunhada, cujo nome real era Maria Augusta. Esta teria assumido a identidade da irmã no momento da morte da verdadeira Maria Carlota, no ano de 1889. A esposa verdadeira de Louzada, segundo o capitão, teria sido enterrada como Maria Augusta. Para incredulidade dos leitores, acrescentava-se a tudo isso o fato de que, segundo o réu, Maria Carlota morrera enquanto se prostituía. Dessa forma, Louzada não somente se afirmava viúvo, como justificava o fim de seu casamento pela má conduta da esposa supostamente falecida. O fato de Maria Carlota ser acusada de prostituição, entretanto, parecia chocar os intelectuais da *Gazeta de Notícias*, que se mostravam perplexos diante da capacidade do capitão de desonrar a imagem da própria esposa para tentar se livrar da prisão: “Além do crime, o ultraje!”²⁶⁵. Todavia, não somente a prostituição aparecia como um motivo de desonra para a esposa de Louzada, mas também o fato de que, de acordo com o depoimento do marido, ela vivia fora do regime do casamento e havia sido sua amante, quando ainda era, segundo ele, conhecida por Maria Augusta. Dessa forma, o periódico deixava claro que condenava as ações do capitão, mas não condenava menos as mulheres que se envolviam com homens casados.

O capitão Manoel Ferreira Louzada, procurando justificar-se de seu monstruoso procedimento, para furtar-se à ação da justiça, fantasiou um romance inverossímil com o qual pretende inocentar-se, não

²⁶⁴ Idem, p. 185.

²⁶⁵ “Bígamo”, *Gazeta de Notícias*, 18 set., 1894, p.1.

trepidando com o seu cinismo ultrajar a honra de sua legítima mulher, D. Maria Carlota Amoretti Louzada, apontando-a como sua ex-amante.²⁶⁶

Importante observar que quem julgava os casos de divórcio até a promulgação do Decreto de 1890 era o Tribunal Eclesiástico. Durante esse período e mesmo após a separação entre Estado e Clero pretendida pela Constituição de 1891, o divórcio continuava a significar mera separação dos corpos. Louzada dizia que sua esposa havia morrido em 1889. Dessa forma, partindo da versão que o capitão apresentava, ele teria direito de ter abandonado a esposa, mesmo que ela não tivesse morrido. Mas ainda assim, a suposta cunhada, Maria Augusta, estaria em uma condição moralmente condenável, por ter se envolvido com um homem que, mesmo divorciado, não poderia dissolver os laços do matrimônio.

O réu seguia então defendendo que, naquele ano, face ao fato de na verdade ser viúvo, casara-se com a também viúva Maria Henriqueta Watson e tinha por direito continuar casado, pois o que tinha com a suposta Maria Augusta não era de fato um casamento²⁶⁷. No domingo imediatamente seguinte à publicação dessas colunas, a primeira crônica da série “A Semana” sobre este tema apresentava alguns detalhes do caso e, de forma irônica, o narrador atribuía o acontecimento a uma possível reencarnação:

Sendo a doutrina verdadeira, está explicada a confusão da esposa, da cunhada e da senhora estranha, que se dá no processo do capitão, porquanto os doutores da escola ensinam que os espíritos renascem muita vez mortos, isto é, os filhos encarnam-se nos pais, nas mães e não é raro um menino voltar a este mundo filho de um primo. Daí essa complicação de pessoas, que a polícia não deslindará nunca, sem o auxílio desta grande doutrina moderna e eterna. Converta-se a polícia.²⁶⁸

Em primeiro lugar, ligar um caso de bigamia a uma interpretação religiosa era uma forma de gerar humor na série. O decreto que instituía o casamento civil era criticado justamente pelos religiosos, mas no caso, os católicos. Dessa forma, o narrador fazia sutil alusão às muitas disputas travadas entre os religiosos e o estado tanto em relação ao Decreto n. 181, quanto em relação à própria Constituição de 1891.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Informações retiradas da coluna “Bígamo”, *Gazeta de Notícias*, 19 set., 1894, p.2.

²⁶⁸ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 23 set., 1894. p.1.

Falar de espiritismo, invés de falar diretamente da Igreja Católica era uma forma de ser menos direto, mas também era uma maneira de articular outra temática recorrente na *Gazeta*. A nova religiosidade que se pretendia científica e dialogava com ideais de progresso no campo da espiritualidade foi motivo de diversos embates religiosos e pretensamente científicos no final do século XIX²⁶⁹. Em uma coluna sem título do mesmo ano, era possível observar como o periódico lidava com o tema através da seguinte notícia:

Um professor da Universidade de Varsóvia foi vítima do seu desejo de verificar o que supõe ser uma pulha do espiritismo. Tendo-se introduzido sobreticamente na sala escura onde um espírita, chamado Paladino, se preparava para evocar as almas de outro mundo, recebeu no nariz um murro tão valente, que foi preciso transportar o professor para casa, em carro, sem sentidos. Parece que o caso será levado para os tribunais.²⁷⁰

As colunas que brincavam com a cientificidade da nova doutrina religiosa eram muitas. Desde pequenas notícias de primeira página, como essas, até anúncios de cartomantes que se diziam espíritas, passando por avisos de encontros em diversas cidades. Boa parte das notícias, entretanto, tratava de casos que chegavam até a polícia, evidenciando que, mesmo que a *Gazeta* tratasse o assunto com algum humor, na prática era um tema que envolvia muitos conflitos. Assim, Machado utilizava a improvável associação que o narrador faz entre um caso policial e o espiritismo para tanto salientar o absurdo do caso de bigamia, quanto novamente fazer humor a respeito da doutrina religiosa. Além disso, o narrador exibía indiretamente a sua opinião sobre uma discussão importante no momento: a laicização do Estado. Não sendo suficiente, o narrador ainda afirmava que ele próprio desenvolveria melhor a teoria do espiritismo. Sua nova ideia era que as pessoas não somente reencarnavam em novos corpos humanos, mas também como animais, ou objetos. Dessa forma, tecendo críticas ao serviço dos bondes²⁷¹, o narrador levava ao ridículo a teoria que se pretendia tão moderna e científica e voltava ao caso Louzada, para encerrar a crônica com o tema que havia começado, como era seu costume:

²⁶⁹ Sobre tais disputas ver: DEL PRIORE, Mary. *Do outro lado: a história do sobrenatural e do espiritismo*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2014.

²⁷⁰ *Gazeta de Notícias*. 26 jan., 1894, p.1.

²⁷¹ Na crônica o narrador dizia “Quem disser, por exemplo, que o serviço da antiga Companhia de bondes do Jardim Botânico está reencarnado no novo, provará com isto que de certo tempo a esta parte só tem andado de carro”. Ver: “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 23 set., 1894. p.1.

Voltando à bigamia do capitão, digo novamente à polícia que estude o espiritismo e achará pé nessa confusão de senhoras. Sem ele, nada há claro nem sólido, tudo é precário, escuro e anárquico. Se vos disserem que é vezo de todas as doutrinas deste mundo darem-se por salvadoras e definitivas, acreditai e afirmai que sim, excetuando sempre a nossa, que é a única definitiva e verdadeira. Amém.²⁷²

Na primeira frase do trecho, por mais que pareça, numa primeira leitura, que o narrador apenas estava citando a confusa versão de Louzada sobre o caso, também era possível ler que a confusão era atribuída, por parte do narrador, às mulheres envolvidas no caso, e não ao bigamo (*nessa confusão de senhoras*). As discussões sobre os mecanismos jurídicos que regulariam o matrimônio foram vistas como um problema que afetava diretamente as mulheres. O perigo de ter que arcar com o sustento financeiro da família, sendo obrigada a frequentar espaços considerados perigosos para senhoras, era consequência direta do divórcio. A condenação moral da amante que se envolvia com o homem casado não era menor do que aquela aplicada à mulher adúltera. Ambas violavam a instituição do matrimônio que, apesar da recente mudança jurídica, era ainda vista como sagrada. Portanto, ambas deveriam ser punidas. O Código Criminal Brasileiro de 1830, que foi válido até 1891, já definia que era impossível condenar apenas uma pessoa por adultério, exceto se o outro envolvido estivesse morto²⁷³. No Decreto n. 181, embora não houvesse menção tão clara quanto a da lei anterior, o artigo que definia as pessoas impossibilitadas de casar, citava o cônjuge condenado por adultério, bem como o seu co-réu.

A noção de um co-réu, entretanto, é um tanto mais complexa. Desde o Código de 1830, as atribuições do marido e da esposa mostravam-se substancialmente diferentes. Dessa forma, as definições de adultério eram também distintas²⁷⁴. Para se considerar uma esposa como adúltera, bastava que ela fugisse à obrigação da fidelidade conjugal. Já para um marido ser visto como adúltero era necessário que o ele vivesse em concubinato com outra mulher²⁷⁵. Tal distinção derivava da ideia de que a obrigação da esposa no matrimônio era a fidelidade sexual que garantiria a legitimidade da prole,

²⁷² Idem.

²⁷³ TINOCO, Antônio Luiz. *Código Criminal do Império do Brasil anotado*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. Em 1891 o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil substituiu o documento imperial. Entretanto, em 1894, havia ainda a mesma regra.

²⁷⁴ PAPAEO, Marcia Kern. *Dom Casmurro: estudo sobre as relações conjugais no Brasil do final do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Instituto de Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

²⁷⁵ Idem.

numa perspectiva patriarcal²⁷⁶. Enquanto isso, a obrigação do marido era a de provedor financeiro, sendo que sua traição à família seria justamente oferecer sustento a outras pessoas²⁷⁷. O Decreto de 1890 não mudava em nada as atribuições dos cônjuges, mantendo as posições sociais já tradicionais de marido e esposa intactas. Dessa forma, a suposta Maria Augusta, bem como a viúva Maria Henriqueta, poderiam ser vistas como moralmente condenáveis por suas relações com o capitão e, em casos extremos, poderiam ser juridicamente condenadas. Todavia, Louzada só era acusado por Maria Carlota porque faltara com a sua obrigação de marido: oferecia sustento a outra mulher, enquanto que a sua obrigação financeira era com a família que havia instituído legalmente.

Todavia, cumpre reconhecer que a *Gazeta de Notícias*, bem como a série “A Semana” apresentavam uma versão dos fatos favorável à Maria Carlota. Em nenhum momento o periódico publicou qualquer consideração que pusesse em dúvida a moral da mulher e a condenação ao comportamento de Louzada foi unânime em todas as colunas. O trecho da série aqui citado demonstra que permanecia na conclusão da crônica uma constatação que dizia também respeito ao caso: cada um acreditava naquilo que melhor lhe aprouvesse, já que a única doutrina “definitiva e verdadeira” era sempre a própria doutrina pessoal de cada um. Dessa forma, o narrador encerrava seu texto apontando para o fato de que a bigamia já estava há muito provada e a continuação da investigação servia apenas para manter o protocolo policial, pois era impossível acreditar em Louzada após tantas provas apresentadas e publicadas pela imprensa.

Em 4 de outubro o caso voltava a aparecer no periódico. Havia um parágrafo da coluna “Jury” informando que o capitão Louzada fora transferido do estado maior da brigada policial para a casa de detenção por ordem do juiz. Uma semana depois, voltava a aparecer o título “Bígamo” na *Gazeta de Notícias*, informando sobre os depoimentos da defesa, entre eles, o da viúva que se casara com Louzada, Maria Henriqueta Watson. A mulher levava documentos e testemunhas que comprovavam que, de sua parte, não tinha impedimentos para ter se casado novamente, sendo que seu primeiro marido realmente falecera. A *Gazeta* esclarecia que na mesma ocasião, Maria Carlota, a

²⁷⁶ HIRATA, Helena, KERGOAT, Danièle. “Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão”. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. (orgs.). *Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 263-278.

²⁷⁷ OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Vo. 22, Editora UFMG, 2004, p. 151.

primeira esposa, teria levado o filho que tinha com o capitão para depor, todavia, o rapaz de 19 anos fora impedido de prestar depoimento, pois segundo a *Gazeta*,

O Sr. Dr. Alberto de Carvalho, advogado de Louzada, declarou por este que o depoimento da testemunha não podia ser tomado nem mesmo na qualidade de informante, por isso que a testemunha, sendo filho de Louzada, não podia nem a título de informante ser convertida pela autoridade em testemunha de acusação. Se favorável a defesa, esse depoimento tornar-se-ia suposto de parcialidade; se contrário aos interesses da defesa, tornar-se-ia monstruoso pela violação de deveres sacratíssimos e a dilaceração de laços não menos sagrados: o depoimento do filho não se toma para obter a condenação do pai.²⁷⁸

Após a justificativa totalmente pautada em uma moral patriarcal para evitar o depoimento que, sendo pedido pela própria acusadora, provavelmente incriminaria Louzada, o jornal seguia reproduzindo o depoimento de filho de Louzada, que acabara sendo aceito pela polícia. O rapaz reconheceu a própria mãe, o pai e a filha do segundo casamento do pai, conforme lhe foram informados, mas, portando-se como propunha o advogado de defesa, não informou se conhecia a segunda esposa do pai, preferindo permanecer em silêncio. Outro ponto importante das discussões geradas pelo decreto do casamento civil aparecia aqui, a legitimidade dos filhos dependia do casamento, portanto, a notícia do filho legítimo de Louzada sendo legalmente utilizado para reconhecer os filhos ilegítimos demonstrava como a instituição do casamento civil talvez não funcionasse bem como pretendia a lei²⁷⁹.

Ao fim da coluna, constava ainda a informação de que a segunda esposa fora repelida da audiência pelo juiz “por ter se portado desrespeitosamente, chamando de malcriado a um agente que, por sua ordem (do juiz), fora encarregado de conduzi-la a sua presença”²⁸⁰. Maria Henriqueta é, assim, vista como uma figura que, primeiramente, tem que se justificar como real viúva, mesmo sendo Louzada o acusado do processo e, em segundo lugar, é tratada como uma mulher que não sabe se comportar em um espaço público. O fato da viúva se defender, mesmo não sendo acusada, é prova de seu conhecimento sobre o funcionamento das leis matrimoniais: de fato ela poderia vir a ser acusada pelo seu envolvimento com Louzada, até mesmo se não fosse viúva. As

²⁷⁸ “Bígamo”. *Gazeta de Notícias*. 11 out., 1894, p.1.

²⁷⁹ A principal função do casamento civil é garantir a legitimidade dos filhos e a organização dos bens familiares para fins de herança e continuidade. Ver: TEIXEIRA, Kelly Cristina. *O que Deus Uniu o Homem não Separe: Modernização, Divórcio, Gênero e Romanização em Juiz De Fora (1890 a 1917)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora. [s.n], Juiz de Fora, MG: 2008, p. 31.

²⁸⁰ Idem.

considerações apresentadas pelo jornal a cerca do comportamento de Maria Henriqueta só comprovam que a condenação moral sexual sobre o adultério só se aplicava às mulheres. Louzada é acusado de deixar sua família em péssimas condições financeiras, mas é Maria Henriqueta quem tem uma moral sexual duvidosa. Dessa forma, mesmo defendendo Maria Henriqueta, a *Gazeta* acabava condenando também uma mulher pelo ocorrido. É importante lembrar que as considerações sobre o próprio Louzada são muito mais delicadas, enquanto Maria Carlota, a primeira esposa, é retratada quase como uma vítima. As duas mulheres assim simbolizam os dois extremos da feminilidade: uma é vista como a mulher perigosa, capaz de destruir a instituição da família, já tão devastada pelas novas leis republicadas e a outra é a passiva vítima do caso que, inclusive, se resguarda atrás de figuras masculinas de moral intocável (o filho e o padre, por exemplo).

No dia 16 de outubro, o assunto voltava ao jornal para trazer o desfecho do caso: O delegado, Dr. Corrêa Dutra – que até mesmo oferecera explicações sobre o caso diretamente à *Gazeta* – encerrara o inquérito, considerando Louzada culpado. A discussão tão obstinada sobre o caso teve seus motivos explicitados no mesmo número da *Gazeta*. Além das discussões sobre o decreto de 1890 e dos projetos de lei divorcistas tramitados na Câmara Legislativa desde 1893, o Senado passava a discutir a opção de fazer com que para se casar no civil houvesse apenas a necessidade de assinar um documento em presença de um tabelião, deixando de lado toda a pompa que ainda existia nos casamentos²⁸¹. Caso tal ideia virasse lei, estaria excluída a necessidade de testemunhas ou de cerimônia a portas abertas, definidas no Decreto de 1890. Os noivos apenas compareceriam ao cartório, portando seus documentos e comprovantes de residência, assinariam contrato na presença do juiz e aguardariam um prazo no qual o interesse do casamento seria publicado em Diário Oficial para que, caso alguém tivesse objeção, apresentasse ao cartório. Não havendo qualquer impedimento, os noivos receberiam a certidão de casamento.

O caso Louzada servia de argumento favorável à discussão, pois na nova forma, o casamento tornava-se um contrato mais difícil de ser fraudado, garantindo ao Estado maior controle sobre as uniões. Assim, a despeito das muitas opiniões contrárias, a constituição republicana acabava garantindo ao Estado o direito de intervir nas práticas da esfera privada. Ao invés de se posicionar declaradamente, como a *Gazeta de*

²⁸¹ “Casamento Civil”, *Gazeta de Notícias*. 16 out 1894, p.1.

Notícias havia feito²⁸², o narrador da série “A Semana” preferiu uma abordagem mais sutil, como ele mesmo dissera: “Se vos disserem que é vezo de todas as doutrinas deste mundo darem-se por salvadoras e definitivas, acreditai e afirmai que sim, excetuando sempre a nossa, que é a única definitiva e verdadeira”²⁸³. Dessa forma, o narrador se negava a escolher um lado, já que o hábito de se considerar como “definitivo e verdadeiro” era comum a todos, mas ao mesmo tempo não negava ter ele mesmo um ponto de vista em que acreditava. Quem estivesse disposto a ler a crônica poderia notá-lo: uma das doutrinas (a de Maria Carlota, no caso) já estava devidamente provada.

Em 1896, as discussões sobre divórcio fervilhavam na imprensa e nas instituições políticas brasileiras. Naquele ano o deputado Érico Coelho apresentava, pela segunda vez, um projeto de divórcio na Câmara, sendo novamente fora recusado²⁸⁴. Coelho Rodrigues, então senador do Piauí, que havia sido contratado por Campos Sales para produzir um Código Civil para o Brasil ainda em 1890²⁸⁵, voltava a causar polêmicas com um novo projeto, dessa vez, sobre divórcio. O senador pautara boa parte do projeto, ao qual dedicara anos de sua carreira, na noção de que um casamento infeliz prejudicava não somente os casais, mas poderia causar problemas a toda a sociedade. Nas palavras do político:

Com efeito, ninguém pode negar o facto da existência de muitos casais, cuja convivência tornou-se impossível, nem sustentar que a autoridade pública possa *manu militari* obrigar a viverem juntos os cônjuges que se tornaram irreconciliáveis e muito menos negar que essa convivência, ainda que pudesse ser imposta á força, deixasse de

²⁸² A *Gazeta* publicou coluna que apresentava integralmente o projeto do senador Leite Otílica. Ver: “Casamento Civil”. *Gazeta de Notícias*. 14 out., 1894, p.2. Já na coluna do dia seguinte, “Casamento Civil”. *Gazeta de Notícias*. 16 out., 1894, p.1, o periódico defendia que, se o casamento civil já era tão malvisto pelos mais religiosos e pelos “desafeitos” da República, reduzir as solenidades só pioraria a situação, pois os “espíritos menos cultos” teriam uma impressão desfavorável da renúncia às pomposas festas já tradicionais. Assim, segundo tal coluna, o problema não era o projeto em si, mas o fato de a República ter ainda muitos inimigos políticos e, portanto, não estar preparada para leis tão modernas. A recusa ao projeto vinha acompanhada de elogios ao senador Otílica e ao próprio teor do texto, e carregada de críticas aos religiosos que tentavam impedir a aplicação do Decreto n. 181. Para o periódico, esses religiosos que se negavam a cumprir os feriados políticos nacionais, estavam travando uma “guerra surda” contra a República. Dessa forma, a crítica da *Gazeta de Notícias* sobre o projeto do senador Otílica, recaía sobre o fato de o texto fornecer “anistia precoce aos abusos já cometidos” pela Igreja Católica. No corpo do projeto havia a possibilidade de que casamentos realizados apenas nas Igrejas entre 1890 e 1894 fossem regularizados legalmente pelos cartórios, sem qualquer prejuízo às partes envolvidas (cônjuges, filhos e até mesmo os padres).

²⁸³ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 23 set., 1896, p.1.

²⁸⁴ LOPES, Cristiane Fernandes. *Quod Deus Conjurit Homo non Separat: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no Tribunal de Justiça de Campinas (1890 – 1938)*. Op. cit.

²⁸⁵ O prazo para a conclusão do código era de 3 anos, porém a versão final não foi aceita por Floriano Peixoto. Ver: TEIXEIRA, Kelly Cristina. *O que Deus Uniu o Homem não Separe...* Op. cit., p. 53.

ser uma fonte de corrupção e aviltamento para a prole, de vergonha para a família de ambos, de escândalos para a sociedade e de perigos para a ordem pública.²⁸⁶

O discurso, proferido no Senado em 2 de julho de 1896, apresentava um projeto que trazia a possibilidade de divórcio com total dissolução do vínculo estabelecido entre o casal. Isso significava que, com raras exceções, havia a possibilidade de um segundo casamento. Periódicos dedicados às famílias incentivaram suas leitoras a encaminhar cartas ao Senado Federal criticando o projeto, bem como outros jornais dedicaram longas colunas a discutir o tema. Apesar da rejeição dos projetos divorcistas nas duas instâncias, ficava claro que havia uma insistência por parte de alguns legisladores e isso foi motivo de rebuliço na imprensa²⁸⁷.

Na primeira página da *Gazeta de Notícias* constava um texto intitulado “O Divórcio no Senado”, que tomou conta de quatro colunas da página. No texto sem assinatura constavam diversos argumentos contra o discurso do senador maranhense Gomes de Castro, que havia proferido réplica à apresentação do projeto divorcista de Coelho Rodrigues. A *Gazeta* demonstrava, em tom respeitoso, considerar os argumentos anti-divórcio excessivamente moralizadores e, até mesmo contraditórios do ponto de vista jurídico. Gomes de Castro afirmara que os projetos que defendiam a institucionalização do divórcio, bem como o próprio Decreto n. 181 de 1890 não condiziam com a moralidade das famílias brasileiras. O maranhense criticava até mesmo o divórcio restrito aos casos de adultério e tentativa de uxoricídio. Para a *Gazeta*, entretanto, tal comentário era desprovido de lógica, pois se as famílias brasileiras, como o senador defendia, estavam, de alguma forma, ameaçadas pela legalização do divórcio, é porque não eram assim “tão moralizada[s]”²⁸⁸. Além disso, se a Constituição definia o casamento como mero contrato, não restava mais forma jurídica de torná-lo insolúvel, pois era um princípio da liberdade que os contratos pudessem ser desfeitos. O terceiro argumento era o de que, de qualquer forma, os casais se separavam e o divórcio apenas regulamentaria uma prática já comum. Mas talvez o argumento mais interessante para esse trabalho seja o de que a mulher desquitada, assim como a viúva,

²⁸⁶ BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. SENADO FEDERAL. Diários do Congresso Nacional: República dos Estados Unidos do Brasil. Sessão de 2 de julho de 1896, p. 1. Apud ROCHA, A.V.S.C., *Amor, Ordem E Progresso: Casamento E Divórcio Como Desafios À Laicidade Do Estado (1847-1916)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, [s.n.], Brasília, 2014.

²⁸⁷ Ver TEIXEIRA, Kelly Cristina. *O que Deus Uniu o Homem não Separe: Modernização, Divórcio, Gênero e Romanização em Juiz De Fora (1890 a 1917)*. Op. Cit.

²⁸⁸ “O divórcio no Senado”. *Gazeta de Notícias*. 17 de jun., 1896, p.1.

vivia os perigos de ter que se manter financeiramente - e também manter os filhos - sem o auxílio de um homem, enquanto que o divórcio poderia bem resolver tal problema, pois permitira que: "a mãe de família [em comparação a viuvez], a quem a morte roubou o amparo dos filhos, contraia novo casamento, quando mais não seja, para acabar de criar e educar a prole do primitivo."²⁸⁹

No mês seguinte, o periódico voltava a falar de Coelho Rodrigues, que era citado como "tão digno pai de família quão jurisprudente conceituoso"²⁹⁰. A coluna, de título "Divórcio", afirmava que, devido à proximidade das eleições federais, os senadores estavam tentando adiar a votação da reforma ou simplesmente rejeitar o projeto de Coelho Rodrigues sem qualquer motivação real "no temor de que o clericalismo pinte o diabo contra os divorcistas"²⁹¹. Novamente a *Gazeta de Notícias* alertava para a covardia dos representantes da República frente à Igreja Católica, defendendo que se era interesse do Estado não ter qualquer dependência da Igreja, era obrigação dos senadores enfrentar o clero, quando este se opusesse ao andamento das leis nacionais.

Após a derrota do projeto, no dia 2 de agosto, o tema ganharia espaço na série "A Semana". Aludindo à discussão do Senado, Machado estava utilizando seu narrador, nessa crônica, para discutir a situação econômica do país²⁹². O texto utilizaria como matéria-prima a tentativa de suicídio de um jovem pobre, o casamento de uma herdeira rica e as previsões do futuro de um espírita. Com esses elementos, ele criticaria a falta de aptidão da juventude para lidar com a lógica de dominação senhorial, o aspecto financeiro que dominava as escolhas matrimoniais e a absurda reivindicação espírita de um estatuto científico para a doutrina religiosa. Como um fio condutor, o narrador falaria das dificuldades econômicas no país. A crônica se iniciava com a temática do espiritismo se relacionando ao divórcio:

(...) vai chegar o amor livre, se é verdade o que me anunciou, há dias, um espírita. O amor livre não é precisamente o que supões, — um amor a carnet e lápis, como nos bailes se marcam as valsas e quadrilhas, até acabar no cotilão. Esse será o amor libérrimo: durará três compassos. O amor livre acompanha os estados da alma; pode durar cinco anos, pode não passar de seis meses, três semanas ou duas.

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ "Divórcio". *Gazeta de Notícias*. 24 de jul., 1896, p.1.

²⁹¹ Idem.

²⁹² FRANCO, Gustavo H.B. *A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

Aos valsistas plena liberdade. O divórcio, que o senado fez cair agora, será remédio desnecessário. Nem divórcio nem consórcio.²⁹³

A alusão ao espírita servia para criar humor, mas também para tecer uma crítica à recusa do Senado em votar o divórcio. Os motivos apresentados, por mais que se pautassem em justificativas morais, não haviam convencido a *Gazeta de Notícias* e nem o nosso narrador. Ele, então, usava o argumento mais simples que o periódico havia publicado: não há necessidade prática da regulamentação do divórcio, os casamentos já se dissolvem na prática e, mais que isso: há muitas uniões que nem mesmo passam pelo contrato do casamento. Se o Senado não se importava em legislar sobre a questão, a população se incomodava ainda menos. Além disso, a alusão ao “amor livre” era também uma forma de lembrar que a impossibilidade do divórcio como ferramenta para dissolução dos vínculos matrimoniais era contra o princípio da liberdade, como a *Gazeta de Notícias* havia defendido nas semanas anteriores.

Mas as discussões da série, bem como as do periódico acerca do casamento ultrapassavam o campo jurídico. Na mesma crônica em que falava do “amor livre”, o cronista tratava do caso de tentativa de suicídio de um adolescente carioca que se dizia apaixonado por uma vizinha. O narrador iniciava a crônica citando o romance *Paulo e Virgínia* (1787) do francês Bernardin de Saint-Pierre. Tal obra narrava a história de duas crianças que, tendo sido criadas juntas numa ilha afastada da civilização francesa (a Ilha de Maurícia, situada na costa sudeste do continente africano e foi colonizada pela França), não entram em contato com os perigos morais da Corte. Virgínia, na adolescência, é levada para o continente por uma tia para receber a educação das moças da alta sociedade. Enquanto isso, Paulo sofre a ausência da menina, por quem se descobre apaixonado. Quando Virgínia tenta retornar, o navio no qual a moça está naufraga e Paulo assiste a morte da jovem. Num clássico final romântico, o rapaz morre ao constatar a perda de sua amada. O romance de Saint-Pierre ficou reconhecido por trabalhar com a concepção de “bom selvagem” de Rousseau.

A pureza do amor de Paulo e Virgínia foi tanto uma excelente representação do romantismo, quanto foi criticada pelos realistas. A personagem Ema Bovary passa boa parte da polêmica obra de Gustave Flaubert procurando encontrar um Paulo, o que se mostra impossível. O narrador da série utilizou então a história de um casal real, Alfredo e Laura, para contrastar com a romântica narrativa francesa:

²⁹³ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 2 ago., 1896, p.1.

Avizinham-se os tempos. Este século principiado com Paulo e Virgínia, termina com Alfredo e Laura. Não é já o amor ingênuo de Port-Louis, mas um idílio trágico, como lhe chamou a *Gazeta* de anteontem, sem dúvida para empregar o título do último romance de Bourget²⁹⁴.

O número de 31 de julho da *Gazeta de Notícias* trazia, no centro da segunda página, a coluna indicada pelo narrador. O texto dizia que o jovem Alfredo, de cor parda, 14 anos, empregado de uma fábrica de móveis, tentara se matar com um tiro no ouvido na frente da casa de Laura, moça também parda, de 13 anos, empregada em uma casa de família. O tom literário, comum na *Gazeta*, destacava-se na coluna:

Ontem, às 11 horas da manhã, declarou, na casa em que era empregado, que se achava doente, e por essa razão se retirava para sua residência. Aí chegando, fio a uma estante e, tirando um revólver, encaminhou-se para a casa de sua adorada Laura. Por longo tempo, segundo informam, levou a passear alegremente pela frente da casa onde ela mora, até que às 3 horas da tarde conseguiu falar-lhe e disse-lhe que, visto não ser correspondido em seus amores, ia dar cabo da vida. Laura pouca importância ligou as palavras de Alfredo e retirou-se. Imediatamente Alfredo tirou do bolso a arma e, encostando o cano em um dos ouvidos, fez fogo, indo a bala, alojar-se no crânio. Algumas pessoas que na ocasião passavam, e moradores da rua de S. Luiz que ouviram a detonação trataram imediatamente de socorrer a infeliz criança.²⁹⁵

Apesar da comiseração do jornal para com o jovem, o narrador da série não deixou de tecer crítica ao comportamento do rapaz. A ideia de que a recusa da moça fosse motivo para o rapaz se matar não parecia fazer muito sentido para o narrador. É importante observar não somente o engajamento de Machado de Assis nas discussões sobre o realismo²⁹⁶ como também a longa trajetória do autor a trabalhar com o caráter

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ “Ídílio Trágico”. *Gazeta de Notícias*. 31 jul., 1896, p.2.

²⁹⁶ Ver: RAMOS, Ana Flávia Cernic. “A Batalha de Machado de Assis”. In:_____. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas Balas de Estalo de Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. A autora destaca a polêmica dos comentários de Machado sobre “O Primo Basílio” de Eça de Queiroz, argumentando que, a despeito da conclusão de muitos dos críticos da obra machadiana, as duras opiniões de Machado não significavam exatamente uma aversão ao realismo ou apego ao romantismo, mas uma visão política do autor sobre as escolas literárias, além da óbvia crítica estética. As análises do autor caíam também sobre o naturalismo que, para ele, se apegara à noção moderna de estatuto científico como sinônimo de verdade. Dessa forma, o “realismo” parecia não funcionar como narrativa tão capaz de apreender a realidade como os literatos adeptos queriam fazer parecer. A crítica de Machado, assim, é parte de uma batalha que autor assumiria como parte fundamental de sua carreira. Outros autores como John Gledson demonstraram como a obra de Machado foi marcada por avaliações criteriosas da sociedade brasileira, mesmo que de forma pouco tradicional para a escola realista. Ver: GLEDSON, J. *Machado de Assis: impostura e realismo: uma reinterpretação de Dom Casmurro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

econômico/financeiro das convenções sociais do casamento no Brasil. Machado havia trabalhado com a temática do casamento por décadas em contos e romances. Cilene Pereira destacou, por exemplo, a imagem de fracasso do matrimônio nos *Contos Fluminenses* (1870) e nas *Histórias da Meia Noite* (1873). Para a autora, os contos reunidos nos dois livros tinham essa temática central, mesmo que algumas trabalhassem com os mecanismos sociais de arranjo dos casamentos, enquanto outras lidavam com a vida conjugal. Além de lidar com as imposições sociais (sobretudo familiares), as mulheres tinham que enfrentar as decepções da realidade do matrimônio, onde os pretendentes eram, na verdade, homens interesseiros e, em comparação aos heróis românticos da literatura a qual elas estavam acostumadas, eram também mesquinhos²⁹⁷. Apesar de concordar com a perspectiva adotada pela autora, cumpre destacar que houve, na obra de Machado, outro ponto geral importante sobre o casamento: muitas das personagens femininas construídas pelo literato compreendiam os significados financeiros do matrimônio e, versadas a respeito das engrenagens sociais, utilizavam as relações matrimoniais – e até extramatrimoniais –, para alcançar seus objetivos ou conquistar vantagens.

As diversas possibilidades de interpretação dos contos machadianos das décadas de 1870 e 1880 foram destacadas pela pesquisadora Daniela Silveira. Ao analisar a abordagem de Machado a respeito da ciência nos periódicos dedicados ao público feminino, a autora argumentava que boa parte desses textos discorria sobre o papel feminino no matrimônio. Assim a construção das senhoras – e de seus senhores – contribuía para levantar questionamentos entre leitores e leitoras a respeito da atuação feminina dentro da lógica de domínio senhorial do matrimônio²⁹⁸. Dessa forma, o argumento da autora nos auxilia a perceber como era importante para o autor discutir o papel masculino nas relações conjugais. O caso do jovem que justificava a tentativa de suicídio através da recusa da vizinha demonstrava o despreparo da juventude pobre diante do jogo social²⁹⁹ que era o casamento no século XIX.

²⁹⁷ PEREIRA, Cilene Margarete. *Jogos e Cenas do Casamento: construção e elaboração das personagens e do narrador machadianos em Contos Fluminenses e Histórias da Meia Noite*. Tese de Doutorado em Teoria e História da Literatura. Instituto de Estudo da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2008, p. 54.

²⁹⁸ SILVEIRA, Daniela Magalhães da. “As senhoras do lar das *Histórias sem Data*”. In: _____. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2010, pp. 225 – 245.

²⁹⁹ A expressão “jogo social” empregada para definir o casamento foi utilizada no texto: OLIVEIRA, Emanuelle. “Mulheres e jogos sociais em Machado de Assis”. *Chasqui*, v. 27, n. 1, p. 47-58.

Se Machado havia dedicado grande parte da sua carreira a construir análises da ideologia senhorial, o narrador da série “A Semana” era um homem muito ciente desses mecanismos sociais. Compreendendo as poucas e complexas possibilidades de manobra dentro dessa ideologia, o autor levava anos fabricando personagens das camadas menos abastadas que, por inteligência e domínio dos meandros sociais. Há no Brasil do século XIX, uma hierarquia social que é tão rígida quanto complexa. Os personagens ficcionais de Machado, quando pertencentes às classes populares, precisam lidar com essa lógica e, grande parte das mulheres da obra machadiana consegue fazê-lo com louvor³⁰⁰.

Se há um traço biográfico no romance machadiano, esse é perceptível na forma como o escritor torna central o destino dos dependentes. Não transpôs seu caso particular de mulato dependente para suas histórias, mas o transmutou do aspecto racial para o de gênero.

Sendo esta uma temática querida pelo autor, o narrador da série, cronista de meia idade, acomodado e interesseiro, se chocava com a facilidade de um jovem trabalhador, vindo da classe baixa, não conseguir lidar de forma mais contundente com uma relação amorosa. Dessa forma, a crônica seguia argumentando que havia outras formas melhores (e mais lucrativas) de encarar os primeiros percalços do amor:

Em verdade, esse adolescente de quatorze anos, que procurou a morte por não poder vencer os desdêns da vizinha de treze anos, faz temer a geração que aí vem inaugurar o século XX. Que os dois se amassem, vá. Tem-se visto dessas aprendizagens temporãs, ensaios para voos mais altos. Que ela não gostasse dele, também é possível. Nem todas elas gostam logo dos primeiros olhos que as procuram; em tais casos, eles devem ir bater à porta de outro coração, que se abre ou não abre, e tudo é passar o tempo à espera do amor definitivo. Mas aquela aurora de sangue, aquela tentativa de fazer estourar a vida, na idade em que tudo manda guardá-la e fazê-la crescer, eis aí um problema obscuro.³⁰¹

Problema obscuro este que fazia um homem maduro recear pelos jovens. Para o narrador, o romantismo dos adolescentes (o de *Paulo e Virgínia*, como também o de Alfredo) não fazia sentido prático. Dessa forma, o narrador utilizava a notícia, bem como a referência literária, para trazer uma discussão já antiga na obra de Machado: a utilidade social e financeira do matrimônio. Enquanto em contos e romances, Machado

³⁰⁰ É preciso destacar aqui as análises de *Helena e Iaiá Garcia* produzidas por Sidney Chalhoub na obra CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. O autor dedicou o livro a compreender as relações de dependência e a lógica de dominação/subordinação senhorial na obra de Machado. Os dois primeiros capítulos destacam especialmente as duas obras citadas acima.

³⁰¹ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 2 ago., 1896, p.1.

deu mais foco às personagens femininas que utilizavam o casamento como escada social³⁰², na série, o narrador falava sobre as escolhas masculinas nas relações com as mulheres, como forma de tentar demonstrar que um homem que tivesse aptidão social para lidar com seus relacionamentos românticos, por certo seria capaz de alcançar também diversas vantagens.

Tal temática ficava mais clara, no desenrolar da crônica, quando o narrador passava do caso de Alfredo para a situação econômica do país, afirmando que, segundo certo espírito, o dinheiro também seria, no futuro, abolido. Para argumentar a favor da impossibilidade de dar fim ao dinheiro, o cronista usava então o exemplo do casamento de uma americana muito rica:

A noiva conta vinte anos e possui quatro milhões de dólares. Não é muito em terra onde os milhões chovem; mas esta qualidade parece ser tão principal que duas vezes o noticiarista fala nela. “Miss Uobarts, a despeito dos seus quatro milhões de dólares...” E mais abaixo: “os bens da noiva são calculados em quatro milhões de dólares.” Como é que numa região destas se há de abolir o dinheiro e restringir o casamento a uma troca de calças e vestidos?³⁰³

O trecho tem duplo sentido, pode ser que se compreenda que não se pode abolir o dinheiro nos Estados Unidos, onde vivia a noiva rica, como também pode ser que queira dizer que é impossível abolir o dinheiro num país como o Brasil, onde a notícia de um casamento tão distante ganha destaque apenas pelo fato de tratar-se de pessoa de muitas posses. Qualquer que seja o sentido, uma noção fica clara, o narrador quer passar uma mensagem a seus leitores sobre o comportamento masculino em relação às mulheres e a importância da condição econômica para os homens. Ao falar sobre os conselhos que são popularmente dirigidos utilizando metáforas financeiras ou mesmo falando diretamente sobre dinheiro (“Mete dinheiro no bolso. Vende-te bem, não compres mal os outros, corrompe e sê corrompido, mas não te esqueças do dinheiro, que é com que se comprem os melões”³⁰⁴) o parágrafo final do texto diz que:

Os conselhos de Iago, note-se bem, serviriam antes ao adolescente Alfredo, que tentou morrer por Laura. Também Roderigo queria matar-se por Desdêmona, que o não ama e desposou Otelo; não era com revólver, que ainda não havia, mas por um mergulho na água. O

³⁰² ALBUQUERQUE, Renata. *Senhoras de si: o poder e o querer de personagens femininas nos primeiros contos de Machado de Assis*. Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. [s.n] São Paulo: 2010.

³⁰³ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 2 ago., 1896, p.1.

³⁰⁴ Idem.

honesto Iago é que lhe tira a ideia da cabeça e promete ajudá-lo a vencer, uma vez que meta dinheiro na bolsa. Assim podemos falar ao jovem Alfredo. Não te mates, namorado; mete dinheiro no bolso, e caminha. A vida é larga e há muitas flores na estrada.³⁰⁵

Questões matrimoniais voltariam a ser tema ainda em 1896. O narrador, em seu costume de desdenhar das leis, iniciava a crônica de 26 de outubro falando sobre uma notícia que havia sido publicada na *Gazeta de Notícias* naquela semana:

Li que o pescado que comemos é morto a dinamite, e que há uma lei municipal que veda este processo. Se o processo é bom ou mau, justo é examiná-lo, mas não me argumentem com leis. Já é tempo de acabar com este respeito fedorento das leis, superstição sem poesia, costume sem graça, velho sapato que deforma o pé sem melhorar a andadura.³⁰⁶

A *Gazeta de Notícias* trabalhou com muitos temas que envolviam a produção dos alimentos durante o período de publicação da série e não foi menos comum que esses assuntos virassem temáticas nas crônicas. É preciso considerar que discutir a pesca, bem como os processos de conservação da carne vendida no país, era uma forma de discutir higiene. Consequentemente, esses eram procedimentos importantes na noção moderna de progresso para a sociedade brasileira. Os avanços científicos comprovavam que a ingestão de alimentos em más condições poderia ser responsável, em parte, pela degeneração de um povo. Dessa forma, o assunto parecia corriqueiro, mas era uma maneira de debater o futuro da nação. Quando os jornais consideravam que a lei era suficiente para argumentar contra os explosivos utilizados pelos pescadores, estavam sendo superficiais, havia uma motivação maior: os explosivos faziam mal àqueles que os ingeriam. O que mais nos interessa, entretanto, é que, para provar a sua ideia central (de que as leis não servem de argumento em qualquer decisão), o narrador utilizaria o polêmico decreto do casamento civil, em especial, a parte do divórcio.

(...) A utilidade das leis escritas está em regular os atos humanos e as relações sociais, uma vez que vão de acordo com eles. Em chegando o desacordo, há dois modos de as revogar ou emendar, a saber, por atos individuais ou por adoção de leis novas. No capítulo do divórcio, por exemplo, não existindo pretoria que case um homem já casado, o remédio para obtê-lo é decretá-lo. É claro que se algum pretor, contra o disposto na lei, casasse a todos os casados, ninguém se cansaria em reclamar a reforma. Resta aos partidos convencidos da necessidade dela continuar a propaganda até pô-la na lei.³⁰⁷

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ 26 out., 1896

³⁰⁷ Idem.

Para o narrador, o problema claro era que as leis deveriam seguir aquilo que fosse “necessário para conjugar os interesses humanos, que são a base da harmonia social.”³⁰⁸ Portanto, se havia interesse, por parte dos homens, em casar-se duas vezes, deveria haver algum decreto que o autorizasse. A opinião, por mais polêmica que fosse, se assemelhava ao que já fora apresentado pela *Gazeta* anteriormente: ou o casamento era matéria religiosa, responsabilidade da Igreja e esta última ligada ao Estado, como era no Império ou ele tinha que ser passível de dissolução. Para que a República funcionasse no âmbito público era preciso legislar sobre as questões da vida privada e entre elas, o divórcio. Numa leitura mais atenta da crônica era possível concluir que o próprio decreto de 1890 fora pensado dessa forma: se os casamentos já se desmanchavam de fato, não havia problema em criar forma legal para desfazê-los juridicamente. Todavia, o problema era que o decreto não dava conta da realidade, não considerava os muitos problemas matrimoniais que culminavam no fim de um casamento, não pensava na condição da mãe de família ou dos filhos após o término. Assim, é importante voltar ao início da crônica e perceber como o narrador utilizava um exemplo espirituoso para compará-lo à lei do divórcio. O uso de dinamite na pesca era proibido por um motivo sanitário: causava doenças. Já o divórcio fora legalmente instituído sem se considerar qualquer objetivo social, mas apenas para regulamentar o que já acontecia. Só que, ao contrário do que o narrador dizia, o decreto não fora o suficiente para impedir que as pessoas reclamassem a reforma.

Para as leitoras e para os leitores que viam diariamente os debates sobre o divórcio na *Gazeta de Notícias* e em outros jornais, colocar na mesma crônica uma consideração sobre o divórcio e discutir o modo como as leis eram feitas, era uma forma de levantar debates. Se a Lei do Pescado visava impedir que os explosivos fizessem mal à saúde dos consumidores, em que é que o Decreto n. 181 afetava a população? E quanto aos novos projetos que estavam sendo tramitados? Se os pescadores já usavam mesmo a dinamite, a Lei do Pescado previa punição. Se os casais se uniam sem autorização legal da República e constituíam famílias sobre as quais o Estado não conseguia manter controle (quanto às heranças ou à responsabilidade de manutenção financeira do lar, por parte dos pais, por exemplo), o que os projetos que previam regularização desses casamentos sem quaisquer punições estavam fazendo?

³⁰⁸ Idem.

3.2. A regulamentação do sustento feminino

Desde a publicação de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* (1832), de Nísia Floresta, a noção de direitos femininos estava intimamente ligada às discussões sobre acesso à instrução formal e ao mercado de trabalho no Brasil. Em suas obras, Nísia destacava a importância de formar mulheres para o trabalho já na primeira metade do século XIX. Para a autora, a capacitação das mulheres pobres, indígenas e negras faria com que, no futuro, o país pudesse produzir através de "braços livres". A autora ainda atentava para a importância de que as mães brasileiras se esforçassem para produzir, elas mesmas, a educação de suas filhas voltada para o trabalho. Dessa forma, mesmo insistindo na importância de que o governo oferecesse educação formal às jovens, a autora argumentava que as mães não deveriam esperar que o Estado se encarregasse de educar as meninas³⁰⁹.

Todavia, ao mesmo tempo em que incentivava o protagonismo feminino no processo de profissionalização das mulheres brasileiras, a autora destacava o perigo de deixar as meninas entregues "a escravas cheias de vícios e desmoralizadas pelo cativoiro"³¹⁰. Assim, as discussões sobre trabalho feminino estavam intimamente ligadas às questões raciais, especialmente no final do século XIX, quando a temática da imigração ganhava destaque na imprensa e nas câmaras. Enquanto algumas leis incentivavam a imigração europeia e determinadas ações policiais criminalizavam imigrantes de outras regiões do mundo, tentava-se construir uma acepção do que seria o trabalhador ideal no Brasil pós-abolição. Não tardou para que as mulheres brasileiras se tornassem pauta nas câmaras legislativas e nas folhas nacionais.

Na *Gazeta de Notícias*, como na maioria dos jornais brasileiros, a existência de trabalhadoras era evidenciada pelas páginas de anúncios muito antes dos anos 1890. Nesse espaço, brasileiras e estrangeiras de diversas idades ofereciam serviços de cozinheiras, amas de leite, criadas, passadeiras, lavadeiras, costureiras e prostitutas. A regra era economizar em palavras, a fim de conseguir utilizar os espaços do jornal por um preço baixo. Dentre esses anúncios curtos, o narrador de "A Semana" encontrou material para tecer a primeira crônica da série que discorreria apenas sobre um único tema. No dia 17 de julho de 1892, o anúncio de uma personagem bastante curiosa era

³⁰⁹ CIRIBELLI, Marilda Corrêa. "Nísia Floresta: Educação e Preconceito". In: _____. *Mulheres Singulares e Plurais: sofrimento e criatividade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

³¹⁰ Ver: AZEVEDO, Célia M. Marinho de. "Mulheres, ao trabalho" In: _____. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

comentado na primeira página da *Gazeta de Notícias*. Tratava-se de uma viúva que, segundo o cronista, publicara um texto muito interessante à procura de um novo companheiro.

Cumprir destacar que a figura da viúva era extremamente poderosa na literatura oitocentista. Através dela, os literatos construíam personagens que, nas classes mais abastadas, reuniam características bastante perigosas: eram mulheres, muitas vezes jovens e sedutoras, que já não viviam mais sob o julgo paterno ou marital. Além disso, estavam legalmente autorizadas a gerir as próprias finanças e controlar as próprias vidas, bem como as vidas dos dependentes que anteriormente se subordinavam ao falecido marido³¹¹. Se Machado não estava inovando ao trazer a viúva jovem como personagem em seus textos, a forma como o autor o fazia diferia do tradicional³¹²:

A intenção do literato não era mais apenas a de mostrar as vantagens e desvantagens da situação de viúvas naquela sociedade. O que ele fez também foi colocar mulheres em cena que sabiam exatamente o que queriam, que brincavam e faziam gato e sapato de seus maridos. Para cumprir tal objetivo, o caráter moral da história se perdia.³¹³

Sendo a jovem viúva uma personagem tão recorrente na obra de Machado³¹⁴, ao utilizar-se dessa figura, o narrador de “A Semana” não ficaria atrás do que os outros narradores machadianos produziram e criaria, no curto espaço de uma crônica, uma personagem totalmente ambígua e sedutora. Na oportunidade, o cronista reproduziu o anúncio que fora retirado do *Jornal do Comércio*:

Uma viúva interessante, distinta, de boa família e independente de meios, deseja encontrar por esposo um homem de meia idade, sério,

³¹¹ Ver: SILVA, J. P. “*Desta para a melhor*”: a presença das viúvas machadianas no *Jornal das Famílias*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

³¹² Segundo Cilene Pereira, A viúva apareceu na literatura do XIX muito mais comumente como um personagem secundário, desprovido de sexualidade, como deveria ser para a moral da época. Mas nas obras de Machado são comuns viúvas jovens e decididas, tomam as rédeas das próprias vidas e inclusive se recusam a atender as vontades de muitos dos homens que as cercam. Ver: PEREIRA, Cilene Margarete. *Jogos e Cenas do Casamento*. Op. Cit, pp. 43,44.

³¹³ SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do “Jornal das Famílias”*. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP, 2005, p. 37.

³¹⁴ Viúvas jovens e polêmicas marcaram a obra do autor desde o início da carreira. O conto “Confissões de uma viúva moça” (1865) publicado no *Jornal das Famílias*, narrava, em primeira pessoa, as aventuras de uma jovem fora do casamento. Sua ousadia terminaria na morte do marido e seu arrependimento deveria, sendo o próprio autor, servir para convencer as leitoras a não cometer os mesmos erros. Todavia, o conto abria possibilidades de diversas leituras diferentes, especialmente por seu formato de publicação seriada. Para uma análise completa, ver: SILVEIRA, Daniela. *Contos de Machado de Assis*. Op. Cit. Outras personagens na mesma situação apareceriam, apenas nos contos do *Jornal das Famílias*, em “Linha Reta e Linha Curva” (1865/1866), “Casada e Viúva” (1864) e “Conversão do Aváro” (1878). Há análises que tocam essas obras em SILVEIRA, Daniela. *A Fábrica de Contos*. Op. Cit.

instruído, e também com meios de vida, que esteja como ela cansado de viver só; resposta por carta ao escritório desta folha, com as iniciais M. R., anunciando, a fim de ser procurada essa carta.³¹⁵

O anúncio, ao narrador, parece demonstrar uma mulher inteligente e superior. Ele diz: “tu não és qualquer pessoa, tu vales alguma coisa mais que o comum das mulheres (...) Que foi então, senão a triste, longa e aborrecida experiência? Não queres amar; estás cansada de viver só”³¹⁶. Dessa forma, mais uma vez, Machado fazia, através de seu narrador, esse elogio às mulheres mais racionais que emocionais, conforme fizera a muitas personagens anteriores, como Sofia³¹⁷ ou Margarida³¹⁸. O texto pressupunha que a tal viúva deveria ter de 32 a 38 anos e, por isso, tendo ainda muita vida pela frente, desejava alguém que apenas lhe acompanhasse. Sendo dotada de tão estimadas características, o narrador supunha ainda que a viúva já até deveria ter encontrado um pretendente e que, por certo, gastaria algum tempo em avaliar se este serviria mesmo ao papel de futuro companheiro. Afinal, tratava-se de uma mulher que conhecia a experiência do matrimônio e, provavelmente, teria alguns critérios na escolha do homem para as segundas núpcias. Sobre tal escolha, o cronista citaria La Fontaine: “*Rien n’est plus dangereux qu’un maladroit ami: Mieux vaut un franc ennemi*”³¹⁹.

Assim, numa primeira leitura da crônica, o narrador parecia acreditar que o referido anúncio tratava de uma mulher procurando um segundo marido. A citação servia para reforçar o argumento de que, para a mulher viúva, essa escolha precisava ser muito criteriosa. A crônica seguia então falando sobre as muitas perguntas que essa

³¹⁵ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 17 jul., 1892. O anúncio aparece exatamente igual em *Jornal do Comércio*. 8 jul., 1892, p.8.

³¹⁶ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 17 jul., 1892, p.1.

³¹⁷ Sofia é uma personagem secundária no conto “Capítulo dos Chapéus”. A moça influencia a amiga Mariana, personagem principal, a passear pelas ruas cariocas, flertar com outros rapazes e impor suas vontades diante do marido. O conto tem dois finais diferentes: o primeiro, publicado na revista *A Estação* em 1883 e o segundo para a versão do livro *Histórias sem Data*. (1884). O conto, em seus diferentes formatos, tornou-se objeto de análise de diversos estudiosos da obra machadiana. Aqui destacamos RONCARI, Luiz. “Machado de Assis: o aprendizado do escritor e o esclarecimento de Mariana”. *Revista Brasileira de História*, vol.25, nº 50, São Paulo, 2005, pp. 241 – 58; CAVALLINI, M. C. “Sob os chapéus”. In:_____. *Letras Políticas: a crítica social do Segundo Reinado e a ficção de Machado de Assis*. Tese de doutorado em História. Campinas, IFCH-Unicamp, 2005; MEGID, Daniele Maria. “‘Honestas, mas namoradeiras’: experiências femininas em contos de Machado de Assis”. XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH Brasil. *Conhecimento Histórico e Diálogo Social*. Natal, RN, jul. 2013 e SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos*. Op. Cit.

³¹⁸ Margarida é a personagem principal do conto “Miss Dollar”, único texto inédito na publicação dos *Contos Fluminenses* (1870). Para análises que se atentam a esse conto, ver: PEREIRA, Cilene Margarete. *Jogos e Cenas do Casamento*. Op. Cit., OLIVEIRA, Emanuelle. “Mulheres e jogos sociais em Machado de Assis”. *Chasqui*. Op. Cit.

³¹⁹ Idem. Em tradução literal: “Nada é mais perigoso que um amigo desajeitado. Melhor um franco inimigo”. A frase foi frequentemente traduzida para o português, entretanto, como “Nada há de mais perigoso que um amigo ignorante. Mais vale um sábio inimigo.” LA FONTAINE, J. de. *Fábulas completas*. São Paulo: Cultura, 1940.

mulher deveria fazer ao seu pretendente. Entre elas, perguntas sobre seus gostos culinários, suas ideias políticas e, caso o candidato fosse bem avaliado, o narrador dizia que “(...) a tua conclusão será como a tua premissa; em caso de tédio, antes um marido que nada”³²⁰. A possível conclusão da viúva diz exatamente o contrário da frase de La Fontaine. Esse movimento de utilizar uma referência literária para contradizer as opiniões do narrador marcaria a série.

Mesmo que a viúva fizesse uma avaliação prévia do candidato a novo marido, não era possível dizer que seria melhor para ela, viúva, ter um marido do que não ter. A frase de Fontaine dizia exatamente o contrário: nada poderia ser pior do que um amigo ignorante/desajeitado. Considerando que a personagem pudesse fazer uma longa avaliação a respeito da validade de escolher esse pretendente, “porque é preciso fazer correr os pregões, e tens alguns dias diante de ti, para examinar bem o homem”³²¹, ainda assim sua conclusão seria diferente do que propunha o trecho de La Fontaine. Talvez isso esteja posto dessa forma na crônica justamente porque, como apontou o narrador, a conclusão da viúva seria igual à premissa dela. A ideia inicial da jovem anunciante de procurar por um companheiro publicando texto em um periódico talvez seja o erro ao qual o narrador aludia, através da confusão criada na crônica.

Nesse ponto, algumas considerações sobre essa crônica são importantes: em primeiro lugar, o texto que originou a crônica não fora publicado na *Gazeta de Notícias*. Mas diversos outros anúncios de viúvas que procuravam por homens com justificativas variadas eram comuns no periódico. Mais tarde o próprio cronista diagnosticaria esses textos como anúncios de prostitutas camuflados no jornal³²². Além disso, Machado deixava pistas na construção de seu narrador ficcional a respeito das confusões que o personagem fazia para interpretar o mundo. Nesse caso, o narrador citava o anúncio integralmente. Se observarmos outros anúncios do período, esse difere dos demais em um aspecto: a palavra esposo.

Tais textos geralmente procuravam por um homem, um companheiro ou um senhor. As anunciantes que mais se aproximavam, diziam estar a procura de alguém

³²⁰ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 17 jul., 1892, p.1.

³²¹ *Idem*.

³²² Na crônica: “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 23 jun., 1895, p.1, o narrador discorreria sobre os anúncios da seguinte forma: “Mas o que é que não há dentro de um anúncio? Durante muitos anos acreditei que as “moças distintas, de boa educação” que pedem pelos jornais “a proteção de um senhor viúvo”, eram vítimas de ódios de família ou da fatalidade, que buscavam um resto de sentimento medieval neste século de guarda-chuvas. Como supor que eram damas nobremente desocupadas que procuravam emprego honesto? Um anúncio é um mundo de mistérios”.

para viver “como esposo”, deixando claro que, apesar da semelhança, não se trataria de um casamento de verdade. Na semana de publicação da crônica, apareceram na *Gazeta de Notícias* alguns anúncios parecidos com esse. Tratava-se de ofertas claras de prostituição, apesar do reduzido tamanho dos textos. Em poucas palavras, esses trechos explicitavam como essa forma de prostituição funcionaria: a mulher anunciava ali algumas de suas características – idade, se era instruída, se viúva ou se jovem solteira – informava que estava enfrentando necessidades financeiras e que precisava de um homem que pudesse lhe auxiliar. Ao fim, a anunciante dizia que retribuiria da forma que pudesse. Poderia ser que o interessado procurasse a *Gazeta* para conseguir uma forma de contatar a prostituta, ou ele teria que pagar por um anúncio informando que deixara também no periódico alguma forma para que ela o encontrasse. Assim, a mulher é que entraria em contato com o interessado.

Sutis, mas bastante claros, tais anúncios dividiam espaço com os de outras trabalhadoras como lavadeiras ou costureiras. Observando apenas o número imediatamente anterior à publicação da crônica, havia três anúncios que envolviam, de formas diferentes, alguma negociação que poderia ser vista como prostituição. Dentre esses, dois deles continham respostas dos interessados. Além disso, havia ainda os anúncios de homens que procuravam por mulheres, oferecendo a elas supostos comodidades financeiras:

Um homem sério, de 40 anos de idade, estabelecido no interior de Minas, deseja encontrar uma senhora, de 30 a 40 anos, branca, sem compromisso, para arranjos de casa, será tratada como sua mulher, podendo ter um bom futuro: quem estiver nos casos, pode deixar carta no escritório desta folha com as iniciais P.H. para ser procurada³²³.

Esse meio termo entre uma esposa e uma empregada doméstica que P.H. procurava, mesmo que se tratasse de moça descompromissada, era considerado imoral e ilegal no período. Tratar alguém “como sua mulher” configuraria concubinato. Dessa forma, essa possível interessada estaria abrindo mão de todos os direitos oferecidos às mulheres pelo Decreto 181, em troca dessa possibilidade de “ter um bom futuro” com o senhor P.H. Tal promessa garantiria, por exemplo, que enquanto durasse o arranjo, essa mulher não precisaria se preocupar com o próprio sustento, mas não chegava a garantir que P.H. fosse legalmente responsável por ela, como seria se fosse de fato seu marido. Todavia, é preciso considerar que as obrigações legais de uma esposa também não se

³²³ “Anúncios”. *Gazeta de Notícias*. 16 jul., 1892. p.5.

aplicariam a uma possível interessada. Ela não deveria, pelo menos legalmente, nenhuma fidelidade ao anunciante, não seria responsável por cuidar de sua residência ou zelar pela honra do falso marido. No número seguinte, a *Gazeta* informava que o anúncio do senhor P.H. obtivera resposta.

Ainda nessa edição havia também resposta a um anúncio anterior, na qual a *Gazeta* informava: “Uma senhora viúva que anunciou por esta folha precisar da quantia de 50\$, tem carta no escritório da mesma com as iniciais P.V.”. Em seguida, a *Gazeta de Notícias* reproduzia a oferta que a moça teria publicado anteriormente: “Uma moça viúva, que vive com sua família, pede ocultamente a um cavalheiro sério, que lhe empreste 50\$ que lhe pagará conforme combinarem, quem quiser fazer este favor, deixe carta no escritório dessa folha com as iniciais P.V.”. Se nos casos anteriores, as mulheres estariam se predispondo a viver com um homem, neste caso a “moça viúva” apenas pedia uma quantia (por certo menor que o que um homem gastaria com o sustento de uma mulher), em troca de um pagamento que seria combinado. Mas a moça deixava claro que já tinha com quem morar, não viveria as expensas de algum interessado, apenas teria com ele um acordo temporário.

A terceira mulher a publicar naquela edição da *Gazeta de Notícias* não teve a mesma sorte que P.H. e P.V. e não obteve resposta, ou pelo menos não teve nenhuma resposta publicada. Igual à P.V., a anunciante se apoiava no argumento de que se encontrava em necessidades às quais não poderiam ser apresentadas à sua família, que seria teoricamente a responsável por ela. A mensagem dizia:

Uma senhora chegada há pouco nesta capital, por uma infelicidade ficou desamparada com uma filha de 15 anos, se acha sem recurso para voltar ao seu país, por isso deseja encontrar um senhor viúvo, de idade, que queira unir-se para viver como casado: quem pretender, deixar carta no escritório desta folha com as iniciais A.O.C.³²⁴

Esse talvez seja o mais complexo entre os anúncios citados. A mulher procurava por um homem que quisesse “viver como casado” e, portanto, oferecia-se para cumprir os deveres de uma esposa em troca de seu sustento e da filha. Por outro lado, ao citar a idade filha, poderia ainda se tratar de lenocínio, crime previsto, pela primeira vez, no Código Penal de 1890 e que, portanto, precisava mesmo aparecer de forma disfarçada em um anúncio. De acordo com o código, ficava proibido se beneficiar da prostituição de outrem, bem como incentivar o ato, mas se prostituir não era crime e nem mesmo

³²⁴ Idem.

contratar prostitutas³²⁵. Assim, anunciar que quem estava procurando por um homem era a mãe, era uma forma de camuflar o anúncio. Além disso, o fato de dispender gastos alongando o anúncio para citar que se tivesse recurso, a anunciante voltaria para o seu país, era mais uma forma de fazer o leitor pensar em prostituição, pois naquele período a imagem das imigrantes estava sendo relacionada à prostituição pela polícia que, inclusive, deportou algumas delas³²⁶.

Esses textos não eram uma exclusividade da *Gazeta de Notícias*. No *Jornal do Comércio*, quando o anúncio analisado na crônica de 17 de setembro de 1892 apareceu, ele vinha, por exemplo, ao lado de outro com os seguintes dizeres: “Moça – Um moço de recursos, deseja auxiliar com quantia mensal, uma de qualquer cor; carta no escritório dessa folha a A.G.L.”³²⁷. Dessa forma, o cronista selecionava, entre uma gama de textos muito parecidos, um que parecia desconexo àquele espaço. Fica evidente, pelos diferentes anúncios contidos nesse curto espaço temporal, que a prostituição nos primeiros anos da República era uma prática que assumia formas distintas. As prostitutas pareciam ser mulheres de diversas origens – estrangeiras, brasileiras brancas ou de cor –, que procuravam encontrar uma forma de sustento financeiro através de encontros curtos com homens variados, ou através do acolhimento de um único senhor. Entretanto, uma mulher “distinta, de boa família, independente de meios”, como dizia o anúncio do *Jornal do Comércio*, não se parecia com as mulheres que procuravam homens naquelas páginas. Todas as outras buscavam ajuda financeira, quando não o próprio sustento.

Nos últimos anos do século XIX, a imagem das prostitutas passava a ser tema frequente de reprimenda na imprensa nacional. Esses textos não buscavam somente atingir diretamente as mulheres prostituídas, mas também outras mulheres trabalhadoras que deveriam evitar certos comportamentos (linguagem, modos de vestir, de perfumar-se) para que pudessem ser consideradas distintas das prostitutas³²⁸. A medicina social tinha alcançado seu mais alto prestígio social e servia de justificativa para leis e normas sociais que pretendiam afastar essas damas perigosas, em sua maioria pobres, do

³²⁵ SCHETTINI, Cristiana. *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

³²⁶ Idem.

³²⁷ *Jornal do Comércio*. 8 jul., 1892, p.8.

³²⁸ PEDRO, Joana Maria. “Mulheres do Sul”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006. p.305.

convívio público³²⁹. Nesse sentido, uma medicina essencialmente higienista assumia um caráter de verdadeira “polícia médica”³³⁰ e passava a perseguir mulheres pobres, enquadradas por eles mesmos nas categorias de mulheres públicas e perigosas.

Dessa forma, ao tratar da temática, Machado estava discutindo com muitos outros homens que passavam a pensar as formas de pôr fim à figura da prostituta. Todavia, o narrador oferecia o dado da condição social da anunciante, deixando perceber como a associação entre prostituição e pobreza era, no mínimo, injusta. Enquanto as discussões lidavam com a suposição de mulheres pobres que permaneciam no degenerado espaço do prostíbulo, prestando serviços sexuais a diversos homens, a prostituição real nas altas camadas da sociedade funcionava através do acolhimento de uma única mulher por um determinado homem que a sustentava – oferecendo casa, alimentação e diversos presentinhos –, enquanto durasse o relacionamento, em troca de alguns encontros sexuais³³¹.

Em setembro de 1893, quando o periódico estava empenhado, enquanto grupo, para discutir as implicações da censura florianista, bem como os impactos da Revolta da Armada, “A Semana” voltou ao tema das anunciantes. O narrador iniciou a crônica apontando que “No mesmo dia em que a imprensa anunciou o bombardeamento, duas damas anunciaram coisa diversa”³³². Cauteloso diante da tensão política do momento, Machado não deixou seu narrador voltar a falar da Armada naquele texto. O narrador então se deteve apenas sobre os dois anúncios. Para facilitar a discussão com os leitores, o cronista reproduziu os trechos publicados pelas damas citadas:

“Uma senhora séria precisa de um homem honesto que a proteja ocultamente; quem estiver nas condições” etc. Assim falou uma. Aqui está a linguagem da outra: “Uma moça distinta e bem educada precisa de um cavalheiro rico que a proteja ocultamente; carta” etc.³³³

Como era costume do narrador, ele atentava então para uma análise das palavras utilizadas pelas moças. O foco recairia sobre o verbo “proteger” e o advérbio “ocultamente”. Ao afirmar que esse tipo de anúncio “parece um ato de moças vadias, e

³²⁹ PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

³³⁰ SOIHET, Rachel. “A Conquista do Espaço Público”. In: PINSKY, Carla B., PEDRO, Joana Maria. (orgs.) *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

³³¹ DEL PRIORY, Mari. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

³³² “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 17 set., 1893, p.1.

³³³ Idem.

é uma operação econômica”³³⁴, o cronista deixava claro que tais anúncios tratavam de negociações para prostituição. Nenhum dos dois foi publicado na *Gazeta de Notícias*. Mas é possível encontrar textos que utilizavam exatamente os mesmos termos. Em janeiro do mesmo ano, constavam os seguintes anúncios: “Uma senhora com 23 anos, educada, estando muito necessitada, pede *ocultamente*, a *proteção* de um cavalheiro distinto e de posição; quem estiver nessas condições...” e, na sequência: “Uma moça de 35 anos, viúva, bem educada, precisa da *proteção* de um senhor de idade, pessoa muito séria, que a proteja muito *ocultamente* com a quantia de 150\$ mensais...” [grifos meus]³³⁵. O último talvez seja o anúncio mais evidente, por citar a quantia. Todavia, os textos pedindo proteção masculina foram frequentes, não somente na *Gazeta de Notícias*, como em outros periódicos de grande circulação como o *Jornal do Comércio* ou *O Paiz*.

Esses anúncios, menos sutis do que os anteriores, evidenciavam que não havia muita preocupação em esconder a prostituição. Não se tratava de um crime e, mesmo que fosse malvista, fazia parte das sociabilidades brasileiras há muito tempo. Se em 1892, o narrador se deteve sobre os mecanismos linguísticos para disfarçar a prostituição, em 1893 ele já era bem mais direto ao falar do assunto. Entretanto, como era de seu feitio, novamente se fixava em uma análise da linguagem. Sobre o verbo destacado, o cronista dizia:

O amor antigo era simples proteção. Em vez da sociedade em comandita, a que a civilização o trouxe, com lucros iguais, era um ato de domínio do homem e de submissão da mulher. (...) Agora, que a revivescência seja puramente verbal, como tantas outras coisas, que apenas valem pelo nome, é o que não contesto.³³⁶

Assim o narrador explicava que as moças que buscavam proteção na verdade seriam sustentadas por seus protetores em troca de que se manterem sexualmente disponíveis a eles. Além disso, a comparação entre o significado antigo do amor com o atual demonstra a forma como o narrador via as relações entre homens e mulheres. O antigo era domínio do homem sob a submissão feminina, o atual seria uma sociedade em comandita, ou seja, uma negociação comercial e, mais importante, com lucros iguais. Dessa forma, o narrador dizia que, as relações entre protetores e protegidas eram, na verdade, horizontais e igualitárias. Para finalizar seu argumento, defendia ainda que

³³⁴ Idem.

³³⁵ “Anúncios”. *Gazeta de Notícias*. 25 jan., 1893, p. 4.

³³⁶ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 17 set., 1893, p.1.

o valor da escrita das anunciantes estava no nome, no caso, no verbo “proteger”, pois ele mesmo não poderia discordar que reviver tal significado para o verbo não podia fazer com que as práticas fossem revividas também da mesma forma antiga. Assim o narrador assumia que, por mais que admirasse as formas antigas de lidar com o amor, elas estavam ultrapassadas e, naquele fim de século, as relações entre homens e mulheres, ao menos para ele, eram de igualdade.

No que dizia respeito ao advérbio, entretanto, a conclusão do cronista era outra. O narrador argumentava que os homens que se envolviam com essas mulheres estavam sendo prejudicados na relação, justamente por causa do advérbio “ocultamente”. Por mais que a ideia de que esconder a proteção de um senhor parecesse recato, o protetor ficava impedido de se gabar aos outros homens a respeito da sua relação com a moça. Quando ela fosse admirada por outros rapazes, o protetor nada poderia dizer. Dessa forma, o narrador descrevia como se davam as relações entre essas mulheres e os homens que respondiam aos anúncios: em primeiro lugar, eram relações secretas e, em segundo lugar, ofereciam sustento das moças.

Exigir que a proteção ocorresse de forma oculta era uma necessidade face aos muitos problemas enfrentados pelas prostitutas para evitar as investidas policiais. Controlar a prostituição era, tanto uma questão de higienizar as ruas, como também uma demanda política baseada nos preceitos científicos ditos modernos. Mesmo não havendo legislação que punisse a prostituição, muitas ações policiais foram orientadas no sentido de reprimir essas mulheres. De forma violenta, a polícia expulsou diversos imigrantes do país, corroborando para a noção de que o que acontecia nas ruas do Rio de Janeiro era um caso de associação criminosa de pessoas não pertencentes ao país³³⁷. Essa ideia era importante para defender que a identidade brasileira, tanto em formação, como em disputa, não era ligada a práticas consideradas imorais.

Na crônica, o narrador comparava as duas “moças vadias”, como ele mesmo havia dito, defendendo que a diferença entre elas estava nas aspirações econômicas. A primeira delas não exigia “mais que amor e mistério; [era] uma necessitada do coração, e da vida; contenta[va]-se com beijos, vestido e prato”³³⁸. Ou seja, seria uma mulher simples a qual bastava o sustento como moeda de troca na tal “sociedade em comandita” que era a relação entre homens e mulheres. Dessa forma, o narrador fazia

³³⁷ SCHETTINI, Cristiana. *Que tenhas teu corpo*. Op. Cit.

³³⁸ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 17 set., 1893, p.1.

supor, que essa era a permuta justa: um homem oferecendo sustento e uma mulher oferecendo sexo.

Já a segunda anunciante, que pedia que o seu protetor fosse um homem rico, poderia requisitar de seu parceiro diversos luxos, como carros de passeio, vestidos caros, joias e dinheiro para frequentar eventos sofisticados. Os outros homens, diante dessa mulher graciosa e desacompanhada, ficariam fascinados. Logo tal dama seria assunto nas rodas de conversa masculinas e quando o seu protetor soubesse, ainda assim teria que manter segredo. Para o narrador, esse era o “problema” enfrentado pelos homens nesse tipo de relação. Uma mulher bem educada, que ganhasse presentes caros de seu protetor, por certo ia querer frequentar a alta sociedade com seus adornos, o que, devido ao caráter secreto da relação, deixaria o amante enciumado.

Ao analisar esse texto, é preciso observar que a beleza feminina, no mundo público, constitui um capital simbólico. A partir dele, as mulheres poderiam negociar com o sexo masculino. Ao homem rico, ostentar a beleza da amante é uma forma de glorificar a própria masculinidade. Michelle Perrot, ao falar sobre as exigências sociais apresentadas para as mulheres no mundo público, apontou que “a mulher é o espetáculo do homem”³³⁹. Esse senhor que, ao bancar a amante, se enciumava com o olhar dos outros homens diante da beleza e dos luxos que ele oferecia àquela mulher, nesse sentido, desejava exibir esse capital simbólico. Não era novidade na obra de Machado lidar com essa temática³⁴⁰.

Assim, o narrador machadiano lidava com um dos possíveis papéis sociais das senhoras de classe alta: a mulher rica serviria de representação do poder masculino nos espaços públicos. Entretanto, para tal, o narrador mobilizava a prostituta como personagem a encenar esse papel. Dessa forma, não somente o narrador escolhia tratar um assunto polêmico, mas escolhia também um recorte específico dentro da temática da prostituição. Nas duas crônicas, ele falava das prostitutas das classes altas. Mas enquanto senhores ricos mantinham casas luxuosas para suas amantes, e frequentavam

³³⁹ PERROT, Michelle. “Os silêncios do corpo da mulher”. In: DE MATOS, Maria Izilda Santos; SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003, p. 14.

³⁴⁰ Em “A Mulher de Preto” (1868), por exemplo, o jovem Dr. Estevão se mostrava decepcionado com as mulheres, porque estava habituado a um tipo de senhora que era apenas poderia “ser um esplêndido ornamento de salão”. A mesma aceção de mulher como enfeite de salão apareceu também em “O Segredo de Augusta” (1868). Já em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, para Daniele Megid, isso acontecia em um momento em que as famílias estavam se abrindo para novas sociabilidades nas altas classes. Dessa forma, a imagem de mulheres como adornos para os maridos em momentos de interação social seria criticada por Machado em diversas obras. Ver: MEGID, Daniele Maria. *À roda de Brás Cubas*. Op. cit, p. 65.

os quartos dos hotéis requintados da Rua do Ouvidor acompanhados de prostitutas francesas, havia também outros tipos de prostituição.

O narrador se recusava a falar dessas outras mulheres, que como a primeira anunciante da crônica de 1893, contentavam-se com beijos, prato e vestido. Imigrantes brancas, bem como brasileiras pobres e mestiças ocupavam, em troca de exorbitantes aluguéis, as janelas dos antigos casarões das ruas centrais do Rio de Janeiro, deixando visível ali uma imagem que não combinava com os ideais modernos de progresso almejados pela República³⁴¹. Ao optar por não falar desses casos, o narrador desafiava a moralidade vigente, que se preocupava com a imagem que essas mulheres criavam, sem notar que práticas muito parecidas ocorriam também nas classes altas.

Todavia, quando as discussões sobre prostituição tornaram-se pauta dos legisladores, o narrador não se furtou de comentar os fatos. Ao definir o amor como “a mais profunda sensação da vida e o mais belo espetáculo do universo”, ele dizia que não se deveria permitir que o amor “se corrompa, que se desvirtue, que se acanalhe. Onde e quando não for possível tolher o mal, é necessário acudir-lhe com a lei, e obstar à inundação pela canalização”³⁴². Como, de toda forma, a prostituição já existia, para o narrador, era preciso que se legislasse sobre. Tal comentário referia-se aos discursos proferidos pelo higienista Dr. Capelli³⁴³.

O narrador se mostrava ironicamente encantado com o vasto conhecimento histórico apresentado pelo legislador, que havia proferido extenso discurso analisando histórias clássicas de amor, bem como antigas narrativas sobre prostituição. Dois momentos do discurso, entretanto, ganharam atenção especial do cronista, o primeiro foi o que apresentava as causas da prostituição. É necessário observar a criteriosa escolha da ordem em que o narrador apresentava as possíveis motivações da prostituição.

A primeira é a própria constituição da mulher. Segue-se o erotismo, e a este propósito cita o célebre verso de Hugo: *Oh! n'insultez jamais*

³⁴¹ SCHETTINI, Cristiana. *Que tenhas teu corpo*. Op. Cit., p. 28.

³⁴² “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 21 out., 1894, p.1.

³⁴³ João Baptista Capelli foi intendente no 1º Conselho Municipal do Rio de Janeiro durante a publicação da série. O narrador já estava habituado a lidar com os projetos do higienista nas crônicas. Em 5 de março de 1893, citara a discussão do Conselho sobre as atribuições necessárias para as trabalhadoras dos jardins de infância. Em 1 de abril de 1894, o cronista citava a tentativa do intendente de criar uma comissão municipal de higiene. Reconhecido pela grande quantidade de projetos apresentados, Capelli tentou legislar sobre temas como a secagem de roupas em espaços públicos, lotação máxima dos cortiços, proibição de construção de estalagens na cidade. Todos esses temas geravam polêmica na imprensa, pois oscilavam entre uma defesa da ciência como fundamento do progresso e uma invasão das esferas privadas por instituições públicas. Para uma discussão profunda sobre os impactos das políticas higienistas no Rio, ver: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro, 7Letras, 1994.

une femme qui tombe! Vem depois a educação, e explica que a educação é preferível à instrução... O luxo e a vaidade são as causas imediatas. A escravidão foi uma. Os internatos, a leitura de romances, os costumes, a mancebia, os casamentos contrariados e desproporcionados, a necessidade, a paixão e os D. Juans.³⁴⁴

Como era costume do narrador, a crônica dizia diretamente uma coisa, mas trazia uma referência que fazia o leitor deduzir o contrário. A seleção dos trechos do discurso do intendente era utilizada para demonstrar a inconstância – e até a contradição – dos seus argumentos. A primeira frase do trecho acima, amplamente apoiada por justificativas consideradas científicas e de cunho médico, é oposta ao poema de Victor Hugo. O trecho em francês, que dava título a um poema publicado no livro *Os cantos do crepúsculo*, de 1835, falava justamente sobre não culpar a mulher pelo ato da prostituição, uma vez que muitas mulheres que “caíam”, o faziam para enfrentar necessidades financeiras³⁴⁵. O poema, famoso no Brasil³⁴⁶, ainda trazia, na segunda estrofe, um real culpado para a “queda” dessas mulheres: “*la faute en est à nous; à toi, riche! à ton or!*”, ou, em português, “a culpa é nossa; é sua, rico! do seu ouro”. Ou seja, no texto francês, a responsabilidade da prostituição, ao contrário de ser oriunda da constituição feminina, era produto dos homens, como o autor deixava claro, em primeira pessoa. E, em especial, a responsabilidade era dos homens ricos.

Em seguida, o autor citava outro ponto polêmico do discurso de Capelli. A educação seria, para o intendente, uma das causas da prostituição. Considerava-se como educação toda qualidade de convenções e regras sociais ensinadas com a finalidade de formar moralmente um indivíduo e instrução como formação intelectual e, até mesmo, escolar³⁴⁷. Dessa forma, Capelli condenava as duas práticas, indo contra tudo o que havia de novidade nas discussões sobre papel social da mulher no Brasil. Enquanto o tema ganhava corpo nas discussões da imprensa e da intelectualidade brasileira³⁴⁸,

³⁴⁴ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 21 out., 1894, p. 1.

³⁴⁵ O poema segue, em tradução literal, dizendo que: “Quem sabe a que fardo a pobre alma sucumbe! Quem sabe quantos dias com fome lutou!”.

³⁴⁶ Ver: CALLIPO, Daniela Mantarro. “Marion e Marocas: a redenção da cortesã por amor em Victor Hugo e Machado de Assis”. *Fragmentos: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras*, v. 33, 2008. Além de indicar a recepção dos *Cantos do Crepúsculo* no Brasil, a autora indica como Machado fez referências à obra de Victor Hugo ao lidar com a temática da prostituição no conto “Singular Ocorrência” (1883) e em outros textos.

³⁴⁷ Para uma discussão aprofundada sobre a diferença entre os termos, ver: JINZENGI, Mônica Yumi. *Cultura Imprensa e Educação das Mulheres no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

³⁴⁸ Diversos periódicos organizados por mulheres discutiam a importância da educação feminina, livros e revistas eram publicados por autoras para falar sobre o tema e até mesmo homens consagrados e reconhecidos na literatura e na imprensa se detinham sobre a função das mulheres para a jovem República. Embora não houvesse qualquer consenso sobre educação ou instrução das brasileiras, já era

Capelli ignorava os debates e condenava quaisquer avanços femininos no âmbito da educação, salientando ainda que via como pior a chamada instrução.

Segundo essa lógica, as mulheres que se aventuravam em aprender ofícios, ou mesmo aquelas que dedicavam tempo à literatura ou a outras artes, eram consideradas mais propensas à prostituição. O que o intendente fazia era colocar sob um mesmo julgo tanto as mulheres trabalhadoras, que davam os primeiros passos na formação profissional, como as mulheres das classes altas que se interessavam por arte, literatura ou teatro. O legislador ainda levantava como causas “o luxo e a vaidade”³⁴⁹, evidenciando que, para ele, a imagem da mulher prostituída era a de uma dama de classe alta, cercada de opulência. Para atender aos seus suntuosos desejos superficiais, essas mulheres que Capelli imaginava escolhiam a prostituição.

Novamente é preciso atentar para a malícia do narrador ao enumerar os motivos que teriam sido apresentados no discurso proferido no Conselho. Na sequência, após falar sobre a ostentação das prostitutas, o narrador colocava, na boca de Capelli, a escravidão como um motivo. De que forma se poderia relacionar as ex-escravas e as descendentes dessas mulheres ao luxo e à vaidade anteriormente citados? Ao aludir a essas mulheres, o narrador reforçava o argumento do poema de Victor Hugo, o de que a prostituição era fruto não da ânsia por requinte, mas das necessidades financeiras cotidianas na vida de uma mulher pobre.

A última frase causava ainda mais confusão. Enumerando oito novos motivos que o intendente municipal teria apresentado no discurso, o cronista demonstrava mais uma vez a inconstância dos argumentos de Capelli. De um lado, estavam instituições educacionais e a leitura de romances – que somavam ao já citado argumento da educação e da instrução –; os costumes, argumento geral, que poderia se referir a qualquer coisa; os casamentos contrariados e desproporcionados, que estavam sendo amplamente discutidos na *Gazeta de Notícias*, como argumento favorável ao divórcio, no momento sendo discutido no Senado; a necessidade, argumento parecido com o da escravidão e que, cumpre reconhecer, contrariava a noção de que a constituição feminina era favorável à prostituição ou de que as mulheres se prostituíam por amor ao luxo e; por último, a paixão e os Don Juans. Esse último era o único motivo apresentado

ideia corrente que havia necessidade de debater as novas possibilidades, especialmente diante da necessidade da implementação da mão-de-obra livre no país. Ver, sobre as discussões acerca dos direitos femininos na imprensa: BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Imprensa Feminina*. Editora Ática, 1986.

³⁴⁹ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 21 out., 1894, p. 1.

pelo intendente que, de alguma forma, relacionava a prostituição com o sexo masculino. Até então, era possível supor que em nada os homens tinham ligação com a prática. E, no projeto de Capelli não havia qualquer previsão de sanções a serem aplicadas aos homens que contratassem prostitutas. Assim, o lenocínio seria crime, a prostituição seria duramente regulada, mas os homens que se envolviam com mulheres nessa situação continuariam imunes a controle estatal.

Havendo tantas causas presentes no discurso do intendente, era de se esperar que o projeto que planejava regular a prostituição fosse capaz de lidar com todas elas. Todavia, o texto contava com cinco pequenos e superficiais artigos que apenas garantiam que médicos e agentes públicos obrigar as prostitutas a se submeterem a exames e, tentava obrigar essas mulheres a se comportarem de forma a não serem notadas nos espaços públicos. Assim, Capelli tentava defender a imagem de cidade moderna que o Rio de Janeiro tentava criar na virada do século. Da mesma forma que condenou as populações dos cortiços e tentou impedir até mesmo que os pobres deixassem suas roupas para secar ao sol, objetivando salvaguardar a imagem de modernidade e de progresso da cidade, Capelli agora defendia formas autoritárias de controle da prostituição.

O projeto previa que a cada uma ou duas semanas, o diretor municipal de higiene deveria encaminhar comissários para realizarem exames médicos n"essas infelizes mulheres que nesta capital se entregam ao degradante vício da prostituição pública"³⁵⁰. O referido exame seria feito para averiguar possíveis doenças contagiosas. Numa clara alusão às buscas policiais nos setores reconhecidos como pontos de prostituição, o texto ainda dizia que o agente municipal deveria ter uma relação, na medida do possível, das moradias das mulheres "reconhecidamente desse quilate". O médico deveria emitir laudo escrito sobre os tais exames³⁵¹. A linguagem da própria lei é degradante para as prostitutas. A aplicação só poderia ser de extrema violência, afinal, quem seria o responsável por reconhecer quais eram as prostitutas? E ainda pior, como seriam feitos os exames das mulheres que resistissem?

Além disso, ficava proibido que as residências das prostitutas tivessem "sinais de ostentação ou indícios que, de qualquer forma, chamem a atenção pública", sob pena de

³⁵⁰ *Gazeta de Notícias*. 18 out., 1894, p.1.

³⁵¹ *Idem*.

multa de 100\$ e o dobro a cada reincidência³⁵². Sendo as prostitutas as únicas pessoas a sofrer sanção de acordo com o projeto, elas ainda ficariam responsabilizadas por impedir que os locais de prostituição chamassem a atenção pública. O texto subjetivo da lei não era fruto de uma incompetência do legislador. Ao contrário disso, essa forma abstrata do projeto, garantiria que a polícia decidisse de que forma aplicar a lei, escolhendo arbitrariamente quais pessoas poderiam ou não sofrer punições.

Na crônica, o segundo momento do discurso do intendente que havia conquistado a atenção do narrador foi a apresentação das possíveis soluções para a prostituição. Capelli teria apontado apenas quatro: “a educação da mulher, a proibição legal da mancebia, o divórcio e a regulamentação da prostituição pública”³⁵³. Igualmente passíveis de diferentes interpretações, as respostas que o intendente municipal propunha para a questão da prostituição eram superficiais. O divórcio era discussão ainda em processo no Senado brasileiro e a criação de sanções para a mancebia costumava ser um tema discutido em conjunto. A educação da mulher, nas palavras do intendente, tanto eram motivo quanto solução. Dessa forma, só era possível saber que Capelli propunha uma educação diferente do conceito de instrução. Já a regulamentação da prostituição, longe de solucionar o problema, parecia ser uma medida tomada para que os poderes estatais pudessem perseguir algumas mulheres envolvidas com a prática. Para o narrador, duas dúvidas eram possíveis, sendo que a primeira – a aprovação do projeto – provavelmente tinha resposta positiva, mas o segundo questionamento, que encerrava a crônica, ficava para o leitor tirar suas próprias conclusões: “Será cumprido?”³⁵⁴. A inocente indagação do cronista, escondia outras perguntas. Afinal, será que os quartos de hotéis da Rua do Ouvidor seriam considerados locais com “sinais de ostentação”? As mulheres que, como as anunciantes de 1893, se amparassem em senhores ricos, teriam suas casas confortáveis invadidas e seriam submetidas a exames médicos constrangedores?

A regulamentação de atividades consideradas femininas estava sendo discutida não somente no que tangia à prostituição, mas também em relação ao trabalho doméstico. Esse tema seria trabalhado na série de uma forma que nos auxiliará a compreender os argumentos do narrador acerca da atuação do Conselho Municipal. O narrador, aproveitador que era, defendia o projeto por acreditar que seria beneficiado. O

³⁵² Idem.

³⁵³ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 21 out., 1894, p.1.

³⁵⁴ Idem.

cronista dizia que, se houvesse necessidade de se dedicar a um trabalho menor, escolheria o ofício de jardineiro, mas que como era ele ainda o patrão, defenderia o projeto, que só poderia ser positivo para os empregadores:

Enquanto, porém, não me chega o infortúnio, quero o regulamento, que é muito mais a meu favor do que a favor do meu criado. Na parte em que me constrange, não será cumprido, porque eu não vim ao mundo para cumprir lei, só porque é lei. Se é lei, traga um pau; se não traz um pau, não é nada.³⁵⁵

Deixando claro que ocupar tais ofícios, para um homem de classe média como ele, seria azar, o narrador explicitava, com novo argumento, o quanto os projetos do Conselho estavam sendo excludentes. É importante salientar que, enquanto as discussões no periódico apontavam as trabalhadoras domésticas – lavadeiras, arrumadeiras, cozinheiras, criadas, etc. –, a série utilizou apenas personagens masculinos para argumentar sobre o projeto – o próprio narrador e o criado José Rodrigues –. As regulamentações, quando versavam a respeito dos trabalhadores, previam sanções como multas e prisões, bem como violentos controles estatais, através de exames médicos invasivos e obrigatórios. Mas quando se tratava de regulamentar a atuação do patrão, a lei não trazia “um pau”, nas palavras do narrador, ou seja, não previa qualquer forma de penalidade que atingisse ao patrão. Como o próprio narrador argumentava, os empregadores dificilmente cumpririam a lei, caso não fossem obrigados.

Assim sendo, o Conselho Municipal parecia servir mais para atender os interesses das elites do que de fato regulamentar as relações de trabalho ou a higiene. Todavia, não somente o conselho era palco de disputas, como também o era a imprensa. Entre as discussões municipais que se tornaram tópicos de discussão na *Gazeta de Notícias*, o trabalho feminino parecia interessar particularmente o narrador. Apesar da forma como os periódicos tratavam a questão do trabalho das mulheres brasileiras, há muito as mulheres saíam de suas casas e enfrentavam não somente os espaços públicos, como os perigos das casas dos patrões, para conseguir sustento financeiro.

De um lado as discussões higienistas versavam sobre relações íntimas e sobre o domínio do privado, atingindo questões como a saúde dos corpos envolvidos com a prostituição ou o caráter das relações profissionais dentro das residências. No lado oposto, estava a rua, o mundo público. Se há muito as mulheres pobres já lidavam com

³⁵⁵ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 9 abr., 1893, p.1.

ela, o final do século XIX parecia um momento de tentar, de alguma forma, organizar esse espaço para o progresso. No dia 16 de abril do mesmo ano o narrador falava sobre os quiosques de vendas do Rio de Janeiro. O Conselho Municipal tentava criar norma para proibir a existência dos quiosques.

Logo que os quiosques penetraram aqui, foi nosso cuidado perguntar às pessoas viajadas a que é que os destinavam em Paris, donde vinha a imitação; responderam-me que lá eram ocupados por uma mulher, que vendia jornais. Ora, sendo o nosso quiosque um lugar em que um homem vende charutos, café, licor e bilhetes de loteria, não há nesta diferença de aplicação um saldo a nosso favor? A diferença do sexo é a primeira, e porventura a maior; a rua fez-se para o homem, não para a mulher, salvo a rua do Ouvidor.³⁵⁶

As comparações entre Brasil e França foram frequentes na obra de Machado ao lidar com temas que concerniam ao papel social das mulheres. Citar o papel das mulheres na Revolução Francesa, comentar obras de autoras francesas ou mesmo a atuação das francesas na política e as teorias sociais que apoiavam o papel da mulher na França foi comum durante toda a carreira do autor³⁵⁷. Dessa vez, o literato colocava, na pena de seu narrador, uma comparação que parecia ser favorável ao Brasil. Na França, as mulheres ocupavam esse posto de trabalho diretamente ligado com a constituição da imagem da rua francesa como espaço público moderno. No Brasil, esse papel cabia a um homem que, em sua opinião, ocuparia melhor tal local, uma vez que a rua teria sido feita para o homem. Mas se o argumento se iniciava excluindo as brasileiras da esfera pública, o adendo apresentado pelo narrador era ainda pior: excetuava-se a Rua do Ouvidor. Reconhecido espaço de interação social das camadas médias do final do século, essa rua, nas palavras do narrador, poderia ter sido feita também para as mulheres, já que se tratava de um espaço frequentado por pessoas de classes média e alta, distante de toda prática considerada imoral. Assim, o narrador resumia toda a atuação feminina na esfera pública à frequência das senhoras brasileiras em locais de recreação.

Todavia, apesar do tom moralizante do argumento do narrador, cumpre reconhecer que, mais uma vez, a crônica oscilava entre dois pontos de vista distintos e

³⁵⁶ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 16 abr., 1893, p.1.

³⁵⁷ Para citar apenas referências nas quais o autor discutia o papel feminino na política, além das já citadas referências à feminista George Sand na série “Bons dias”, Machado também referenciou a mesma autora no conto “Miss Dollar” (1870). Na primeira série de crônicas, “Comentários da Semana”, o literato já utilizava o pseudônimo Gil para referenciar o francês Eugênio Pelletan a respeito do papel político das mulheres nas repúblicas.

contraditórios. Mesmo ciente da importância do progresso e da necessidade de modernizar a cidade, o narrador lamentava o fim dos quiosques no Brasil, evidenciando sentir falta de um tempo passado, em que a rua carioca era outra: “(...)lá vão os quiosques embora. Assim foram as quitandeiras crioulas, as turcas e árabes, os engraxadores de botas, uma porção de negócios da rua, que nos davam certa feição de grande cidade levantina”³⁵⁸. Se a rua não havia sido feita para as mulheres, ao mesmo tempo o narrador se via saudosos das trabalhadoras que já não faziam mais parte das paisagens cariocas.

Em seguida, ao apresentar o argumento do Conselho, que definia que os quiosques não eram adequados a uma cidade que se pretendia política e moderna, o narrador concluía que “vão-se os quiosques, e valha-nos o conselho municipal”³⁵⁹. Dessa forma, a conclusão da crônica parecia apontar para as dúvidas quanto à capacidade do Conselho de realmente transformar o Rio numa cidade tão moderna e política como os discursos dos intendentos pretendiam. Diversas características históricas da capital brasileira estavam sendo apagadas da cidade com a justificativa da busca pelo progresso. O narrador argumentava que, em virtude de todas as transformações que o Conselho programava, só restava confiar nele, já que o Rio de Janeiro que ele saudava ia ficando para trás.

Em 1895, o narrador dedicaria nova crônica às trabalhadoras das ruas cariocas. O texto tratava da prisão de duas “feiticeiras” que, portando objetos considerados inerentes à feitiçaria – aves mortas, moedas, roupa íntima velha, arroz, feijão, farinha, açúcar, sal e milho em saquinhos, penas e cabeças de frango – haviam sido presas e, se tornaram notícia na imprensa. Como de costume, o que conquistou a atenção do narrador foi um fato secundário e ligado à questão financeira.

Uma delas, porém, chamada Umbelina, trazia no bolso não menos de quatrocentos e treze mil-réis. Eis o ponto. Peço a atenção das pessoas cultas. Nestes tempos em que o pão é caro e pequeno, e tudo o mais vai pelo mesmo fio, um ofício que dá quatrocentos e treze mil-réis pode ser considerado delito? Parece que não. Gente que precisa comer, e tem que pagar muito pelo pouco que come, podia roubar ou furtar, infringindo os mandamentos da lei de Deus. Tais mandamentos não falam de feitiçaria, mas de furto. A feitiçaria, por isso mesmo que

³⁵⁸ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 9 abr., 1893, p.1.

³⁵⁹ Idem.

não está entre o homicídio e a impiedade, é delito inventado pelos homens, e os homens erram.³⁶⁰

Machado parecia estar utilizando o espaço da série para travar algum tipo de discussão com o Conselho Municipal. Se alguns homens erravam, no caso específico, o narrador estava falando dos intendentess, que tentando legislar sobre os ofícios das classes populares acabavam criminalizando as práticas mais comuns. O cronista criticava ainda o fundo religioso por trás da condenação das feitiçeiress: “A psicologia do código é curiosa. Para ele, os homens só creem aquilo que ele mesmo crê; fora dele, não havendo verdade, não há quem creia outras verdades”³⁶¹. Dessa forma, o narrador trazia a tona uma discussão muito cara para a *Gazeta de Notícias*. Desde o início da série, diversas foram as colunas que relembravam a importância da laicização do Estado brasileiro. A Igreja tentava manter algo do poder que lhe fora atribuído pelo império, mobilizando todas as forças que tinha. Entretanto, o periódico fazia questão de lembrar, a cada discussão legislativa, da importância de frear essas práticas.

O narrador, em seu costumeiro egoísmo, criticava o fato do Conselho Municipal se apoiar em preceitos católicos, porque dessa vez, a lei estava em desacordo com seus interesses. A defesa das feitiçeiress era motivada, nas didáticas palavras do narrador, “por estar doente, e com grandes desejos de acudir à feitiçaria, é que me dói (sempre o interesse pessoal!) a prisão das duas mulheres. Talvez a moeda de dez réis me desse saúde, não digo uma só moeda, mas um milhão delas”.

Como havia ainda o argumento de que a proibição da feitiçaria visava impedir que o povo fosse enganado, o narrador encerraria a crônica com uma comparação provocadora. Para ele, a feitiçaria não seria diferente dos “bichos de Vila Isabel”, aludindo ao jogo do bicho, que virara tema recorrente na imprensa. O jogo era tão – ou até mais – enganador para a população do que a feitiçaria e o Conselho não estava se ocupando em torná-lo crime.

Importante destacar que, boa parte das vezes, as discussões nas câmaras e na imprensa vinham carregadas de tom moralizante, evidenciando que ali repousava um interesse dos patrões em se manter a salvo da imagem de degradação moral e contravenção associada à pobreza no Brasil³⁶². Os políticos brasileiros, entre eles os

³⁶⁰ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 10 mar., 1895, p. 1.

³⁶¹ Idem.

³⁶² Ver: GARZONI, Lericce de Castro. “‘Escravidadas’: trabalho doméstico, gênero e metáforas da servidão”. In: _____. *Arenas de combate: gênero e direitos na imprensa diária*. (Rio de

intendentes cariocas, eram homens das classes altas e defendiam seus interesses em muitas das discussões. Apesar da crescente luta feminina por direitos, esses homens não deixaram de tentar defender seus pontos de vista. A depender do Conselho, toda a sorte de atividades feitas pelas classes baixas deveria ser regulamentada. É evidente que as mulheres não ficariam fora desse controle. O que importa aqui é reconhecer não somente que mulheres reais, de diversas classes sociais, mantinham-se atuando na esfera pública da forma como preferiam, mas também que sua atuação, mesmo que rigidamente controlada pelo Estado, ganhava destaque em grandes veículos de comunicação.

3.3. Desejo e violência

Na imprensa, a maior evidência das tentativas de controlar o acesso feminino aos espaços públicos está na insistência em narrar os perigos que a rua oferecia para as mulheres. Assassinatos e suicídios poderiam exemplificar os resultados da insistência feminina em fazer parte da esfera pública. A rua se mostrava, a quem lesse apenas os jornais, como um local perigoso onde moças eram degoladas sem qualquer explicação e sofriam a perseguição de pretendentes impudicos. Longe da proteção dos lares, as moças e as mulheres poderiam se envolver com tipos perigosos e, quando sua honra fosse completamente destruída, muitas vezes restaria apenas a opção do suicídio. Essas notícias (e o tom moralizante nelas utilizado) foram temas muito queridos para o narrador d'"A Semana".

Durante o período de publicação da série, não faltaram, na *Gazeta de Notícias*, colunas que narrassem situações violentas envolvendo mulheres. Enquanto senhoras da classe alta corriam perigo ao confiar nos conhecimentos científicos dos médicos e boticários, mulheres pobres morriam na cadeia, evidenciando o despreparo estatal³⁶³. Entretanto, os maiores perigos publicados estavam nas relações românticas. Amantes, namoradas e esposas pareciam correr, todas elas, riscos iguais. As condições de mulher casada ou de mocinha solteira que vivia sob o cuidado do pai protegiam mulheres do

Janeiro, início do século XX). Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2012. A autora, que trabalha com temporalidade um pouco posterior, destaca, no capítulo destacado, a forma como as discussões legais sobre as possibilidades de trabalho feminino foram pautadas, grande parte das vezes, por interesses dos possíveis empregadores e, através de argumentos higienistas e racistas que eram, no período, considerados científicos.

³⁶³ No mês de maio de 1896, a série analisou os dois casos. Na edição do dia 17, o narrador tratava do erro do boticário e no número posterior da morte de uma mulher na cadeia. Ambos casos não continuam conclusão. "A Semana". *Gazeta de Notícias*. 17 mai., 1896, p.1 e 21 mai., 1896, p.1.

juízo moral, mas não das agressões, injúrias e hostilidades masculinas. Entre abril e dezembro de 1892, por exemplo, houve três notícias de mulheres que haviam se tornado vítimas de seus companheiros.

A primeira delas tratava do julgamento de um crime ocorrido no ano anterior. Em 11 de julho, a *Gazeta de Notícias* informava que o bengaleiro João Bello “assassinou com um tiro de revólver, num campo de Lordello do Ouro, a costureira com quem entretinha relações amorosas”³⁶⁴. Mesmo sem sabermos se era uma namorada, amante ou esposa, a coluna terminava contando que João havia sido condenado 8 anos de prisão e 12 de degredo em frente ao que a *Gazeta* chamou de extraordinária “concorrência de espectadores”³⁶⁵.

Notícias de crimes recentes recebiam narrativas mais detalhadas. Em setembro, do mesmo ano, na primeira página do periódico constava o seguinte texto: “Em Rio Claro, no dia 31, o indivíduo conhecido por João Pacca assassinou a bordoadas sua mulher. Não satisfeito de lhe esmigalhar o crânio, o assassino ainda quebrou-lhe uma perna. O miserável foi preso em flagrante”³⁶⁶. O tom sanguinário da coluna se repetia na *Gazeta* quando se tratavam de vítimas do sexo masculino. A condenação aos assassinatos também era uma constante, independente de tratar-se de crimes considerados passionais ou não. Uma exceção ocorreu nessa mesma edição, quando ao narrar um crime, o periódico tentou se manter isento, evidenciando apenas o ocorrido, sem publicar juízos de valor sobre o assassino:

Ontem, às 9 horas da manhã, Fredesvindo Cardoso, de cor preta, de 55 anos presumíveis, residente em Campo Grande, armado de uma foice, assassinou sua mulher Rita Maria da Conceição, tentando em seguida suicidar-se. Declarou Fredesvindo que matara sua mulher por lhe ser a mesma infiel. O assassino, cujo estado é muito grave, foi remetido para o hospital da Misericórdia. Os médicos da polícia seguem hoje para Campo Grande a fim de autopsiarem o cadáver.³⁶⁷

Ao comparar a narrativa das duas notícias a diferença é gritante. Na primeira o assassino é julgado diretamente. O pequeno texto não somente afirma a culpa, como a vilania do indivíduo que matou a própria mulher. A vítima, portanto, aparece como a figura da esposa. O “miserável” João Pacca, entretanto, foi tratado de forma completamente diferente de Fredesvindo. A imagem de um assassinato feito a foice não

³⁶⁴ *Gazeta de Notícias*. 11 jul., 1892, p.2.

³⁶⁵ *Idem*.

³⁶⁶ “São Paulo”. *Gazeta de Notícias*. 5 set., 1892, p. 1.

³⁶⁷ “Assassinato e tentativa de suicídio”. *Gazeta de Notícias*. 5 set., 1892, p.1.

é menos brutal do que a do mesmo crime sendo cometido a bordo das. A diferença, entretanto, está na motivação. Um deles se justificou pela suposta infidelidade da mulher e, mesmo que muitos assuntos tidos como domínio do privado tenham virado assunto na *Gazeta de Notícias* durante aqueles anos, esse parece ter sido um limite.

Essas notícias, que haviam ocupado espaços privilegiados do jornal, não conquistaram a atenção do cronista. Mesmo que consideremos que foram apenas três assassinatos noticiados no primeiro ano da série, é preciso pensar também que estes tiveram repercussão na *Gazeta*. Além disso, houve, ao todo, 32 notícias de homicídios naquele ano e nenhuma delas se tornou também matéria-prima das crônicas. A maioria dessas colunas envolvia apenas homens, tanto como vítimas quanto acusados. Sendo principalmente notícias sobre confusões entre trabalhadores³⁶⁸, vizinhos³⁶⁹ ou membros da mesma família³⁷⁰. Tais colunas tratavam da população brasileira pobre e apresentavam uma narrativa quase literária na qual os crimes eram detalhadamente descritos e comentados. Esse parece um tipo de coluna importante para o periódico, pois aparecia geralmente na primeira página, ocupando grande espaço. Porém, entre tantos assassinatos, apenas um telegrama da Constantinopla sobre o homicídio de cinco odaliscas ganhou a atenção do narrador naquele ano³⁷¹.

É possível concluir que isso se deva a alguma característica da série ou mesmo do gênero literário. A crônica, por mais que seja um gênero híbrido entre jornalismo e literatura, também é um texto leve e bem-humorado. Não era comum no gênero dar muita atenção a temas funestos. A própria escolha da notícia das odaliscas, embora seja clara evidência da violência presente no cotidiano feminino, foi trabalhada pelo cronista através do teor exótico do tema oriental, considerado excêntrico e muito utilizado na literatura do século XIX. Em “A Semana”, apesar das especificidades do gênero, o narrador tentou criar humor a partir de algumas notícias de crimes violentos. Quando

³⁶⁸ GAZETA DE NOTÍCIAS. “Telegramas: São Paulo”. *Gazeta de Notícias*. 21 set., 1892. A notícia de um policial de baixa patente que “assassinou barbaramente” um colega, ocupava quase uma coluna inteira, apesar de se tratar de telegrama e narrava o julgamento de Costa Navarro.

³⁶⁹ Um exemplo é a coluna “São Paulo”. *Gazeta de Notícias*. 14 dez., 1892, p.1. Nela constava a narrativa de um crime em Limeira, onde Aurélio Simplicio assassinara Manuel Ferreira dos Santos a facadas, por acreditar que a vítima havia lhe roubado um cabrito.

³⁷⁰ *Gazeta de Notícias*. 6 out., 1892, p.1, por sua vez, tratava do crime cometido pelo jovem Henrique José de Oliveira – apresentado pela *Gazeta* como uma criança –, que matara o padrasto, Antônio Cândido do Nascimento.

³⁷¹ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 25 dez., 1892, p.1. Na crônica, o choque diante da notícia era justificado pela motivação do crime: outras moradoras do harém haviam mandado matar as cinco odaliscas por ciúmes do eunuco. Todavia, o narrador se aproveitou do assassinato para figurativamente discutir literatura. Desde o início a crônica tecia um elogio ao romantismo em comparação ao naturalismo.

nos perguntamos quais crimes mereceram maior ou menor atenção do narrador e quais foram ignorados, obtemos alguns indícios da forma como os perigos enfrentados pelas mulheres eram vistos dentro da série.

Se a repercussão na imprensa diária não era o único fator para a seleção de temas, também não havia uma escolha aleatória. O narrador demonstrou estar particularmente interessado pelas notícias de violências cometidas entre casais e, entre essas, as que mais destoavam do padrão de crime passionai. Ou seja, enquanto o mais comum eram notícias como as já citadas – de maridos ou companheiros que matavam as mulheres com quem estavam envolvidos –, na série, destacavam-se as histórias de acusadas de atacar os pretendentes, sobreviventes de tentativas de assassinatos, vítimas de crimes misteriosos e mulheres suicidas.

A ideia de vítima passiva ficou fora das discussões do narrador. Nos momentos em que citou assassinatos de mulheres, por exemplo, o narrador não dispensou longas análises aos casos, utilizando-os apenas como exemplos do funcionamento das relações privadas. A condenação aos criminosos já estava presente nas demais colunas da *Gazeta de Notícias*. Então o espaço da série serviu para comentar, de forma divertida, as aventuras de moças ousadas que enfrentavam sozinhas os perigos do mundo público, bem como os riscos presentes na intimidade das relações amorosas. Nesse subitem nos debruçaremos sobre as ameaças da esfera privada. Apesar da insistência em apontar a esfera doméstica como único espaço onde mulheres podem se sentir seguras, é no domínio do privado que as maiores punições são infligidas àquelas que ousam desafiar a autoridade masculina³⁷².

A crônica que ficou conhecida pelo título de “O punhal de Martinha”³⁷³ era publicada, pela primeira vez, na *Gazeta de Notícias*, em 5 de agosto de 1893. No texto, o narrador apresentava a história da jovem Martinha, que havia apunhalado um rapaz que a perseguia há algum tempo. A história se dera em Cachoeira (BA) e fora noticiada,

³⁷² COLLING, Ana Maria. “A construção histórica do feminino e do masculino”. In: STREY, M.N., CABEDA, S.T., PREHN, D.R. (orgs.) *Gênero e Cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

³⁷³ Esse nome foi atribuído ao texto de agosto de 1893 por Mário de Alencar, em sua organização da série em 1914. O próprio Machado nunca selecionou esse texto em suas coletâneas, diferente do que fez, por exemplo, com “Salteadores da Tessália” ou “O Sermão do Diabo”, ambas da série “A Semana” e republicadas no livro *Páginas Recolhidas* (1899). Entretanto, entre os estudiosos, tornou-se costumeiro referir-se a crônica de 1893 com este nome, em especial, devido aos estudos de Roberto Schwarz (Ver: SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002).

como o próprio narrador informou, no jornal *A Ordem*³⁷⁴. O texto se iniciava com um resumo da narrativa do suicídio de Lucrecia. Importante observar que a breve transcrição do episódio romano estava permeada por considerações pessoais do narrador. Lucrecia havia delatado seu estuprador para o pai e o marido. Em seguida, apesar da compreensão e do consolo oferecido pelos dois homens, ela se matou. Entretanto, nas palavras do narrador, os juízos de valor eram vários:

Ultrapada por Sexto Tarquínio, uma noite, Lucrecia resolve não sobreviver a desonra, mas primeiro denuncia ao marido e ao pai a aleivosia daquele hóspede, e pede-lhes que a vinguem. Eles juram vingá-la, e procuram tirá-la da aflição dizendo-lhe que só a alma é culpada, não o corpo, e que não há crime onde não houve aquiescência. A honesta moça fecha os ouvidos à consolação e ao raciocínio, e, sacando o punhal que trazia escondido, embebe-o no peito e morre³⁷⁵.

Em primeiro lugar, o estupro é descrito pelo narrador como um ultraje, uma afronta. Lucrecia teria sido desacatada e, por isso, sua honra estaria manchada. No descontraído formato da crônica, por certo, não cabia discutir a violência do ato de forma direta, então o narrador atentava para o efeito do crime sobre a honra da moça. Apesar de reconhecer sua honestidade – aqui considerada como bom comportamento, moralidade exemplar –, o narrador deixava claro, entretanto, um grave defeito na personagem. Lucrecia fechara os ouvidos ao raciocínio. Ou seja, a moça não pensara. Seu suicídio era irracional. Não haveria motivo para alguém que não aquiesceu sentir vergonha. Não havia culpa. Tais considerações são importantes para compreender melhor a forma como o narrador trabalhou com o caso de Martinha. Ao argumentar que havia certa semelhança entre o punhal que Lucrecia utilizara para o suicídio e o que Martinha usou para se defender, o narrador comparava as duas personagens:

Martinha não é certamente Lucrecia. Parece-me até, se bem entendo uma expressão do jornal *A Ordem*, que é exatamente o contrário. “Martinha (diz ele) é uma rapariga franzina, moderna ainda, e muito conhecida nesta cidade, de onde é natural”³⁷⁶. Se é moça, se é natural

³⁷⁴ Tal periódico era publicado na Bahia duas vezes por semana entre os anos de 1877 e 1895, mas infelizmente, entre os números de 1893, apenas o de 5 de julho está disponível para acesso.

³⁷⁵ “A Semana”. *Gazeta de Noticias*. 5 ago., 1893, p.1.

³⁷⁶ Apesar de não ter conseguido acesso ao número do periódico *A Ordem* que contém o anúncio, cumpre considerar que, como já vimos anteriormente, o narrador não costumava falsear os textos aos quais se referia na série. Até porque, no período, não era difícil que qualquer adulteração fosse comprovada. Dessa forma, partiremos do pressuposto de que, ao menos quanto à integridade e legitimidade do texto, é possível confiar no narrador.

da Cachoeira, onde é muito conhecida, que quer dizer moderna?
Naturalmente quer dizer que faz parte da última leva de Citera.³⁷⁷

Foi comum que, ao citar outros periódicos diretamente, o narrador analisasse, de forma jocosa, a linguagem ou o próprio conteúdo das colunas de outros jornais. No caso de Martinha, o cronista atentou para a escolha da palavra “moderna”, usada para designar a moça. Com a finalidade de manter o paralelo com a Antiguidade, ele então afirmava que a palavra provavelmente remetia ao fato de Martinha fazer “parte da última leva de Citera”. Ao se referir à ilha grega, considerada um local paradisíaco e propício para casos amorosos³⁷⁸, o narrador deixava subentendido que o adjetivo “moderna”, quando aplicado ao caso de Martinha, ganhava um sentido quase moralizante. *A Ordem* utilizava tal palavra com um intuito específico: falar do comportamento sexual da moça, mesmo que de forma indireta. Era muito conhecida pela cidade, portanto, frequentadora de espaços públicos, e moderna ainda, ou seja, não se comportava da forma tradicional para uma mulher. Já no início o narrador evidenciava que, independente de as duas (Lucrécia e Martinha) terem o intuito de defender a honra, cada qual com seu punhal, Martinha não era Lucrécia e, como justificativa para sua consideração, apresentava o trecho d’*A Ordem*. Todavia, é preciso considerar que a escolha do trecho parece mais discutir a condenação moral da moça do que corroborar com ela. Mesmo que Martinha não fosse Lucrécia, o narrador prosseguia afirmando que tal “condição, em vez de prejudicar o paralelo dos punhais, dá-lhe maior realce, como ides ver”³⁷⁹.

Ao seguir comparando as duas histórias, o narrador contava que Martinha estava “a passeio, à noite, um domingo do mês passado”³⁸⁰. É importante observar a malícia do narrador ao escolher quais trechos da notícia iria citar. Ao dizer que Martinha estava passeando durante a noite, o narrador evidenciava o que poderia ser visto como um argumento desfavorável a moral da jovem. Ela frequentava espaços públicos, sozinha e ainda à noite. Todavia, ao citar esse detalhe e deixar de comentá-lo, o narrador provocava seu leitor. Aos poucos, construía um elogio à audácia da moça, sem por isso deixar de citar o que poderia ser considerado passível de crítica.

³⁷⁷ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 5 ago., 1893, p.1.

³⁷⁸ AGAMBEN, Giorgio. *O homem sem conteúdo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

³⁷⁹ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 5 ago., 1893, p.1.

³⁸⁰ Idem.

Já João Limeira, o rapaz que fora apunhalado, aparecia então em um paralelo com o estuprador de Lucrecia, assumindo feições de vilão na comparação entre as duas histórias. Ainda segundo o narrador, João Limeira:

(...) agrediu e insultou a moça, irritado naturalmente com os seus desdêns. Martinha recolheu-se à casa. Nova agressão, à porta. Martinha, indignada, mas ainda prudente, disse ao importuno: ‘Não se aproxime, que eu lhe furo’. João Limeira aproximou-se, ela deu-lhe uma punhalada, que o matou instantaneamente.³⁸¹

Enquanto que, pela referência feita ao periódico *A Ordem*, parecia existir um tom de condenação ao comportamento da moça, o narrador optava por uma abordagem totalmente diferente. Os usos que Machado fez de outros jornais seguiriam essa linha de oposição às ideias impressas em alguns outros periódicos brasileiros e estrangeiros. No trecho acima, o narrador defendia, inclusive, a moral de Martinha. Não somente a moça havia agido em defesa da própria honra, avisado de forma “prudente” que o rapaz deveria se afastar, mas também o fato só teria acontecido justamente porque a moça tivera um comportamento honrado. O motivo de João Limeira seriam os desdêns de Martinha, que não estava envolvida em nenhum relacionamento amoroso com o rapaz, mas apenas tentando evitá-lo. Enquanto as atitudes da jovem baiana eram defendidas, o caso servia também de alerta aos leitores. João estava “naturalmente” irritado com as recusas da mocinha, ou seja, as atitudes do rapaz eram justificadas por um sentimento normal, que outros rapazes provavelmente também tinham. Todavia, ele acabara morto. Se Martinha só estava defendendo a própria honra, o comportamento “natural” de João é passível de condenação. É possível observar tal aceção na narrativa, inclusive através dos recursos que demonstram a insistência do rapaz. Ele insultou e agrediu a moça, até aí, naturalmente. Mas Martinha se manteve firme, tentou se recolher à própria residência. Logo, na narrativa da série, a jovem não teve outra opção.

Reconhecendo, todavia, que o percurso de Martinha, comparado ao de Lucrecia, poderia fazer supor uma superioridade da romana, que se sacrificara em defesa da própria honra, o narrador seguiu defendendo a brasileira que, ao contrário de Lucrecia, vingara-se “por si própria, e, notai bem, vinga-se de uma simples intenção”³⁸². Em primeiro lugar, há uma consideração sobre a independência de Martinha em relação aos homens. A romana pediu que seus parentes a vingassem, Martinha fez ela mesma o que queria. A segunda ideia supunha um apreço talvez até maior pela própria honra, já que

³⁸¹ Idem.

³⁸² Idem.

Lucrécia se matara por um fato consumado, enquanto Martinha matara João Limeira, pela intenção que o rapaz tinha. Para o narrador, os motivos de Martinha eram de uma sutileza “natural deste século complicado”. Dessa forma, o narrador ainda considerava que Martinha fizera o que outras moças do seu tempo poderiam fazer para salvaguardar a própria reputação numa sociedade que tanto tentava controlar as vidas femininas. Defendendo que o punhal de Martinha nem “é inferior, mas até certo ponto é superior” ao de Lucrécia e que a moça contava com “arrojo de ação, defesa própria, simplicidade de palavra”³⁸³ como argumentos em defesa de si própria, o narrador lamentava saber que Lucrécia seria sempre lembrada, enquanto Martinha acabaria esquecida. Ele encerrava a crônica com uma lamentação sobre a prevalência da narrativa ficcional sobre a história real de Martinha. O cronista fazia um paralelo que finalizava a defesa da moça baiana, quando zombava do tom moralizante do jornal *A Ordem*:

Não quero mal às ficções, amo-as, acredito nelas, acho-as preferíveis às realidades; nem por isso deixo de filosofar sobre o destino das coisas tangíveis em comparação com as imaginárias. Grande sabedoria é inventar um pássaro sem asas, descrevê-lo, fazê-lo ver a todos, e acabar acreditando que não há pássaros com asas... Mas não falemos mais em Martinha.³⁸⁴

A comparação com os pássaros reforça a ideia de que, para o narrador, a liberdade feminina, em certa medida, não era condenável. Para ele não há motivo para a imagem que *A Ordem* pintou de Martinha, criando a ideia de espanto frente à figura franzina da moça que matara o homem que a perseguia. Martinha era uma mulher real, um pássaro com asas, e não apenas uma ficção como Lucrécia. A crônica, um tanto diferente do padrão da série, não tratava de nenhum outro assunto. Em parte, é preciso considerar que Machado estava discutindo outros temas que não as dificuldades políticas do governo de Floriano e, Martinha servia como uma fuga dos temas políticos tradicionais. Todavia, a escolha é também cuidadosa se considerarmos que estamos falando de um homem habituado a escrever sobre e para mulheres e que decidiu dedicar seu texto semanal a defender uma jovem que cometera um assassinato. Em alguma medida Machado sabia estar, na *Gazeta de Notícias*, escrevendo também para mulheres e nesse sentido a crônica funcionava como uma forma de se aproximar das suas leitoras, discutindo problemas femininos reais, como o assédio e as formas de resistência.

³⁸³ Idem.

³⁸⁴ Idem.

Porém, a consciência de que ali havia também homens como leitores, fazia com que o texto tivesse dois sentidos e, para esses homens que liam, Machado poderia estar querendo enviar outras mensagens, como a de que assediar moças “modernas” poderia parecer aceitável, mas vez ou outra culminaria em uma tragédia. No caso da discussão com o jornal *A Ordem*, o texto dizia ainda que não adiantava sonhar com Lucrécias, quando as mulheres reais eram Martinhas. Mesmo considerando a consagrada interpretação de Schwarz³⁸⁵, arrisco aqui dizer que Machado estava talhando a imagem de seu narrador enquanto construía um diálogo com os leitores da *Gazeta de Notícias*. Muitas outras seriam as crônicas que, ao falar das violências enfrentadas no âmbito das relações ditas amorosas, se debruçariam sobre a ousadia das jovens brasileiras. Ao falar sobre o desejo masculino e o assédio às jovens brasileiras, Machado tinha que lidar com os finais reais das “histórias de amor” brasileiras. Desfechos sangrentos foram comuns.

No mês seguinte, o narrador encerrava a crônica semanal com mais um caso de violência envolvendo jovens pretendentes. Nesse texto, o narrador havia comentado a apresentação de uma peça teatral e o caso de alguns cadáveres encontrados no mar em Santos e no Rio de Janeiro. Às mórbidas notícias das praias, o cronista somava o que chamou de “pequeno drama de amor da rua do Senador Pompeu”³⁸⁶. Esse padrão se repetiria na série: ao tratar de notícias sobre casais, a violência seria um tema comumente relacionado, entretanto, os casos seriam tratados como problemas naturais do amor. Nesse sentido, torna-se possível conjecturar que, através da série, Machado construía um tipo de correlação entre a violência e os relacionamentos de cunho sexual. A notícia do “drama de amor” era reescrita pelo narrador da seguinte forma:

³⁸⁵ O crítico trabalhou com a crônica considerando que a comparação das personagens Martinha e Lucrécia era uma analogia à dicotomia barbárie-civilização, onde Martinha representaria o Brasil e Lucrécia, os países considerados “civilizados”. Além disso, as personagens gerariam humor através de uma dialética entre o local e o universal. Compreendendo que, no momento histórico de produção da série, provavelmente Machado mobilizava seus narradores para discussões sobre a formação da identidade nacional, a crítica de Schwarz faz todo o sentido. Entretanto, considero aqui que essa crônica apresenta outras referências com as quais talvez o crítico literário não estivesse preocupado. Além disso, considero ainda que a compreensão da construção do narrador, bem como das relações entre crônica e imprensa pode auxiliar em uma interpretação não oposta, mas distinta da de Schwarz. Acredito que a caracterização que o crítico atribui a Machado, como alguém que “zomba dos compatriotas desfavorecidos e no íntimo se ofende com o destino que lhes cabe”, é fruto de uma confusão entre autor e narrador. Ao mesmo tempo, muitos dos fundamentos dos argumentos apresentados pelo estudioso decorrem da leitura da crônica na coletânea organizada por Mário de Alencar. Por exemplo, o uso do nome “Martinha” no diminutivo foi considerado por Schwarz um recurso para tornar a personagem mais próxima e íntima do autor e do leitor. Enquanto o nome, na verdade, foi apenas retirado de uma coluna do periódico baiano *A Ordem*. Além disso, questionar a linguagem utilizada em outros periódicos era atitude recorrente na série, formando parte da construção do narrador, homem afeito a questões estilísticas e admirador da boa oratória.

³⁸⁶ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 3 set., 1893, p.1.

O namorado atirou sobre ela e em si, morreu logo, a moça escapará. Cair em cima do namorado, é o primeiro ato, em nome da moral e da justiça. O segundo é levantá-lo às nuvens como um modelo de paixão, que nem quis deixar a moça neste mundo, matando-se, nem sacrificá-la só, dando-lhe a morte, e com três tiros buscou corrigir a fortuna e a natureza. Qualquer que ele seja, há uma consequência certa, é que a vítima não esquecerá o algoz.³⁸⁷

A moça da Rua Senador Pompeu é outra sobrevivente de um caso envolvendo um pretendente que não se conformava com a recusa. Tal qual Martinha, ela conseguiu manter sua decisão de não se relacionar com o rapaz e, tal qual a história de Martinha, esta também terminava com o jovem apaixonado morto. A diferença era que a moça carioca apenas havia escapado de uma tentativa de homicídio, enquanto a baiana praticara um homicídio em defesa própria. Dessa vez, entretanto, o narrador escolheu discorrer sobre o rapaz e não sobre a moça. Para o cronista havia duas formas possíveis de avaliar a atitude do rapaz: ou ele seria condenado, “em nome da moral e da justiça”, ou seria elevado pela sua atitude apaixonada. O trecho esclarecia que apenas uma entre as opções seria justa. Entretanto, não significava que ela seria a escolhida. Além de tudo, à jovem sobrevivente, restaria ainda ter que se lembrar para sempre do seu agressor. A própria conclusão do narrador, primava por considerar que o suicida atingiria seu objetivo, pois tal qual um casal que celebrara “as suas bodas seculares”, a vítima teria, como última lembrança, a imagem do homem que tentara assassiná-la. Por fim, o narrador ainda considerava que a moça acabaria perdoando seu pretendente, pois “Tudo se perdoa ao amor; tudo perdoamos aos que nos adoram”³⁸⁸. Mesmo ciente da forma romantizada como essa situação tão violenta foi apresentada, é preciso considerar que o suposto perdão da moça é apresentado como uma forma de continuar a talhar a caracterização do narrador. Em sua opinião sempre insolente e presunçosa, o narrador acreditava que qualquer um perdoaria o rapaz. O motivo era que, a longo prazo, a vítima teria orgulho por ter despertado um “amor” tão impetuoso que acabara em morte.

Em outubro do mesmo ano, na já citada crônica sobre o projeto de regulamentação da prostituição do Dr. Capelli, o narrador esclareceria como a relação entre amor carnal e violência era, para ele, natural. Ao iniciar o texto dizendo que: “Toda esta semana foi de amores”³⁸⁹, o cronista apontava, além do projeto do Conselho Municipal, três outros casos. O primeiro deles era a conclusão do caso do bígamo

³⁸⁷ Idem.

³⁸⁸ Idem.

³⁸⁹ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 21 out., 1894, p.1.

Louzada. O capitão havia sido finalmente condenado. Os outros “amores”, aos quais o narrador se referia, entretanto, não eram menos catastróficos do que o do bígamo. O primeiro era “a triste notícia de um assassinato por amor, um cadáver de moça que apareceu, sem cabeça nem vestidos”³⁹⁰. A dita notícia chegaria a *Gazeta de Notícias* bem depois da crônica, no dia 1 de novembro, por telegrama, citando diretamente trecho do *Jornal de Notícias*.

Até então, não se sabia quem era a jovem assassinada. Apenas havia depoimentos de outra mulher, chamada Leonídia, que dizia que seu namorado, Justiniano, raptara uma menina, com a qual o rapaz vivia desde então. Leonídia afirmava que a moça raptada havia sumido, portanto poderia estar morta. Como ela e o namorado estavam procurando pela jovem sequestrada, os dois queriam ver o cadáver para verificar se não era a mesma pessoa. Outros supostos parentes da vítima haviam ido a sua procura e sido ouvidos pela polícia, mas nada era certo. É importante notar como a história, ocorrida na Bahia, servia de reprimenda para as leitoras, demonstrando os perigos existentes nas grandes cidades. O telegrama dizia que:

Continua ainda envolto em densas trevas o horroroso assassinato e degolamento de uma mulher, na capital do Estado da Bahia. A polícia continua num *fervet opus* extraordinário, porém pelos jornais recebidos daquele Estado parece que nada tem conseguido³⁹¹.

Enquanto que o trecho retirado do *Jornal de Notícias* apontava que o mais incrível em não se ter notícias da moça, era que o assassinato se dera “em círculo bastante populoso”. As notícias corroboravam a ideia de que a polícia não era capaz de impedir os perigos do mundo público e, muitas vezes, nem mesmo de investigá-los. Dessa forma, a única segurança possível encontrava-se no conforto dos lares. Estando o caso ainda tão longe de solução no início de novembro, a constatação do narrador da série de que acontecera um “assassinato por amor”, é mera suposição, por se tratar da morte de uma moça jovem e, os poucos que procuraram pelo cadáver serem também rapazes jovens. Todavia, se o assassinato tivesse motivação em uma possível relação amorosa, não havia relação real com os perigos do mundo público. Na verdade, a jovem degolada estaria enfrentando os mesmos riscos que mulheres casadas ou outras moças com namorados e pretendentes. Por um lado, a alusão ao amor em relação a um caso tão violento fazia supor certa condenação sobre a moral da vítima, quase a culpando por ter

³⁹⁰ Idem.

³⁹¹ “Telegramas”. *Gazeta de Notícias*. 01 nov., 1894, p.2.

se envolvido amorosamente com algum homem perigoso. Por outro lado, essa era também uma forma de demonstrar como o universo feminino, independente da perspectiva de reclusão ao espaço privado, era composto por violências masculinas.

O terceiro caso de “amor” apontado pelo narrador era igualmente atroz. Uma mulher havia falecido em decorrência de envenenamento no Rio de Janeiro. O acusado era um ex-amante da vítima que, inconformado com o fim do relacionamento, matara a jovem³⁹². Os crimes foram citados pelo cronista, ao início do texto, mas não receberam qualquer análise. Estava posto, e era visto como natural, que homicídios eram casos de amor. Citar novamente esses crimes funcionava como uma forma de denunciar as violências vividas pelas mulheres brasileiras, mas também era uma maneira de evidenciar a naturalidade da agressividade nas tensões que envolviam desejo sexual. Importa ainda notar que nestes casos as vítimas eram mulheres e o narrador não ofereceu tanto espaço do editorial para as assassinadas quanto havia oferecido para as sobreviventes. Os dois casos das moças mortas, na Bahia e no Rio, não mereceram longas considerações do narrador como os casos dos pretendentes que, ao assediar as duas mulheres, acabaram mortos. Se a própria menção aos casos de mulheres mortas por companheiros é uma forma de evidenciar as violências sofridas pelas brasileiras, mais do que simplesmente denunciar os casos, a série construiu, através de protagonistas fortes, narrativas de vitórias femininas.

A justificativa para a escolha dos casos não pode se apoiar em qualquer espécie de demanda, o caso da moça degolada na Bahia fora mais noticiado do que o caso de Martinha, por exemplo. Entretanto, na série, o narrador deu muito mais espaço às notícias onde mulheres apresentavam resistência às violências masculinas. Defender-se das investidas de pretendentes, dos ataques de ciúmes dos amantes e dos acessos de raiva dos maridos parecia ser, na forma como o amor era apresentado na série, parte integrante das relações amorosas. O desejo, os arroubos dos amores juvenis e a própria atração sexual configuravam relações muito mais próximas das colunas policiais do que dos folhetins. A releitura dessas notícias evidenciava a naturalidade da violência nas relações das mulheres brasileiras com os homens que encantavam.

³⁹² *Gazeta de Notícias*. 20 out., 1894, p.2.

3.4. Papel político

A mãe de família é o conceito que resume o papel social que tentavam impor à mulher oitocentista³⁹³. A positivação desse conceito marcou a segunda metade do século XIX. Intimamente ligado com a reprodução (não só biológica, mas também social, de ideologias e de tradições³⁹⁴), pela primeira vez o papel da mulher na sociedade brasileira era aclamado pela influência política que poderia exercer. No entanto, há uma diferença entre exercer um papel político e exercer um papel social que influencia na esfera política. A mãe e a esposa são figuras que, ao cuidar do lar, têm a possibilidade de convencer maridos e filhos dos seus intentos. Legisladores, médicos, soldados, policiais, homens no geral, se envolviam diariamente com mulheres que tinham aspirações de intervir no mundo público. Contudo, isso não significa que elas pudessem, diretamente, atuar na política. É preciso ressaltar essa diferença, pois ainda no século XIX os primeiros passos das lutas de mulheres por direitos políticos eram dados na América, bem como na Europa³⁹⁵. Todavia, grande parte dessa batalha ocorreu através de estratégias sutis. Táticas de sedução, carinho e chantagem foram armas importantes para conquistar, no âmbito do privado, defensores das aspirações políticas femininas no mundo público.

Reconhecido por seu verdadeiro arsenal de referências literárias, Machado de Assis não estava alheio a essas discussões. Tanto na construção da série "A Semana", quanto em momentos anteriores, o autor fez com que seus narradores citassem as mais diversas referências acerca das discussões sobre os direitos políticos das mulheres. Se nos romances e contos o autor trabalhou com questões como as disputas de interesses nos casamentos e as formas de barganha que as mulheres encontravam nas relações românticas, nas crônicas o literato discorreu diretamente sobre a atuação feminina na esfera política e no mundo público. Desde a década de 1860, Machado já citava autoras

³⁹³ Margareth Rago atenta para o fato de que a aceção de “mãe de família” do século XIX é uma “enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação”, pois pressupõe a incumbência de cuidar da saúde da prole e do marido, da felicidade da família e da higiene do lar. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p.80.

³⁹⁴ Philippe Ariès considera que essa mudança é parte de uma alteração complexa no seio das famílias. A partir do século XIX, aos poucos, a educação das crianças tornava-se a principal função dos núcleos familiares. Dessa forma, mesmo que os pais – homens – se envolvessem diretamente na formação dos filhos, era às mães que ficava designada a responsabilidade cotidiana de educar. Assim, a reconfiguração da infância moderna acabou por propôr novas funções sociais para as mulheres. (ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A., 1981).

³⁹⁵ ÁLVAREZ, Sonia. *Engendering democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. Pinceton: Princeton University Press. 1990.

consideradas feministas³⁹⁶. Se a literatura e o teatro eram vistos pelo autor como formas políticas de intervir na realidade, promovendo a educação e o avanço da nação³⁹⁷, as críticas teatrais recheadas de elogios às atrizes brasileiras e estrangeiras foram bastante comuns³⁹⁸. Além disso, a discussão com autores republicanos que haviam escrito sobre a participação feminina na política foi igualmente marcante³⁹⁹. Os primeiros passos da educação feminina formal foram motivo de comemoração para o literato⁴⁰⁰ e mesmo questões mais polêmicas, como direito feminino ao voto, foram debatidas pelo autor⁴⁰¹.

No início da década de 1890, momento em que discussões e manifestações políticas passavam a fazer parte das novas sociabilidades urbanas, pensar uma função social que também fosse política para as mulheres brasileiras era uma necessidade. Se Machado já estava comprometido com essas questões desde o início de sua carreira, o período de publicação da série oferecia novas interlocuções. Em “A Semana”, Machado já havia colocado seu narrador para debater sobre as vidas das mulheres desde os primeiros meses de publicação. Entretanto, a partir do fim do mandato de Floriano Peixoto, as crônicas envolvendo personagens femininas começaram a discutir também a

³⁹⁶ Além da já citada crônica de “História de Quinze Dias”, na qual Manassés citava George Sand, Machado também fez referência à feminista francesa no conto “Miss Dollar” (1870). A jovem viúva Margarida que, por conhecer os interesses financeiros masculinos em se casar com viúvas herdeiras de fortunas, se recusava a casar novamente, era ávida leitora de romances. Enquanto outros personagens julgavam que a moça se demorava em romances açucarados, ela estava lendo obras de George Sand. Através dessas referências, Machado demonstrava como as imagens de leitora inocente e passiva eram distantes da realidade.

³⁹⁷ No artigo “O Jornal e o livro”, o jovem literato já defendia a imprensa como “literatura comum e universal, altamente democrática” [Ver: “O Jornal e o livro”. *Correio Mercantil*. 10 e 12 jan., 1859]. Essa ideia de que a literatura e a imprensa, como manifestações cooperadas, poderiam garantir a difusão de ideias e possibilitar crescimento intelectual ao país perspassou toda a obra machadiana. O teatro, visto pelo autor como “literatura dramática”, teria também a sua parcela de responsabilidade como “canal de iniciação (...) de proclamação e educação pública”. [“Ideias sobre o teatro: II”. *O Espelho*. 25 dez., 1859].

³⁹⁸ Ver, por exemplo: MACHADO DE ASSIS. “Comentários da Semana: 10 de novembro de 1861”. In: GRANJA, Lúcia; CANO, Jefferson (orgs.). *Machado de Assis: comentários da semana*. Editora da Unicamp, 2008. Na crônica o narrador analisava a performance da Sra. Parodi da Cia. Italiana de Teatro, ao mesmo tempo em que elogiava a participação das senhoras de classe alta nas organizações beneficentes.

³⁹⁹ No já citado artigo “O Jornal e o Livro”, Machado referenciava um “livro de ouro, que tornou-se o Evangelho de uma religião”, ao falar da obra *Le Monde Marche* (1857) do político francês Eugène Pelletan. Alguns anos depois, o autor avaliaria, em crônica, as discussões de Pelletan sobre o papel político da mulher na República [Ver: MACHADO DE ASSIS. “Comentários da Semana: 10 de novembro de 1861”. In: GRANJA, Lúcia; CANO, Jefferson (orgs.). *Machado de Assis: comentários da semana*. Op. Cit.].

⁴⁰⁰ Ver MACHADO DE ASSIS. “Comentários da Semana: 24 de dezembro de 1861”. In: GRANJA, Lúcia; CANO, Jefferson (orgs.). *Machado de Assis: comentários da semana*. Op. Cit. O autor discorria sobre o “grande adiantamento mesmo raro, entre nós” que as alunas do Colégio Imaculada Conceição haviam apresentado em exame público. Ao mesmo tempo em que considerava que essas “conquistas pacíficas da inteligência” eram “os únicos proveitos para o presente e para futuro”, o autor relembra que como era difícil tarefa de “fazer mães de família”.

⁴⁰¹ “Bons dias!”. *Gazeta de Notícias*. 18 nov., 1888. Nesse texto, o narrador Policarpo falava sobre as formas femininas de influenciar os processos eleitorais.

função política das brasileiras. No final do ano de 1894, quando Prudente de Morais foi eleito presidente havia, um duplo deleite entre os intelectuais brasileiros: tratava-se do primeiro presidente que chegava ao poder através das leis republicanas de forma regular e chegava ao fim um governo considerado ditatorial e opressor para a imprensa brasileira. De forma tímida, mas orgulhosa, os jornais saudavam a posse do novo presidente. As referências ao último ocupante do cargo, entretanto, eram ainda respeitadas. No entanto, ficava claro que a saída de Floriano era, pelos próprios preceitos republicanos, motivo de comemoração.

Quando à posse do Sr. presidente da República, as manifestações de entusiasmo do povo, e as esperanças dessa primeira transmissão do poder, por ordem natural e pacífica, foram registradas na imprensa diária, à espera que o sejam devidamente no livro. Nem foram esquecidos os serviços reais daquele que ora deixou o poder, para repousar das fadigas de dois longos anos de luta e de trabalho.⁴⁰²

Mesmo não usando a habitual humor ácido da série, o narrador não deixava de provocar os florianistas com a frase, superficialmente banal, que iniciava a crônica. A própria *Gazeta de Notícias*, meses antes, citava o medo de que Floriano não aceitasse abandonar a presidência. Ao falar de uma “transmissão de poder, por ordem natural e pacífica”, o narrador insinuava também que para conquistar o poder, o último presidente não seguira a ordem natural e nem agira de forma pacífica. Sobre o ato de posse, a crônica destacava a presença feminina:

Na entrada da sala das sessões, fronteira à mesa da presidência, muitas senhoras iam invadindo pouco a pouco a mesa da presidência, muitas senhoras iam invadindo pouco a pouco o espaço até conquistá-lo de todo. Era novo; mais novo ainda a entrada de uma senhora, que foi sentar-se na cadeira do Barão de São Lourenço. Ao menos, o lugar era o mesmo; a cadeira pode ser que fosse outra.⁴⁰³

A escolha das palavras é fundamental para compreendermos a impressão do narrador sobre a participação feminina na política. As senhoras que “pouco a pouco” adentravam a sala das sessões estavam “invadindo” o espaço, ou seja, esse não era seu lugar natural. Todavia, a alusão ao político do período imperial servia para demonstrar que, independente do choque do narrador, tratava-se de um movimento natural da República. Para o cronista, até mesmo o político que já havia falecido seria capaz de reconhecer, pela presença feminina, que ali predominava outro sistema de governo. Essa

⁴⁰² “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 18 nov., 1894, p.1.

⁴⁰³ Idem.

noção de que a participação das mulheres nos atos políticos republicanos era sinal de avanço democrático se tornaria recorrente na série. Para o narrador, o barão “(...) se ali ressuscitasse, compreenderia, ao aspecto da sala, que as instituições eram outras, tão outras como provavelmente a sua cadeira. Aquela gente numerosa, rumorosa e mesclada esperava alguém, que não era o imperador”⁴⁰⁴. Assim, a mistura de homens e mulheres seria expressão de um “‘estado de alma’ popular”⁴⁰⁵. Entretanto, o que parecia ser, na narrativa da série, uma grande novidade, acaba assumindo um caráter tradicional de festa. Os senhores deputados e senadores cederam seus assentos para que as senhoras pudessem ficar confortáveis. Desse modo, as senhoras não estavam invadindo um espaço de política, mas sim ocupando um local de sociabilidade “e todos aqueles vestidos claros vieram alternar com as casacas pretas”⁴⁰⁶.

Contudo, o narrador não deixava de voltar a discutir a República e os papéis políticos de cada sexo. Mesmo que parecesse reduzir a participação feminina a uma forma de colorir as câmaras nos dias de festas, ele voltava atrás e, baseando-se em um reconhecido político republicano francês, relacionava novamente a República do Brasil com a da França.

Gambetta achava que a República Francesa “não tinha mulheres”. A nossa, ao que vi outro dia, tem boa cópia delas. Elegantes, cumpre dizê-lo, e tão cheias de ardor, que foram as primeiras ou das primeiras pessoas que deram palmas, quando entrou o presidente da República. Vede a nossa felicidade: sentadas nas próprias cadeiras do legislador, nenhuma delas pensava ocupar, nem pensa ainda em ocupá-las à força de votos. Não as teremos tão cedo em clubes, pedindo direitos políticos. São ainda caseiras como as antigas romanas, e, se nem todas fiam lã, muitas a vestem, e vestem bem, sem pensar em construir ou destruir ministérios. Nós é que fazemos ministérios, e, se já os não fazemos nas Câmaras, há sempre a imprensa, por onde se podem dar indicações ao chefe de Estado.⁴⁰⁷

As considerações do narrador são maliciosas. Em primeiro lugar, a alusão ao ex-presidente da Câmara dos Deputados francesa não era sem razão. Se a discussão da crônica era sobre o papel feminino na República, escolher Leon Gambetta tinha duplo sentido. Primeiramente, o político, que havia falecido 12 anos antes, era considerado um dos principais responsáveis pela promulgação da Constituição de 1875 na França, sendo

⁴⁰⁴ Idem.

⁴⁰⁵ Idem.

⁴⁰⁶ Idem.

⁴⁰⁷ Idem.

notável figura na instauração do sistema republicano Pós-Segundo Império⁴⁰⁸. Nesse período, Gambetta tornara-se reconhecido pela ferrenha defesa da política colonial francesa como uma espécie de missão civilizadora da República⁴⁰⁹. Naquele momento, após o fim de um governo federal ditatorial, a alusão ao francês continha a ideia de que no Brasil, somente após a eleição de Prudente de Moraes, se iniciavam os processos democráticos de construção da República. Além disso, o Brasil só se transformaria em um país forte, que não precisaria temer os desmandos das potências imperialistas, se tivesse uma política democrática. A comparação se dava com o caso francês, onde foi necessário o fim da guerra Franco-Prussiana para se repensar o modelo republicano.

Todavia, existia um segundo sentido. Desde a publicação de *As Mulheres da Revolução* de Michelet, em 1854, a participação feminina na República Francesa era comumente referenciada como exemplo das possibilidades de atuação política para as mulheres⁴¹⁰. Desde a Revolução Francesa, a participação das mulheres das classes baixas marcou as lutas populares e as tomadas de decisão. A figura de Marianne, representação máxima da República, era só o maior expoente dessas discussões⁴¹¹. Machado sabia que o republicano Gambetta, ao atentar para a necessidade de participação feminina, não estava propondo que senhoras ricas se apresentassem de forma elegante nas festas cívicas.

As discussões sobre participação feminina na política sempre vieram acompanhadas de referências francesas na obra machadiana, especialmente de autores que também eram políticos republicanos. Em 1861, por exemplo, o autor já trazia essa discussão para as crônicas. Gil, primeiro pseudônimo da série “Comentários da Semana”, dizia que: “Pretende Eugênio Pelletan que a mulher, com o andar dos tempos,

⁴⁰⁸ EVERDELL, William R. “Léon Gambetta and the Troisième: The Parliamentary Republic”. In: _____. *The End of Kings: A History of Republics and Republicans*. Chicago: University of Chicago Press ed. 2000.

⁴⁰⁹ COELHO, Ricardo Corrêa. “Da Monarquia ao Império Republicano”. In: _____. *Os franceses*. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p. 55.

⁴¹⁰ KERN, Daniela. “Michelet e as Mulheres da Revolução”. In: MICHELET, Jules. *As Mulheres da Revolução*. Porto Alegre: EdIPUC, 2014.

⁴¹¹ COELHO, Ricardo Corrêa. “A República é uma mulher”. In: _____. *Os franceses*. São Paulo: Editora Contexto, 2011. No texto, Coelho indica a forma como a representação de Marianne foi construída e ressignificada conforme disputas políticas ocorriam. A representação, que nasceu dos desdêns das elites, que chamam Mari-Anne à figura feminina republicana, na tentativa de menosprezá-la, tratando-a por um nome comum entre as trabalhadoras de classe baixa, foi abraçada pelos revolucionários como prova do caráter opressor das classes altas na França. Dessa forma, Marianne não somente é uma representação de mulher, mas também uma representação da mulher trabalhadora que luta por direitos políticos.

há de vir a exercer no mundo um papel político”⁴¹². De acordo com Cano e Granja, o político francês republicano Pelletan publicara a referida obra em 1852 e era geralmente associado a uma grande fé nos ideais modernos de progresso, dos quais Machado geralmente duvidava.

Em “A Semana”, Machado construiu lentamente um narrador presunçoso e arrogante, mas que era também um leitor de múltiplas referências. Todavia, ao dizer que as senhoras brasileiras nem mesmo imaginavam ocupar as cadeiras de legisladoras, esse narrador fingia desconhecer as muitas discussões feministas já existentes havia décadas a respeito da participação feminina na política. O cronista ignorava as demandas por direitos políticos, bem como as associações não somente em clubes, mas até mesmo produzindo jornais que, como ele dissera na mesma crônica “podem dar indicações ao chefe de Estado”⁴¹³, e até mesmo, fazer ministérios.

Apesar de criar esse tipo de humor, o narrador não deixava de citar as mulheres quando falava sobre os processos eleitorais. Tendo ocorrido, no dia anterior, votação para senador do Distrito Federal, o cronista iniciava mais uma crônica, em julho de 1895, comparando a política brasileira à Câmara do Comuns, na Inglaterra⁴¹⁴ e, ao defender que na Inglaterra também havia corrupção e fraude, o narrador prosseguia:

Dizem até (e para isto chamo a atenção das leitoras), dizem que as ladies ajudam a cabala eleitoral com grande animação. Afirmam que fazem visitas aos eleitores, entram nas pocilgas mais repugnantes, falam ao eleitor e à mulher, pegam dos filhos deles e os põem ao colo. Acrescentam que, quando saem dali, sacodem as sandálias, mas contam com o voto; e o voto é certo, porque as ladies do partido adverso fazem a mesma coisa, e o eleitor serve a uma delas, embora seja obrigado a roer a corda à outra.⁴¹⁵

⁴¹² MACHADO DE ASSIS. “Comentários da Semana: 24 de dezembro de 1861”. In: GRANJA, Lúcia; CANO, Jefferson (orgs.). *Machado de Assis: comentários da semana*. Editora da Unicamp, 2008.

⁴¹³ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 18 nov., 1894, p.1.

⁴¹⁴ Tal comparação seria comum na série. No início de 1895, ao falar sobre a forma de legislar nas Ilhas Sandwich e no Sião, o narrador atentou para o fato de que na Câmara dos Comuns, a assembleia tinha o costume de propor a própria dissolução. Em outro caso, o cronista atentava para o fato de as reuniões ultrapassarem o horário da meia-noite, enquanto isso nunca aconteceria a outros povos. Anteriormente, o narrador já havia discorrido sobre o fato da câmara inglesa trabalhar demais. Em seu tradicional estilo bem-humorado e indolente, o cronista dizia que: “A primeira coisa que eu propunha, se fosse inglês, era a reforma de tal câmara. Uma instituição que me obriga a cuidar dos negócios públicos desde as duas horas e cinco minutos da tarde até às cinco e um quarto da manhã, com intervalo de duas horas para comer, pode ser muito boa a outros respeito; mas não é instituição de liberdade”. (Respectivamente: “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 17 fev., 1895, p.1; 26 jul., 21 mai.)

⁴¹⁵ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 21 jul., 1895, p.1.

Assim, ciente da existência de leitoras, o narrador apresentava uma forma de participação feminina nos processos eleitorais. É preciso reconhecer que Machado havia já, na série “A Semana”, dedicado diversas crônicas aos problemas das eleições no Brasil. A construção do narrador, inclusive, dependeu bastante dessas discussões, pois em suas opiniões absurdas sobre as causas das abstenções de votos, estava boa parte do humor da série. Movimentar personagens femininas como parte integrante do processo eleitoral, nesse sentido, pode ser visto como mais uma provocação aos eleitores, pois evidenciava que provavelmente muitos homens poderiam ser mais propensos a se convencer a participar da política nacional pelo encanto feminino, do que para atender seus deveres cívicos. Não é possível simplesmente acreditar que, porque o narrador disse, esse trecho seja exclusivamente dedicado às leitoras. Entretanto, a menção às moças americanas é também uma forma de demonstrar como já existe participação feminina na política. Por mais que se trate de moças de outro país e de anedotas que o narrador diz ter ouvido falar, a noção de que as moças influenciam o eleitorado é uma acepção forte na obra machadiana. Inclusive o narrador citaria um caso que há muito já era usado por Machado de Assis para argumentar sobre participação masculina na política:

Ninguém ignora o caso da bela fidalga que concedeu um beijo a um açougueiro, à porta do açougue, para que ele votasse em Fox. Não aconselho às damas deste país o beijo aos açougueiros, nem a outros quaisquer eleitores. Sei que há muito Fox que mereceria o sacrifício: mas nem todos os sacrifícios se fazem. Entretanto, as moças podiam cabalar modestamente. Um aperto de mão, um requebro de olhos, quatro palavrinhas doces, valem mais que os rudes pedidos masculinos.⁴¹⁶

A “bela fidalga” de Fox havia sido citada anteriormente na série “Bons dias!” (1888 – 1889). Naquele momento, Machado já movimentava a influência feminina sobre os homens como forma de participar das decisões políticas. Para tal, o literato utilizava o relojoeiro Policarpo que discutia, então, a necessidade do voto secreto.

Voto público e muito público — foi o que aquela linda Duquesa de Cavendish alcançou, estando a cabalar por um parente; parou dentro do carro à porta de um açougueiro e pediu-lhe o voto. O açougueiro, que era do partido oposto, disse-lhe brincando: — Votarei, se Vossa Senhoria me der um beijo. E a duquesa, como toda gente sabe, estendeu-lhe os lábios, e ele depositou ali um beijinho⁴¹⁷.

⁴¹⁶ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 21 jul., 1895, p.1.

⁴¹⁷ “Bons dias!”. *Gazeta de Notícias*. 18 nov., 1888.

Já em “Bons dias!”, Machado movimentava a ideia de que a participação feminina na política, poderia dar-se através da propaganda e do convencimento dos eleitores. Não se tratava de uma conquista de direitos, mas de utilização de estratégias no âmbito do privado para conquistar o que fosse vantajoso para as mulheres⁴¹⁸. O literato já havia discutido táticas femininas de convencimento nos contos e nos romances. Mocinhas, como a jovem Sofia, de “Capítulo dos Chapéus”, utilizavam charme e astúcia para convencer os homens a aceitar suas vontades. O mesmo tipo de procedimento parecia servir para, por exemplo, fazer com que os desejos femininos fossem atendidos também nos processos eleitorais. Em “A Semana” o narrador dava às moças brasileiras a sua opinião sobre a forma como poderiam se inspirar na inglesa sem, entretanto, ameaçar a própria honra. Ao fim, o cronista da década de 1890, encerrava a argumentação dizendo que “Uma coisa que as moças podiam alcançar, era o comparecimento de todos os mesários às respectivas seções, para que os eleitores votassem certos e descansados”⁴¹⁹.

Ainda em 1895, ao falar sobre as festas de 15 de novembro, o narrador citava “o grande baile dado em Itamarati para festejar o aniversário natalício do marechal [Deodoro da Fonseca]”⁴²⁰ e que ficara marcado na memória carioca. Na ocasião, segundo o cronista:

Encheram-se os salões de fardas, casacas e vestidos. Gambetta advertiu um dia que *la République manquait de femmes*. Compreendia que, numa sociedade polida como a francesa, as mulheres dão o tom ao governo. As de lá tinham-se retraído; depois apareceram outras, suponho. Cá houve o mesmo retraimento; nomes distintos e belas elegantes eliminaram-se inteiramente.⁴²¹

Na sucinta leitura que o narrador fazia da frase de Gambetta estava implícito que, na III República Francesa, após a Guerra Franco-Prussiana, a participação feminina na política havia diminuído. O político então convidava as francesas a participarem da política, como as mulheres haviam feito anteriormente, durante a Revolução. O narrador supunha que Gambetta alcançara seu objetivo. No Brasil, segundo ele, houvera “o mesmo retraimento”. Assim, tentando aplicar igual movimentação, era possível concluir que o narrador dizia que as mulheres brasileiras haviam sido participativas nos eventos

⁴¹⁸ Idem. Na mesma crônica, Policarpo ainda dizia que “estabelecendo que as candidaturas só poderão ser trabalhadas por mulheres, amigas do candidato, devendo começar pelas mais bonitas”. Dessa forma, a beleza das moças envolvidas na propaganda eleitoral seria suficiente para convencer os eleitores. Ao mesmo tempo, o candidato que ganharia a eleição, seria aquele que tivesse mais amigas ou amigas mais convincentes. Assim, os políticos ficavam obrigados a agradar às mulheres.

⁴¹⁹ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 21 jul., 1895, p.1.

⁴²⁰ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 17 nov. 1895, p.1.

⁴²¹ Idem.

políticos e nas atividades cívicas durante o governo do marechal Deodoro. Nossa “Guerra Franco-Prussiana” seria o governo de Floriano Peixoto, onde as “belas elegantes” saíram de cena. Esse seria então o momento das mulheres novamente participarem da política nacional. Tal ideia já estava sendo moldada na primeira vez que o político republicano era citado na série, quando houve a posse de Prudente de Moraes, porém em 1895 ela aparecia de forma mais completa.

Na primeira crônica de março de 1896, Leon Gambetta voltaria a ser citado. A imprensa estava discutindo a possível mudança da capital do estado do Rio. Enquanto diversas reformas urbanas pretendiam tornar o Rio de Janeiro uma cidade moderna, com ruas largas, sistemas de esgoto de qualidade, destruição dos cortiços, expulsão das prostitutas, mendigos e capoeiristas do centro da cidade, outras cidades passavam por processos semelhantes, objetivando conquistar também funções políticas. Em discussão aberta com coluna assinada por Lulu Sênior, o narrador considerava que Petrópolis não tinha aptidões políticas para ser capital estadual e, provavelmente, fora escolhida apenas por ser uma cidade mais elegante que a antiga Praia Grande. Disso, o narrador prosseguia:

La République manque de femmes, disse consigo a nova capital, e cuidou de lhe dar esta costela. Talvez o dito do republicano francês não caiba aqui inteiramente. As instituições francesas, quaisquer que sejam, precisam de mulheres. A própria revolução, salvo a ditadura de Robespierre, não as dispensou de todo. A Suíça, Esparta e outros Estados de instituições mais ou menos parecidas, dispensam mulheres. A razão penso ser que a sociedade francesa não vai sem conversação, e os franceses não acreditam que haja conversação sem damas.⁴²²

Nessa leitura inicial, o narrador parecia dizer que a presença feminina caracterizava um regime político como democrático. Só há “conversação” com damas, ou seja, só existem discussões, inclusive políticas, se houver mulheres ativamente envolvidas. Entretanto, em seguida, o cronista reduzia a frase do republicano francês a uma necessidade masculina superficial dos salões, ao afirmar que: “Portanto, não é exatamente de mulheres que a República precisa: é de pares para os seus cavalheiros”⁴²³. A frase era clara no sentido de definir o papel das mulheres no sistema político como secundário. Novamente era retomada a ideia da crônica de 1894 sobre a posse de Prudente de Moraes. Ainda assim, o texto de 1896 evidenciava a forma como

⁴²² “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 1 mar., 1896, p.1.

⁴²³ Idem.

as discussões sobre direitos políticos femininos estavam atingindo a grande imprensa.

Ser par para os cavalheiros poderia significar ser uma companhia nos salões, mas também intervir no mundo público através da influência exercida sobre os homens. Além disso, a escolha da palavra “par” pressupõe, em certo nível, a noção de igualdade.

Na sequência, o assunto central da crônica se misturava com os assuntos que o narrador avisava que não iria comentar: os suicídios decorrentes de namoros. O narrador utilizaria uma notícia para mostrar que os homens que não sabiam a forma correta de se comportar com as mulheres, acabavam também castigados. Usando o já comum argumento da série de que não iria falar sobre um determinado assunto, o narrador escrevia:

Não quero entrar pela tristeza; por isso não direi nada daquele moço que tentou matar-se por amar a uma moça de Campos que o não amava. Também não falo do relatório com que fechou o inquérito acerca daquela Ambrosina que se matou por causa de outra moça, que a amava. Vede como duas causas contrárias produzem mesmo efeito.⁴²⁴

Soubesse o rapaz apaixonado de Campos que o papel da mulher era ser par para os cavalheiros, por certo não tentaria se matar por ser rejeitado por uma moça. No periódico, o tom de piedade a respeito do rapaz foi o mesmo. Em coluna intitulada “Tentativa de Suicídio”, após informar que o locatário da residência onde morava o rapaz, Viriato José da Costa, procurou a polícia para informar o acontecido, constava o seguinte texto:

Este declarou a autoridade que tentara contra a vida por não poder realizar o seu casamento contratado com D. Luciana de Azevedo, filha do capitão Manoel de Azevedo Areas, residente na cidade de Campos. Viriato foi conduzido ao hospital de Beneficência Portuguesa. Este moço é empregado na rua dos Arcos, n.9 e é em geral benquisto pelas pessoas que o conhecem.⁴²⁵

O narrador de Machado optava por analisar, em conjunto, o papel das mulheres na República e a tentativa de suicídio do jovem. Dessa forma, ele mostrava como, enquanto homem, Viriato teria opções melhores caso soubesse a forma adequada de se relacionar com as mulheres. Ao mesmo tempo, a *Gazeta de Notícias* salientava as qualidades do rapaz (tem um emprego fixo, é benquisto pelos que o conhecem) e revelava o nome da moça e de seu pai, como uma forma de colocar ali eventuais

⁴²⁴ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 1 mar., 1896, p.1

⁴²⁵ “Tentativa de Suicídio”. *Gazeta de Notícias*. 27 fev., 1896, p.2.

culpados pelo desfecho trágico. Já que o rapaz justificara a tentativa de suicídio pelo amor à moça, era preciso indicar aos leitores quem era essa moça, de certa forma, responsável pelo ocorrido. De toa forma, a união entre os dois temas – suicídio “por amor” e papel político das mulheres – servia para mostrar, também, que os homens deveriam compreender, de forma mais racional, seu papel nas relações amorosas. As mulheres conquistavam até mesmo seus interesses políticos através do uso direcionado do desejo e da admiração masculina. Enquanto isso, os homens estavam desperdiçando a própria vida por não compreender a função que lhes cabia nessas relações.

No último mês de publicação da série, ao afirmar que aquela era uma semana de mulheres, o narrador começava a crônica dizendo que não falaria sobre as damas que “dançaram em Petrópolis por amor de uma obra de caridade. Para falar delas não faltarão nunca penas excelentes.”⁴²⁶. Então, ao deixar de lado um tema que, no começo da carreira de cronista, Machado havia valorizado⁴²⁷, o narrador discorria sobre as lamentações das mulheres que tinham relacionamentos com os soldados do 7º Batalhão que havia embarcado para a Bahia na última quarta-feira, a fim de enfrentar os homens de Canudos.

Foram despedir-se à praia, como as esposas dos Lusíadas e até as fizeram lembrar aos que não esqueceram este e os demais versos: “Qual em cabelo: Ó doce e amado esposo!” As diferenças são grandes; umas eram consortes dos barões assinalados que saíram a romper o mar “que geração alguma não abriu”, estas cá são tristes sócias dos soldados, e não podiam ir com eles, como de costume. Queriam acompanhá-los até a Bahia, até o sertão, até os Canudos, onde o Major Febrônio não entrou, por motivos constantes de um documento público. Dizem que choravam muitas; dizem que outras declaravam que iriam em breve juntar-se a eles, tendo vivido com eles

⁴²⁶ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 7 fev., 1897, p.1.

⁴²⁷ Na série “Comentários da Semana”, o jovem literato dedicou dois textos a analisar a importância social das caridosas senhoras da classe alta. Gil, ao imaginar, em tom jocoso, um país governado por mulheres, dizia que, na realidade, “à mulher cabem outros papéis”. Entre eles, estariam “o da mãe de família e o do anjo da caridade; adoçar os infortúnios da indigência e preparar cidadãos para a pátria”. Assim, Gil elogiava as senhoras brasileiras por uma atuação que, embora feita na esfera pública, foi tradicional durante todo o século XIX. A noção de que caberia à mulher, por suas “naturais” doçura e resignação foi essencial para feminilizar a prática filantrópica. Ao mesmo tempo, essa noção se opunha a ideia do homem provedor. Nas classes baixas, quando o homem falhava em seu papel de provedor, restaria às famílias conformar-se com as doações das generosas senhoras da elite. Entretanto é claro que essa imagem, embora amplamente difundida, não condizia com a realidade das mulheres pobres que, em muitos casos, sustentavam famílias inteiras com seu trabalho. Ver: MARTINS, Ana Paula Vosne. “A feminilização da filantropia”. *Revista Gênero*, v. 15, n. 2, p. 13, 2016; A respeito da noção de homem provedor ver: JOSHI, Chitra. “Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho”. *Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 2, p. 147-170, 2009; e MACHADO DE ASSIS. “Comentários da Semana: 24 de dezembro de 1861”. In: GRANJA, Lúcia; CANO, Jefferson (orgs.). *Machado de Assis: comentários da semana*. Op. Cit.

e querendo morrer com eles. Delas não poucas os vieram acompanhando de Santa Catarina e nada conheciam da cidade, mas bradavam com a mesma alma que buscariam meios de chegar até onde chegasse a expedição.⁴²⁸

Novamente os relacionamentos entre homens e mulheres eram apresentados pelo narrador como contratos: as mulheres eram “sócias” dos soldados. Todavia, diferente de Viriato, as mulheres dos soldados pareciam entender o seu papel na associação. Tratava-se da terceira expedição a ser enviada ao arraial de Canudos. A ideia de que aquela era uma aventura perigosa para os soldados já estava difundida. Entretanto, as esposas, amantes e namoradas dos soldados consideravam acompanhá-los, desejando cumprir seu papel de “sócias”.

Machado estava discutindo, em “A Semana”, muitos dos temas que formavam seu repertório de debate desde o início da carreira. A literatura como parte do desenvolvimento do país, a necessidade da participação popular na política, os perigos da crença cega nos saberes científicos e a importância social das resistências femininas foram pautas frequentes na obra machadiana. O autor parecia acreditar que as mulheres utilizavam estratégias diversas para conquistar seus objetivos na estagnada sociedade brasileira, dentro e fora dos lares. Seus contos e romances deixaram claro que, mesmo na juventude, Machado já via que alcançar *status* social dependia de conhecer as regras de convivência e conseguir negociar dentro delas. Na maturidade, o autor demonstrava, através do seu narrador ególatra, que as personagens das colunas não ficcionais eram tão talentosas como as mocinhas dos contos.

Na série, as discussões sobre papel político da mulher, violências nas relações amorosas, casamento e trabalho feminino se misturavam. Isso se deve, em grande parte, ao fato de essas questões estarem, nesse momento, sendo debatidas em conjunto pelas mulheres que iniciaram ainda no XIX os primeiros periódicos destinados às discussões dos direitos femininos. Essas foram vozes destoantes do grosso da intelectualidade brasileira, mas que se fizeram ser ouvidas. Mais do que isso, a incidência desses temas em um periódico de grande circulação, como a *Gazeta de Notícias*, demonstrava como a incipiente intelectualidade feminina conseguia impor a discussão de suas demandas mesmo nos espaços mais reconhecidos do país.

⁴²⁸ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 7 fev., 1897, p.1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a publicação da série “A Semana”, Machado desenvolvia dois projetos que marcaram a carreira do literato desde a década de 1860. Em primeiro lugar, o autor que iniciou a carreira escrevendo crônicas, parece ter se dedicado, da década de 1880 em diante, a uma série de experimentações no campo desse gênero literário. Machado havia travado tantas batalhas literárias durante a sua carreira, discutindo temas como os limites do naturalismo ou a importância da narrativa nos romances realistas. Todavia, a luta do autor em defesa da qualidade literária da crônica foi igualmente marcante em sua obra. Mesmo que o literato não tenha expressado diretamente a importância que via na elaboração literária de um gênero tão efêmero, a gigantesca produção das décadas de 1880 e 1890 evidencia que esta era também uma pauta do autor no campo literário. Ao iniciar a série, Machado vinha de uma já longa tradição de produção de crônicas. Quando “A Semana” teve seu fim anunciado, ele entrou em um novo ritmo de escrita.

Após longos anos enfrentando a estonteante tarefa de escrever, tantas vezes, até mesmo sobre o dia anterior, Machado usava o habitual humor desse narrador para se despedir brincando com o leitor. Ao mesmo tempo, evidenciava a importância que o projeto tivera para ele e o motivo pelo qual o abandonava. Nosso narrador se dizia cansado, doente e ciente de que havia já cumprido o seu papel, pois ele abandonava “A Semana” quando o próprio século já se despedia também. Em 1897, o XIX já havia realizado mais proezas do que qualquer outro século e naquele momento, conservava-se “unicamente para não desmentir os almanaques”⁴²⁹. Assim, o cronista, vivendo aquele tempo tão acelerado, precisava também “deitar aqui o ponto final”⁴³⁰. Em seu tom sempre vaidoso ficava claro que o ofício de cronista era maior do que simplesmente contar a semana, de alguma forma, ele contara o século.

Apesar de todas as vezes em que o narrador defendeu que a crônica era esse gênero brando, que “não gosta de lembranças tristes por mais heroicas que também sejam; não vai para epopeias, nem tragédias”⁴³¹, ele deixava claro que era no correr cotidiano da imprensa que ficavam registrados os percalços do século XIX. “As revoluções, as anexações, as dissoluções e as invenções de toda casta, políticas e filosóficas, artísticas e literárias, até as acrobáticas e farmacêuticas” marcaram a

⁴²⁹ Segundo o narrador, como todos os séculos tem cem anos, o XIX só sobrevivia para cumprir a regra. Esse século “fatigado” e “esfalfado” já havia despendido forças demais e agora apenas aguardava o fim. “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 28 fev., 1892, p.1.

⁴³⁰ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 1 jan., 1894, p.1.

⁴³¹ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 28 fev., 1892, p.1.

crônica. Assim, não havia somente a amenidade prometida pelo narrador naqueles textos “sem sangue nem lágrimas”⁴³². Estavam ali também as disputas políticas, as lutas populares, as resistências e as tensões sociais. A crônica chegava “à elegia e à lágrima”⁴³³ e até o narrador era obrigado, após tantas experiências, a assumir. Nesses cinco anos, Machado havia escrito ali os seus projetos para uma República que ele aspirava, ao mesmo tempo em que provocou leitores, discutiu comportamentos, criticou governos.

Dessa forma, o segundo projeto que o autor desenvolveu ali, também iniciado na década de 1860, era a discussão do papel das mulheres na sociedade brasileira. Engajado com as novidades políticas, com os escritos feministas e com as lutas internacionais de mulheres, nosso escritor – que era também um leitor voraz – produziu leituras à brasileira das lutas femininas por direitos. Suas considerações, por mais ousadas que pareçam, são consonantes com as vozes das mulheres que naquele momento abalavam a intelectualidade brasileira com a difusão de ideias inovadoras. Ao mesmo tempo, entretanto, cumpre reconhecer que este projeto, que marcou a vida do autor, continuava dando atenção também às trabalhadoras das classes baixas e às vidas femininas inscritas nos espaços privados, cercadas de violências. A malícia das mulheres que, apesar das rígidas regras sociais, conseguiam impor seus interesses diante de maridos e pais foi um assunto importante para Machado desde o início da carreira.

Em “A Semana”, ao lidar com mulheres reais de diferentes raças e classes sociais, nosso autor teve que enfrentar mais sangue e lágrimas do que nos romances e contos. Os crimes, as disputas judiciais e as severas leis da República pareciam narrativas diferentes das aventuras amorosas, dos interesses financeiros no matrimônio ou até do que o próprio adultério. Se em outros formatos de texto, Machado já oferecia às suas leitoras, temas polêmicos, assuntos políticos e discussões científicas, em “A Semana” ele teve que enfrentar a dificuldade de criar humor, partindo de notícias violentas e, ao mesmo tempo, discutir as vidas das brasileiras. Nosso autor, já maduro, soube dialogar com suas leitoras, tentando compreender os cenários brutais nos quais elas viviam. Ao propor fazer uma releitura do mundo público, Machado não se absteve de trazer as situações enfrentadas pelas mulheres nas relações íntimas para a roda política de discussão.

⁴³² “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 28 fev., 1892, p.1.

⁴³³ “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. 28 fev., 1892, p.1.

Falar do cotidiano das mulheres brasileiras foi uma escolha do autor. Em diferentes contextos, médicos, jornalistas e legisladores realizaram a mesma escolha, com diferentes objetivos naquele momento. Apesar de estarmos falando sobre homens discutindo vidas femininas, esses debates jamais determinaram as ações das mulheres. Nas colunas jornalísticas escritas por homens, as personagens ficcionais, as leitoras, as anunciantes, as vítimas e as acusadas de crimes eram todas mulheres escrevendo, de certa forma, as próprias histórias. Através da pena do cronista, encontramos opiniões e intenções de um narrador masculino, mas não deixamos de perceber detalhes que foram escritos, mesmo que indiretamente, por mulheres. Os desfechos das narrativas desse gênero híbrido não podem ser determinados pelo escritor, dependem do acontecido. Assim, mesmo que Machado quisesse estabelecer limites do que era aceitável nas relações entre homens e mulheres, era impossível que ele encerrasse a crônica inventando, por exemplo, um final alternativo para um assassinato.

O mesmo ocorria, cumpre dizer, em relação aos personagens masculinos. Machado não poderia estabelecer que um jovem apaixonado não se suicidasse ao final da crônica, se na Rua do Senador Pompeu, o adolescente se matara. Nos romances, em momentos posteriores, Bentinho ponderou a ideia do suicídio e ali, além de construir, através do narrador, as linhas de argumentação favoráveis e contrárias, Machado poderia escolher o desfecho. A hibridez da crônica podia permitir igualmente a argumentação, mas não garantia o domínio sobre o desenvolvimento das histórias. O literato pôde, na série, desenvolver análises complexas sobre as discussões acerca do divórcio, do casamento civil ou da prostituição, mas os finais dessas narrativas não ficcionais dependiam dos intendentos, senadores, eleitores, enfim, dos homens.

O caráter cotidiano desses textos, entretanto, fazia com que eles se tornassem um palco privilegiado para tentar, do ponto de vista político, determinar esses desfechos. Ao se envolver em debates políticos, Machado poderia tentar convencer seu *público*, mas teria que, ao mesmo tempo, dialogar com ele, compreendendo suas demandas e respondendo aos seus interesses. Essa é provavelmente a consideração mais importante sobre a leitura que tentei realizar aqui. Apesar de todas as tentativas higienistas de controle dos corpos femininos, em contrapartida a todos os projetos que visavam impedir ações femininas no mundo público, contra a vontade de todos os grupos que objetivaram controlar as ações de mulheres, elas eram, na relação com a imprensa, parte do público. A noção de público leitor é uma possibilidade de observar essa fonte

compreendendo a atuação das mulheres como parte da esfera pública e, conseqüentemente, dotada de importância política.

Habermas considerou que, a despeito da exclusão que as mulheres sofrem em relação à esfera pública – tanto de fato quanto de direito – o público leitor feminino “tem com frequência uma participação mais forte na esfera pública literária do que os proprietários privados e os próprios homens adultos”⁴³⁴. Todavia, em muitos casos, a esfera pública literária e a política são vistas como uma só. Assim, através da noção de público leitor, mulheres puderam impor suas demandas, evidenciar seus interesses e influir *diretamente* na esfera pública. As personagens femininas construídas ao longo da série, oriundas do mundo público, conquistaram espaço porque dialogam com leitoras que, através da imprensa e da literatura, conseguiram fazer parte da composição desse “princípio organizacional do nosso ordenamento político”⁴³⁵ que é a esfera pública.

Se há organização do Estado baseada no funcionamento político da esfera pública, as constituições republicanas são os mecanismos mais claros desse processo⁴³⁶. A imposição da esfera pública moderna como local legítimo da discussão política é baseada na noção de que a opinião *pública* é a única justificativa possível para a construção de leis justas. Esse público leitor, do qual as mulheres são, no mínimo, uma parte significativa, é então responsável também pela regulamentação do Estado. Num momento de repensar a nação, como é o início da República, apesar da exclusão política que tentavam impor de fato e legalmente às mulheres, participar das discussões públicas, como leitoras, personagens, temáticas ou efetivamente como público era uma forma de determinar conjuntamente os rumos da nação. Essa participação feminina não foi bem aceita, foi duramente reprimida, mas nem por isso menos real. Isso acontece porque a noção do surgimento de uma esfera social que apresenta “uma irresistível tendência de crescer, de devorar as esferas mais antigas do político e do privado, bem como a esfera da intimidade”⁴³⁷ no período da modernidade, não garantiu que as coisas consideradas pertencentes à esfera da família fossem bem recebidas nos espaços tradicionais da esfera política. Dessa forma, mulheres se viam obrigadas a enfrentar diversos mecanismos de controle para acessar a esfera pública em transformação. Nossa fonte, felizmente, nos garantiu o acesso aos vestígios dessas resistências femininas.

⁴³⁴ HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1984, p. 73.

⁴³⁵ Idem, p. 13.

⁴³⁶ Idem, p. 131.

⁴³⁷ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1981, p. 55.

FONTES

Periódicos

A Estação (1879 – 1891)

A Ordem (1893)

Correio do Amparo (1896)

Correio Mercantil (1892)

Correio Paulistano (1892)

Diário de Notícias (1861 – 1862 / 1892 – 1897)

Diário do Rio de Janeiro (1861 – 1862)

Gazeta de Notícias (1875 / 1883 – 1889 / 1892 – 1897)

Ilustração Brasileira (1876 – 1878)

Jornal do Brasil (1892 – 1897)

Jornal do Commercio (1892 – 1897)

Jornal das Famílias (1863 – 1878)

O Echo das Damas (1888)

O Paiz (1892 – 1895)

O Quinze de Novembro do Sexo Feminino (1890 – 1896)

Rio News (1892)

Semana Ilustrada (1861 – 1864)

Legislação

Decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890. Promulga a lei sobre o casamento civil.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. *Constituição da República* (1891), art. 72, § 4º.

TINOCO, Antônio Luiz. *Código Criminal do Império do Brasil anotado*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

Obras Literárias

ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. São Paulo : Instituto de Divulgação Cultural, [s.d.].

ALENCAR, José de. *Teatro completo—Clássicos do teatro brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura: Fundação nacional de arte e serviço nacional de teatro, 1977.

HOFFMANN. *A janela de esquina de meu primo*. Cosac & Naify, 2010.

LA FONTAINE, J. de. *Fábulas completas*. São Paulo: Cultura, 1940.

MACHADO DE ASSIS. *A mão e a luva*. Civilização Brasileira, 1975.

_____. *A Semana*. Organização e notas: John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A Semana*. Mário de Alencar (org.). Livraria Garnier, Rio de Janeiro, 1910.

_____. *Comentários da Semana*. GRANJA, Lúcia; CANO, Jefferson (orgs.). Editora da Unicamp, 2008.

_____. *Contos esquecidos*. Organização por Raimundo Magalhães Jr. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

_____. *Contos/Uma antologia*. Seleção, introdução e notas por John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 1.

_____. *Dom Casmurro*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

_____. *História de Quinze dias*. Organização, introdução e notas: Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. *Contos fluminenses*. Marta de Senna (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Abril Cultural, 1978.

_____. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

_____. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson, 1938.

_____. *Obras completas de Machado de Assis*. “A semana”, 1º volume (1892-1893); 2º volume (1894 – 1895); 3º volume (1896 -1900). Edição de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. São Paulo: Editora Mérito, 1959.

_____. *Páginas Recolhidas*. Rio de Janeiro: Editora Garnier, 1899.

_____. *Ressurreição*. São Paulo: Clube de Autores, 2015.

_____. *Teatro de Machado de Assis*. João Roberto Faria (org.). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

POE, Edgar Allan. *O homem da multidão*. Ed. Walter Benjamin. Editora Paraula, 1993.

VICTOR HUGO. *Select Poems of Victor Hugo: a bilingue edition*. Chicago-London: The University of Chicago Press, 2001.

BIBLIOGRAFIA

- ABOIM, Sofia. “Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna”. *Estudos Feministas*. Florianópolis. Vol. 20, nº1, 2012.
- AGAMBEN, Giorgio. *O homem sem conteúdo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- ALBUQUERQUE, Renata. *Senhoras de si: o poder e o querer de personagens femininas nos primeiros contos de Machado de Assis*. Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. [s.n] São Paulo: 2010.
- ALEIXO, José Carlos Brandi. “Antônio da Fontoura Xavier diplomata e escritor”. *Revista Historia Caribe*, v. 6, n. 18, 2011.
- ÁLVAREZ, Sonia. *Engendering democracy in Brazil: women’s movements in transition politics*. Pinceton: Princeton University Press. 1990.
- ALVIM, Luíza. *Os jornais, o romance e o folhetim*. Rio de Janeiro: Alcar, 2008.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1981.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A., 1981.
- AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.
- BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Vício de Leitura, 2000.
- BASSANEZI, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BASTOS CAMARA, Maria Helena. “Leituras das famílias brasileiras no século XIX: o jornal das famílias (1863-1878)”. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 15, n. 2, 2002.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980.
- BEGAMINI JR, Atilio. “Entrevista com Sidney Chalhoub”. *Oragon*, Porto Alegre, v. 28, n. 55, pp. 203 – 218, jul./dez. 2013.

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 3.ed., 1987.
- BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.
- BERNARDO, Gustavo, MICHAEL, Joachim, SCHÄFFAUER, Markus (Orgs.). *Machado de Assis e a Escravidão*. São Paulo: Annablume, 2010.
- BIGNOTTO, Newton (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- BOSI, A. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. 2ª impressão. São Paulo: Ática, 2000.
- BOURDIER, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. Brasiliense, 1982.
- BRITO, M. L. A. e SILVEIRA, Daniela M. “A República Contada A Cada Semana: A consolidação do sistema republicano nas crônicas de machadianas (1892)”. *Horizonte Científico*. Vol. 10, nº1, ago. 2016.
- BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Imprensa Feminina*. Editora Ática, 1986.
- _____. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.
- BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.
- CALDWELL, Helen. *The Brazilian Othello of Machado de Assis*, Berkeley, University of California Press, 1960.
- CALLIPO, Daniela Mantarro. “Marion e Marocas: a redenção da cortesã por amor em Victor Hugo e Machado de Assis”. *Fragmentos: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras*, v. 33, 2008.
- CÂNDIDO, Antônio (org.). *A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Campinas/ Rio de Janeiro: Ed. Da Unicamp/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CASADEI, Eliza Bachega. “A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa Alternativa: primeiras experiências do final do Século XIX”. *Revista Alterjor*, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2012.

CASERTANO, Giovanni. “Epimênides: sábio ou filósofo?”. *Hypnos*. São Paulo, n.26, 1º semestre de 2011.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. *Procura-se “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1880)*. Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro, 7Letras, 1994.

CAVALLINI, M.C. *Letras Políticas: a crítica social do Segundo Reinado e a ficção de Machado de Assis*. Tese de doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2005.

CHALHOUB, Sidney. “A crônica machadiana problemas de interpretação, temas de pesquisa”. *Remate de Males*, v. 23, n. 2, 2010.

_____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em Cousas Miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo (orgs.). *A História Contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1998.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. *Mulheres Singulares e Plurais: sofrimento e criatividade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

COELHO, Ricardo Corrêa. *Os franceses*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

COUTO, Ivette Maria Savelli Sanches. *Cartas de Iracema: antologia anotada de crônicas do período de 1914 a 1918 da seção “Cartas de Mulher”, da Revista da*

Semana, assinadas sob o pseudônimo Iracema. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Literatura Brasileira. Universidade Federal Fluminense, [s.n.], Rio de Janeiro: 2010.

COSTA, Albertina de Oliveira et al. (orgs.). *Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

CRESTANI, Jaison Luiz. “A colaboração de Machado de Assis no *Jornal das Famílias*: subordinações e subversões”. In: *Patrimônio e Memória*. UNESP. FCLAs – CEDAP, v.2, n.1, 2016.

CRUZ, Dilson Ferreira. *Estratégias e Máscaras de um fingidor: a crônica de Machado de Assis*. São Paulo: Nankin Editorial, 2002.

CUNHA, Olívia Maria Gomes, GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge Luís (Orgs.). *Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

DE MELLO, Maria Tereza Chaves. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

DELPHY, Christine. “O Inimigo Principal: a economia política do Patriarcado”. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*. n.17. Brasília, maio – agosto, 2015.

DEL PRIORE, Mary. *Do outro lado: a história do sobrenatural e do espiritismo*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2014.

_____. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

DE LUCA, Leonora. “O ‘feminismo possível’ de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)”. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 12, p. 275-299, maio 2015.

DE MATOS, Maria Izilda Santos; SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003.

DUARTE, Constância Lima. “Feminismo e literatura no Brasil”. *Estudos avançados*, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

ENGEL, Magali Gouveia. “Gênero e política em Lima Barreto”. *Cadernos Pagu*, v. 32, 2009.

ENGEL, Magali Gouveia, SOUZA, Flávia Fernandes de, GUERELLUS, Natália de Santanna. *Os intelectuais e a Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2015.

EVERDELL, William R. “Léon Gambetta and the Troisième: The Parliamentary Republic”. In: _____. *The End of Kings: A History of Republics and Republicans*. Chicago: University of Chicago Press ed. 2000.

FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

FRANCO, Gustavo H.B. *A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

FREIRE, Felisberto. *História da Revolta da Armada de 1893*. Brasília: Editora UnB, 1982.

GARZONI, Lericé. *Arenas de combate: gênero e direitos na imprensa diária. (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2012.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo, Cia das Letras, 2002.

GLEDSON, John. “Entrevista por Hélio de Seixas Guimarães, Marta de Senna e Júlio Castañon Guimarães”. *Escritos*. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ano 5, n. 5, 2011.

_____. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Edgar da Silva. *A Separação Estado-Igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca*.

Dissertação de Mestrado em Teologia Dogmática. Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, [s.n.], São Paulo: 2006.

GONÇALVES, Andrea Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GRANJA, Lúcia. *Machado de Assis – Primeiras Crônicas: O surgimento do Grande Ironista*. Tese de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 1992.

HABERMAS, J. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1984.

HELLER, Barbara. *Da pena à prensa: mulheres e leitura no Brasil (1890-1920)*. São Paulo: Porto de Ideias, 2006.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HUNOLD LARA, Silvia. “Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil”. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. v. 16, set. 2012.

IGOA, Rosário Lazaro; COSTA, Walter Carlos. “Entrevista com John Gledson”. In: *Cadernos de Tradução*. Vol. 36, no. 2, Florianópolis, mai./ago. 2016.

JINZENGI, Mônica Yumi. *Cultura Impressa e Educação das Mulheres no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

JOSHI, Chitra. “Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho”. *Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 2, p. 147-170, 2009

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. “Imprensa feminina, revista feminina: A imprensa feminina no Brasil”. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. v. 35, n. 2, 2009.

LOPES, Cristiane Fernandes. *Quod Deus Conjunit Homo non Separat: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no Tribunal de Justiça de Campinas (1890 – 1938)*.

LOVE, Joseph L. “A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *A experiência brasileira. A grande transação*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

LÖWY, Ilana. “Universalidade da ciência e conhecimentos ‘situados’”. *Cadernos Pagu*, n. 15, p. 15-38, 2015.

_____. *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. *Vida e Obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MARETTI, Maria Lúcia. *O Visconde de Taunay e os fios da memória*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARQUES, Alice. *Mulheres de papel: representações do corpo nas revistas femininas*. 2004.

MARTINS, Ana Luiza, DE LUCA, Tânia Regina. *História da Imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis (1839-1870). Ensaio de bibliografia intelectual*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MATHEUS, Leticia Cantarela. *O Jornalismo e o Sistema Telegráfico no Brasil no Final do Século XIX*. Fortaleza: Intercom, 2012.

MEGID, Daniele. *A roda de Brás Cubas: literatura, ciência e personagens femininas em Machado de Assis*. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP, 2012.

_____. “‘Honestas, mas namoradeiras’: experiências femininas em contos de Machado de Assis”. XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH Brasil. *Conhecimento Histórico e Diálogo Social*. Natal, RN, jul. 2013.

- MEIHY, José Carlos Sebe B. *Prostituição à brasileira: cinco histórias*. São Paulo: Contexto, 2015.
- MENON, Maurício Cesar. “Da bruxa na Literatura Brasileira do século XIX”. In: *XI Congresso Internacional da Abralic: Tessituras, Interações, Convergências*, 2008.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MICHELET, Jules. *As Mulheres da Revolução*. Porto Alegre: EdiPUC, 2014.
- MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX* (Coleção Queer). São Paulo: Annablume, 2013.
- _____. “O vértice do triângulo: Dom Casmurro e as relações de gênero e sexualidade no fin-de-siècle brasileiro”. *Estudos Feministas*, p. 547-567, 2009.
- MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. “A leitura de romances no século XIX”. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 19, n. 45, p. 71-85, 1998..
- MOREIRA, Sandra Careli. “A maternidade na segunda metade do século XIX: sua idealização na imprensa escrita e suas possibilidades de concretude social”. *Métis: história & cultura*, v. 1, n. 2, 2002.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. “Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.11, n.1, 2003.
- NADAF, Yasmin Jamil. “O Romance-Folhetim Francês no Brasil: Um Percurso Histórico”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras*. Universidade Federal de Santa Maria, 2007.
- _____. *Rodapé das miscelâneas: o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.
- NUNES, Bruna. “A representação da moda feminina nas “Balas de estalo”: uma leitura das crônicas de Lélío e Lulu Sênior”. *IARA – Revista de Moda, Cultura e Arte*. vol. 9, nº 1. São Paulo: Centro Universitário Senac.
- OLIVEIRA, Emanuelle. “Mulheres e jogos sociais em Machado de Assis”. *Chasqui*, v. 27, n. 1, p. 47-58.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Braziliense. 1990.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Vo. 22, Editora UFMG, 2004.

PAPALEO, Marcia Kern. *Dom Casmurro: estudo sobre as relações conjugais no Brasil do final do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Instituto de Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

PATEMAN, Carole. *O contrato Sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria Pedro. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

PEREIRA, Cilene Margarete. *Jogos e Cenas do Casamento: construção e elaboração das personagens e do narrador machadianos em Contos Fluminenses e Histórias da Meia Noite*. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2008.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História de quinze dias (Machado de Assis)*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2009.

_____. *O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2004.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: Estudo Crítico-biográfico*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936.

PINHEIRO, Alexandra Santos. *Para além da amenidade: O Jornal das Famílias (1863-1878) e sua rede de produção*. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2007.

PINHEIRO, R.K.B. de S. *Mãe-esposa e professora: educadoras no final do século XIX*. Tese de Doutorado em História da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte [s.n.], Natal, 2009.

PINSKY, Carla B., PEDRO, Joana Maria. (orgs.) *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

PROST, Antoine, VINCENT, Gérard (orgs.). *História da vida privada 5: Da primeira guerra aos nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RAFAEL, G. G. “Jornais, romance-folhetim e a leitura feminina no século XIX: influências transatlânticas?” *Revista de Informação, Memória e Tecnologia*, v. 1, n. 1, p. 32-42, 2012.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas Balas de Estalo de Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

RESENDE, Márcia Aparecida. "História inacabada do analfabetismo no Brasil." *Revista Brasileira de História da Educação*, v.12, nº 1, 2012.

RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e Espaço Público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808 1964)*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004.

ROCHA, A.V.S.C., *Amor, Ordem E Progresso: Casamento E Divórcio Como Desafios À Laicidade Do Estado (1847-1916)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, [s.n.], Brasília, 2014.

RODRIGUES, Eni Neves da Silva. “Os romances nos periódicos mato-grossenses dos oitocentos”. *Caminhos do romance*. Campinas, SP: IEL, Unicamp, 2005.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

RONCARI, Luiz. “Machado de Assis: o aprendizado do escritor e o esclarecimento de Mariana”. *Revista Brasileira de História*, vol.25, nº 50, São Paulo, 2005, pp. 241 – 58.

ROSANVALLON, P. “Por uma história conceitual do político”. (nota de estudo). *História*, 15: 27-39.

SALES, Germana Maria Araújo. “Folhetins: uma prática de leitura no século XIX”. *Entrelaces*, Agosto de 2007.

SANTOS, J.K.C.R. dos. "O Perfil de leitura dos folhetins nos jornais paraibanos oitocentistas". In: *ABRALIC: XIV Congresso Internacional Fluxos e Correntes: trânsitos e traduções literárias*. UFPA, Belém, 2015.

SANTOS, Yara Maria Frizzera; CEERTZ, Clifford. "Mulher e Assistência: Afinidades Eletivas". *Praia Vermelha*, v. 10, p. 150-173, 2004.

SCHETTINI, Cristiana. *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCHOR, Naomi. *Feminism and George Sand*. New York: lettres à Marcie. 1992;
_____. *George Sand and idealism*. New Yorke, Columbia University Press, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A abertura para o mundo: 1889 – 1930*. Coleção História do Brasil Nação: 1808 – 2010. Volume 3. Objetiva, 2011.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 4ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.
_____. *Martinha versus Lucrécia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2001.

SILVA, Fernando Teixeira da.; NAXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia. (Orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. 1ed. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 2003.

SILVA, J. P. "Desta para a melhor": a presença das viúvas machadianas no *Jornal das Famílias*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

SILVA, Sérgio Gomes. "Masculinidade na História: a construção cultural da diferença entre os sexos". *Psicologia: Ciência e Profissão*. vol.20, n.3. Brasília, 2000.

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do "Jornal das Famílias"*. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP, 2005.

_____. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2010.

SIQUEIRA, Carla. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas-1890/1922*. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, [s.n.]. Rio de Janeiro: 1995.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul. – dez. 1995.

SOUSA, Jorge Pedro. *Elementos de jornalismo impresso*. Porto: Letras Contemporâneas, 2005.

SOUZA, Ana Paula Cardozo de. *Machado de Assis e a República de "A Semana": literatura, imprensa e práticas populares (1892-7)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2015.

STEIN, Ingrid. *Figuras Femininas em Machado de Assis*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984.

STREY, M.N., CABEDA, S.T., PREHN, D.R. (orgs.) *Gênero e Cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TADEU, Tomaz. "A Arte do Encontro e da Composição: Spinoza + Currículo + Deleuze". *Educação e Realidade*. UFRGS, v.27, n.2, 2002.

TANNURI, Luiz Antonio. *O encilhamento*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

TEIXEIRA, Kelly Cristina. *O que Deus Uniu o Homem não Separe: Modernização, Divórcio, Gênero e Romanização em Juiz De Fora (1890 a 1917)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora. [s.n.], Juiz de Fora, MG: 2008.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

VALE, Jackson de Souza. *Cidadania política e finanças em Machado de Assis: A série A semana (1892-1897)*. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, [s.n.], Juiz de Fora, MG: 2011.